

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL:
DO TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA AO
PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO LUSA NA ÁFRICA
(1953-1975)**

LUIZ CLÁUDIO MACHADO DOS SANTOS

BRASÍLIA

2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL:
DO TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA AO
PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO LUSA NA ÁFRICA
(1953-1975)**

LUIZ CLÁUDIO MACHADO DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

BRASÍLIA

2011

À minha mãe, Miriam Machado dos Santos, que lutando pela vida me fez acreditar no bom combate.

À Igor Guerra Machado, Natália Guerra Machado e Victor Guerra Machado, meus filhos, presença eterna no meu pensamento e no meu coração.

À Klênia Maria Reis dos Anjos, minha esposa, pela dedicação, apoio, amparo afetivo e clareza intelectual. Sem a sua presença, incentivo, críticas e correções esse trabalho não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Quando se conclui um trabalho ao qual foi dedicada parte significativa de nossa vida, é hora de buscar nas memórias desse tempo aqueles, sem os quais, a pesada tarefa a que nos impomos certamente não seria cumprida.

Em primeiro lugar, pelo dever estrito da verdade e por grande satisfação pessoal, agradeço ao Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, sem cuja orientação intelectual, apoio fraterno nas horas mais difíceis e confiança de que o trabalho chegaria a um bom termo, jamais teria obtido o resultado positivo, ora alcançado, após tantos anos de trabalho, dificuldades e sacrifícios. Tenha certeza, ilustre orientador, que nutrirei gratidão eterna pelos seus inúmeros gestos que reforçaram meu compromisso com a pesquisa, tendo como referência central as necessidades de um país que pede da academia o retorno de seu precioso investimento em produção de conhecimentos capazes de fazê-lo avançar no sentido de melhores e mais auspiciosos dias.

Aos professores Amado Cervo, Moniz Bandeira, Geralda Dias, Vanessa Brasil, Antonio Barbosa, Carlos Eduardo Vidigal, Albene Míriam pelo muito que contribuíram com seus conhecimentos, apoio e amizade ao trabalho que ora se encerra.

Aos amigos e colegas professores do UniCEUB, Deusdedith Junior, Aldenira Martins, Carlos Panagiotidis, Célia Bittencourt, Maria Inês Castro, entre tantos outros, pela compreensão e incentivo.

Aos colegas da Universidade Federal do Pará, que suportando muitas vezes minha ausência, foram fundamentais para a conclusão dessa etapa em minha vida.

A todos os funcionários das instituições que me acolheram no processo de pesquisa e na Universidade de Brasília, lembro da secretária Arlete, do PPGHIS, como exemplo do servidor público a quem agradeço a dedicação e o esforço para o atendimento de todas as necessidades surgidas ao longo do trabalho.

À CAPES, cujo financiamento, em momento inicial do trabalho, tanto no mestrado quanto no doutorado, foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa que agora chega a seu termo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1	
BRASIL E PORTUGAL: A TRAJETÓRIA DE DUAS NAÇÕES ATRAVÉS DE UM VELHO MUNDO EM CRISE E SUAS ESPECIALÍSSIMAS RELAÇÕES (A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)	16
CAPÍTULO 2	
O TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA DE 1953 E OS INTERESSES LUSO-BRASILEIROS (1953-1961)	59
CAPÍTULO 3	
OS ANOS SESSENTA E A REDEFINIÇÃO DO VÉRTICE POLÍTICO DE UMA RELAÇÃO TRIANGULAR (1961-1964)	107
CAPÍTULO 4	
O ARRASTO DE UM TEMPO EXPECTANTE (1964-1969)	155
CAPÍTULO 5	
BRASIL E PORTUGAL: NOVOS ENSAIOS E VELHAS ATITUDES NOS ESPAÇOS DE UMA ÁFRICA EM TRANSFORMAÇÃO (1969-1974)	205
CAPÍTULO 6	
A RUPTURA DO TRATADO DE 1953 E O REDIMENSIONAMENTO DE UMA COMPLEXA RELAÇÃO (1974-1975)	252
CONCLUSÃO	302

FONTES E BIBLIOGRAFIA	311
ANEXO – TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA DE 1953	321

LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS

- ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ANI – Agência Noticiosa de Informação
- CDE – Comissão Democrática Eleitoral
- CEE – Comunidade Econômica Européia
- CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
- CUF – Companhia União Fabril
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
- EEE – Espaço Econômico Europeu
- EFTA – European Free Trade Association
- ELP – Exército de Libertação Português
- FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- IMCO – VII Assembléia Plenária da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MDLP – Movimento Democrático para a Libertação de Portugal
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- OACI – Assembléia Plenária da Organização de Aviação Civil Internacional
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPA – Operação Pan-Americana
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PAIGC – Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde
- PCP – Partido Comunista Português
- PEI – Política Externa Independente
- PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP – Partido Socialista Português
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SEPRO – Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Lisboa
SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute
SNI – Serviço Nacional de Informações – Brasil
SNI – Secretariado Nacional de Informação – Portugal
SPN – Secretariado de Propaganda Nacional
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPA – Companhia Portuguesa de Supermercados S.A.R.L.
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN – União Democrática Nacional
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

RESUMO

A presente tese, *As relações Brasil-Portugal (1953-1975) do Tratado de amizade e consulta à descolonização lusa na África*, pretende analisar as relações entre o Brasil e Portugal da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953 até o fim do processo de descolonização portuguesa na África em 1975. Levando em consideração a revalorização do elemento português no Brasil ao longo da primeira metade do século XX, processo no qual a obra de Gilberto Freyre constitui momento exemplar, propõe-se a avaliação da constituição de um poderoso *lobby* lusitano encarregado de favorecer seus interesses imediatos e defender as posições do Estado salazarista junto à sociedade brasileira e a comunidade internacional a partir de uma instrumentalização da etnicidade como valor essencial a ser resguardado por portugueses e brasileiros. Dessa forma, os anos que vão de 1953 a 1975 serão analisados na perspectiva da definição dos reais limites impostos ao Brasil em suas relações internacionais, especificamente no tocante à África, em função dos rígidos esquemas geopolíticos praticados durante a Guerra Fria, bem como o correto entendimento das condições objetivas em que se sustentava o intercâmbio Brasil-Portugal e o caráter histórico das especialíssimas relações entre as duas nações, no sentido de explicar o atrelamento do Estado brasileiro aos desígnios do governo salazarista em matéria de política externa, particularmente naquilo que se referia às suas dependências coloniais, dado que só após a Revolução dos Cravos assumiria o Itamaraty uma postura verdadeiramente autônoma e proativa frente ao continente africano.

Palavras-chave: Relações Brasil-Portugal, Tratado de Amizade e Consulta, descolonização lusa na África, colônia lusitana no Brasil, *lobby* português e política externa brasileira.

ABSTRACT

The present thesis, *The Relations between Brazil and Portugal (1953-1975) from the Treaty of friendship and consultation to lusa decolonization in Africa*, intends to analyze the relations between Brazil and Portugal from the signature of Friendship and Consultation Treaty of 1953 to the end of the Portuguese decolonization process in Africa in 1975. Taking into account the reevaluation of the Portuguese element in Brazil throughout the first half of the twentieth century, a process in which the work of Gilberto Freyre constitutes exemplary moment, it is proposed to evaluate the establishment of a powerful Lusitanian lobby, charged to promote their own immediate interests and defend the positions of Salazarian State with the Brazilian society and the international community from the instrumentalization of ethnicity as an essential value to be preserved by Portuguese and Brazilian people. Thus, the years ranging from 1953 to 1975 will be analyzed from the perspective of defining the real limits imposed to Brazil in their international relations, specifically with regard to Africa, as a function of geopolitical schemes practiced hard during the Cold War, as well the correct understanding of objective conditions in which is sustained the exchange between Brazil and Portugal and the historical character of the very special relations between the two nations, in order to explain the linkage of the Brazilian government to the Salazar plans in foreign policy, particularly in what is referred to their colonial dependencies, because only after the Carnation Revolution took over the Foreign Ministry a truly autonomous and proactive stance against face the African continent.

Key-words: Relations between Brazil and Portugal, Treaty of Friendship and Consultation, lusa decolonization in Africa, Lusitanian colony in Brazil, Portuguese and foreign policy lobby in Brazil.

INTRODUÇÃO

“Sabe-se a pressão econômica que a colônia, como grupo de pressão e de interesse, exerce no Brasil. Não há nenhum estudo específico sobre isso, mas é um tema que merecia exame.”

José Honório Rodrigues, novembro de 1961¹

Foram as relações entre o Brasil e Portugal, provavelmente mais do que quaisquer outras, especialmente avaliadas a partir da significação extraordinária de seus múltiplos, relevantes e substanciais aspectos. Os diversos fatores constitutivos de uma ligação que remonta às origens da construção colonial produziram um espaço de identidade e convivência tal, que daí emergiu uma rica e complexa especificidade existencial, apropriada como objeto de inspiração e análise pelas mais diversas áreas do fazer artístico e acadêmico, tais como a música, a literatura, a sociologia, a antropologia, as relações internacionais e a história.

Dessa forma, qualquer esforço analítico que se proponha a lançar luz sobre os encontros e desencontros entre brasileiros e portugueses ao longo do tempo deverá, de maneira absolutamente imperiosa, socorrer-se da diversidade de olhares criteriosos que se debruçaram sobre a temática luso-brasileira. Assim, privilegiando uma reflexão de caráter multifacetado, a tese de doutoramento ora apresentada, *As relações Brasil-Portugal (1953-1975): do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África*, propõe uma abordagem teórica em que determinados pressupostos da história das relações internacionais e da nova história política se completam e estimulam novas possibilidades de compreensão dos processos decisórios na esfera do poder constituído, na medida em que recusemos a dicotomia “política interna *versus* política externa”, sem que tal postura leve a uma indistinção relativamente a essas duas esferas, pois,

[n]ão há, clivagens herméticas resultantes dos conceitos reificados de ‘dentro’ e de ‘fora’, mas o simples bom senso implica que se admita a existência de numerosos atos de política interna pura. Em compensação, não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política

¹ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 361.

interna, quer se trate dos atos mais importantes da vida dos Estados ou das manifestações cotidianas da atividade internacional.²

Resulta daí que o diálogo entre essas duas perspectivas teóricas apresenta imensa possibilidade de enriquecimento de objetos e conceitos, tanto para o internacionalista quanto para o historiador do político.

Quanto à tentativa de desqualificação do político como factual, superficial, inconsistente no tempo, concluímos com Julliard que

[h]oje em dia dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político colocando no seu lugar aquilo que ele estaria a esconder... [pois] há problemas políticos que são resistentes às mudanças infra-estruturais e que, ao mesmo tempo, não se confundem com os dados culturais vigentes num momento determinado.³

Deve-se ainda ter claro que, ao longo do século XX, ampliou-se enormemente a capacidade de intervenção estatal no domínio do social, seja pela potencialização da sua ação, dado o agregar constante de novas tecnologias de meios e procedimentos, seja pelas demandas crescentes da população. Dessa forma,

os poderes públicos foram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?⁴

Entendendo, portanto, ser o *locus* político domínio privilegiado e articulado do espaço social tem-se a sua especificidade como lugar de gestão do social e do econômico. Nessa dimensão é imperioso pensar o Estado, levando em consideração que

² MILZA, Pierre. Política interna e externa. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 369.

³ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p.77.

⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 24.

[n]as sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições.⁵

Todavia, o local do político não pode mais ser circunscrito aos espaços do Estado, pois as relações de poder espraiam-se por toda a sociedade, ainda que, na clássica perspectiva de Renouvin, o Estado ocupe uma condição de centralidade, isso não é suficiente, porque

o estudo das relações internacionais aplica-se principalmente a analisar e a explicar as relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados. [...] Por conseguinte, é a ação dos Estados que se acha no centro das relações internacionais. [...] Dentro deste gênero de relações, a história diplomática estuda as iniciativas e os gestos dos governos, suas decisões e, na medida em que pode fazê-lo, suas intenções. Trata-se de um estudo indispensável, mas que não basta – longe disso – para suscitar os elementos de explicação. Para compreender a ação diplomática é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso.⁶

É nessa perspectiva, a da investigação das influências que orientam a ação do Estado no jogo das relações internacionais e nas formas de articulação do político com o social, que se encontra o ponto nevrálgico das indagações aqui expostas. Dentre essas múltiplas influências, destaca-se a atuação dos “grupos de pressão”: os *lobbies*. E, especificamente, em função de nosso objeto de estudo, a constituição e operação do *lobby* português constituído no Brasil a partir dos anos 1930.

Os *lobbies* podem ser entendidos preliminarmente como “‘grupos de pressão’ que se constituem em organizações ou entidades que procuram influenciar no processo de decisão dos órgãos estatais, visando ao atendimento de seus objetivos específicos.”⁷ Os *lobbies*, porém, não têm sua ação direcionada somente para os órgãos de Estado, mesmo quando estes são os destinatários finais de sua ação. Torna-se necessário, portanto, um estudo detalhado das relações do *lobby* português no Brasil com as instituições e órgãos de Estado e a sociedade civil como um todo, posto que “os grupos de interesse têm consciência do poder da opinião

⁵ Ibid., p. 21.

⁶ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967. p. 5-6.

⁷ TOLEDO, Gastão Alves de. *Grupos de pressão no Brasil*. Brasília: PrND, 1985. p. 3.

pública e, por isso, procuram obter seu respaldo para a causa que estejam a defender, para tanto destinando somas consideráveis.”⁸

O entendimento teórico mais correto acerca do *lobby* português no Brasil, quer seja quanto à sua origem ou quanto à sua classificação, na medida em que o mesmo foge às especificações existentes, só poderá ser realizado pelo estudo das múltiplas interfaces produzidas por sua ação junto ao Estado e à sociedade civil brasileira no período em questão.

Dessa forma, além de explicitarmos o caráter das relações Brasil-Portugal na segunda metade do século XX, muitas vezes definido como um lugar de sentimentalismo desinteressado, o que de forma alguma correspondia às práticas e posições autoritárias assumidas por esses dois Estados quando em face das momentosas questões referentes à política colonial nos foros internacionais, pretende-se dar uma contribuição à compreensão dos processos decisórios do Estado brasileiro no período em questão, através do conhecimento pleno da constituição, organização e prática do *lobby* português em atividade no Brasil dos anos 1950 aos anos 1970.⁹

Para tanto, fundamentou-se a pesquisa em ampla diversidade de fontes levando em consideração desde os jornais de maior repercussão no período, encontrados na Biblioteca Nacional ou em arquivos das próprias empresas de comunicação, passando pelos mais diversos documentos relativos à vida da colônia lusitana no Brasil depositados no precioso acervo do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, até a documentação diplomática primária, de caráter secreto e sigiloso, selecionada e avaliada no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília.

Quanto à literatura compulsada, resta explícita a significativa e já longeva produção acadêmica brasileira no campo das humanidades sobre o amplo e complexo relacionamento entre o Brasil e Portugal, desde os primeiros anos após a independência política em 1822.

João Pandiá Calógeras, em sua monumental obra, *A política exterior do Império*¹⁰, dedicou um volume inteiro para, buscando uma compreensão das linhas estruturais da política exterior do país, analisar desde o processo de formação de Portugal até o governo de D. João

⁸ Ibid., p. 13.

⁹ Para uma análise da tradicional retórica da afetividade face os interesses concretos do relacionamento entre Brasil e Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, ver GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

¹⁰ CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3v.

VI, de forma a encontrar na história comum aos dois países os elementos formativos essenciais a embasar a ação brasileira no espaço sul americano.¹¹

Nos anos trinta do século XX, surge a inovadora e criativa obra do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, resgatando o valor e a proeminência da cultura lusitana na formação do caráter nacional brasileiro, fortemente questionadas, então, em obras que teorizavam acerca da singularidade da experiência colonizadora lusitana nas regiões mais quentes do planeta, sugerindo, como novo campo de análise sócio-antropológico a explicar tal fenômeno, a lusotropicologia¹². Debruçando-se especificamente sobre a colonização portuguesa, produziu ainda uma bibliografia polêmica pelo seu teor político imediato, onde se destacam títulos como *O mundo que o português criou* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. Ainda a mesma preocupação com a importância e significado da lusitanidade na formação brasileira e seu lugar nas relações internacionais do país estaria presente na obra caracteristicamente conservadora, e tão popularizada entre os anos 1940 e 1960, de Hélio Vianna¹³.

Contudo, antes da renovação nos estudos de relações exteriores do país propiciada pelo surgimento, em 1992, do livro *História da política exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, foi José Honório Rodrigues quem chamou a atenção para a contemporaneidade e permanência no tempo da singularidade relacional entre o Brasil e Portugal, em seu clássico de 1961, *Brasil e África: outro horizonte*. Ali enfocava, como um dos elementos mais importantes a explicar a especificidade do relacionamento entre os dois países, a ação da colônia portuguesa no Brasil como um verdadeiro grupo de pressão a influenciar tanto a formulação, quanto a implementação da política externa brasileira nos temas mais sensíveis aos seus interesses e aos do Estado salazarista, com o qual intimamente se relacionava¹⁴.

Em 1996, o historiador das relações internacionais José Flávio Sombra Saraiva lançaria *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*, com o intuito de suprir uma evidente lacuna bibliográfica, na medida em que, desde José Honório Rodrigues com seu *Brasil e África: outro horizonte*, nenhuma síntese atualizada havia chegado ao mercado editorial brasileiro acerca do estado das relações entre o Brasil e os países africanos.

¹¹ “Em todo esse evoluir, entretanto, salvo aberrações de detalhes, se manteria uma a tradição, e se observariam os princípios dominantes que haviam presidido à formação territorial da antiga colônia.” Ibid., p. 469.

¹² FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958. p. 37.

¹³ São de sua autoria: *Formação brasileira, A contribuição de Portugal à formação americana e História diplomática do Brasil*.

¹⁴ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 353-370.

Mais recentemente é possível constatar a relativa fragmentação da literatura que se refere ao período e à temática tratados nesta tese, com abordagens preferencialmente circunscritas a reflexões pontuais, embora seja crescente o número de trabalhos acadêmicos que têm como objeto de análise aspectos de especificidade tópica em relação ao plano geral aqui proposto. É possível dividir essa literatura em torno de dois eixos estruturais. O primeiro diz respeito à política portuguesa para a África nos anos 1960 e 1970, bem como o processo histórico de transição do poder autoritário para a democracia vivido por Portugal, no espaço de tempo que medeia a morte de Salazar e a Revolução dos Cravos. Representam importantes iniciativas as obras oriundas do *Seminário: 25 de Abril 10 anos depois*, como as de José Medeiros Ferreira¹⁵, que articula os elementos de política interna e externa para compreender o lugar de Portugal no mundo dos anos 1970. Como trabalho de síntese relativamente à descolonização da África portuguesa, destaca-se o competente ensaio de Norrie MacQueen¹⁶. É digno de nota a produção de José Calvet de Magalhães¹⁷ no que diz respeito à aproximação com historiadores brasileiros como Amado Cervo, em um esforço de revisão e compilação de elementos referenciais da história diplomática. Não poderia ser esquecida, por ser de consulta obrigatória, a coleção *História de Portugal*, em oito volumes, de José Mattoso¹⁸. Por fim, surge o nome de José Freire Antunes¹⁹, com significativa contribuição à pesquisa documental da política portuguesa para a África no período final do salazarismo.

O segundo refere-se à produção de estudiosos da história política e da história das relações internacionais, dos brasilianistas e dos profissionais da diplomacia. Entre os especialistas das relações internacionais, Williams Gonçalves²⁰ enfocando o relacionamento luso-brasileiro durante o governo Juscelino Kubitschek e Amado Cervo²¹ produzindo uma atualização das pesquisas das relações Brasil-Portugal. José Flávio Sombra Saraiva²², Alberto

¹⁵ FERREIRA, José Medeiros. *Descolonização e a política externa portuguesa – Seminário: 25 de abril 10 anos depois*. Lisboa: Associação 25 de Abril, 1984.

¹⁶ MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.

¹⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁸ MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995. 8v.

¹⁹ ANTUNES, José Freire. *O factor africano*. Lisboa: Bertrand, 1990.

_____. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Intervenção, 1977.

²⁰ GONÇALVES, Williams da Silva, op. cit.

²¹ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: EdUnB, 2000.

²² SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. v. 1.

_____. A África no ordenamento internacional: uma interpretação brasileira. *Anos 90*, Rio Grande do Sul/UFGRS, v. 15, p. 75-106, 2009.

_____. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), Brasília, v. 53, p. 169-182, 2010.

da Costa e Silva e a presença da África como elemento central na formação da etnicidade brasileira e também como espaço estrangeiro com o qual manteve-se amigável e profícuo contato.²³ Dos estudiosos estrangeiros, Boadi-Siaw²⁴, Kiracofe²⁵ e Wayne Selcher²⁶ representam contribuições clássicas ao estudo do intercâmbio entre o Brasil e o continente africano. Finalmente, os enriquecedores textos dos diplomatas de carreira como Saraiva Guerreiro²⁷, Gibson Barboza²⁸, Ítalo Zappa²⁹ e Azeredo da Silveira³⁰, que transmitem a percepção do profissional das relações internacionais no seu fazer cotidiano face os desafios de seu tempo e os limites impostos pelo instrumental burocrático da instituição governamental.

Entretanto, apesar da significativa reflexão já realizada sobre o tema, importantes questões encontravam-se à espera de um tratamento que encaminhasse a resolução de aspectos pouco claros da relação entre o Brasil, Portugal e a colônia lusitana, principalmente aquela instalada na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, no período que vai da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953 à conclusão do processo de descolonização portuguesa na África, em 1975.

Como responder ao fato de que o Brasil, ao longo desses vinte e dois anos, não tenha elaborado uma política conseqüente para o continente africano levando em consideração o interesse nacional, que apontava para uma aproximação concreta com a jovem África então em processo de emancipação política; que significado assumiu o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, como marco institucional a condicionar os passos da diplomacia brasileira, em um mundo perturbadoramente mutante; o que poderia explicar a manutenção pelo Brasil, de forma quase ininterrupta, de seu apoio ao colonialismo salazarista³¹, só finalmente mudado por voto em foro internacional quando a ditadura portuguesa não mais existia, derrubada que fora pela Revolução dos Cravos; que funcionalidade instrumental assumiu naqueles anos o

²³ SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

²⁴ BOADI-SIAW, Samuel Yaw. *Development of relation between Brazil and Africa, 1950-1970*. California – Estados Unidos, 1975. Dissertation – University of California.

²⁵ KIRACOFE, Clifford Attick. *Brazil's Angola policy and the security of the South Atlantic*. Virginia – Estados Unidos, 1979. Dissertation – University of Virginia.

²⁶ SELCHER, Wayne A. *The afro-asian dimension of brazilian foreign policy, 1956-1972*. Gainesville: The University of Florida Press, 1974.

_____. Brazilian relations with Portuguese Africa in the context of the elusive Luso-Brazilian community. *Journal of interamerican studies and world affairs*, Beverly Hills, v. 18, n. 1, 1976.

²⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

²⁸ BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²⁹ ZAPPA, Ítalo. O Brasil e a África subsaariana. *Segurança e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n. 158, 1975.

³⁰ SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

³¹ O Brasil só daria um voto contrário ao colonialismo português após a queda do governo autoritário de Lisboa.

lobby implantado no Brasil para favorecer e, em alguns casos, impor a vontade do Estado salazarista e fazer valer os interesses específicos da colônia portuguesa.

Tendo em vista essas e outras questões, estruturou-se o corpo da tese em seis capítulos. O primeiro, intitulado *Brasil e Portugal: a trajetória de duas nações através de um velho mundo em crise e suas especialíssimas relações (A primeira metade do século XX)*, dedica-se a contextualizar as condições de inserção de ambos os países no mundo e a avaliar a renovação dos estreitos laços históricos e culturais havidos desde sempre, no sentido de uma funcionalidade de tipo novo subordinada aos autoritários projetos assumidos pelas então jovens repúblicas fundadas entre o final do XIX e o início do XX.

É nos anos 1930 que surge a obra de Gilberto Freyre dando especial ênfase à valorização do elemento português na formação do caráter nacional brasileiro, ao mesmo tempo em que a ação organizativa da colônia lusitana no Brasil, iniciada em 1837, com a fundação do Real Gabinete Português de Leitura, atinge sua plenitude quando, por força de uma resolução do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil é constituída a Federação das Associações Portuguesas no Brasil, inaugurada em 10 de junho de 1932.

A partir dessa revalorização do papel do português nos trópicos, do novo patamar organizativo alcançado com o surgimento da Federação das Associações Portuguesas no Brasil e de uma nova condição de prestígio econômico e social, a pressão, quer seja dos membros mais proeminentes da colônia ou através da Federação, enquanto entidade representativa favorável a uma maior aproximação econômica, política e cultural entre o Brasil e Portugal, é uma constante. Tal pressão exercida de maneira imediata e direta, combinada e alinhada com a ofensiva diplomática salazarista sobre os formuladores e executores da política externa brasileira, produziu resultados verdadeiramente surpreendentes. A longa série de tratados e outros documentos bilaterais assinados a partir dos anos 1930, dão testemunho da tenacidade de Lisboa e sua colônia no sentido de construir um relacionamento que contemplasse os seus mais prementes interesses, preparando assim o caminho para o coroamento de uma bem sucedida estratégia diplomática, que se concretiza quando da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

No segundo capítulo, *O Tratado de Amizade e Consulta de 1953 e os interesses luso-brasileiros (1953-1961)*, são avaliadas as relações entre os dois países, no momento de maior aproximação e afinidade entre suas chancelarias na segunda metade do século XX. O poder colonial lusitano cada vez mais premido por uma conjuntura internacional crescentemente adversa, dada a verdadeira onda de luta pela autodeterminação dos povos desencadeada com o fim da Segunda Grande Guerra e coroada na Conferência de Bandung

em 1955, investe em relações privilegiadas com alguns parceiros entendidos como essenciais à manutenção das dependências ultramarinas, entre os quais, figurando com destaque, o Brasil.

Os anos 1950 encontram o Brasil em claro alinhamento à liderança de Washington no contexto da Guerra Fria e de uma correlação de forças, tanto no governo Vargas, quanto no governo Kubitschek, que determinou uma orientação nitidamente conservadora ao Itamarati, abrindo assim generosos espaços à ação do *lobby* português para exercer pressão e influência sobre os centros de poder onde se formulava e executava a política de relações do Brasil com o mundo.

Além de defender seus interesses específicos de colônia estrangeira, fossem referentes ao estatuto jurídico dos emigrados ou, ainda, às necessidades econômicas de suas corporações empresariais, esse grupo de pressão agia de modo a favorecer os objetivos do Estado português, angariando apoio em diversos círculos para as causas mais caras ao governo luso, destacando-se, então, como a mais premente, a luta pela manutenção de seu império colonial. Esse e outros objetivos foram atingidos, no plano da formalização, quando da assinatura, em 16 de novembro de 1953, do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal. Esse documento, que marcaria profundamente o relacionamento bilateral, estabelecia um regime de consulta prévia entre Lisboa e o Rio de Janeiro sobre todos os assuntos de política internacional e de interesse mútuo, à exceção das questões afetas aos espaços americano e ibérico. O atrelamento brasileiro à política portuguesa para a África determinaria pesado ônus para o futuro das relações nacionais com aquele continente, na medida em que exatamente nos anos 1950 tinha início, em uma escala jamais vista, o processo de ampliação da luta dos povos coloniais pela autodeterminação.

No terceiro capítulo, *Os anos sessenta e a redefinição do vértice político de uma relação triangular (1961-1964)*, ocupa lugar de efetiva centralidade na reflexão desenvolvida acerca das relações luso-brasileiras a profunda e incontornável contradição entre o discurso de apoio à autodeterminação dos povos, vigorosamente enfatizado a partir do anúncio da Política Externa Independente pelo governo Jânio Quadros em 1961, discurso esse mantido e de certa forma ampliado na administração João Goulart, e a permanência efetiva do apoio de Brasília às posições colonialistas portuguesas nos foros internacionais. Em apenas uma ocasião, a do voto proferido em 30 de janeiro de 1962, aprovando o relatório do subcomitê encarregado de reunir informações sobre a situação de Angola, colocou-se o representante brasileiro em oposição ao arrazoado sistematicamente apresentado pela legação lusitana. Contudo, mesmo votando apenas de forma preliminar contrariamente a Portugal, o delegado brasileiro fez

longa declaração em separado na qual enfatizava a profundidade dos laços que uniam o Brasil à pátria lusitana, louvando especialmente em seu discurso as características benéficas e singulares da presença portuguesa no mundo.

As razões para a manutenção do apoio brasileiro às posições e princípios tão visceralmente defendidos pelos portugueses são múltiplas e complexas. Se não há dúvida de que a imaturidade do setor externo da economia brasileira contribuiu para o desinteresse acerca das vantagens imediatas e futuras que poderiam ser obtidas em uma aproximação com a África, outros elementos de maior permanência no tempo fornecem o lastro explicativo necessário ao entendimento de como a presença lusitana, objetiva e subjetivamente, transformou-se em formidável influência a ser considerada pelos setores sociais, econômicos e políticos que controlavam, ciosos de sua hegemonia, o estreito e efetivo espaço do poder nacional. Estruturou-se, assim, um determinado tipo de utilitarismo instrumentalizador da cultura e da etnicidade a serviço dos interesses de grupos políticos conservadores brasileiros, do Estado salazarista português e da colônia lusa no Brasil.

O longo trabalho de organização e hierarquização dessa colônia, desenvolvido desde o século XIX, forneceria as bases para a constituição de um verdadeiro *lobby* que, a partir da ação sobre diversas organizações da sociedade civil e do Estado, influenciou o processo de formulação e a execução da política externa brasileira. As mais variadas e heterodoxas práticas de cooptação, tais como vantagens pessoais de diversos conteúdos e embalagens, apoio político e financeiro a partidos e dirigentes comprometidos com a causa lusitana, viagens, banquetes e comendas, foram largamente utilizadas pelos líderes da colônia no intuito de pautar a mídia e aproximar-se dos centros do poder, como parte essencial da ação orgânica empreendida pelos portugueses em suas instituições étnicas.

Todavia, em face da possibilidade de que a nova política externa brasileira ferisse de alguma forma seus interesses, a exasperação do governo português ampliava-se de tal modo que questões de somenos importância ganhavam ares de grande crise, chegando mesmo a se supor um rompimento formal de relações. Para Salazar, o mundo ao divergir de Portugal se divorciava da razão e do bom senso.

A partir de então, os ataques à nova política externa independente, vindos tanto de Portugal quanto das forças brasileiras mais conservadoras, se tornavam mais e mais violentos, produzindo um ambiente de tensão e crise sem precedentes nas relações entre os dois países, até que o golpe militar de março de 1964 alçasse à mais alta consideração o pragmatismo conservador estribado em equivocadas considerações ideológicas derivadas de uma concepção passadista da confrontação global entre os Estados Unidos e a União Soviética.

No capítulo de número quatro, *O arrasto de um tempo expectante (1964-1969)*, são analisados os anos agônicos de um regime incapaz de encontrar soluções adequadas aos novos tempos e que, apegado a uma mística personalista que se apagava lentamente, conduzia Portugal a um labirinto político para o qual não haveria saída consensual. O salazarismo, que não admitia negociar qualquer possibilidade de transição para a democracia, recebia as notícias do golpe militar no Brasil, e mesmo aquelas que diziam respeito ao avanço da campanha de Barry Goldwater à presidência dos Estados Unidos, como uma tábua de salvação em meio a um oceano de dificuldades. Era a desesperada crença de que uma viragem conservadora no cenário internacional beneficiaria a luta pela manutenção das dependências coloniais africanas e determinaria, então, uma nova condição de governabilidade ao sistema de poder instalado em Lisboa. Para o Brasil, a repetição *ad infinitum* da possibilidade, nunca efetivamente concretizada, da constituição de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Para os Estados Unidos, a manutenção das bases e dos bons ofícios à força aérea norte-americana.

Com a instauração do regime do 31 de março de 1964, o primeiro governo militar dedicou-se a desconstituir os princípios essenciais da Política Externa Independente adotando, assim, o discurso explicitamente subalterno de uma interdependência, que não era outra coisa senão o alinhamento disciplinado e obediente face o poder de Washington. Dada a inadequação e mesmo o fracasso dessa guinada conservadora adotada pelo Itamaraty, o segundo governo militar fez substituir a Diplomacia da Interdependência pela Diplomacia da Prosperidade, com o que pretendia rever a prioridade estabelecida quanto aos temas relacionados à segurança coletiva hemisférica e estabelecer como novo conceito essencial às intervenções da diplomacia nacional nos mais diversos organismos internacionais a luta contra a desigualdade econômica e social que separava o Norte desenvolvido e afluente do Sul cronicamente empobrecido.

Se, em Portugal, nem a doença e a morte de Salazar foram suficientes para derrubar o incrivelmente duradouro sistema de poder salazarista, no Brasil, ao final das duas primeiras administrações militares, reforçaram-se o caráter de exceção do regime e sua busca pela perpetuação no tempo. Era um tempo de expectativas que se arrastavam pesadamente sem que fosse possível vislumbrar as saídas para os impasses de toda ordem que se avolumavam no seio das duas nações atlânticas.

O capítulo cinco, *Brasil e Portugal: novos ensaios e velhas atitudes nos espaços de uma África em transformação (1969-1974)*, propõe a análise da nova conjuntura interna e externa que se abria para o Brasil com a solução da crise sucessória de 1969 e a coesão das forças militares contra o “inimigo interno”, em torno dos governos dos generais Médici e

Geisel. Colocando em desuso alguns dos mais significativos pressupostos da administração Castello Branco, a política externa seria posta a serviço do desenvolvimento econômico nacional a partir de um fortalecido nacionalismo autoritário. Com o sistema produtivo experimentando um efetivo amadurecimento rumo a um novo patamar tecnológico e uma nova capacidade de escala, por conta do acelerado crescimento do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, redefine-se o lugar da África como o do mercado potencialmente comprador de produtos e serviços de média e baixa tecnologia agregada, adaptados mais fácil e rapidamente pelo Brasil, do que poderiam fazer os países desenvolvidos, à realidade geográfica, produtiva e consumidora do continente africano.

Contudo, apesar de tantas possibilidades ainda a explorar para o efetivo aprofundamento dessas relações, a continuidade da aliança portuguesa funcionava como poderosa barreira de contenção à criatividade e ousadia políticas do Itamaraty na construção de novos conceitos associativos e na implementação de projetos mutuamente proveitosos. O Brasil, malgrado todas as expectativas, manteve seu apoio a Portugal nos foros internacionais durante o governo Médici, mesmo que paralelamente lançasse uma política africana mais agressiva e reservadamente informasse aos parceiros lusitanos seu crescente desconforto com a insistência de Lisboa em não negociar a autonomia de suas dependências africanas.

As hesitações do Estado brasileiro quanto à questão colonial portuguesa na África e a tibieza, e mesmo a naturalidade com que encarava historicamente as intervenções dos movimentos associativos lusitanos nas mais diversas facetas da política interna e externa do país, continuariam a ser percebidas nos anos 1970, demonstrando cabalmente a sua incapacidade de se opor, por variadas razões, ao poderoso *lobby* português que, articulado a partir do Rio de Janeiro, fazia sentir sua vontade com alto grau de eficiência desde meados do século XX.³²

Em Portugal se observava com apreensão as dificuldades econômicas que se iam avolumando com o tempo, por conta da inadequação do seu parque produtivo à aceleração do processo de integração europeia e dos extraordinários gastos da guerra na África. Homens de negócios entendiam ser aquela a hora para, franqueando o ultramar ao Brasil, escapar do inevitável *diktat* europeu e auferir lucros associando-se à influente presença brasileira em outras regiões de desenvolvimento recente como a América Latina.

³² Exemplo da continuidade da capacidade de ação do *lobby* português foi a colocação em marcha do processo de elaboração dos marcos legais do estatuto da igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses em ambos os países. Medida essa de grande alcance para os milhares de portugueses radicados no Brasil e claramente irrelevante para a pequena comunidade de brasileiros vivendo em Portugal, tendo em vista a gritante diferença quantitativa entre as duas colônias.

Entretanto, essa movimentação, liderada principalmente pelo *establishment* empresarial lusitano, encontraria, como sempre, no governo português tergiversações, discursos dúbios e pouco conclusivos.

Tomado por forte entusiasmo, dadas as potencialidades das relações com os países africanos, investiria o Brasil no caminho de acesso a seus mercados através da disposição de construir efetivamente uma Comunidade luso-brasileira³³. Um equívoco estratégico de tal magnitude determinaria perdas significativas em um futuro próximo, além de impor uma radical e arriscada mudança de rumo na administração Geisel.

Os primeiros anos do governo de Marcelo Caetano frustraram toda expectativa de encaminhamento de soluções para os grandes e graves problemas nacionais. Os setores ultraradicais, sempre inquietos com qualquer possibilidade de novas orientações para a questão africana, se não mais detinham o poder de outrora, eram suficientemente influentes para fazer valer seus interesses pela importância dos segmentos sociais e econômicos que representavam. A cada pequeno passo liberalizante dado pelo governo, concessões tinham de ser feitas às forças ainda vivas de um salazarismo insone, configurando uma situação de inércia politicamente intransponível, uma solução de compromisso com o passado, um eterno jogo de soma zero.

Seria necessário esperar pelo novo governo brasileiro, o do general Ernesto Geisel, como também pelos momentos finais do regime autoritário luso que seria substituído, em um processo abrupto, pela Revolução dos Cravos levada a efeito em 25 de abril de 1974, para que a mudança nas posições e votos do Brasil finalmente se efetivasse.

No sexto e último capítulo, *A ruptura do Tratado de 1953 e o redimensionamento de uma complexa relação (1974-1975)*, são enfocadas as crises brasileira e portuguesa, bem como as vicissitudes experimentadas no relacionamento entre os dois países na nova conjuntura, o que acabou por produzir um efetivo questionamento das bases sobre as quais se assentava o Tratado de Amizade e Consulta de 1953. Se o “Pragmatismo Responsável” da administração Geisel, tendo em vista situação de instabilidade da economia internacional por conta do choque do aumento dos preços do petróleo, aproximava o Brasil do bloco árabe-africano, foi sintomaticamente em Portugal que surgiram os primeiros e mais enfáticos ataques ao tradicional teor das relações luso-brasileiras. O caminho cheio de sutilezas escolhido pelo Itamaraty, desde o final dos anos 1960, para se afastar do alinhamento às posições do salazarismo em África foi surpreendentemente ultrapassado por um evento

³³ O alto investimento no sentimento comunitário pelos dois países teve seu auge, nesses anos, nas extensas comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil em 1972.

histórico de grande magnitude, modificador das coisas portuguesas com grave repercussão para sua política externa: a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974.

Claramente atônitos, governo, setores políticos e mídias conservadoras procuraram sofregamente um papel para o Brasil no novo processo que se iniciava em Portugal, forçando, não raro, desastrosamente, uma posição de mediação entre Lisboa e os movimentos de independência africanos não solicitada oficialmente pelas partes em litígio, o que deixou a nu o desespero de Brasília para salvar sua imagem perante as sempre negligenciadas nações da África lusófona.

Somente em julho de 1974, desvinculando-se formalmente de posições, por ação ou omissão, favoráveis a Portugal, reconheceu o Brasil a independência da Guiné-Bissau. A histórica decisão rompia, ao mesmo tempo, com o permanente apoio ao colonialismo salazarista e com o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, na medida em que a atitude brasileira não foi precedida de conversações com os parceiros portugueses como previa aquele diploma legal. Se as relações com os africanos começavam obviamente a melhorar, os problemas com o governo revolucionário português iniciavam um período de desgaste sem precedentes na convivência entre Brasília e Lisboa. Os desentendimentos atingiam uma ampla gama de aspectos relacionais, desde os mais comezinhos até os mais complexos: o desagrado do Palácio das Necessidades com os nomes indicados pelo governo brasileiro para assumir a embaixada nacional em solo lusitano; as críticas acerbas, antes censuradas, à ditadura do general Geisel; a permanente tentativa do Itamaraty em se imiscuir no processo de descolonização na África; a decidida e desabrida ação contrária à Revolução dos Cravos por parte da colônia portuguesa no Brasil; o permanente estado de ebulição da situação revolucionária provocando seguidos desentendimentos em torno de sensíveis temas econômicos, a vida de empresas e instituições financeiras brasileiras com sede em solo luso; a queda de Spínola e seu ativo exílio na América do Sul; a cacofonia ideológica impedindo a racionalidade essencial ao relacionamento entre países historicamente tão próximos.

De toda sorte, se as dificuldades cobraram pesado imposto às novas posições do Brasil, o rumo escolhido não foi alterado, incluindo aí a corajosa e pioneira ação de reconhecimento do governo angolano liderado pelo MPLA.

Havia sido percorrido um longo caminho desde a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953 ao fim do ciclo da presença colonial portuguesa na África em 1975. A velha idéia de uma Comunidade luso-brasileira que ignorava os anseios africanos cedia, enfim, lugar às possibilidades de constituição de um espaço mais amplo de

relacionamento para todos os povos que partilham, de alguma forma, o idioma de Camões e a herança lusitana.

CAPÍTULO 1

BRASIL E PORTUGAL: A TRAJETÓRIA DE DUAS NAÇÕES ATRAVÉS DE UM VELHO MUNDO EM CRISE E SUAS ESPECIALÍSSIMAS RELAÇÕES (A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Pensar as relações entre Brasil e Portugal é, por certo, tarefa que conduz ao entendimento de parcela significativa da natureza, do caráter, da essencialidade constitutiva de duas construções nacionais que, profundamente ancorada em uma temporalidade comum, descreveram sinuosos caminhos históricos experimentando os modos diversos da diáspora lusitana de forma a marcar indelevelmente sua presença no mundo com os traços da especificidade ibérica.

A compreensão da construção do Brasil e sua posição no mundo passa, em boa medida, pelo sentido dado a essa terra por aqueles que do mar avistavam-na no horizonte e, ao longo dos séculos, penetraram-na, num misto de curiosidade e cobiça, para pilhar, catequizar, colonizar, enriquecer. Estava certo Gilberto Freyre ao, compreendendo o entrelaçar das experiências de portugueses e brasileiros, sentenciar que “o estudo do Brasil têm sido sempre uma interpretação de Portugal.”³⁴ Assim como conhecer Portugal é surpreender no outro uma memória estrutural e estruturante que expõe o percurso de uma certa brasilidade no tempo que se esvai e no tempo que se anuncia.

Tais circunstâncias obrigam a destacar, no cenário das relações internacionais do Brasil, como uma de suas facetas mais ricas e surpreendentes, aquela que diz respeito ao teor e complexidade do relacionamento com Portugal ao longo do tempo.

Mas o que são, e representam, Portugal e Brasil na primeira metade do século XX?

Portugal, na expressão de Fernando Rosas, pode ser definido como um mundo de coisas pequenas.³⁵ E é a partir dessa especificidade, da construção ideológica de uma integridade que refere constantemente aos idealizados valores da aldeia lusitana, que se constitui de forma ainda mais peculiar a presença portuguesa no mundo, e as condições que

³⁴ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. Coleção Documentos Brasileiros. v. 76. p. 406.

³⁵ ROSAS, Fernando. Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia nos anos 30. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. v. 7: O Estado Novo (1926-1974). p. 15.

permitiram fazer durar, no limite da incredulidade, o arranjo social, político e econômico organizado entre os anos vinte e trinta do século passado.

Suas relações financeiras, produtivas e comerciais oscilaram, no período, entre o centro europeu e a África, determinando claramente as condicionalidades do horizonte externo. Até os anos vinte a economia apresentava-se relativamente aberta por força das vulnerabilidades estruturais existentes, ainda que fosse perceptível um crescente protecionismo. Só após a Grande Depressão verificar-se-ia de forma consistente a redução significativa dos valores de bens comprados no exterior. Ainda assim era evidente a concentração das relações econômicas internacionais lusitanas no chamado núcleo avançado do capitalismo europeu: Grã-Bretanha e Alemanha, com forte predominância do primeiro.³⁶ É de se notar que, ao final dos anos 1920, peixes, vinhos e cortiças ainda representavam cerca de 60% das exportações portuguesas, o que, pelas dificuldades de modernização do parque produtivo português, determinava um

déficit crônico e estrutural na balança comercial, que tornava o equilíbrio da balança de pagamentos dependente das remessas dos emigrantes, dos créditos dos capitais aplicados no estrangeiro e de outras ‘invisíveis correntes’, isto é, que a tornavam perigosamente vulnerável às condições externas que afetam tais fluxos de capitais.³⁷

O grande entrave ao desenvolvimento português, que não seria solucionado no período em análise, fundava-se em uma arcaica estrutura agrária que potencializava a pobreza de recursos naturais e dificultava o desenvolvimento tecnológico, em uma era de crescente competição internacional a demandar produtividade em escala geométrica e permanente inovação de processos e de mercadorias.

A alternativa às relações com o “centro europeu”, que reproduziam e amplificavam as debilidades da inserção continental, se disponibilizou concretamente com o advento do “ciclo africano do Império” no último quarto do século XIX, dada a partilha da

³⁶ O investimento britânico nas colônias portuguesas era, em 1928, cerca de oito vezes superior ao valor do conjunto do comércio externo da metrópole com as colônias naquele mesmo ano. Além disso, 25% de todo o comércio português de importação e exportação era realizado com os ingleses. Ver NUNES, Ana Bela Ferreira Macias; BRITO, J. M. Brandão de. Política econômica, industrialização e crescimento. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992. p. 301-351.

³⁷ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 127.

África levada a efeito pela Conferência de Berlim entre 1884 e 1885.³⁸ A questão colonial colocou-se, dessa forma, como elemento central da vida política portuguesa fazendo crescer e diversificar o *lobby* dos interesses coloniais, sustentado por uma ideologia colonialista abertamente pragmática e funcional, fundada em um darwinismo social que não disfarçava os argumentos racistas enovelados pelo discurso civilizatório benevolente.

Nesse sentido, é emblemático o pronunciamento proferido por Salazar no Palácio da Assembléia Nacional, em primeiro de junho de 1933, na abertura solene da 1ª Conferência de Governadores Coloniais:

[E] por cima de tudo, porque mais alto e mais belo, devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a proteção das raças inferiores, cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa. [...] Gloriosa, mas pesada tarefa, capaz de vergar os ombros mais fortes e acabrunhar os espíritos mais audazes, se por uma espécie de predestinação histórica não estivéssemos de há muito habituados a trabalhar e a sofrer, para que se acrescentem territórios ao mundo e novos povos recebam as luzes da civilização.³⁹

Após um certo crescimento das dependências coloniais entre o final do século XIX e o início do XX, a crise do final dos anos 1920 determinaria a definição de uma nova política colonial no âmbito do Estado Novo salazarista.⁴⁰ A crise redimensionou e realinhou os interesses e valores propostos na relação entre a metrópole e suas colônias africanas. Se antes havia a expectativa da solução dos problemas econômicos portugueses através do novo ciclo de exploração colonial, no momento em que uma realidade de limitações se impunha a um império à beira da falência, o espaço do ultramar tomava um sentido de importância cultural, ou mais além, existencial. É a ilusão da grandeza, a capacidade de sonhar com a repetição das epopéias dos séculos XIV e XV. Salazar passaria então a esgrimir, com a força que decorria da mística imperial rediviva, por um projeto funcional, ideológico e mobilizador, que ultrapassaria largamente, em sua vitalidade política e capacidade catalisadora, o papel econômico anteriormente ressaltado.

Faz-se necessário, entretanto, salientar que apesar de tudo a exploração econômica colonial não era de modo algum irrelevante para a economia portuguesa, pois o mercado

³⁸ O tratado luso-britânico de 11 de junho de 1891 reconhece oficialmente a administração de Portugal nos vastos territórios em Angola e Moçambique.

³⁹ SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra, s/d. v. primeiro. p. 241.

⁴⁰ Promulgação da nova política do ultramar através do Ato Colonial de 1930.

colonial apresentava-se como de grande importância para segmentos essenciais do parque produtivo português, como a indústria têxtil, e era determinante na solvência das contas externas lusitanas na medida em que representava o maior destino das suas exportações.⁴¹

Pelo valor político e ideológico, bem como pelas amplas e significativas repercussões econômicas e sociais, a exploração colonial da África constituiu-se em um consenso nacional ardorosamente defendido pelas mais diversas instâncias, setores econômicos e classes sociais, que, funcionalizando de forma recorrente no interesse da fortaleza do poder salazarista, um tema e uma questão de política externa, tensionou ao limite o tecido da vida política doméstica portuguesa até que tornasse indissociável a problemática colonial do sentido de destino, e mesmo da sobrevivência de Portugal, em um mundo cada vez mais incompreensível e ameaçador. Daí a sensibilidade exacerbada com que tratava Lisboa o tema e a defesa, buscada por todos os meios, de seus pontos de vista nos foros internacionais e em suas relações bilaterais, notadamente com o Brasil.

Apesar da política africana, da implementação de uma ortodoxia financeira por Salazar às contas nacionais a partir de 1928 e de uma autarquização, que se impedia a Portugal participar dos momentos de pujança dos ciclos capitalistas, também protegia a pequena nação ibérica dos efeitos mais deletérios da especulação desenfreada e suas conseqüências em destruição de riquezas, os impactos da crise fizeram-se sentir atingindo também as chamadas “correntes invisíveis”.

Em primeiro lugar, é preciso ter presente a importância dessas correntes financeiras para o equilíbrio da balança de pagamentos. As duas principais parcelas destas receitas em divisas eram os rendimentos do capital português empregado no exterior em depósitos, títulos, empréstimos, imóveis e as remessas de emigrantes. Designadamente, quanto aos três últimos casos, é central a importância do Brasil. Levando em consideração somente a década de vinte temos 66,9% de toda a emigração portuguesa destinada ao Brasil.⁴² Apenas no ano de 1929 o capital oriundo do Brasil representava um terço dos totais entrados em Portugal, e as remessas dos imigrantes cifrar-se-iam num valor em torno de 5 milhões de libras anuais, o que representava verba superior ao valor total das exportações desse ano.⁴³ Ou seja, a solvência internacional de Portugal dependia mais das remessas dos emigrantes do que da capacidade produtiva do país!

⁴¹ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1981. v. III. p. 470-476.

⁴² SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. p. 43.

⁴³ CRUZ, Perpétuo da. *Catálogo da grande exposição industrial portuguesa*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1932. p. 16.

As dificuldades derivadas da crise que se fizeram sentir no início dos anos 1930, com a significativa redução das remessas de recursos dos emigrados e as restrições internacionais de toda a ordem ao fluxo regular dos capitais, penalizando as entradas de juros devidos aos ativos financeiros de portugueses no exterior, tiveram como uma de suas mais graves repercussões a fragilização do regime oriundo do movimento militar de 28 de maio de 1926, marcando assim o fim de quase um século de experiência liberal. A próxima etapa do processo político português assistiria à transição da ditadura militar para o regime salazarista.

O salazarismo, na sua caminhada para o poder, constituiu um hábil e compósito processo de eliminação, integração e compromissos, conduzido por mão segura e senso de oportunidade. Fez, de várias direitas, uma direita, e assim construiu uma notável base para o controle durável do aparelho de Estado. “Saber durar” até os mais improváveis limites da durabilidade, eis aí a essencialidade do projeto que tornou exequível a longa marcha do salazarismo.⁴⁴

O afastamento dos generais republicanos do poder e o efetivo controle do governo pela facção salazarista começam a se concretizar em janeiro de 1930, com a evidente proeminência ganha então pela figura do ministro das Finanças, no governo desde abril de 1928. Em julho de 1932, completar-se-ia o ciclo ascensional e Salazar era nomeado para a chefia do governo sob a presidência do general Carmona.

Os princípios que fundamentavam a revolução política liderada por Salazar, que quase em nada mudariam com os anos de poder, eram a recusa à democracia liberal, o nacionalismo corporativo, o Estado forte, o intervencionismo econômico e social e o imperialismo colonial.

Esse Estado luso e sua nova liderança que emergem nos anos 1930 experimentarão seus primeiros desafios externos logo cedo. Sob o adensar da crise internacional e dos ventos subversivos que sopravam da Espanha, Salazar vai redefinir, a partir de 1935, os grandes princípios de uma política externa defensivista, de costas para a Europa, projetada em direção ao Atlântico e às colônias, sob a proteção da velha aliança inglesa. O isolamento relativo no concerto europeu em que se colocara a diplomacia portuguesa nos anos trinta só seria abandonado, como exceção à regra, por força da eclosão da guerra civil espanhola, em 1936, quando Lisboa se perfilou ativamente ao lado dos franquistas.

⁴⁴ ROSAS, Fernando, op. cit., p.152.

Essa posição quase sempre cautelosa e pragmática era marcada pelas duas ameaças históricas percebidas em Portugal como verdadeiros questionamentos à sua sobrevivência: o anexionismo castelhano e a cobiça sobre seu patrimônio colonial, alvo dos apetites das grandes potências internacionais.

Tal política externa apoiava-se em três eixos estratégicos:

- 1) A defesa da independência nacional face ao redivivo “perigo espanhol” nos anos 1930, na medida em que no período dos governos da esquerda republicana na Espanha havia o alegado objetivo da criação de uma Federação das Repúblicas Socialistas Ibéricas. Já no governo franquista não eram desconhecidos os desígnios e a propaganda anexionista da Falange, com o beneplácito de Serrano Suñer, então chefe do “partido” germanófilo e belicista do franquismo, líder da Falange e futuro ministro dos Assuntos Exteriores entre 1940 e 1942.

Uma das mais angustiantes e prementes preocupações da diplomacia salazarista durante o conflito mundial seria a de evitar o alinhamento da Espanha com o Eixo, de tal forma era claro, para Lisboa, que daí resultaria uma agressão e conseqüente ocupação do território português.⁴⁵

- 2) A defesa do patrimônio colonial como objetivo consensual na sociedade e nos meios políticos portugueses, atingindo setores tão díspares entre si como a representação da grande indústria e amplos setores do movimento operário.
- 3) A defesa da sobrevivência do regime por meio da associação da necessidade de implementação dos objetivos estratégicos de política externa à manutenção de Salazar no poder, levando em alta consideração a conquista do apoio de Londres e Washington a essa estratégia, como condição essencial para a salvaguarda da neutralidade da península e garantia dos objetivos dos aliados na região, durante e após a guerra.

Neste quadro de grave tensionamento que a guerra impunha, a neutralidade portuguesa colocou-se como importante elemento estratégico também na perspectiva britânica, na medida em que encaminhava a neutralização de toda a Península Ibérica.

⁴⁵ A política de neutralização da Espanha, construída de forma calculada e meticulosa por Portugal, tem no Tratado de Amizade e Não-Agressão, assinado em Lisboa no dia 13 de março de 1939, um instrumento diplomático de concertação bilateral, que leva em conta essencialmente a estabilidade e continuidade dos dois regimes em um mundo de contrastantes concepções de organização social, engolfado nas preliminares do grande conflito mundial.

Londres não apenas aceitou como apoiou ativamente os bons ofícios portugueses junto a Franco na tarefa de evitar a participação da Espanha no conflito.

Além das relações com o vizinho ibérico, a neutralidade lusitana oferecia a Salazar a fruição de uma situação especial como ponto pacífico de entrada e saída da Europa. Havia ainda a revalorização da excepcional condição geográfica e estratégica das ilhas atlânticas no cenário de guerra, quando a conflagração ganhava em dramaticidade e urgência com a capitulação francesa e as divisões Panzer estacionadas nos Pirineus aguardavam a autorização para deflagrar a “operação Félix”.⁴⁶

Ao final da guerra, Salazar conseguiria, em troca da atitude colaborativa ao longo das hostilidades e, principalmente, da cessão dos Açores, o essencial em seus objetivos perante os aliados:

- apoio internacional, claramente manifestado, a favor da manutenção do regime e garantias de salvaguarda das colônias portuguesas;

- obtenção, após o acordo relativo aos Açores com a Grã-Bretanha⁴⁷ e principalmente depois de efetivar o embargo à exportação de volfrâmio⁴⁸ para a Alemanha, de fornecimento de produtos necessários ao consumo da população e de matérias-primas essenciais ao setor produtivo;

- a salvaguarda da neutralidade operante e especulativa permitiu uma significativa acumulação de ouro e divisas, que se mostrou fundamental para a “pacificação” do país, nos termos de Salazar, no imediato pós-guerra.

O sucesso da estratégia lusitana durante a guerra, que refletiu-se em certa medida na nova ordem estabelecida após a vitória dos aliados, tem que levar em consideração liminarmente a ação de Salazar como homem de Estado e sua excepcional capacidade de empreender diplomaticamente nos diversos instantes e circunstâncias em que o conflito bélico dispôs as peças do jogo internacional de maneira desafiadora e propôs soluções pouco atraentes a países sem o cacife apropriado a uma mesa gestora de tão significativos prêmios. Sem dúvida, para além de todos os outros importantes fatores imbricados no processo decisório, as barganhas e dilações engendradas por Salazar levaram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a garantirem, no essencial, os objetivos metropolitanos e coloniais do Estado português. Quem, naquela quadra da vida lusitana, senão o ditador de discreta figura e inflexível têmpera poderia extrair dos vitoriosos a manutenção do Império, incluindo aí a

⁴⁶ Plano alemão que previa o ataque a Gibraltar e a invasão de Portugal.

⁴⁷ Acordo de 17 de agosto de 1943.

⁴⁸ Termo, hoje obsoleto, para designar o tungstênio, usado em filamento de lâmpadas incandescentes, foguetes, aviões, aços, eletrodos, entre outros produtos.

defesa do Timor português, onde só Washington foi capaz de impedir o domínio australiano do pequeno território após a ocupação japonesa?

Essa busca de espaço em um mundo novo, que relutantemente se aceitava, deveria respeitar, em primeiro lugar, a aspiração de continuidade com o passado, este sim repleto de significado e sentido, requerida pelo poder encastelado em Lisboa. Contudo, os ventos que sopravam do exterior, notadamente da América do Norte, internacionalizando o paradigma da ideologia liberal acoplada às virtudes pragmáticas do modo de vida americano, a “barbárie mecânica” na visão salazarista, conjugar-se-iam com os anseios internos, expressiva e publicamente declarados, por liberdade e democracia.

A Salazar cabia apoiar-se ostensivamente na fidelidade desesperada dos setores mais radicais e infensos a mudanças do regime: o ruralismo da lavoura tradicional e o conservadorismo ultramontano associado aos setores mais reacionários da tropa. A estratégia montada pretendia, em um primeiro momento, manter o essencial e negociar naquilo que fosse secundário até que a maré montante do questionamento ao regime começasse a refluir. Medidas como a dissolução da Assembléia Nacional e a antecipação de eleições são tomadas às pressas no sentido de surpreender e desorganizar as forças de oposição.

O aparente recuo de Salazar é cuidadosamente calculado e controlado. Todas as iniciativas circunscrever-se-iam aos limites impostos pelo sistema de poder. As próprias eleições, em um quadro que mesclava promessas de liberdade e vigilância repressiva quando necessário, visavam, em última análise, a confirmação do regime vitalizando-o com um aporte de legitimidade.

As previsões do núcleo do poder em Lisboa, entretanto, não levaram em consideração a possibilidade de uma onda desestabilizadora varrer o país. Essa onda se levantou efetivamente no ambiente de crescente polarização propiciado pela dinâmica da campanha política e teve como elemento catalisador o Movimento de Unidade Democrática, o MUD.⁴⁹ A resposta do governo foi o aumento da repressão policial e o reforço das condições objetivas de hegemonia no interior do *establishment*.⁵⁰ Asseguradas as lealdades dos chefes militares e civis, tanto o discurso público, quanto as práticas das autoridades policiais, estabeleceriam uma viragem na direção da busca do controle social absoluto. Poder-se-ia então observar à luz do dia, novamente, a face do mais resistente e arraigado partido da elite lusitana: o partido da ordem e da conservação. A rápida mudança de atitude do regime pode

⁴⁹ Criado em 8 de outubro de 1945.

⁵⁰ A antiga Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que passa a se chamar em 22 de outubro de 1945 Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a temida PIDE, constituir-se-á em elemento central da política de Estado, a ser requisitada, em sua máxima capacidade, nos momentos de crise do arranjo de poder salazarista.

ser exemplificada na sentença do ministro do Interior, Júlio Botelho Moniz, de que “o Estado Novo não cairá nem a votos e nem a tiros.”⁵¹

A situação política apresentar-se-ia de tal forma desfavorável para a oposição que, constatada a inexistência de condições mínimas para a lisura do ato eleitoral, esta desiste de participar do pleito. Ainda assim os resultados obtidos pela União Nacional⁵² são decepcionantes. Em uma população de cerca de 7 milhões de habitantes, há pouco mais de 470 mil votantes em um total de 834 mil cidadãos aptos para o exercício do voto, ou seja, uma abstenção de 44%!⁵³

O ano de 1946 seria marcado por claro impasse: nem o governo havia recobrado suas forças para atacar a oposição de forma decisiva, nem a oposição conseguia encontrar um caminho para se manter ativa após a frustrada campanha eleitoral. É certo, contudo, que o tempo trabalhava a favor de Salazar. Lentamente as forças do Estado Novo iam se recuperando e, o clima de “guerra fria” que se anunciava no cenário externo, propiciaria um apoio cada vez mais ostensivo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos ao ditador.

É exatamente no *front* internacional, em que as nuvens negras haviam toldado o horizonte do regime e ameaçavam sua estabilidade, que começaria a firme viragem no sentido da reafirmação do poder efetivo da liderança lusitana. Os exemplos dessa nova conjuntura são muitos: as visitas, de evidente caráter político, das esquadras americanas e britânicas a Lisboa, respectivamente em março e junho de 1946 e depois conjuntamente em junho de 1948; as declarações de reconhecimento ao governo português pelo auxílio prestado durante a guerra, proferidas pelo novo ministro dos Negócios Estrangeiros, o trabalhista Ernest Bevin, no parlamento britânico em junho de 1946; o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos ao pedido de adesão de Portugal à ONU, vetado pela URSS em setembro de 1946; o acordo sobre a cessão da base de Lágens aos americanos em fevereiro de 1948, seguida da condecoração do ministro da Guerra, Santos Costa, pelos norte-americanos devido aos “serviços extraordinariamente meritórios” prestados durante e após o conflito mundial; tudo isso culminando com a entrada de Portugal na OTAN, como membro fundador em abril de 1949, a que se seguiu, já em 1951, o acordo de defesa assinado entre Portugal e os Estados Unidos.

A convicção de que uma nova correlação de forças estabelecia-se na sociedade internacional impunha a Lisboa uma tomada de atitude realista, e esta passaria

⁵¹ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 380.

⁵² Fundada em 30 de julho de 1930, foi constituída para apoiar a criação e a manutenção do regime político que se estabeleceu em Portugal, o Estado Novo.

⁵³ TELO, Antonio José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 1991. v. II. p. 152.

necessariamente pela busca de uma integração, ainda que reticente, à órbita de influência norte-americana. Contrariado e permanentemente inconformado com a eliminação da Alemanha como efetiva força defensiva europeia face à ameaça soviética, Salazar propõe que o continente se reerga a partir dos meios materiais que repousavam na África, nos impérios coloniais, fazendo desta empreitada um verdadeiro chamamento às forças morais europeias vistas como reservas de energia indispensáveis no processo de reorganização do pós-guerra.

Até os anos 1950, o discurso civilizatório europeu será uma constante nas alocuções e escritos de Salazar, que buscará sensibilizar o mundo ocidental para uma cruzada anticomunista e severamente contrária a tudo o que não fosse compatível a um juízo cristão ultramontano. São inúmeros os exemplos desse sentimento de posse da “Verdade” e conseqüente mandato missionário de que se vê investido o governante luso, bem como a tarefa no mundo de que deve se desincumbir a sua nação.

Em artigo publicado no *Journal de Genève*, no número especial de 13 de outubro de 1953, dedicado a Portugal, escreve ele o artigo intitulado *Portugal como elemento de estabilidade na civilização ocidental*, onde afirma com pesar que “o europeu dá a impressão de começar a duvidar da intrínseca superioridade dos seus princípios sob a pressão de fatores como a técnica, a riqueza, o poderio militar...”⁵⁴ Ou ainda no discurso proferido em 12 de abril de 1954, na emissora radiofônica nacional, acerca do tema Goa e a União Indiana, onde julga parecer que

a Europa se sente hoje envergonhada e pesarosa dos atos dos seus descobridores e do alto pensamento que os conduzia, e o mais discretamente possível procura apagar os seus vestígios. A verdade é que o progresso se mede ainda em toda a parte pelo grau de ocidentalização que se atinge e as regressões se verificam em sentido contrário.⁵⁵

Em outro trecho do mesmo pronunciamento decreta: “A Índia tem para com Portugal uma dívida – ter-lhe aberto as portas do Ocidente e tê-la posto em estreito contato com os princípios de uma cultura, benéficos para sua própria evolução.”⁵⁶

As armas com as quais esgrime dão conta da inadequação do combate a que se dedica o ditador. Um evolucionismo canhestro, a cobrar o papel de facilitador da modernidade

⁵⁴ SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos e notas políticas (1951-1958)*. Lisboa: Coimbra, 1959. v. V. p. 186.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 189.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 190.

aos mais longínquos recantos que se preparavam então para o protagonismo do movimento pela descolonização, limitava a avaliação que Salazar fazia da situação global, ficando Portugal, no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, na incômoda tarefa de atacar a política liberal clássica, que antevia como caminho ao desgoverno, à anarquia e à vitória do comunismo.

A grande questão resumia-se, afinal, em fazer ou não o jogo de Moscou em seu projeto de destruição de tudo o que representava a Europa e a conseqüente sovietação do mundo.

Lisboa encarava com a maior desconfiança a nova ordem internacional. Criticava o regresso ao assembleísmo internacional através da ONU e o apregoado universalismo dos seus princípios. Temia visceralmente o deslocamento da tradicional aliança bilateral luso-britânica como pilar de sua política externa em favor de uma aliança multilateral hegemônica pelos Estados Unidos e seu braço armado, a OTAN. Conjecturava profundamente acerca dos desígnios hegemônicos dos americanos, das suas pretensões políticas e econômicas relativamente à Europa e às suas colônias, da ameaça materialista representada pela sua cultura e estilo de vida.

É neste clima de incompreensão, relutância e reservas gerais que, após a diplomacia portuguesa ver recusados os seus emblemáticos e sintomáticos pedidos de alteração do texto do preâmbulo oficial do documento fundador da OTAN, onde se defendia o modelo democrático-parlamentar, nada mais havia a fazer senão aderir incondicionalmente ao Tratado do Atlântico Norte, em abril de 1949.

Na outra margem do Atlântico, ao sul do equador, profundas mudanças surpreenderiam a América Latina no alvorecer do século XX.

Que cenário seria suficiente para abarcar o lapso de tempo que vai das esperanças despertadas pela Proclamação da República às expectativas geradas pelo fim da Segunda Grande Guerra Mundial no Brasil?

A década de 1920 marcou um período de grande efervescência e instabilidade na vida brasileira. O arranjo político, econômico e social que havia modernizado o controle das elites sobre as grandes massas despossuídas, na passagem do século XIX ao século XX,⁵⁷ dava inequívocos sinais de desgaste e inadequação às novas relações que se desenvolviam no âmbito interno e não se habilitava a responder, com a rapidez exigida nos novos tempos, aos desafios impostos pelo centro sistêmico do capitalismo global, em clara e profunda crise,

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 104.

tanto no que diz respeito ao excesso produtivo, quanto ao papel a ser assumido e cumprido pelo Estado e suas instituições.

O café, carro-chefe da vida econômica brasileira, pelo fato de ser um produto de sobremesa e tender o seu consumo a estabilizar-se ao longo do tempo, sofreria tremendamente com as restrições crescentes ao seu ingresso nos mercados consumidores, notadamente os Estados Unidos. O produto que havia dinamizado a economia nacional, provocado a leva imigratória de cerca de cinco milhões de estrangeiros entre as décadas de 1850 e 1920⁵⁸, acelerado fortemente a urbanização por conta da concentração do investimento nos setores comercial, bancário e industrial, transformara-se, dada a dependência do mercado comprador e investidor externo, em pesado fardo monopolizador das energias e do trabalho do país.⁵⁹

No ambiente do Estado e das relações de poder, as condições de legitimidade das camadas dirigentes eram rapidamente erodidas pela emergência de uma população urbana que, se não reunia condições para um enfrentamento direto e vitorioso com os donos do poder, representava um inconformismo latente, em ponto de ebulição, face às regras excludentes instituídas pela sociedade política. É nesse ambiente fértil à contestação que os anos 1920 assistirão ao aparecimento do movimento tenentista e seu séquito de rebeliões a se alastrar por alguns dos principais centros urbanos do país, com reflexos, ainda que pálidos, em significativas faixas do interior.

Os Dezoito do Forte de Copacabana em 1922, a rebelião paulista em 1924 e a Coluna Prestes/Miguel Costa entre 1924 e 1927 representaram a incapacidade do sistema de poder em responder de maneira proativa às questões postas pelos movimentos rebeldes e de definir um programa de reformas que mantivesse sob seu controle o processo de readequação das condições de representatividade e legitimidade do poder estatal, evitando com isso uma crise que poderia ampliar a instabilidade política e, portanto, desencadear alguma forma de ruptura em relação aos marcos legais da Constituição de 1891.⁶⁰

A Revolução de 1930 é essa ruptura. Uma ruptura que, contudo, não chega a revolucionar, a revolver, no sentido de uma transformação profunda, a sociedade de então. Ela é, antes de mais nada, o resultado de uma cisão no interior do pacto entre as elites, de um dos raros momentos na história brasileira em que as camadas dirigentes jogaram a resolução de suas discordâncias no dissenso aberto e violento, ainda que com certos limites, e não no

⁵⁸ PETRONE, Maria Thereza S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12.

⁵⁹ O café chegou a representar 72% das receitas de exportações do Brasil entre os anos de 1924 e 1928. Ver SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶⁰ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

tradicional consenso que pretendia, prioritariamente, bloquear a irrupção perturbadora das massas subalternas na arena da coisa pública.

À frente da Revolução que buscava, como primeira e mais importante tarefa, organizar um novo pacto de governabilidade entre as camadas dirigentes e, portanto, distante do discurso mudancista acalentado por certos setores urbanos apoiadores do movimento de outubro de 30, estava Getúlio Dorneles Vargas.

A figura do líder gaúcho é magistralmente definida por Érico Veríssimo, em seu livro *O Arquipélago*, citado no prólogo da biografia política de Getúlio Vargas escrita por John W. F. Dulles:

Tudo nele é mediano, medíocre. Jamais teve o pitoresco dum Flores da Cunha, o brilho dum Osvaldo Aranha, a eloquência dum João Neves. Não se lhe conhece nenhum gesto desprendido, nenhum impulso apaixonado. É homem frio, reservado, cauteloso, impessoal. Seu estilo literário é vago e incharacterístico. Seu físico não impressiona.

Mas, escuta. Escutem todos vocês. Antes de mais nada o biógrafo de Getúlio Vargas terá de levar em conta certos traços do seu caráter que o tornam figura singular neste país, dando-lhe vantagens muito grandes sobre os outros políticos. É um homem calmo numa terra de esquentados. Um disciplinado numa terra de indisciplinados. Um prudente numa terra de imprudentes. Um sóbrio numa terra de esbanjadores. Um silencioso numa terra de papagaios. Domina seus impulsos, o que não acontece com o Flores da Cunha. Controla sua fantasia, coisa que o Osvaldo Aranha não sabe fazer. Se o João Neves usa da sua palavra privilegiada para dizer coisas (e coisas que às vezes o comprometem), Getúlio é o mestre da arte de escrever e falar sem dizer nada.⁶¹

O primeiro e mais longo período da presença de Getúlio Vargas à frente do governo do Brasil só pode ser compreendido se entendido na sua condição de resultante da transação e do acordo entre vencidos e vencedores da Revolução. A hibridez muitas vezes vacilante que perpassou os quinze anos que vão de 1930 a 1945 reflete a complexidade do *status quo* que buscava então viabilizar-se. As velhas oligarquias regionais e seus viciados jogos de poder ao lado de jovens militares e seu fazer político autoritário, amalgamando-se à uma emergente burocracia de um aparelho estatal em processo de robustecimento político e capacitação técnica, estabeleceriam os marcos seminais de uma nova modernidade excludente.

⁶¹ DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas*. Biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967. p. 17.

Era chegada a hora do nacional-desenvolvimentismo, de sua política de substituição de importações e do papel do Estado como poderosa alavanca no sentido da construção de uma potência industrial nos trópicos.

A política externa do novo regime, não encontrando resistências ao reconhecimento do governo instalado no Rio de Janeiro oriundo do movimento de outubro pela comunidade internacional, passa a cuidar, com especial afincamento, das questões relativas às relações comerciais, na medida em que a economia internacional apresentava-se debilitada pelos efeitos da crise de 1929.

No decorrer dos anos 1930, a elite dirigente constrói uma nova percepção do interesse nacional. Mais amplo e abrangente, reforça o pragmatismo e sua condição instrumental na consecução dos objetivos do desenvolvimento nacional manufatureiro a partir da luta pela construção de uma planta siderúrgica.⁶²

Esse pragmatismo encaminha a abertura de novas e significativas frentes comerciais que pudessem dar suporte ao projeto desenvolvimentista. É nesse enquadramento que podemos visualizar corretamente as tratativas teuto-brasileiras que viabilizaram a crescente participação alemã nas trocas com o Brasil até 1938.⁶³ Faz-se necessário, contudo, relativizar este ensaio de diversificação comercial para além das regiões do tradicional convívio brasileiro. A questão da barganha getulista, pendularmente exercitada no decorrer dos anos 1930, só se põe, efetivamente, pela capacidade de Vargas em valorizar uma mercadoria que, objetivamente, já comprada, aguardava apenas o momento da entrega. O apoio brasileiro aos Estados Unidos encontrava justificativa na história, no comércio, no investimento, na cultura e na incontestável capacidade militar dos norte-americanos de fazer valer os seus desígnios no hemisfério ocidental.

Deve-se destacar que mesmo quando do advento do Estado Novo, recebido com óbvia e justificada simpatia por Berlim e Roma, as relações com Washington não sofreram fissuras ou dificuldades dignas de atenção. Parcela significativa do bom andamento das relações com os Estados Unidos no período deveu-se à ação francamente simpática de Osvaldo Aranha às postulações norte-americanas, quando ocupou a chefia do Ministério das Relações Exteriores entre 1938 e 1944.

⁶² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2008. p. 234.

⁶³ Id.

Com o conflito aberto em setembro de 1939, o Brasil de início preferiu a neutralidade embora fosse materialmente incapaz de fazer valer as regras que garantiriam a integridade do território nacional.

O desenvolvimento dos combates no noroeste da África acentuou a importância das bases do nordeste brasileiro para os aliados e, embora Getúlio se mantivesse disposto a dar continuidade às negociações para o alinhamento brasileiro a um dos blocos em luta, o ataque a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, provocou a declaração de solidariedade do Rio de Janeiro aos Estados Unidos. Em 28 de janeiro de 1942, não sem antes obter dos norte-americanos promessas efetivas de reequipamento das forças armadas, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo.⁶⁴ No dia 31 de agosto de 1942, tendo em vista os ataques a navios mercantes brasileiros e o clamor popular, é declarado o estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália.

O envio de tropas brasileiras para o cenário de guerra atendeu exclusivamente a um interesse brasileiro em marcar posição política e militar no conflito, conquanto fosse empreendimento claramente desnecessário tal como se afigurava o desenrolar das operações no teatro bélico europeu. O que se mirava, entretanto, era a realidade que se imporia após a derrota das potências do Eixo, onde o Brasil pretendia, sentado à mesa dos vencedores, cobrar a sua parte na vitória. Em outras palavras, o cumprimento da promessa de modernização das forças armadas nacionais e o empenho dos Estados Unidos no financiamento do desenvolvimento brasileiro, notadamente no que diz respeito ao projeto industrialista deflagrado a partir da construção da primeira siderúrgica da América do Sul.

Contudo, na medida em que se tornava cada vez mais segura a vitória aliada, ampliavam-se a ansiedade e a insegurança das autoridades brasileiras, tendo em vista o endurecimento da política comercial norte-americana, exemplificada na reversão da generosa fixação de preços do café no biênio 1940-1941, substituída após 1943 por uma disputa crescentemente conflituosa por conta da decisão dos Estados Unidos em não aceitar as reivindicações de reajuste de preços insistentemente reiterados pelos brasileiros.⁶⁵

Além de uma postura conservadora e unilateral no mercado de produtos primários e matérias-primas em geral, mostravam-se os americanos cada vez mais hostis aos projetos e políticas que tivessem como objetivo a substituição de importações para suportar a

⁶⁴ Ibid., p. 262.

⁶⁵ ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III, v. 4. p. 43.

implantação de setores industriais mais complexos e sofisticados. As promessas de suprimento de insumos básicos, bens intermediários e de capital não seriam cumpridas.

Um outro flanco, até então pouco visado, ampliaria o desconforto nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Enquanto no início da guerra a ditadura do Estado Novo era vista como “mais aceitável do que as outras”⁶⁶, depois de 1943 Washington passa a se movimentar no sentido de apoiar uma saída liberal para o futuro institucional do país.

Aqueles que, sem práticas liberais consistentes e verificáveis no recente passado brasileiro, apressaram-se em constituir agremiações político-partidárias e patronais para apoiar mais essa receita importada da nova liderança mundial, esperando que assim grandes investimentos afluíssem e excepcionais oportunidades de enriquecimento surgissem, rapidamente verificariam que o Brasil e a América Latina continuariam a ocupar lugar de pouco interesse e criatividade para o sistema decisório norte-americano.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, passados os primeiros anos de convivência relativamente consensual entre as potências vitoriosas, a nova realidade que se impôs na ordem política internacional foi a de uma bipolaridade claramente hegemonizada pelos Estados Unidos, dada a sua vantagem militar, estratégica, econômica, tecnológica e de seu sistema de alianças que ia da Europa Ocidental ao Japão. O conflito entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era cuidadosamente estruturado e contido, concebendo o planeta como um condomínio a ser racionalmente administrado a partir de técnicas de gerenciamento que necessariamente levassem em consideração uma rígida relação entre custo e benefício⁶⁷. Tamanha objetividade, algumas vezes esquecida, só poderia dar à luz a um contencioso que não colocasse a perder o controle dos dois centros de poder sobre as respectivas áreas de influência. Uma guerra que não poderia se consumir enquanto guerra. Frieza na condução dos movimentos táticos e estratégicos. Uma Guerra Fria.⁶⁸

⁶⁶ Ibid., p. 47.

⁶⁷ A relação de caráter condominial entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América, claramente posta em prática pela definição de hegemonias nas áreas de influência previamente determinadas, era objeto de escrupulosa observância, como se pode aferir em relatório secreto do governo português para o brasileiro acerca de reunião da Organização do Tratado do Atlântico Norte: “O Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros [da Itália], Senhor Lupis, referiu-se também ao processo de transformação em curso na Europa do Leste, nomeadamente na Checoslováquia, na Polónia, na Romênia e na Hungria. No entender do seu governo, a atitude do Ocidente deve ser de cautelosa expectativa, promovendo uma política de *détente* e de contatos, fornecendo discreto auxílio econômico, mas abstendo-se de qualquer otimismo excessivo ou interferência política.” OURO-PRETO, Carlos S. de. *43ª Reunião Ministerial do Conselho do Atlântico, Reiquejavique, 1968*. Lisboa, 12 ago. 1968. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 014 – 1968 (J-W). Ofícios, Secreto, n. 346. Anexo único. p. 3-4.

⁶⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 19-20.

Essa competição permanente, aberta ou velada, entre as duas superpotências que surgem da conflagração bélica viria a pautar a agenda mundial com o seu contencioso multifacetado. O espírito que a animou pode ser percebido na clássica definição, eivada de maniqueísmo, proferida por Dwight Eisenhower: “As forças do bem e do mal estão reunidas e armadas em oposição como raramente aconteceu na História. A liberdade está em oposição à escravidão, a luz em oposição às trevas”.⁶⁹

Um certo equilíbrio de poder, baseado na capacidade de destruição de seus arsenais, produziu o medo de uma catástrofe nuclear que poderia pulverizar todo o planeta, não uma, mas várias vezes, e colocou-se como uma sombra à espreita de todo e qualquer movimento realizado pelos atores da cena internacional, entendido sempre por ambas as partes como suspeito de violar as respectivas áreas de influência.

De início, a Guerra Fria teve como objeto central o desenho das fronteiras da nova Europa. Nesse primeiro momento surge como prioridade a “questão alemã”, uma vez que o tipo de solução adotada determinaria a cota de presença e a importância de cada um dos vitoriosos no velho continente.

As desconfianças ocidentais de que Stálin, em sua obsessiva busca por segurança, procurava ampliar seu controle sobre a Europa Centro-Oriental e fomentar os movimentos de esquerda na França, Itália, Grécia, além das situações específicas da Iugoslávia e China, produziram nervosismo e perturbação naqueles que, como os americanos, acreditavam no irresistível poder de atração do seu *modus vivendi* e persuasão dos seus dólares disponibilizados, ainda que sob condições, em agências financeiras como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Nessa conjuntura, a “política de contenção” elaborada por George Kennan ganha notoriedade, sendo, então, adotada pelos norte-americanos e seus mais íntimos aliados no trato com os soviéticos. Kennan considerava fundamental indicar às forças do Leste as áreas que não poderiam cair nas mãos de Moscou sob pena de uma ação mais incisiva de Washington e, ainda, o desenvolvimento de um programa intensivo de recuperação econômica da Europa e Japão de forma a coibir a ocorrência de processos revolucionários de inspiração marxista e assim levantar uma barreira de prosperidade nessas regiões que mantivesse a correlação de forças favorável aos Estados Unidos.⁷⁰

⁶⁹ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 356.

⁷⁰ Id.

Todavia, uma série de crises sucessivas viria a colocar o “perigo vermelho” no centro dinâmico das relações internacionais, convencendo aos céticos europeus ocidentais, que inicialmente preocupavam-se mais com o “perigo alemão”, e aos tradicionais isolacionistas norte-americanos a operar mudanças práticas em suas respectivas percepções.

O abandono soviético do Conselho das Quatro Potências para o Controle da Alemanha e a forte reação russa provocada pela criação unilateral do marco alemão do Oeste, até a aguda crise de Berlim de 1948 a 1949, acabaram por aglutinar apoio à criação daquilo que seria a futura OTAN. A resposta à aliança militar liderada pelos americanos viria a seu tempo com o Pacto de Varsóvia controlado pelos soviéticos.

Todavia, a Guerra Fria não limitou-se à Europa. Encontrou terreno fértil no Terceiro Mundo, um espaço geográfico e ideológico que representou, como uma verdadeira válvula de escape, a possibilidade de experimentar novas armas e elementos de propaganda ideológica, chegando mesmo ao enfrentamento limitado em guerras e conflitos regionais em países longínquos que não atraíam, muitas vezes, o interesse da mídia e das populações dos países centrais, deixando dessa forma as superpotências de mãos livres para agir.

Esse conjunto de nações genericamente aglutinadas sob a denominação de Terceiro Mundo surge no cenário das relações mundiais do pós-guerra a bordo de um amplo movimento que reivindicava liberdade e autonomia para todos os povos. O anticolonialismo militante produziu a sustentação de um processo de descolonização de tal velocidade e amplitude que obrigou as nações centrais a uma tomada de atitude frente a uma situação que não conseguiam controlar. O acontecimento mais importante no desencadeamento do movimento pela descolonização foi, sem nenhuma dúvida, a Segunda Guerra Mundial. A turbulência provocada pelo confronto foi de tal magnitude que

as ordens tradicionais foram derrubadas, os regimes coloniais foram desacreditados, floresceram os partidos nacionalistas ilegais e surgiram movimentos de resistência, empenhados não só na vitória militar, mas também na transformação política. Havia uma enorme agitação política na situação mundial, que podia constituir uma ameaça às grandes potências, ansiosas de restabelecer, o mais depressa possível, a estabilidade dos tempos de paz. Mas isso também podia constituir uma oportunidade para que as superpotências, imbuídas de suas doutrinas universais, procurassem conquistar apoio entre o grande número de povos que emergiam das ruínas da velha ordem destruída.⁷¹

⁷¹ Ibid., p. 362.

O novo mundo que surgia apresentava desafios e questionamentos tanto a americanos quanto a soviéticos.

No trato com o Terceiro Mundo, os americanos se depararam com um problema que também tiveram de enfrentar em outros lugares: a dificuldade de desenvolver relações amistosas com as ex-colônias e ao mesmo tempo alinhar sua política mundial com a das antigas potências imperiais, sobretudo a Grã-Bretanha e a França. Durante a guerra, Roosevelt apoiara as aspirações anticoloniais na Ásia e na África, para grande irritação de Churchill e De Gaulle. Após o conflito, quando os Estados Unidos procuraram fomentar a solidariedade europeia contra a União Soviética, pareceu pouco hábil manter a mesma orientação. Os governantes americanos procuraram freqüentemente produzir plataformas conciliatórias entre as nações imperiais e suas antigas possessões, com o intuito de conservar amigos em ambos os campos, mas, na maioria dos casos, as tentativas de Washington de negociar acomodações só serviram para alienar ambas as partes.⁷²

Após as declarações favoráveis ao processo de descolonização feitas durante e no imediato pós-guerra e de tentativas de mediação, os Estados Unidos renderam-se à lógica geopolítica imposta pela Guerra Fria e buscaram uma aproximação com países antes mantidos em isolamento diplomático tais como Portugal e Espanha. Marco importante dessa nova atitude norte-americana foi a viagem de Eisenhower à Europa em 1952, fazendo em Lisboa e Madrid escala oficial e pontos de conversação com Salazar e Franco.

Se os movimentos de norte-americanos e seus aliados claramente pretendiam reinserir a Península Ibérica no contexto internacional, as atitudes de Portugal no sentido de uma maior aproximação com o Ocidente eram repetidamente observadas a partir do final da década de 1940. A estratégia adotada foi a de afastamento discreto em relação ao regime franquista e aquilo que ele representava, como bem anotou em comunicação oficial de caráter confidencial ao ministro Raul Fernandes, a diplomacia brasileira em Lisboa, na qual informava que

já de há muito, logo que terminou a guerra, o governo português, apesar de sua estreita colaboração com o espanhol na política ibérica durante a conflagração mundial, quis timbrar por vários atos na sua administração externa o seu gradativo afastamento dessa política, como por exemplo, a saída de Madrid do Embaixador Pedro Teotónio Pereira, incontestavelmente elo das relações luso-espanholas, e nomeando para substituí-lo o

⁷² LEUCHTENBURG, William Edward. *Século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Embaixador Carneiro Pacheco, figura de menos relevo na diplomacia lusitana.

Por isso, a elevação de categoria da representação diplomática portuguesa na França será mais um ato de expresse desinteresse de Salazar na política atual do governo franquista, sobretudo neste momento em que as relações do Generalíssimo Franco e os aliados entraram em uma das fases mais agudas com a retirada dos chefes de missões diplomáticas.

Assim, na esperança de angariar com esse ato a simpatia solícita do governo francês, talvez pretenda o Presidente do Conselho firmar posição no seio das Nações Unidas, esperando assim que seja, um dia, revogado o direito de veto e entrar de modo definitivo na ONU, aspiração aliás conhecida do governo deste país.⁷³

Essas iniciativas diplomáticas portuguesas, que seriam coroadas de êxito quando da visita de Eisenhower, incluíram as negociações que levaram à assinatura do acordo entre Portugal e Estados Unidos sobre facilidades de trânsito à aviação norte-americana no aeroporto das Lágens.

O acordo foi assinado em Lisboa, em 2 de fevereiro de 1948, por troca de notas, em substituição ao anterior, terminado em 2 de dezembro de 1947, e que se referia especialmente aos aviões do *Air Transport Command*, em serviço das tropas de ocupação na Alemanha e Japão. Comparando-se o primitivo projeto português com o texto definitivo, verifica-se que os objetivos norte-americanos foram conseguidos, isto é, as prerrogativas que antes eram exclusivamente destinadas ao *Air Transport Command* passam a ser de toda aviação norte-americana, fazendo dos Açores uma das mais importantes bases dos Estados Unidos no mundo.

A imprensa portuguesa foi unânime em elogiar o acordo, realçando a estratégica posição de Portugal e de suas ilhas adjacentes, bem como as vantagens futuras que poderiam desse ato advir.⁷⁴

O embaixador brasileiro em Portugal, Souza-Leão Gracie, após informar à Chancelaria que as instruções de manifestar ao governo português o interesse do Brasil em uma solução favorável na questão da cessão da base dos Açores aos Estados Unidos haviam sido rigorosamente cumpridas, chama a atenção para o artigo publicado no *Diário de Notícias*

⁷³ MOSCOSO, Raul. *Elevação da legação de Portugal em Paris à categoria de embaixada*. Lisboa, 23 jan. 1947. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 16.

⁷⁴ GRACIE, Samuel Souza-Leão. *Acordo entre Portugal e os Estados Unidos. Facilidades de trânsito à aviação norte-americana no aeródromo das Lágens. Açores*. Lisboa, 19 fev. 1948. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 60. Anexos.

intitulado *Portugal e sua colaboração para a paz e segurança do mundo*. Escreve o embaixador que

[n]esse artigo é contida uma idéia que realmente não é nova, mas que creio deve merecer o nosso especial cuidado: Mas uma posição possuímos também [Portugal]: somos a melhor pedra para a formação de um bloco atlântico, o mais fácil de criar e o mais rico de possibilidades, constituído naturalmente pela Inglaterra, Portugal, Brasil e Estados Unidos com suas colônias e domínios.⁷⁵

As vantagens esperadas por Portugal em função da aproximação com os norte-americanos, principalmente o fim do isolamento diplomático, não tardariam. Entre as diversas visitas oficiais recepcionadas tem papel de destaque a missão chefiada pelo senador Gurney, integrada por oficiais generais das forças armadas dos Estados Unidos, que tinha como tarefa renovar contatos políticos e inspecionar as instalações militares americanas em diversos países europeus, aí incluída a Espanha. A declaração do senador Gurney, publicada em jornais portugueses de que previa para breve o restabelecimento de relações normais entre a Espanha e as outras potências, foi comentada e divulgada com grande destaque e satisfação em Portugal, na medida em que isso os interessava sobremaneira por considerar o fortalecimento dos contatos com o Ocidente essencial ao prestígio e à segurança da Península Ibérica.

Os discretos encontros levados a cabo pela missão Gurney produziram sérias especulações sobre o papel reservado a Portugal na defesa do bloco ocidental. A esse respeito escreveu em ofício de caráter confidencial à Chancelaria o embaixador brasileiro:

A sua passagem, porém, reavivou conjecturas e comentários que aqui se vinham fazendo, há bastante tempo, sobre a posição da Península Ibérica no caso de um novo conflito mundial contra a Rússia, bem como sobre um entendimento que a respeito já existiria entre os governos de Madrid e Washington e que se estenderia a Portugal.

Diz-se aqui que a Espanha tem, já terminados uns e em construção outros, diversos aeródromos espalhados pelo país, que constituiriam excelentes bases aéreas e teriam sido custeados com auxílio americano. Essas notícias, como a existência daquele entendimento entre os dois países, tem sido enfaticamente desmentidas tanto na Espanha, como nos Estados Unidos. No entanto, as declarações de personalidades americanas no sentido de apoiar a admissão da Espanha na ONU e propiciar a sua inclusão na União Ocidental,

⁷⁵ Ibid., p. 3.

deixam a impressão geral de que alguma coisa existe, mesmo que não tenha caráter oficial.

Em Portugal, igualmente, a construção de estradas e o aplanamento de vastas extensões de terrenos em diversas regiões do norte e do sul do país, tem assumido uma proporção e um ritmo extraordinário, parecendo obedecer a um plano que poderia apresentar facilidade estratégica, como base de operações. Não falta aqui quem lhes queira atribuir esse caráter e considerar que essas construções são levadas a efeito de acordo e mesmo com a ajuda do Governo Americano.⁷⁶

Concretamente, a introdução de Portugal no convívio internacional, sob o patrocínio dos Estados Unidos, foi duplamente marcada pela adesão lusa ao Pacto do Atlântico Norte em 4 de abril de 1949 e pela entrada na ONU em 14 de dezembro de 1954.

Definindo sua política externa para a Península Ibérica, quando da assinatura do Pacto do Atlântico Norte, o presidente do Conselho, Salazar, respondeu a três perguntas formuladas por jornalistas da *United Press*, relativas à posição da Espanha em face desse pacto, declarou, em resumo: que a sua vizinha deveria ser incluída nele por razões de ordem geográfica e estratégica, pela real importância da sua eventual contribuição e porque o valor e o significado da própria adesão de Portugal variariam conforme a posição ou atitude que tomar a Espanha; que o Tratado de Amizade e não-agressão luso-espanhol e seu protocolo adicional são, em princípio, compatíveis com o Pacto do Atlântico, mas que, por isso mesmo, os compromissos eventualmente emergentes ou assumidos em virtude deste têm que ser a cada momento confrontados com os princípios daqueles; que Portugal era partidário da entrada da Espanha no pacto ou, por qualquer outro entendimento, em substituição a sua adesão formal, se continuassem as dificuldades políticas que lhe opunham. O funcionamento pleno de uma frente ocidental contra a possibilidade de uma agressão era condicionado por uma política de idêntico sentido na Península Ibérica.⁷⁷

Portanto, já no início dos anos 1950, a estratégia delineada por Portugal para inserir-se no cenário mundial integrando o bloco ocidental, a partir da utilização militar de suas privilegiadas posições em várias partes do mundo pelos países que compunham a aliança atlântica, da qual obteve como compensação o consentimento tácito para a tão desejada manutenção do seu império colonial, achava-se vinculada, ainda, ao fortalecimento de suas relações com a Espanha na Península Ibérica e com o Brasil. Os Tratados de Amizade e

⁷⁶ GRACIE, Samuel Souza-Leão. *Passagem por Lisboa da Missão Gurney. Posição estratégica da Península Ibérica*. Lisboa, 14 out. 1948. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 296.

⁷⁷ GRACIE, Samuel Souza-Leão. *Mês político n. 4. Abril de 1949*. Lisboa, 12 maio 1949. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 121.

Consulta assinados por Portugal com esses países dão a correta dimensão de como o relacionamento com essas duas nações era prioritário para Lisboa.

Se para Portugal a definição do tipo de inserção internacional que o país buscava, entre os limites do desejado e do possível no mundo da Guerra Fria, passava clara e objetivamente pelo futuro de seu império colonial, para o Brasil as questões colocadas e a necessidade e urgência de definições propositivas eram mais imediatas e complexas.

Além da Guerra Fria, com todas as conseqüências e limitações derivadas da bipolaridade para um país como o Brasil, outros elementos requeriam a atenção dos formuladores da política externa nacional, tais como o anunciado conflito de interesses entre o norte desenvolvido e o sul subdesenvolvido e a emergência de inúmeros movimentos nacionais que buscavam a autodeterminação e acabaram por constituir o vigoroso processo de descolonização do pós-guerra, que, dada a sua velocidade e amplitude das regiões envolvidas, transformou-se no mais sensível, renovador e potencialmente desestabilizador elemento da agenda internacional até meados da década de 1970.

Contudo, para colocar-se à altura das diversas questões internacionais que demandavam claras respostas e nítidas posturas, o Brasil encontrou importantes fatores de limitação, internos e externos, para o exercício de uma política global compatível com a sua posição de potência regional emergente.

Externamente, no imediato pós-guerra, a América Latina e o Brasil em particular ficaram sob nítida hegemonia norte-americana, quer seja sob o ponto de vista político e estratégico, quer seja sob o econômico e cultural.⁷⁸ Contudo, essa hegemonia não se refletiu de maneira uniforme sobre o conjunto dos elementos de interesse para o relacionamento entre as duas nações. Na avaliação de Clodoaldo Bueno: “Se os dois países tinham óticas diferentes na maneira de encaminhar a cooperação econômica, nos aspectos político e militar houve completo alinhamento na gestão do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)”.⁷⁹

Tem papel central na formalização da preponderância da superpotência do norte sobre o hemisfério, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1947, colocando toda a América a serviço da concepção norte-americana de segurança global.

A concretização desse apoio de maneira unilateral, sem as contrapartidas que se faziam necessárias, representou uma adesão praticamente incondicional da qual souberam tirar proveito os americanos. O descaso de Washington em relação à reivindicação brasileira

⁷⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 269.

⁷⁹ Ibid., p. 271.

feita durante a Conferência de São Francisco em 1945, de integrar o Conselho de Segurança da ONU, é bastante indicativa das posturas que iriam se repetir com grande frequência no futuro. Não reconheceriam, posteriormente, quaisquer cobranças ou demandas de seus vizinhos, entendendo que a segurança que estendiam ao continente os colocavam em posição de crédito e não de débito.

Acompanhando o chanceler Raul Fernandes em visita oficial aos Estados Unidos, o então jovem diplomata e futuro ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, registrou a decepção surgida na equipe brasileira após os encontros de trabalho com os americanos:

E fui aos poucos convencendo-me de que as realidades do poder, os *facts of life* que vira descarnados e sem disfarces na Conferência de San Francisco, não permitiriam que se considerasse o Brasil um caso especial e privilegiado, digno de tratamento discriminado e compatível com os enormes sacrifícios que, nas circunstâncias e dentro do limite das nossas possibilidades, havíamos feito durante o conflito mundial. Faltava compreensão, por parte dos nossos interlocutores norte-americanos, da peculiaridade da posição do Brasil, que tanto havia arriscado e perdido na guerra. A verdade é que fomos tratados apenas com um cliente a mais, na longa fila dos necessitados do pós-guerra. Estava lançado o Plano Marshall [...] e não sobrava compreensão generosa para o Brasil, nem mesmo para uma administração como a do Presidente Dutra, que se posicionara, ideologicamente, de forma radical, ao lado dos Estados Unidos, fechando, e tornando ilegal no Brasil o Partido Comunista. E a nossa solidariedade era tomada como natural, automática.⁸⁰

Os Estados Unidos procuraram responder de forma técnica às reivindicações brasileiras, despolitizando ao máximo as tratativas que demandavam auxílio econômico ao desenvolvimento, requisitado a partir da grande expectativa gerada no Brasil por sua participação na Segunda Guerra Mundial ao lado dos norte-americanos, elencando um rosário de ações que, se devidamente cumpridas, levariam o país, pela força natural do mercado, a encontrar melhores dias em sua atividade produtiva.

O *diktat* liberal, repetido *ad infinitum* por funcionários dos Estados Unidos às diversas delegações brasileiras que desembarcavam no país do norte, orientava o Rio de Janeiro a colocar em prática os seguintes pontos:

⁸⁰ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 37-38.

a) o Brasil deveria procurar ampliar suas fontes internas de financiamento antes de solicitar ajuda do governo norte-americano; b) o Brasil deveria distinguir entre seus programas de reequipamento e seus programas de desenvolvimento. Os gastos com os primeiros deveriam ser considerados como importações deferidas e financiadas com as amplas reservas internacionais acumuladas nos anos de guerra; c) para os programas de desenvolvimento, o interlocutor deveria ser não o governo norte-americano, mas a instituição multilateral especialmente criada para tal fim – o Banco Mundial e d) de qualquer forma, o Brasil deveria ter presente que seu desenvolvimento, em última análise, dependeria da habilidade de criar um clima favorável ao ingresso de capitais privados.⁸¹

O questionamento constante do Brasil às atitudes ortodoxas da administração norte-americana no campo das relações econômicas não se repetiria naquilo que dizia respeito aos rumos dados à nossa ação política internacional durante a gestão Raul Fernandes. Esta se baseou em uma fundamentação ideológica extremamente conservadora, uma prática apegada a um legalismo pouco realista e uma questionável avaliação das possibilidades e potencialidades de expansão da presença brasileira no mundo.

Além dos poucos resultados obtidos no relacionamento com os Estados Unidos, a direção dada ao Itamaraty no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 desconsiderou amplamente a oportunidade de participar das discussões preliminares realizadas pelas Nações Unidas para definir o futuro estatuto dos povos coloniais. A declaração relativa a Territórios Sem Governo Próprio (Capítulo XI, artigos 73 e 74) foi redigida sem uma única colaboração da delegação brasileira e mesmo as discussões sobre o colonialismo não eram objeto de interesse da representação do país na ONU.

Segundo José Honório Rodrigues,

se a política interna influi na concepção da política externa e vice-versa, agora havia, sem contestação, o domínio ultraconservador da nossa diplomacia, dirigida, desde 1947, pelo Ministro Raul Fernandes, uma mentalidade vice-real e um espírito dominado pela ficção legalista [...]. Na III Assembléia, de 1948, o Sr. Raul Fernandes determinou que o Brasil se opusesse ao início dos estudos sobre o destino das antigas colônias italianas na África [...]. A questão foi adiada e, em 1949, a França, o Brasil e as

⁸¹ MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris, op. cit., p. 63-64.

nações latino-americanas, com exceção do Haiti, advogaram a volta de Roma às antigas colônias [...].⁸²

As intervenções do Brasil no período, relativamente ao tema descolonização, apoiavam sistematicamente a manutenção do *status quo ante*. A delegação brasileira defendeu a postura da África do Sul, quando da discussão do contencioso com a Índia em função do tratamento dispensado pelo país africano aos indianos. Apresentou um projeto de resolução que dava aos países membros das Nações Unidas total liberdade de ação nas suas relações diplomáticas com a Espanha e através de um dos nossos mais importantes representantes, Vicente Ráo, congratulou-se com a Bélgica pela sua corajosa e esclarecida atuação voltada para o progresso das populações que habitavam suas dependências coloniais.

Deve-se ressaltar, contudo, que a Chancelaria brasileira nutria esperanças, que se mostraram infundadas, de ampliar sua participação em organismos internacionais a partir de uma barganha que envolvia o apoio do Itamaraty à política colonial das potências europeias, como é claramente exposto pelo ministro Vicente Ráo em alentado despacho remetido ao embaixador do Brasil em Lisboa, Olegário Mariano, em 12 de outubro de 1953, onde informava poder adiantar

que alguns países, dentre os quais a França, tem preconizado a necessidade de ser o Brasil igualmente membro da NATO. A idéia francesa é baseada, sobretudo, na esperança de que, dessa forma, aceitaríamos o *status quo* da política colonial francesa no norte da África, modificando a nossa atitude anticolonialista nas Nações Unidas, a qual aliás, tem sido prudente e mitigada.⁸³

Mas se especulações outras, ainda que irrealistas, habitavam os principais gabinetes do Ministério das Relações Exteriores, o centro das preocupações brasileiras no início da década de 1950 acerca da problemática colonial passava pela discussão de que providências deveriam ser tomadas para melhor preservar os interesses de Portugal, como na continuação do despacho acima citado, no qual o ministro afirmava que

⁸² RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 405.

⁸³ RÁO, Vicente. *Instruções gerais para o senhor Olegário Marianno Carneiro da Cunha, Embaixador do Brasil em Lisboa*. Rio de Janeiro, 12 out. 1953. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1949-1959. Despachos, Confidencial, n. 410.

Goa, Damão e Diu representam territórios secularmente portugueses, donde se irradiaram a Fé e o Império através da Ásia, em benefício de Portugal. A administração portuguesa tem sido realmente modelar, não havendo distinções de religiões ou castas na Índia portuguesa. Os habitantes daqueles territórios são *cidadãos* portugueses, quer se trate de lusitanos, quer de concanis ou elementos pertencentes a outras raças.

O governo brasileiro tem assumido no cenário das Nações Unidas posição anticolonialista moderada, [...] pugnando sempre por soluções conciliatórias, que, a par de reconhecerem positivamente as legítimas reivindicações dos povos dependentes, garantam sua efetiva realização gradual, preservando assim a tranqüilidade internacional. [...] Dentro das necessidades da paz e segurança, aceitamos e defendemos o princípio da autodeterminação dos povos [...]. Por outro lado, no caso presente, estamos ligados a Portugal por força de íntimos laços étnicos, afetivos, culturais, políticos e econômicos. [...] Neste caso particular, devo esclarecer que o nosso ponto de vista, já assente em 1952, consistirá em evitar que o assunto seja discutido na ONU. Envidaremos esforços nesse sentido, aduzindo os argumentos acima expostos. Se, no entanto, o assunto for formalmente apresentado e inscrito, teremos então de desenvolver uma ação que seja, além de plástica, sumamente conciliatória, sem perder de vista os interesses de Portugal [...].⁸⁴

Dessa forma, a partir de um tipo de inserção na ordem mundial dependente, associado e limitado pelos interesses que o exercício da hegemonia norte-americana impunha ao hemisfério em geral, o Brasil baseou a construção da sua ação internacional, do imediato pós-guerra à década de 1950, em pressupostos extremamente conservadores que mesclavam uma maneira displicente e pouco percuciente de ver o mundo com as necessidades e exigências de uma política interna muitas vezes fisiológica, que determinava como postura recomendável para a ação do país nos foros internacionais o alinhamento com as potências do Ocidente e sua ideologia liberal.

Verdadeiro *standard* a exemplificar essa postura foi a condução da política externa brasileira, até o início dos anos 1960, no que diz respeito ao amplo e potencialmente desestabilizador processo de descolonização após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. E mais especificamente a forma como tratou o caso da presença portuguesa no continente africano, com toda sua sorte de excepcionalidades, suas licenças afetivas, suas justificativas históricas e alegações de fraternidade e comunhão cultural a orientar decisões que, custosamente, caberia ao futuro resgatar.

⁸⁴ Id.

A compreensão da sinuosa trajetória cumprida pela política externa nacional relativamente a Portugal e a África deve necessariamente levar em conta o papel desempenhado pela colônia portuguesa no Brasil. Colônia esta que se constituiu, logo após a independência, em vigoroso movimento comunitário, disseminado pelas principais cidades brasileiras, onde iniciou um lento, porém seguro, processo de centralização liderado pelas entidades étnicas na então capital, a cidade do Rio de Janeiro.

Essa obra associativa, iniciada em 1837 com a fundação do Real Gabinete Português de Leitura, completar-se-ia como projeto de organização e hierarquização, quando, a partir de uma resolução do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1931, surge a Federação das Associações Portuguesas no Brasil, que seria solenemente inaugurada, com a presença do presidente Getúlio Vargas, em 10 de junho de 1932, “o dia da raça”⁸⁵.

O trabalho de resgate histórico visando a valorização do elemento luso e das virtudes da presença portuguesa no Brasil iniciou-se com a publicação pela colônia da *História da colonização portuguesa no Brasil*, impressa na Litografia Nacional da cidade do Porto entre 1921 e 1926 “para a maior glória de Portugal em todos os tempos e apoteose à raça lusitana que já foi dominadora do mundo.”⁸⁶

Contudo, segundo José Honório Rodrigues,

foi realmente *Casa Grande e Senzala*, em 1934, que renovou o julgamento sobre a obra portuguesa no Brasil, valorizando-a, realçando-a e libertando-a daqueles conceitos deprimentes que ainda apareciam no auge da campanha de Antônio Torres. Desde então uma nova atitude, um interesse e uma estima muito acentuada caracterizaram a análise da atividade portuguesa no Brasil. Gilberto Freyre foi, na verdade, com seu revisionismo histórico, quem valorizou o João-ninguém português [...]. Se não houvesse extremos de ataque senão em casos raros, como o de Antônio Torres, agora a moda era acentuar os proveitos, os benefícios, as excelências da obra portuguesa no Brasil.

Preparou-se, assim, o terreno para sujeições futuras [...]. Primeiro, através dos acordos ortográficos; logo depois, através das facilidades criadas, em 1944, à imigração portuguesa, considerada como a que mais se ajustava à composição étnica ou social do povo brasileiro e o substituíam na falta de colonos brasileiros nos núcleos coloniais estrangeiros; e, finalmente, no auge do luso-brasileirismo, através do Tratado de Amizade e Consulta de 1953.⁸⁷

⁸⁵ Tema tratado na Dissertação de Mestrado *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*, defendida em 1993 por Luiz Cláudio Machado dos Santos, sob a orientação do Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva.

⁸⁶ DIAS, Carlos Malheiros. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional do Porto, 1921-1926. v. 1. p. 6.

⁸⁷ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 353.

Deve-se ressaltar, sem nenhuma dúvida, como elemento altamente sinérgico e fortemente catalisador, o significado do pensamento de Gilberto Freyre para o resgate da importância da presença lusitana no Brasil, grandemente desprestigiada nos meios intelectuais e junto à população em geral desde a independência no século XIX.

Gilberto Freyre chama a atenção em sua obra para o valor do hibridismo, da miscigenação como a solução para os graves e complexos conflitos étnicos e culturais a dilacerar as nações nos mais diversos quadrantes do planeta. Aí residiria o extraordinário valor da aventura lusitana no mundo. Pois o processo cultural português nos trópicos não teria realizado sua obra, seus mais profundos desígnios pela simples transferência de meios e valores de um espaço para o outro, mas sim pela mesclagem, pela integração dos mesmos.

Teorizando acerca das relações entre espaços tão diversos e suas especificidades, crê, o pensador de Apipucos, na condição exemplar do Brasil como sinal de superação da grave e permanente problemática racial, pois

[e]ssa superação da condição étnica pela cultural caracteriza a civilização lusotropical; e se algum dia se constituir em ciência a sistemática lusotropicalógica aqui sugerida, terá nesse processo de superação da condição étnica pela cultural, mercê da qual o mais preto dos pretos da África Tropical se considera português sem ter de renunciar a alguns dos seus mais diletos hábitos de homem dos trópicos, um de seus principais objetos de estudo.⁸⁸

Essa obra, realizada na imensidão dos trópicos pela pequena nação ibérica, constituiria assim, pelo menos, uma única e excepcional vantagem comparativa dos portugueses sobre os outros europeus: a capacidade de lidarem com os não europeus como talento intransferível – sua arte das relações humanas, das adaptações sociais, das transações culturais em espaços e terras quentes. Essa condição derivaria do parentesco sociológico do português civilizador dos trópicos, com o árabe islamita. Este, um dominador mais antigo do mesmo espaço e cujos métodos de “conquista pacífica” de povos e culturas as mais diversas teriam sido magnificamente assimilados pelo homem luso e postos a serviço da expansão cristã no Oriente, na África e na América.⁸⁹

⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Integração...*, p. 37.

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro...*, p. 45.

A presença portuguesa no mundo far-se-ia, então, muito mais em termos “cristocêntricos” do que “etnocêntricos”, ao contrário dos demais europeus que seriam em suas ações de colonização, antes de tudo, “etnocêntricos”, não contemplando na centralidade de sua presença o elemento cultural cristão. Daí porque as sociedades lusotropicals, mistas, simbióticas, não poderiam ser confundidas com os domínios coloniais de ingleses, franceses ou holandeses nos trópicos.

Nesse quadro interpretativo, o caso angolano surge como exemplo de espaço

onde ao sangue português outros se juntam, e será decerto nova confirmação dessa predominância da cultura sobre a raça, principalmente quando a cultura é do feitio da portuguesa.

A marca das terras descobertas e colonizadas por Portugal é esta: não são terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas docemente assimiladas.⁹⁰

O elogio à condição de lusitanidade de Angola avança no sentido do respaldo político à presença portuguesa na região, então fortemente questionada pela comunidade internacional nos seus principais foros de reunião, notadamente a ONU e seu Conselho de Tutela de Territórios Não Autônomos.

Essa coincidência de percepções acerca da realidade política internacional, entre o pensador pernambucano e o governo de Lisboa, é tão grande que, dando eco a uma das teses divulgadas com maior frequência pela diplomacia lusitana, o sociólogo expõe sua posição questionadora ao papel norte-americano no tema referente à descolonização, pois

[s]omos dos que acreditam ser a política chamada anticolonialista [...] dos Estados Unidos da América, uma preparação para seu domínio econômico e veladamente político em áreas tropicais ainda sob governo ou influência européia – principalmente portuguesa – onde se vêm formando, como em Angola e Moçambique, sociedades ou culturas lusotropicals semelhantes à brasileira.⁹¹

Afirmava, ainda, Gilberto Freyre ter encontrado

⁹⁰ Ibid., p. 230.

⁹¹ FREYRE, Gilberto. *Integração...*, p. 27.

no ultramar português separatistas, mas não me pareceram ser senão raros os seus extremismos. Na Angola, procurou-me um estudante para perguntar-me: Não parece que chegou o momento de a Angola separar-se da República portuguesa, como o Brasil no século passado separou-se da monarquia lusitana? Respondi-lhe que não. E que chegara o momento de o Brasil reaproximar-se, como nunca, de Portugal, e Portugal do Brasil.⁹²

É evidente que os livros, artigos, comentários e relatos de viagens do eminente sociólogo pernambucano repercutiriam não somente junto à colônia lusitana no Brasil, como também, e até em maior amplitude, em Portugal.

A postura intelectual e política de Freyre abre caminhos para a glorificação de sua figura pelos meios oficiais de Lisboa e pela controlada imprensa portuguesa em geral. Será então alçado à condição de membro de primeira grandeza da *intelligentsia* orgânica do salazarismo.⁹³

As matérias publicadas enfatizam que todos os elogios são poucos para caracterizar a figura do sociólogo e sua obra

em tudo quanto diz respeito às suas constantes e eficientes atividades a favor de Portugal, do povo e da cultura portugueses.
[...] incapaz de exageros e deturpações das propagandas interesseiras, homem cuja escrupulosa consciência jamais se desvia da prática da mais equilibrada equidade⁹⁴.

O editorial de *O Século* chama a atenção para o fato de que

Gilberto Freyre, quando algumas vozes desautorizadas, ou simplesmente suspeitas, se ergueram no Brasil, negando a obra formidável do gênio colonizador português, ergueu, *sponte sua*, a voz, para explicar, em termos

⁹² FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro...*, p. 255.

⁹³ Deve-se ressaltar que essa situação custou a Gilberto Freyre forte oposição nos meios políticos de esquerda, assim como nos meios acadêmicos, com acusações de toda ordem referentes à sua suposta condição de agente do salazarismo, levantando-se, inclusive, a possibilidade de seu nome constar da folha de pagamentos do regime autoritário de Lisboa. Como importante contribuição ao esclarecimento do debate entre Freyre e a escola de sociologia da USP, ver FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de (Orgs.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

⁹⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 08 set. 1951. In: FREYRE, Gilberto. *Integração...*, p. 401.

que nos encheram de justo orgulho, quem são e quem foram os portugueses na história do mundo americano.⁹⁵

A viagem de Freyre ao redor do mundo, visitando as regiões colonizadas por Portugal, teve também ampla cobertura da mídia lusitana nas dependências do ultramar. O jornal *Notícias* de Lourenço Marques cobrindo sua presença na África informava que

em Angola, Gilberto Freyre viu, com efeito, uma África tão portuguesa que, às vezes, lhe deu a impressão de um Portugal africano. E, maravilhado, o escritor pergunta:

- De que outra África se poderá dizer o mesmo com relação à nação europeia que a tenha colonizado?

[...] se, por um lado, como pode ainda o eminente professor observar, Portugal ganha nova energia fixando-se em Angola, por outro lado, Angola, lusitanizando-se, enriquece sua vida, sua paisagem, sua economia, sua cultura de valores europeus que ali, nesse grande mundo em formação, confraternizam com valores nativos ou tropicais, sem humilhá-los: [...] a oliveira ao lado da bananeira; a uva ao lado do dem-dem; a macieira ao lado da palmeira; o branco ao lado do preto.⁹⁶

A partir dessa revalorização do papel do português nos trópicos, do novo patamar organizativo alcançado com o surgimento da Federação das Associações Portuguesas no Brasil e de uma nova condição de prestígio econômico e social, a pressão, quer seja dos membros mais proeminentes da colônia ou da própria Federação enquanto entidade representativa, em favor de uma maior aproximação econômica, política e cultural entre o Brasil e Portugal é uma constante. Tal pressão, exercida de maneira imediata e direta por ser interna e baseada na crescente capacidade de inserção social dos portugueses no Brasil, combinada e alinhada com a ofensiva diplomática salazarista sobre os formuladores e executores da política externa brasileira, produziu resultados verdadeiramente surpreendentes tanto para a colônia, quanto para a consecução dos objetivos perseguidos pela política externa lusa.

O processo de operacionalização imediata desses interesses ficou a cargo da comunidade portuguesa no Brasil, que sustentou um poderoso *lobby* no período. Seu alto grau

⁹⁵ *O Século*, Lisboa, 27 set. 1951. In: *Ibid.*, p. 408.

⁹⁶ *Notícias*, Lourenço Marques, 15 jan. 1952. In: *Ibid.*, p. 424-425.

de capilaridade e efetividade na ação acabou por influenciar decisivamente os formadores de opinião e os centros de decisão brasileiros.

A duplicidade de ação da colônia portuguesa no Brasil, a serviço de seus interesses econômicos e étnicos mais imediatos e como elemento de suporte executivo à consecução das diretrizes mais permanentes da política externa do Estado português, pode ser concretamente avaliada pelos resultados que rapidamente são obtidos.

Para que os amplos objetivos traçados em 10 de junho de 1932 fossem efetivamente atingidos, a tarefa organizativa apresentava-se como essencial. A construção de uma estrutura institucional que congregasse a vida lusitana, articulasse sua voz e obtivesse das autoridades, dos dois lados do Atlântico, a audiência necessária para o atendimento de suas reivindicações punha-se como condição basilar para a continuidade do sentimento de pertencimento, de identidade, de lusitanidade. No opúsculo *Os portugueses do Brasil nos centenários de Portugal – 1941*, essa atitude comunitária de defesa de seus interesses específicos e ao mesmo tempo de disponibilidade prática para atender com todo vigor aos apelos da “pátria-mãe” pode ser nitidamente percebida. Salazar chama atenção, na reunião do Conselho de Ministros em 26 de março de 1938, para a importância da presença brasileira nas comemorações dos Centenários, no que é prontamente respondido em telegrama do presidente do Conselho da Colônia da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, Albino de Souza Cruz, um empresário que havia enriquecido no setor fumageiro, no qual informa que “a Federação apreciou com intenso júbilo as palavras de V. Ex. louvando a referência ao Brasil...”⁹⁷ Relata, ainda, ao homem forte do regime português, que a colônia havia criado uma comissão de propaganda integrada por jornalistas com militância profissional no Rio de Janeiro para repercutir os trabalhos da grande comissão responsável pela participação dos portugueses do Brasil nas comemorações dos Centenários, exatamente como havia pedido Salazar. Nesta mesma reunião, a comissão resolveu que nada seria feito sem ouvir o embaixador de Portugal Martinho Nobre de Mello e iniciou, ainda, a campanha na qual os portugueses do Brasil acabariam comprando, por 5 milhões de escudos, e doando ao Estado português o Palácio da Independência (Palácio dos Almadas), em festiva cerimônia realizada em 24 de novembro de 1940, na cidade de Lisboa.⁹⁸

Esse relacionamento privilegiado, a coincidência de ideais, objetivos, visões de mundo e a instrumentalização da colônia em favor do projeto salazarista podem ser avaliados

⁹⁷ Relatório da Comissão Executiva da Colônia Portuguesa no Brasil Pró-Centenários de Portugal apresentado à Federação das Associações Portuguesas do Brasil. Cód. misc. 346/24. Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro.

⁹⁸ Id.

em outro discurso proferido pelo Sr. Albino de Souza Cruz ao Conselho da Federação, no qual informava os resultados de sua visita a Portugal e participação nas comemorações dos Centenários:

[A]queles nossos compatriotas que nos últimos anos não tenham podido ir a Portugal não conseguirão avaliar [...] a transformação por que Portugal tem passado na ordem material e espiritual.

O progresso é evidente, as obras realizadas falam por si mesmas: já não é possível negar.

Se não tivéssemos retomado a confiança em nós próprios [...] continuaríamos à mercê dos ventos contrários.

Felizmente, Portugal sabe o que quer e para onde vai. Dá ao mundo inteiro um exemplo de ressurgimento [...].

Há mais de um ano a guerra atormenta a Europa [...] apesar disso a vida portuguesa decorre tranqüilamente.

Há hoje em Portugal um propósito nacional, um orgulho bem português.

Só assim teria se conseguido esta espécie de milagre que em escassos doze meses [...] pôs de pé [...] a deslumbrante Exposição do Mundo Português [...].

Quando me despedi do chefe eminente [Salazar] que todo o mundo culto da Europa e das Américas admira e respeita, cumpri o dever de assegurar-lhe que os portugueses do Brasil se confessavam obrigadíssimos [agradecidos] pela honra insigne de terem voz ativa nas comemorações [...].

As palavras de Carmona e as de Salazar, essas permanecem [...] como lição e exemplo [...] para sermos devotados e consagrados à pátria que nos foi berço e à pátria adotiva e magnífica em que Portugal se resume e retrata nesta margem do Atlântico.⁹⁹

Essa atitude da colônia portuguesa no Brasil, de apoio ao Estado salazarista, viabilizada em termos práticos pela ação da Federação, recebia numerosos elogios e agradecimentos em publicações oficiais e privadas de Portugal.

Estava claro, para Portugal, que o relacionamento com o Brasil e com a sua colônia aí instalada ia muito além das permanentes declarações de amizade. Havia um sólido sentimento de unidade e solidariedade, além de uma comunidade lingüística forjada em um passado histórico de coragem e heroísmo. Esse era um capital que a diplomacia portuguesa não estava disposta a desperdiçar.

Primeiramente, defendia o Estado luso, que nenhuma restrição fosse imposta à entrada de seus nacionais no Brasil. Em um segundo momento, buscou, através de uma bem sucedida política de tratados bilaterais, assegurar a igualdade de direitos entre brasileiros e

⁹⁹ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal*. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000. p. 292-293.

portugueses baseando-se em uma reciprocidade que, embora juridicamente perfeita, do ponto de vista prático igualava situações absolutamente desiguais, em que poucos milhares de brasileiros viviam em Portugal contra os milhões de portugueses estabelecidos no Brasil.

O trabalho desenvolvido pela diplomacia portuguesa para assegurar um *status* privilegiado aos seus emigrantes na antiga possessão da América do Sul objetivava prioritariamente ampliar a adesão dos emigrados ao governo salazarista e fortalecer politicamente a colônia para utilizá-la como interlocutor privilegiado nas tratativas entre os dois governos e na formação de uma opinião pública brasileira favorável às teses portuguesas. Além disso, a colônia foi responsável por remessas monetárias absolutamente indispensáveis, ainda que decrescentes, entre as décadas de 1920 e 1960, para o equilíbrio das contas públicas portuguesas. Tal fato foi sobejamente reconhecido por articulistas, políticos e autoridades, destacando-se o próprio Salazar.¹⁰⁰

Entre aqueles que reconheceram a importância da comunidade portuguesa no Brasil para os interesses estratégicos lusitanos encontra-se Armando de Aguiar, que em livro patrocinado pelo governo de Lisboa escreve que

se por um lado trabalham para o Brasil, por outro são vínculos poderosos de ouro que mandam para Portugal algo em torno de 2 milhões de libras [...] Há que exaltar o quanto Portugal deve à Federação no estreitamento das relações culturais luso-brasileiras [...] e à propaganda intensiva que faz de tudo quanto é nosso, realizada com método e ordem. [...] A força e a importância da colônia é tão grande, que até o próprio chefe de Estado daquele país não poupa a ela os mais calorosos aplausos, [...] o que nos é extremamente valioso.¹⁰¹

¹⁰⁰ Na década de 1930, Salazar definia as remessas como absolutamente indispensáveis à saúde financeira de Portugal. A importância da emigração individual para o orçamento do Estado português ficava evidente em vários momentos, como quando da discussão do acordo de migração, relatado no Despacho de 12 de julho de 1949, no qual, em nome do ministro das Relações Exteriores, o chefe do Departamento Econômico e Consular, Moacyr Briggs, instruindo o embaixador em Lisboa, Souza-Leão Gracie, afirmava que “a remessa de fundos é a pedra de toque da contraproposta portuguesa, razão de todas as dificuldades levantadas na resposta no memorando, com o fim de garantir condições vantajosas ao particular; no entanto, só após entendimentos com o Banco do Brasil poderá ser dado o ponto de vista definitivo da Secretaria de Estado.” Em conclusão, lê-se no documento em apreço “que é chegado o momento de iniciarmos com Portugal uma política objetiva de concessões. O acordo de imigração, hoje, seria o ponto de partida. O Tratado de Comércio, amanhã, completaria os fundamentos de uma obra em que nos devemos empenhar de corpo e alma.” In: BRIGGS, Moacyr. *Acordo de migração com Portugal*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1949. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1949-1959. Despachos, Confidencial, n. 260. p. 2.

¹⁰¹ AGUIAR, Armando de. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia Nacional de Publicidade, 1945. Cód.: 27/mm/62. Real Gabinete Português de Leitura.

A atenção permanente dispensada por Salazar à colônia no Brasil e seu interesse explícito de orientá-la e controlá-la de muito perto dão a dimensão da importância operativa do movimento associativo lusitano aqui instalado. Seus discursos a ela endereçados e os contatos amiudadamente agendados enfatizavam a necessidade de não se perder a identidade lusitana e, portanto, não se descuidar dos deveres que essa condição obrigava. Respeitar o Brasil, mas fortalecer a comunidade étnica para orgulho da mãe-pátria. Participar do desenvolvimento econômico e social do florão sul-americano, mas empregar sua capacidade de inserção social para influenciar a elite dirigente a não se distanciar do solo de onde haviam brotado os elementos de civilização que partilhavam com a antiga potência colonial.

No discurso proferido por Salazar na cidadela de Caiscais, em 22 de outubro de 1933, e radiodifundido para o Brasil no encerramento das comemorações relativas à Semana de Portugal, saúda o governante lusitano aos portugueses do Brasil assinalando que

[s]e me fosse permitido, a mim, dizer mais uma palavra, eu diria ser necessário que a colônia portuguesa continue a afirmar-se no Brasil como a que melhor compreende e que mais entranhadamente ama o progresso da grande nação [...]. E diria, ainda, que toda essa obra pode ser feita, deve ser feita, como tem sido até o presente, dentro da mais estreita ligação com a mãe-pátria, no acrisolado amor a Portugal, que tão bem sentimos vibrar em todas as manifestações da colônia.¹⁰²

O cuidadoso controle sobre a colônia far-se-ia sob condições semelhantes às aquelas que orientaram a política do fascismo italiano em relação aos seus emigrados. Deve-se ressaltar, contudo, que o regime de Mussolini alargou o conceito de cidadania aos descendentes de seus nacionais nascidos no estrangeiro, e estendeu, através das organizações fascistas dos emigrados e das representações diplomáticas, o controle sobre toda a atividade social desenvolvida, notadamente aquelas de caráter político. Dessa forma, a presença e a influência política do Estado italiano assegurar-se-ia para além do território europeu, espreado-se principalmente nas Américas do Sul e do Norte.

No caso específico de Portugal e seus nacionais e descendentes no Brasil, organizados em instituições de caráter étnico, a diferença a se destacar, via a vis o modelo italiano, está na inexistência de um sofisticado controle policial exercido por via consular.¹⁰³

¹⁰² SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos 1928...*, p. 258.

¹⁰³ O Estado italiano tinha que lidar no exterior com uma comunidade *oriundi* em que a presença de elementos vinculados às práticas de esquerda era muito forte. Deve-se recordar aqui a importância dos anarquistas, anarco-

O que não configurava uma dificuldade intransponível para o conhecimento minucioso das atividades dos emigrados, já que o Estado português lidava com uma colônia grandemente receptiva à mensagem do regime e aos diversos e profundos significados que inspiravam a figura do seu líder máximo.

O salazarismo fez emergir na consciência lusitana o sentido, já esmaecido por um século de declínio e silêncio, da especificidade da causa portuguesa e sua contribuição histórica ao avanço determinado e resolutivo de um Ocidente, inquisitivo e aquisitivo, no rumo da unificação do mundo sob suas armas, interesses e convicções.

Salazar reinstalou o valor da tradição como escudo da lusitanidade em um mundo crescentemente ameaçador. Vai buscar em uma harmonia idealizada e idílica, que se referencia no universo católico, rural e hierárquico, o mais genuíno ser português. E, coincidentemente, é deste lugar geográfico, ideológico, afetivo e imaginário que provém a singular figura do líder incontestado, a personificar concretamente aquilo que a sensibilidade pode apenas intuir.

“Tudo pela nação, nada contra a nação”, como lema e comando impositivo do regime, determina uma condição de cidadania que se define pela maior ou menor capacidade do indivíduo em responder afirmativamente às demandas da pátria e do seu intérprete privilegiado, o Estado. Dessa forma, ao cidadão não se permite quebrar a relação da pátria com um Estado que se lança à tarefa de reorganização e revitalização de Portugal:

A reconstrução do país, ou a expansão dos valores lusitanos e cristãos, através da colonização, ou mesmo da emigração, passam a ser vistos, de igual forma, como atributos da cidadania e da imagem do ‘verdadeiro português’.¹⁰⁴

No Brasil, principal alvo da propaganda e da ação do salazarismo no exterior, os emigrantes portugueses serão aqueles que darão ao regime a sua maior expressão de lealdade e apoio, exaltando as figuras de proa do poder estabelecido em Lisboa. Todavia, essas manifestações e solenidades públicas organizadas pelas instituições da colônia no Brasil eram fortemente estimuladas pela Repartição dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que orientava a tomada de todas as providências necessárias para manter em alto

sindicalistas, socialistas e comunistas de todos os matizes na construção das comunidades italianas nas Américas. Havia, portanto, muito a vigiar, constranger e, se possível, punir.

¹⁰⁴ PAULO, Heloisa, op. cit., p. 51.

nível o patriotismo dos portugueses residentes no estrangeiro. Ações que visavam orientar ideologicamente a colônia eram realizadas pelos consulados, buscando uma vigilância estreita sobre as posições políticas dos emigrados e também para impedir que os opositores do regime angariassem fundos para difundir suas idéias no país.

Eram sobejamente conhecidas as atividades dos embaixadores portugueses que realizavam incursões por todo o país, onde participavam de reuniões em que serviam como intermediários da colônia no Brasil e o governo de Lisboa.

Os relatórios consulares e a dinâmica da movimentação e das práticas públicas do serviço diplomático denotam o objetivo de exercer o máximo controle sobre os emigrados. Chega-se ao ponto do

então Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Mello, solicitar em 1942, ao então diretor do DIP que se calem as vozes da ‘colônia’ portuguesa não favoráveis à posição neutral de Portugal no conflito mundial...¹⁰⁵

Outra maneira de fazer calar e consentir era a via da cooptação direta daqueles homens que não podiam ser perdidos ou desperdiçados pelo regime. O *modus operandi*, tantas vezes colocado em prática pelo salazarismo, consistia em fazer com que o serviço diplomático fosse

alertando contra possíveis manifestações contrárias ao regime e ‘gratificando’ as atuações que lhe são favoráveis, em forma de comendas, para os homens influentes da colônia, ou ainda, de viagens gratuitas a Portugal para aqueles que apregoassem os ideais do Salazarismo.¹⁰⁶

Esse padrão de cooptação endógena transformar-se-ia em ação para fora da colônia, repetindo-se inúmeras vezes ao longo dos anos, no sentido de construir um sólido apoio ao regime de Salazar no ambiente do Estado e da sociedade civil brasileira. Era o cimento que permitiu funcionalizar o poderoso *lobby* português no Brasil¹⁰⁷, associando

¹⁰⁵ Ibid., p. 95.

¹⁰⁶ Ibid., p. 96.

¹⁰⁷ Várias foram as entidades criadas por brasileiros a reivindicar sua filiação portuguesa ou a reafirmar os laços fraternos com a comunidade lusitana, notadamente no Rio de Janeiro. Dentre elas podemos citar a Associação

localmente uma visão conservadora do mundo, uma lógica dependente e subalterna de inserção nas relações internacionais e a exacerbação da luta política interna a dividir, em tudo, os agentes da conservação e os agentes da mudança.

A preocupação pessoal de Salazar para com a colônia portuguesa no Brasil ultrapassa as simples menções discursivas, alcançando uma dimensão de grande profundidade, como se pode inferir a partir do amplo rol de contatos pessoais que mantinha com membros da comunidade lusitana instalada no Brasil e da cuidadosa administração que fazia de todas as coisas referentes à legação do Rio de Janeiro.

Para Lisboa criar e manter os elos com o emigrante e ainda torná-lo um representante do regime, reasseguraria a sua identidade étnica, fazendo com que não perdesse os valores específicos de sua condição nacional, impedindo, dessa forma, uma assimilação ao meio envolvente que seria desastrosa para os objetivos políticos do Estado português no alémmar.

Daí a construção de uma ideologia oficial do regime em que o emigrante é apresentado como o continuador da tradição de expansão do Estado ibérico, sendo a emigração um ato de engrandecimento da nação, um destino do povo português.

A pátria é, para o indivíduo apartado do seu solo, uma idealização que não se pode criticar, sob pena de ferir os brios daquele que, não a tendo nos olhos, acalenta dela uma imagem, por certo esmaecida pelo tempo, constantemente reavivada e ressignificada pelo culto associativo em honra e memória à aldeia natal.

Essa relação, ao mesmo tempo concreta e imaginária, entre a comunidade de emigrados, a nação e sua representação diplomática oficial, perpassada por uma afetividade apaixonada e épica, mostrar-se-ia exigente e de condução extremamente delicada. A lista dos representantes do regime lusitano no Brasil, no período de exercício de poder de Salazar, mostra a importância ímpar do cargo e suas especiais necessidades.

O embaixador Martinho Nobre de Mello, nomeado para o posto do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1932, cumpriu sua missão por treze anos, solicitando sua exoneração do cargo em 22 de agosto de 1945. Durante toda a sua permanência no Brasil, a postura pouco diplomática e um tanto intelectualizada o afastou da massa dos emigrantes, dando origem a um contencioso de difícil solução. Quando os desentendimentos chegavam ao paroxismo, a

dos Amigos de Portugal, fundada em maio de 1940 por Negrão de Lima, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Cândido Mariano Rondon, dentre outros, que atuou como um *lobby* destinado a fomentar os vínculos entre as duas sociedades, realizando atividades de cunho cultural, em especial, durante as Comemorações Centenárias em 1940, sem se furtar a apoiar ativamente as solenidades da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, que rendiam homenagens às lideranças do governo português. Ver PAULO, Heloisa, op. cit., p. 149.

intervenção de Lisboa, na maior parte das vezes efetivada pelo próprio Salazar, se fazia no intuito de cercear o ímpeto combativo do embaixador, satisfazendo a colônia.

Em substituição a Martinho Nobre de Mello, assume Pedro Theotónio Pereira, nomeado em 19 de outubro de 1945. Essa escolha demonstra cabalmente a prioridade dada ao Rio de Janeiro, pois recai sobre um dos mais importantes nomes do Estado Novo. Em 1947 é nomeado embaixador em Washington. Em substituição, chega ao posto um diplomata de carreira, Antonio Augusto Braga Leite de Faria, que assume em 14 de junho de 1950, aí permanecendo durante cerca de oito anos, angariando grande simpatia e popularidade na colônia.

Seu trabalho priorizou três eixos: continuidade de relações, cada vez mais próximas, com a colônia; manutenção de contatos efetivos com o governo brasileiro, extremamente significativos face a delicada posição portuguesa no contexto internacional do período; combate sem tréguas à oposição, que ganhava adeptos e simpatizantes entre intelectuais e a imprensa do Brasil. Sua ação é coroada de sucesso, pois ampliou-se fortemente o espaço da imprensa favorável ao regime e combativa em relação àqueles que emitiam opiniões contrárias a Salazar¹⁰⁸, e trabalhou com grande afinco para elevar a grau de superior sintonia a amizade com o Brasil.

A atuação internacional do Brasil na década iniciada em 1951 representou o período de maior apoio ao regime de Lisboa, desde a implantação do Estado Novo português até a Revolução dos Cravos. É nessa conjuntura que amadureceram as condições para a assinatura do emblemático Tratado de Amizade e Consulta de 1953, que determinaria um novo patamar nas relações brasileiras com Portugal.

Apesar da trajetória de efetiva sintonia entre os dois países e seus governos ao longo da década, trajetória esta não isenta de certos contenciosos pontuais, o final dos anos 1950 marca uma primeira fase de questionamentos mais sistemáticos sobre a tradicional posição brasileira de amplo apoio a Portugal na arena internacional, notadamente naquilo que se referia à questão colonial.

Ao assumir a chefia da representação portuguesa entre 1958 e 1961, Manuel Farrajota Rocha teve que enfrentar uma conjuntura bastante diversa daquelas vivenciadas pelos seus antecessores no cargo. Apoiado pela colônia pela forma objetiva e direta de conduzir as relações políticas com as autoridades locais, foi obrigado a colocar em prática

¹⁰⁸ Além dos jornais da colônia, sabidamente financiados por Lisboa, como a *Voz de Portugal* e o *Mundo Português*, dois importantes órgãos de imprensa do Brasil, *O Globo*, da família Marinho, e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, aliam-se à verdadeira campanha favorável ao governo de Salazar e contra aqueles que o criticavam, freqüentemente identificados como comunistas a serviço de Moscou.

uma postura proativa, agressiva, na defesa de um regime cada vez mais desgastado perante a opinião pública brasileira, embora ainda contasse com sólidos, estratégicos e significativos apoios no Rio de Janeiro.

A tradicional política de cooptação que distribuía comendas, viagens, honrarias e vantagens de carácter financeiro a figuras proeminentes da colônia e da sociedade brasileira deveria ser ampliada, no intuito de atingir positivamente uma parcela da população local que passava a se interessar pelas questões internacionais e tinha na imprensa e no rádio seus canais de contato com o mundo. A batalha pela opinião pública, que começava a ser travada, precisava tanto do serviço de oficiais com comando efetivo, e eles eram de alta patente, quanto da ousadia e destemor de soldados competentes.

A campanha de cooptação de profissionais da mídia impressa, como também do rádio, iniciada em novos padrões qualitativos e, principalmente, quantitativos, produziu uma resposta muito além daquela imaginada e suportada pelas autoridades diplomáticas lusitanas.¹⁰⁹ Os pedidos de jornalistas, e dos respectivos órgãos de informação aos quais estavam vinculados, de apoio financeiro de Lisboa às reportagens de carácter positivo a serem realizadas em território português são tantos que o Diretor do SNI, em novembro de 1955, ao afirmar a sua disposição de colaborar com o grupo de Chateaubriand para uma série de 15 reportagens sobre o país, afirma a preocupação com a geométrica ampliação dos

já muitos encargos e compromissos, sabido o interesse de todos os jornalistas brasileiros em visitarem Portugal, num regime de facilidades a que estão habituados, mas que o custo das viagens torna para nós muito oneroso...¹¹⁰

¹⁰⁹ Deve-se registrar que, quando do advento da ditadura militar no Brasil, também valeu-se Brasília do mesmo expediente. Em junho de 1970, o então encarregado de negócios do Brasil em Lisboa, Cláudio Garcia de Souza, relatava que “O *Diário de Notícias* e *A Capital* são os jornais de Lisboa que mais colaboram com esta embaixada na divulgação da imagem do Brasil, quer através da seleção do noticiário telegráfico proveniente desse país, quer pela publicação de editoriais e artigos sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, muito colaboram os jornalistas Morais Cabral e Álvaro Salema. O Dr. José Fortunato de Morais Cabral, comentarista internacional do *Diário de Notícias*, freqüentemente escreve sobre a atualidade política brasileira, valendo-se, para isso, de várias fontes de informação distribuídas pela embaixada. Em algumas ocasiões chega mesmo a atender pedidos nesse sentido. É oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul desde 9 de novembro de 1964 e, recentemente, foi agraciado com a medalha Lauro Müller. O Dr. Álvaro Salema, redator do *Jornal do Comércio* e de *A Capital*, faz publicar, neste último, uma seção – A Conjuntura Brasileira – inteiramente redigida pelo setor de promoção comercial da embaixada. Pelo acima exposto [...] recomendo vivamente a Secretaria de Estado sejam os senhores Morais Cabral e Álvaro Salema convidados a visitar o Brasil, o que constituiria uma oportuna retribuição a seu esforço e boa vontade na divulgação da correta imagem brasileira de hoje, além de uma garantia – ainda que desnecessária – de continuidade desse clima de bom entendimento.” SOUZA, Cláudio Garcia de. *Relações com a imprensa. Convite a jornalistas portugueses para visitarem o Brasil*. Lisboa, 25 jun. 1970. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 344. p. 1-2.

¹¹⁰ PAULO, Heloisa, op. cit., p. 349.

A relação de promiscuidade estabelecida entre certos jornalistas e órgãos de informação e o governo português se desnudava a todo instante, havendo inclusive desabafos e trocas públicas de acusações por conta da questão. O jornalista brasileiro Osório Borba, respondendo a uma declaração de autoridade lisboeta publicada tanto em Portugal quanto no Brasil, diz que

[a] odiosa forma ditatorial de denegrir os adversários e tentar semear entre eles a desconfiança e a sisania, descambou para o cômico ao dizer o chefe de polícia [de Portugal] que os da Resistência não deviam acreditar nesses jornalistas brasileiros, que vinham combatendo o salazarismo, pois quase todos eles já emudeceram a golpes de caixas de vinhos portugueses [...] Quanto a mim, as minhas caixas se extraviaram. [...] Mas se a polícia portuguesa deseja que eu seja mais assíduo no comentário das coisas portuguesas, seja mais assídua nas perseguições a homens, livros e jornais. E sobretudo mandem vinhos. Prometo escrever contra o salazarismo, um artigo por garrafa. E não se esqueçam: tinto maduro.¹¹¹

A ampliação de um debate público questionador sobre as relações luso-brasileiras, ocorrido no final da década de 1950, além de relativamente tardio, não foi suficiente para forçar a reavaliação dos diversos diplomas legais assinados com as autoridades portuguesas, sendo que, por conta do fortalecimento e pressão da colônia, com a fundação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil em 1932, acabaram por produzir importantes resultados para a comunidade lusa aqui instalada, como também para Portugal, na medida em que uma série de tratados, que se referiam a uma das áreas de maior interesse de lusitanos dos dois lados do Atlântico – o comércio –, foram assinados ao longo dos anos 1930 e 1940, culminando com o amplo acordo cultural, comercial, político, estratégico e definidor de direitos dos nacionais de ambos os países, que acabou por marcar uma nova etapa no relacionamento bilateral: o Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 16 de novembro de 1953.

O primeiro desses tratados, assinado em 26 de agosto de 1933, foi o que versou sobre as questões comerciais e de trânsito marítimo entre os dois países. Previa uma maior liberdade de comércio entre os dois países, incluindo a cláusula de nação mais favorecida. Contudo, as dificuldades dos exportadores portugueses são patentes em sua tentativa de

¹¹¹ BORBA, Osório. Tinto Maduro. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1953. p. 6.

conquistar uma maior parcela do mercado brasileiro, em função de seu arcaísmo produtivo e de sua ineficiência comercial, quando em concorrência com outros de nossos fornecedores. Além disso, uma onda de protecionismo varreu o mundo nos anos 1930 por conta da crise instalada nos mercados desde 1929.¹¹²

Para corrigir as dificuldades surgidas, era assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de 1933, em 21 de julho de 1941, que permitiu uma maior liberalização do comércio em geral, introduzindo novas vantagens para os produtos portugueses e propondo um estudo conjunto para futuro estabelecimento de zonas francas nos dois países.

Em função dos resultados concretos, que não correspondiam principalmente ao que esperavam Portugal e a colônia portuguesa no Brasil, era assinado um novo acordo comercial em 9 de novembro de 1949 que facilitava a importação de determinados produtos lusos e brasileiros relacionados em duas listas distintas. Este documento de comércio internacional vigorou até 31 de dezembro de 1950, quando foi denunciado pelo Brasil em razão de sua absoluta inadequação ao comércio efetivamente realizado entre os dois países. Novo acordo comercial só seria assinado em setembro de 1954, apenas adequando o texto oficial à realidade do intercâmbio de bens entre as duas nações.¹¹³

Por conta do processo de estreitamento de relações entre os dois países, quando da instalação no Brasil da ditadura do Estado Novo, temos o curioso Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 4 de setembro de 1941, que promove o intercâmbio entre as polícias políticas dos dois regimes, abrindo o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional – Portugal) uma agência no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda – Brasil) e vice-versa.¹¹⁴

Em 6 de novembro de 1948, era assinado o Acordo de Cooperação Intelectual, baseado no intercâmbio em nível universitário, como ponto alto da visita de Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do governo Eurico Gaspar Dutra.¹¹⁵

Encontravam-se, então, maduras as condições que levariam à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

¹¹² CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das caravelas...*, p. 272.

¹¹³ *Ibid.*, p. 273.

¹¹⁴ O Acordo Cultural que permitiu o intercâmbio das polícias políticas foi mantido em atividade, como pode ser demonstrado por vários documentos confidenciais expedidos pela embaixada do Brasil em Lisboa para o Itamaraty. Ver GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *Atividades do Partido Comunista Português*. Lisboa, 28 abr. 1949. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 105.

¹¹⁵ REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1966.

CAPÍTULO 2

O TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA DE 1953 E OS INTERESSES LUSO-BRASILEIROS (1953-1961)

A década de 1950 representa o momento de maior aproximação entre Brasil e Portugal, numa verdadeira celebração de relações que, estribadas em um passado comum idealizado por recorrente nostalgia discursiva, pouco contribuíam para dotar ambos os países de instrumentos de inserção autônoma e produtiva em um cenário internacional crescentemente cindido, incerto e desafiador.

A realidade portuguesa no período é marcada pelo olhar envelhecido que o poder estabelecido lança sobre as relações sociais internas e também sobre o mundo e o jogo de mudanças e permanências que se desenvolve na vida lusitana, sem que a resultante desse processo encaminhe para a resolução tanto das crises pontuais quanto do verdadeiro impasse político e social em que se debate o país desde o fim da Segunda Grande Guerra. Se o processo de industrialização modificara o perfil acentuadamente agrícola do país até então, já que a manufatura passava a representar mais de 1/3 do PIB¹¹⁶, as “invisíveis correntes” continuavam essenciais para a solubilidade do balanço de pagamentos¹¹⁷ e a política colonial via alterada o seu invólucro imperial sem, contudo, modificar sua íntima natureza.

A pressão internacional forçaria uma série de mudanças de caráter defensivo iniciadas com a própria terminologia constitucional em que colônia e Império passavam a receber a denominação de províncias ultramarinas e ultramar.¹¹⁸ Modificações no estatuto do trabalho nativo para dar fim, legalmente, ao trabalho escravo, entre outras que buscavam modernizar o ambiente social e econômico, ainda que de sucesso relativo, fomentaram um movimento de exportação de capitais acumulados durante a Segunda Guerra para as colônias africanas, prenunciando uma nova fase de atração de recursos materiais e humanos metropolitanos em direção a África¹¹⁹.

¹¹⁶ PORTUGAL. *Relatório final da execução do I plano de fomento (1953-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1959. p. 32.

¹¹⁷ Junto com as operações de capital de curto e longo prazo, as remessas de emigrados são as únicas rubricas que se mantêm positivas ao longo da década de 1950. Ver os Relatórios do Conselho do Banco de Portugal editados pela Tipografia do Banco de Portugal.

¹¹⁸ Revisão constitucional de 1951.

¹¹⁹ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 486-487.

Dessa forma, a partir dos anos 1950, vai ganhando força no interior do regime a estratégia de resistência aos novos tempos, baseada na construção do chamado “espaço econômico português”, que se contrapunha às teses que reivindicavam a liberalização da vida política portuguesa a partir de um projeto que encaminhasse uma abertura para a Europa.

Apesar de todo o investimento realizado a partir dos anos 1950 e o forte crescimento da economia do ultramar, em larga medida por conta do baixíssimo patamar estatístico anterior, os desequilíbrios entre uma metrópole superavitária e um ultramar deficitário solapavam o discurso ideológico de construção de um mercado unificado português.

Porém, as mudanças estruturais avançavam, ainda que silenciosa e lentamente. O êxodo rural e a industrialização produziam situações ambivalentes e contraditórias. A fuga do campo e a conseqüente emigração, com suas remessas de recursos para o país, parte significativa das “correntes invisíveis”, possibilitavam a manutenção de graves desequilíbrios estruturais, tais como a permanência de empreendimentos agrícolas familiares inviáveis, determinando, dessa forma, a sobrevivência das famílias e a solvência do balanço de pagamentos do Estado.¹²⁰

Por outro lado, a emigração, e mesmo a migração para as principais cidades do país, modificaram profundamente a sociedade portuguesa no que diz respeito aos seus mais arraigados valores. O processo de urbanização, realizado internamente ou no exterior, produziu mudanças que tornaram extremamente complexa a continuidade do regime nos seus exclusivos termos. A convivência urbana e o choque produzido pela vida no estrangeiro encetaram a adoção de novos padrões de comportamento e de consumo. Novos hábitos, novas mentalidades, facilitadas pelo exponencial crescimento dos meios de comunicação de massas, especialmente a televisão a partir dos anos 1950.

Todavia, ao derrotar a oposição na crise de 1949,¹²¹ o regime pretendeu retomar o ativismo político e ideológico com um discurso agressivamente anticomunista, corporativista, católico ultramontano e nacionalista. A ressurgência do ardor salazarista, com todo o seu empenho doutrinário e ideológico, encobria uma posição marcadamente defensiva, ao tematizar velhas idéias e princípios ultrapassados. Salazar desconfiava do mundo que emergia do conflito bélico, especialmente da opulência produzida pela “barbárie mecânica” norte-

¹²⁰ Ibid., p. 497.

¹²¹ Vitória salazarista nas questionadas eleições de 1949, com o velho Marechal Carmona. A oposição, que havia suscitado a esperança de reformas democráticas em grande parte da população, não unificou sua ação de maneira a assestar um golpe definitivo no hesitante salazarismo do imediato pós-guerra e foi derrotada.

americana, chegando mesmo a confidenciar ao ministro Franco Nogueira que “superior é o povo que tiver a coragem de ser pobre.”¹²²

A nova realidade global era percebida como amplamente negativa aos interesses portugueses, notadamente àqueles que diziam respeito ao sistema colonial. Desde 1950, o chefe de governo avaliava serem as novas ameaças externas bem mais graves que as experimentadas durante a Segunda Guerra.

A partir desta avaliação, penetrada por um pessimismo expectante, porém proativo, investiria Lisboa na aproximação diplomática com aqueles que lhe pareciam ser os mais importantes, influentes e acessíveis países a definir os rumos da problemática colonial nos principais foros internacionais.¹²³

A ofensiva da Chancelaria lusitana produziu efeitos consideráveis, pois, se o conteúdo das relações portuguesas com a África não recebia um firme apoio geral, as suas conseqüências práticas eram vistas como de utilidade a um Ocidente em parte ainda vinculado ao colonialismo e cada vez mais pragmático porque premido pela disputa Leste-Oeste e pela nova onda concorrencial interestatal sob a égide de um sistema capitalista hegemônico pelos Estados Unidos da América. Esse tácito respaldo podia ser observado nas posturas da Inglaterra, França, Bélgica, em uma Alemanha Ocidental fortemente conservadora e, é claro, na Espanha franquista. Na América Latina, o apoio do Brasil e, nos Estados Unidos, o favorecimento da administração Eisenhower completavam o quadro dos postos de significativo e ativo interesse lusitano.

A estratégia de ampliação de contatos com os países amigos organizada por Lisboa reservava lugar especial às relações com o Brasil. Desde o final da Segunda Guerra, integrava a América Latina o bloco liderado pelos Estados Unidos. O Brasil, após as frustrações experimentadas no governo do general Eurico Gaspar Dutra, ressentia-se da inflexível linha de conduta de Washington no que dizia respeito às formas de apoio pretendidas para alavancar o desenvolvimento econômico da região.

Era praticamente certo, contudo, que as relações com os norte-americanos continuassem a ser a prioridade essencial da política externa brasileira no período, independentemente de qual fosse o governo instalado no Rio de Janeiro. Foi, portanto, com essa mesma orientação que teve início a gestão do presidente Getúlio Vargas em 1951.

¹²² NOGUEIRA, Franco. *Um político confessa-se (Diário 1960-1968)*. Lisboa: Livraria Civilização, 1986. p. 58.

¹²³ O período aponta para uma significativa intensificação da atividade diplomática lusa, como o demonstra a troca de visitas oficiais acontecidas ao longo da década. O presidente de Portugal visita a Grã-Bretanha em 1954 e o Brasil em 1957. Lisboa recebe a rainha Elizabeth II em 1957, os presidentes brasileiros Café Filho em 1954 e Juscelino Kubitschek em 1960, o presidente do Paquistão em 1957, o imperador da Etiópia Hailé Selassié em 1959 e os presidentes Sukarno da Indonésia e Eisenhower dos Estados Unidos em 1960.

Essa reafirmada prioridade não se definia apenas pelo ampliado conteúdo das relações estritamente bilaterais, mas antes refletia a expectativa brasileira de que, ao vincular um alinhamento político e militar aos princípios de solidariedade às nações democráticas, obteria cooperação e auxílio para levar a cabo a tarefa maior do desenvolvimento econômico interno.

A estratégia de inserção adotada nesse governo teve como um de seus pilares a idéia de que as relações econômicas internacionais deveriam contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico brasileiro. Somente o desenvolvimento poderia ampliar os ainda limitados horizontes de atuação do país no concerto das nações. Daí a busca constante por uma mais intensa cooperação com os Estados Unidos, que levaria como conseqüência, de acordo com essa perspectiva, à captação de investimentos produtivos e tecnologias inovadoras, o que dessa forma encaminharia o país à sua natural e ansiada condição de grande potência. A mensagem presidencial de 1952 explicitou essa idéia ao afirmar que

[o] Brasil deixou de ser definitivamente uma potência de âmbito continental para se tornar uma potência mundial. Os nossos interesses não se circunscrevem ao continente americano nem aos países banhados pelo Oceano Atlântico, mas abraçam também os outros continentes menos próximos de nossas fronteiras.

Há muito deixamos de pertencer ao grupo dos chamados ‘pequenos países’. Precisamos abandonar, de uma vez por todas, esse complexo que, por longos anos, vem pairando como uma força amortecedora e entorpecente sobre a nossa política externa.

A consciência da nossa grandeza, do nosso poder e das nossas responsabilidades deve estar constantemente presente em nossa lembrança, a estimular a formulação de uma política exterior compatível e coerente com o nosso destino de grande potência.¹²⁴

Nessa conjuntura, as relações com os Estados Unidos receberam um tom de forte conservadorismo ideológico quando da chegada de João Neves da Fontoura ao Itamaraty.¹²⁵ Seguindo o tradicional modelo retórico dos raciocínios clássicos da Guerra Fria, o ministro brasileiro incorporava à fala nacional as mesmas bandeiras do discurso oficial norte-americano.

¹²⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Ação e pensamento da política externa brasileira: o segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: Cpdoc, s/d. p. 111-112.

¹²⁵ Embaixador do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945 e ministro das Relações Exteriores de 1951 a 1953.

Em seu pronunciamento na abertura da Quarta Reunião de Consulta dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos em 1951,¹²⁶ analisava a conjuntura internacional empregando termos como “mundo livre” e “imperialismo sinistro”, entre outros, para caracterizar o momento de crise do sistema internacional.

João Neves da Fontoura dizia então que

[c]om a democracia e a liberdade postas de novo em perigo, ou as nações do mundo ainda livres se reúnem e se preparam para a defesa, ou sucumbem sob o terror de um imperialismo sinistro. A América está, como em 1940, convocada a opor o escudo de sua consciência democrática e das suas possibilidades materiais aos atentados que se preparam nas trevas.¹²⁷

É dentro desse quadro de alinhamento à liderança dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e de uma correlação de forças no plano político interno que impôs, na já conhecida prática de administração de contrários exercitada desde os anos 1930 por Vargas, uma orientação nitidamente conservadora à Chancelaria brasileira, que tem lugar o desenvolvimento da capacidade de ação do *lobby* português no Brasil, ocupando espaços na mídia e exercendo pressão e influência sobre os centros de poder onde se formulava e executava a política de relações do Brasil com o mundo.

Além de defender os pleitos específicos de colônia estrangeira, esse grupo de pressão agia de modo a favorecer os interesses do Estado português, angariando apoio em diversos círculos para as causas mais caras ao Estado luso, destacando-se então como a mais premente a luta pela manutenção de seu império colonial. Esse e outros objetivos foram atingidos, no plano da formalização, quando da assinatura, em 16 de novembro de 1953, do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal.

Deve-se destacar, contudo, que a idéia de constituir instituições comunitárias de modo a reunir as nações brasileira e portuguesa, desejo que se tornava mais próximo com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, já havia se manifestado em diversas circunstâncias anteriores, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Desde o Tratado de Amizade e Aliança de 1825, que reconheceu a independência do Brasil, passando pela defesa pública em 1917 de uma confederação luso-brasileira, por

¹²⁶ Reunião ocorrida em Washington, entre 26 de março e 7 de abril de 1951, que discutiu aspectos relacionados ao perigo de agressão internacional comunista de que estariam sendo alvo os países americanos.

¹²⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, op. cit., p. 112.

Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues, futuro ministro dos Negócios Estrangeiros, até a publicação dos trabalhos de Gilberto Freyre em que concebia uma comunidade entre as duas margens do Atlântico baseada em seu conceito de luso-tropicalismo, muitas são as vozes que se levantaram favoravelmente à consecução do intento comunitário.¹²⁸

Com a presença de João Neves da Fontoura à frente da embaixada do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945, e principalmente quando de sua condução à chefia do Itamaraty, colocava-se na agenda a discussão de um diploma legal que viesse a resolver problemas específicos do relacionamento bilateral e também contribuir para uma maior sintonia entre ambos os países de modo a constituírem um espaço de diálogo a serviço de uma presença cada vez mais unívoca no mundo.

É da própria lavra de João Neves da Fontoura, em artigo intitulado *Por uma política luso-brasileira*, a elucidação e mesmo a defesa da iniciativa de dar um sentido prático à idéia de comunidade entre os dois países com a decretação de um estatuto que determinasse condições específicas e diferenciadas para os portugueses no Brasil e para os brasileiros em Portugal.

Já na introdução de seu artigo, repete João Neves da Fontoura a tônica de uma retórica marcada por afeto exacerbado, tão comum quando a referência eram as relações com Portugal. Diz o outrora embaixador que

[a] política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política com os pais ou os irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras. Sem tratados. Sem compensações. Pela força do sangue.¹²⁹

Essa visão de uma relação acima de tudo fraternal entre os dois países abria caminho para a proposição brasileira de uma negociação que privilegiava, de fato, o grande número de portugueses a viver no Brasil. De acordo com o embaixador João Neves da Fontoura, em carta a Getúlio Vargas, datada de 5 de agosto de 1943,

¹²⁸ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, op. cit., p. 277-278.

¹²⁹ FONTOURA, João Neves. Por uma política luso-brasileira. *Portugal Ilustrado*, Lisboa, n. 57, p. 7, jul. 1957.

seria de grande conveniência conceder-se aos portugueses a qualidade de 'quase-nacionais'. [...] A repercussão que teria aqui e sobre a latinidade em geral, uma tal resolução é fácil de imaginar. Ela corresponderia, por outro lado, ao ato da colônia portuguesa, apresentando-se a Vossa Excelência, depois da declaração de guerra, disposta a servir ao nosso lado. [...] Se Vossa Excelência decidisse favoravelmente a este ponto de vista, e o seu governo me enviasse um projeto a respeito, creia que Salazar adotaria a reciprocidade. Mas, mesmo sem ela, o ato unilateral do Brasil seria de conseqüências incalculáveis. Vargas aceitou a sugestão.¹³⁰

Deve-se sublinhar, no curioso texto de João Neves da Fontoura, o peso específico da comunidade lusa no Brasil no processo de discussão do Tratado e a importância de seu favorecimento, haja vista a proposta do embaixador, e o aceite do chefe do governo, em conceder aos portugueses o estatuto de nacionais do Brasil, ainda que sem reciprocidade. O que pretendia o governo, com proposta de tamanha excepcionalidade e inusitado conteúdo, e o próprio artigo o explica, era dar uma resposta significativamente positiva aos anseios expressos pelos diversos movimentos executados pela colônia lusa no Brasil e ampliar a política de apoio ao regime português, já então enfrentando as dificuldades que o pós-guerra viria a sublinhar. Na visão geopolítica dos homens encarregados de conduzir os negócios do Brasil com o mundo, o Tratado com Portugal também se impunha, pois

[o]s acontecimentos exigem cada vez mais que se unam as nações do Ocidente, sobretudo aquelas que são galhos da mesma árvore, como Portugal e Brasil. Só a esse preço é que a nossa civilização escapará ao perigo do comunismo internacional. Ainda habitamos uma faixa do mundo livre. Até quando? Depende de nós.¹³¹

As discussões encetadas nos anos 1940 foram algumas vezes interrompidas ou redimensionadas no tempo por força de eventos internacionais de grande magnitude, como o desenrolar da Segunda Guerra, e também por conta de problemas de âmbito interno que marcaram a história dos dois países, como a deposição de Vargas e a crise política do salazarismo no imediato pós-guerra. Todavia, quando da chegada do ministro Vicente Paulo Francisco Ráo à Chancelaria, são ultimadas as tratativas e as decisões, quase sempre por

¹³⁰ Id.

¹³¹ Ibid., p. 50.

iniciativa do Brasil, que se faziam necessárias para concluir as negociações que dariam à luz o Tratado de 1953.

Em despacho confidencial remetido ao embaixador brasileiro em Lisboa, Olegario Marianno, informava o ministro Vicente Ráo que a última fase de negociações havia se iniciado em 1949, quando o embaixador em Lisboa, Samuel de Sousa Leão Gracie, sugeriu ao ministro Raul Fernandes a celebração de um protocolo enunciativo dos princípios gerais em que se baseavam tradicionalmente as relações entre o Brasil e Portugal, estabelecendo um regime de consulta prévia entre os dois governos sobre todos os assuntos de política internacional e de interesse mútuo, ressalvadas as questões de política internacional americana e peninsular ibérica.

Aceita em princípio a sugestão, inclusive com muito agrado pelo governo português, iniciaram-se os estudos necessários que resultaram num primeiro projeto brasileiro, entregue, em meados de 1951, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Em junho de 1952, apresentou o Ministério dos Negócios Estrangeiros um projeto, com algumas modificações, que se passaria a chamar “Tratado de Amizade”. Quanto ao título do acordo, pormenor que normalmente não se reveste de maior importância, inclinava-se o Itamaraty a emprestar-lhe uma significação especial, histórica e política, mudando-o para “Convenção Complementar ao Tratado de Paz e Aliança de 28 de agosto de 1825”, como a indicar a continuação de uma amizade tradicional e ativa.¹³²

Entretanto, na perspectiva do ministro, dever-se-ia discutir, no bojo do encaminhamento de soluções das questões relativas à assinatura do Tratado de Amizade, o fortalecimento de outras nuances relacionais entre ambos os países. Era o caso dos temas de cooperação e intercâmbio cultural. Temas esses que já vinham sendo discutidos de forma mais circunstanciada desde os anos 1940.

No dia 4 de setembro de 1941 era assinado um acordo entre o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Secretariado Nacional de Informação de Portugal. Conforme disposto nesse instrumento, realizaram-se trocas de funcionários das referidas repartições, lotados no DIP e na seção cultural luso-brasileira do SNI. Esse Acordo, além dos seus objetivos explícitos quanto à propaganda e atividades culturais diversas, parecia servir a outros intentos, tais como a vigilância dos nacionais de cada uma das partes considerados suspeitos aos regimes vigentes nos dois países e a luta contra o movimento comunista internacional.

¹³² RÁO, Vicente. *Instruções gerais para o senhor Olegário Marianno...*, p. 6.

Em documento enviado ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, o embaixador Samuel de Sousa Leão Gracie informava ter realizado diligências no intuito de conseguir cópias de relatório da PIDE sobre as atividades do Partido Comunista Português, quando da prisão de seus principais dirigentes e a apreensão do arquivo central da organização, definida pelo diplomata como político-subversiva. Tendo demonstrado interesse em conhecer os resultados da investigação policial e a extensão das ligações dos agentes do *Kominform* com os comunistas portugueses e a eventual sincronização de suas atividades com os comunistas brasileiros,¹³³ sugeriu a ida de um funcionário do Departamento Federal de Segurança Pública do Brasil para, em prazo hábil, examinar a documentação apreendida. Nesse sentido, finalizava a comunicação solicitando ao ministro enviar

a Lisboa um funcionário técnico no assunto, naturalmente de absoluta confiança, afim de estudar com as autoridades portuguesas as peças do processo instaurado nesse caso, assim como obter informações completas sobre a ação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado contra o comunismo e os métodos seguidos pelos agentes de Moscou para a sua propaganda ideológica neste país e a criação do ambiente de perturbação propício à implantação de um regime marxista.¹³⁴

Encaminhava-se no mesmo diapasão a significativa correspondência, em caráter secreto, enviada por Martim Francisco Lafayette de Andrada ao chanceler Francisco Negrão de Lima, dando conta da viagem a Lisboa do Sr. Pedro Giannotti. Relatava o diplomata ter sido comunicado por pessoal da própria embaixada, referindo-se ao fato do chefe da Divisão Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros haver recebido informações de que o Consulado de Portugal em São Paulo prevenira a Chancelaria portuguesa da viagem do Sr. Pedro Giannotti, pois os órgãos de informação brasileiros asseveravam tratar-se de pessoa ideologicamente suspeita, com antecedentes comunistas comprovados. Em função dessa parceria entre órgãos de polícia social do Brasil e de Portugal, teve o viajante brasileiro, a

¹³³ GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *Comunismo em Portugal e possibilidade de intercâmbio policial com o Brasil*. Lisboa, 18 jul. 1950. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 212. p. 4.

¹³⁴ GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *Atividades do Partido...*, p. 1-2.

partir de então, a PIDE em seu encalço, a vigiá-lo em todas as suas atividades na metrópole e posteriormente nos territórios ultramarinos.¹³⁵

Apesar dos resultados, na visão do ministro Vicente Ráo, terem sido apreciáveis, esse acordo não teria a substância de uma convenção internacional de caráter mais amplo e mais complexo, essa sim entendida pela Chancelaria brasileira como diploma legal mais compatível face às necessidades impostas pelo relacionamento entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Daí as tratativas que levariam à assinatura na capital portuguesa, em 6 de dezembro de 1948, do Convênio de Intercâmbio Cultural, entrado em vigor no dia 25 de janeiro de 1951.¹³⁶ Nesse instrumento era reafirmado o propósito dos dois governos em manter e desenvolver a consciência da identidade fundamental das culturas brasileira e portuguesa, bem como de promover um intercâmbio mais intenso de idéias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e de educação, os mestres de sua cultura e os cultores de sua arte.

Em virtude do disposto nesse instrumento, o Itamaraty estabeleceu, após entendimentos com as autoridades portuguesas, uma Cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, que veio a substituir Cadeira análoga regida por um professor português, criada em 1916, mas situada, a partir de 1930, em plano inferior ao currículo da Faculdade de Letras. O curso, com duração de dois anos, teve seu início em 9 de fevereiro de 1953.¹³⁷ No primeiro ano eram lecionadas literatura e história do Brasil, no segundo ano temas brasileiros mais específicos eram abordados com um grau maior de profundidade. O papel da Cadeira não se limitava ao curso regular, pois devia ainda contribuir para o lançamento de obras brasileiras e organizar conferências, colaborando assim para a difusão da cultura nacional. Para esse fim era alocada uma verba especial, cuja prestação de contas deveria ser apresentada à Divisão Cultural do Itamaraty por intermédio do embaixador em Lisboa.¹³⁸

Além da Cadeira de Estudos Brasileiros, criada por determinação do Convênio de 1948, o Ministério das Relações Exteriores empenhou-se em auxiliar, inclusive financeiramente, outras instituições universitárias ou culturais cujas atividades dissessem respeito a assuntos brasileiros. Dentre as mais importantes estavam o antigo Instituto de

¹³⁵ ANDRADA, Martim Francisco Lafayette de. *Viagem do Sr. Pedro Giannotti à África portuguesa. Possível caráter comunista da "Expedição Afro-Luso-Brasileira"*. Lisboa, 19 maio 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 003, 1958-1959 (L-W). Ofícios, Secretos, n. 192. p. 1-2.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 7-8.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 8-9.

¹³⁸ Curiosamente, ao longo do período imediatamente anterior e posterior à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, a regência da Cadeira de Estudos Brasileiros era exercida pelo futuro embaixador e ácido crítico daquele diploma legal, o professor Alvaro de Barros Lins.

Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra, que publicava a revista *Brasília*, assim como monografias especializadas sob a direção do professor português Alvaro Júlio da Costa Pimpão, e o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura de Lisboa, criado em 1951, tendo por finalidade a promoção de uma maior proximidade entre os intelectuais brasileiros e portugueses.

O intercâmbio de pessoas também deveria ser estimulado, em virtude das disposições do Convênio de 1948. Recomendava o Itamaraty facilitar ao máximo os trabalhos de difusão que viessem a empreender intelectuais portugueses acerca da cultura brasileira, e o mesmo deveria ser feito em relação aos brasileiros que, em Portugal, se dedicassem à mesma tarefa.

Entretanto, deixava claro o ministro que

[a] maior reserva, contudo, será mantida por Vossa Excelência no caso de os referidos intelectuais, brasileiros ou lusos, tencionarem utilizar pretextos de ordem cultural para formular críticas à ordem política atualmente existente em Portugal.¹³⁹

Além das dificuldades relacionadas ao processo de desenvolvimento de relações culturais mais intensas e profícuas, duas outras significativas questões apresentavam-se à consideração das autoridades diplomáticas: a importação pelo Brasil de traduções editadas em Portugal e o acordo ortográfico.

O regime de importação pelo Brasil das traduções editadas em Portugal provocava freqüentes protestos por parte dos portugueses e controvérsias entre os consumidores e editores brasileiros, pois a Comissão Consultiva de Intercâmbio Comercial com o Exterior havia resolvido negar licenças a livros de autores estrangeiros traduzidos por escritores lusos ou brasileiros editados em Portugal. A medida brasileira, além de proteger o parque editorial interno, visava exercer controle sobre a situação cambial do país, que se apresentava em desequilíbrio.

Quanto ao Acordo Ortográfico, uma série de questões formais dificultava a implementação e ratificação dos termos da Convenção Ortográfica de 29 de dezembro de 1943 e o Acordo Interacadêmico de 10 de agosto de 1945. A Constituição de 1937, vigente na época em que se firmou a convenção, exigia em seu artigo 74, letra d, a aprovação do poder

¹³⁹ RÁO, Vicente. *Instruções gerais para o senhor Olegário Marianno...*, p. 11.

legislativo aos tratados e convenções internacionais celebrados pelo presidente da República. Tal aprovação, entretanto, não se consumou. Dessa forma, o sistema ortográfico de 1943 estava sendo implementado no Brasil como medida interna e independente de qualquer ato diplomático, o que levava a freqüentes queixas e pedidos de informação da parte do governo português.¹⁴⁰

Já as relações comerciais, em ambos os sentidos, continuavam a apresentar níveis baixos e mesmo inferiores ao período de maior movimento na década anterior, observado no ano de 1947.

Apesar de ser maior e mais diversificada a produção brasileira, a exportação de produtos brasileiros para Portugal era menor e menos variada que a importação de produtos lusitanos pelo Brasil. A balança comercial seguia tradicionalmente desfavorável ao Brasil. Entre 1946 e 1952, o déficit acumulado pelo Brasil atingiu 892 milhões de cruzeiros.¹⁴¹

Àquela altura o comércio luso-brasileiro era regido pelo Acordo de 9 de novembro de 1949, cujas listas, reformadas por trocas de notas em 6 de maio de 1952, foram posteriormente revigoradas até 31 de dezembro de 1953.

Face às dificuldades expressas na própria necessidade de constantes revisões das listas de produtos preferenciais, buscavam os negociadores do Brasil adaptações que favorecessem a exportação nacional e ampliassem também o volume total das transações mercantis. Todavia, o que se verificava nessa difícil negociação comercial intermediada pelas burocracias estatais era a acentuada rigidez dos representantes portugueses, que atuavam no sentido de recusar qualquer aumento quantitativo e qualitativo da lista de mercadorias brasileiras, o que acabava por redundar na manutenção das dificuldades do intercâmbio e mesmo a sua estabilização em níveis de desoladora mediocridade. Na medida em que nessas condições de superávit lusitano era acalentado o espírito mercantilista de suas autoridades para o comércio internacional, a mudança da situação não se colocava no horizonte como algo provável.

A certificar as dificuldades desse intercâmbio, alentado relatório da embaixada brasileira em Lisboa demarcava, no fecho da década de 1950, as linhas estruturais daquilo que existia de concreto e buscava projetar soluções para o futuro.

Portugal, apesar de certa modernização, mantinha-se como produtor de artigos em sua maioria não-essenciais e que se situavam numa faixa de acirrada competição

¹⁴⁰ Ibid., p. 14.

¹⁴¹ Ibid., p. 15.

internacional, não tendo o país conseguido expandir o seu comércio exterior de maneira apreciável de 1952 a 1960.

Mesmo entre 1946 e 1952, nos anos de demanda agregada mundial e de euforia da recuperação europeia, o comércio global externo de Portugal apenas dobrou. Esse crescimento foi menos intenso do que o verificado em outros países, no mesmo período, em virtude de a reorientação internacional das trocas favorecer as matérias-primas e bens industriais necessários ao reaparelhamento industrial nas velhas economias e à industrialização das novas.¹⁴²

O reduzido movimento comercial português tornava-se também explicável face o controle exercido pelas autoridades econômicas para impedir o crescimento da propensão a importar e o agravamento do crônico desnível da balança de comércio. O déficit comercial português só não era maior devido ao saldo positivo do intercâmbio com o ultramar.

Esses saldos negativos eram compensados no balanço de pagamentos pelas entradas de turismo, serviços (especialmente fretes marítimos) e remessas do exterior, entre as quais avultavam os donativos e pagamentos de portugueses radicados no Brasil.¹⁴³

A posição deficitária da balança comercial não era o resultado de uma conjuntura desfavorável. Esses déficits crônicos, estruturais, exprimiam a incapacidade de obter a economia portuguesa, através das trocas em mercado, os bens de capital e de consumo de que necessitava o país, como mostra o pequeno crescimento de suas compras no exterior e, particularmente, de suas aquisições de máquinas e equipamentos.

A natureza dos artigos que exportava e a pequena produção dos poucos que ofereciam maior interesse industrial ou estratégico eram os fatores responsáveis pela relativa imobilidade das vendas ao exterior. Com efeito, os principais produtos de exportação de Portugal metropolitano eram os vinhos, conservas de peixe, azeite de oliveira, amêndoas, piritas, minérios de estanho e volfrâmio, aguarrás, cortiça, colofônia, madeira em esteio para minas e madeiras serradas.

Da pauta constavam ainda adubos químicos de origem animal, peles curtidas, lã, óleos de origem animal e vegetal, resinas, plantas para perfumaria e usos medicinais, cal, cimento, mármore, amianto, cobre, fios e tecidos de lã e algodão, tapetes, bordados da Madeira, feijão, grão-de-bico, peixes secos, frutas frescas e secas, hortaliças, serras, limas e

¹⁴² LIMA, Francisco Negrão de. *Acordo comercial luso-brasileiro. Política do Brasil em África*. Lisboa, 23 maio 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960. Ofícios, Confidencial n. 243. p. 1-2.

¹⁴³ *Ibid.*, p.3.

serrotes, azulejos, ladrilhos, louças de barro e de porcelana, lousas, vidros, livros, artigos de ourivesaria e outros produtos de menor importância estatística.¹⁴⁴

Desses itens, a cortiça era de interesse permanente tanto para o mercado de consumo final quanto para o de transformação industrial, e o seu fornecimento era feito em condições oligopolísticas, cabendo ao país o primeiro lugar como produtor e exportador.

O volume de cortiça em bruto (aparas, pranchas, refugo e serradura), exportado por Portugal, aumentara na segunda metade da década. Esse aumento, porém, era acompanhado pela redução dos preços do artigo, o que significava que a quantidade de divisas originadas do produto decaía, apontando uma progressiva deterioração dos termos microeconômicos do intercâmbio.

Também declinantes eram as vendas do artigo em bruto ao Brasil, cuja posição no mercado importador de cortiça portuguesa era secundária. No ano de 1959, a participação do Brasil no volume global de vendas do produto não manufaturado foi de apenas 0,09%.

As compras brasileiras de cortiça manufaturada apresentavam a mesma tendência, dando uma participação maior no mercado, embora ainda marginal, perfazendo 0,23% das exportações lusas.¹⁴⁵

O caso da cortiça oferecia, aliás, um nítido exemplo das dificuldades vivenciadas pelo parque industrial português. O volume do produto manufaturado vendido, cerca de 1/4 da tonelagem exportada em bruto, produzia um rendimento monetário superior ao total de cortiça não elaborada colocada no estrangeiro. Apesar de números tão eloqüentes, eram deficientes os esforços no sentido de transformar em aglomerados, rolhas, bóias, discos, palmilhas, entre outros artigos, antes de colocar no mercado externo a maior parte da cortiça produzida no país.

Essa mercadoria gozava de posição relativamente cômoda no mercado internacional, onde apenas começava a ser ameaçada, em alguns setores, pelos plásticos e resíduos de madeira prensada. Seus principais compradores eram os Estados Unidos, Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha, França, Holanda e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As exportações de cortiça não tinham, contudo, para a vida econômica portuguesa, a mesma relevância que os vinhos, cujas vendas ao exterior apresentavam uma suave curva ascendente. Isso devido ao aumento do consumo do produto, principalmente em

¹⁴⁴ Ibid., p. 3-4.

¹⁴⁵ Ibid., p. 4-5.

Angola, Moçambique, Holanda, Suécia e Suíça. Notava-se um certo equilíbrio nas compras dos demais grandes clientes, e o declínio em alguns deles, principalmente o Brasil.¹⁴⁶

Deve-se ressaltar a importância do vinho do Porto como formador de divisas. No ano de 1959, foi responsável por 47,3% do valor das exportações vinícolas. O crescimento anteriormente assinalado das vendas de vinho derivava, em grande parte, do incremento das compras do produto pelo ultramar. As colônias adquiriam cerca de 70% do total exportado pela metrópole. Essa política de transferência para o ultramar do ônus da estabilização da produção vinícola metropolitana era fortemente criticada pela *intelligentzia* angolana e moçambicana.¹⁴⁷

Com relação ao Brasil, e em termos puramente comerciais, era quase impossível um incremento nas compras de vinho português, em virtude do preço, da fragilidade do mercado consumidor e da melhoria crescente da qualidade da produção nacional.

O mesmo sucedia-se com as sardinhas em conserva, que ocupavam um posto de relevo na pauta exportadora portuguesa. As importações dessa mercadoria pelo Brasil – que já se havia transformado em grande produtor empenhado em abrir os mercados externos – eram esporádicas e sem maior significado estatístico.

Já as exportações de azeite de oliveira, confinado a alguns poucos mercados, graças à sua tradição e qualidade, tinha o escoamento assegurado, apesar da intensa competição internacional. Como principais consumidores estavam o ultramar e o Brasil.

As exportações para o Brasil vinham sendo prejudicadas pelas elevadas taxas do Fundo de Abastecimento Português, que gravavam o artigo embarcado para os portos brasileiros. A aludida medida foi abolida em meados de 1959, mas a posição do azeite português no mercado brasileiro começava a ser ameaçada por outros competidores internacionais.

O principal óbice ao incremento das exportações globais de azeite português residia na pequena produção do artigo comparada a uma demanda interna crescente, o que obrigava o país, para continuar a figurar entre os fornecedores mundiais do produto, a importar para seu consumo doméstico o artigo da Espanha.

Ao contrário do que sucedia com os itens acima elencados, o mercado brasileiro continuava firme e apresentava um interesse crescente em relação aos resinosos portugueses: aguarrás e colofônia. Em 1958, a colofônia foi o terceiro produto da pauta de exportações portuguesas para o Brasil, só superado em valor pelos livros e pelo azeite de oliveira.

¹⁴⁶ Ibid., p. 5.

¹⁴⁷ Ibid., p. 7.

Um dos outros grandes itens exportados por Portugal, as madeiras serradas concorriam com o pinho do Brasil para fabrico de caixas de acondicionamento de frutas e legumes. Sua expansão no mercado internacional estava vinculada ao aumento de uma produção que dificilmente poderia crescer na medida da demanda e da sua manutenção entre os principais fornecedores.

Infere-se, portanto, que a pauta de exportações de Portugal era de caráter secundário para países que, como o Brasil, possuíam um regime de seleção prioritária das importações para o desenvolvimento econômico. Alguns desses produtos continuariam a ser adquiridos em pequenas quantidades, a fim de atender a uma demanda fundada em hábitos de consumo, os quais, por sua vez, iam sendo vencidos por novos costumes, modas e tendências difundidas pelo sistema produtivo em escala global.

No que diz respeito às importações portuguesas ao longo dos anos 1950, era evidente que, embora fosse próxima da estabilidade, sua estrutura não contemplava uma maior valorização da força de trabalho do país, bem como não colocava em patamar prioritário o controle das divisas nacionais para um projeto de desenvolvimento industrial, tão em voga naquele momento. Daí que, por tradição comercial e para garantir clientela para seus produtos não essenciais, Portugal metropolitano continuava a importar e consumir desde lagostas secas de Hong Kong a balas e caramelos, pasta de dentes e roupas infantis da Inglaterra, assim como aspirinas da Suíça, entre outros artigos que poderia facilmente produzir em seu território.¹⁴⁸

Os principais produtos importados por Portugal eram o algodão em rama, sementes oleaginosas, hulha, petróleo bruto, ferro, aço, trigo, bacalhau, máquinas industriais, automóveis de carga e de passageiros, açúcar, lã, gasolina, óleos lubrificantes, peles em bruto ou preparadas, madeira em bruto, fumo em folha ou rolo, antracite, fosforite, apatite e outros fosfatos naturais, cobre, folha de flandres, azotato de sódio, sulfato de amônio, tintas não preparadas, milho em grão, café, sisal e outras fibras.¹⁴⁹

Dentre os principais produtos primários importados, o algodão era tradicionalmente fornecido pelo Brasil. Contudo, desde o final da década de 1940, a maior parte das crescentes compras portuguesas desse item provinha do ultramar, especialmente de Moçambique.

Até 1956, o Brasil vendia o seu produto neste mercado, embora sua posição como fornecedor já fosse secundária. Com relação às sementes oleaginosas, a concentração das

¹⁴⁸ Ibid., p.10.

¹⁴⁹ Ibid., p.11.

importações no ultramar era ainda maior, atingindo mais de 90% do total das compras do produto. As províncias ultramarinas forneciam a totalidade das oleaginosas de algodão, de amendoim, de gergelim e de coco.¹⁵⁰ Outro produto importante da pauta era o carvão mineral, cujas importações, entretanto, diminuía sensivelmente, em contraste com o ascendente consumo de petróleo em bruto.

No setor alimentício, destacavam-se o trigo, o bacalhau e o açúcar. Especificamente em relação ao açúcar, verificava-se um progressivo aumento de seu consumo na metrópole, que era compensado pela expansão do cultivo e das exportações do produto no ultramar, principalmente em Moçambique. O Brasil colocava-se como o principal fornecedor supletivo do produto, com volume que correspondia, em 1959, a pouco mais de 10% das compras metropolitanas no ultramar. A mesma tendência ascendente pode ser observada nas importações de máquinas industriais, tendo conquistado a República Federal Alemã, em detrimento da Grã-Bretanha, a posição de primeiro fornecedor dessa linha de produtos. Essa primazia refletia-se também no mercado de automóveis de passageiros e cargas, figurando a Alemanha, a França, a Itália e a Grã-Bretanha, nessa ordem, como os principais fornecedores.¹⁵¹

Era patente, portanto, que, com exceção do açúcar e do algodão, e ainda assim com quantitativos reduzidos, o Brasil não se colocava como fornecedor dos principais produtos importados por Portugal. Sua participação nas importações lusitanas reduzia-se a alguns itens menos importantes ou francamente secundários: peles em bruto ou preparadas, madeiras em bruto ou serradas, óleos vegetais, piaçava, fumo em folhas, cera de carnaúba, tripas secas, carnes congeladas e secas, mate, livros e alguns produtos manufaturados.

A expansão das vendas desses artigos e de outras matérias-primas era obstada não apenas pela concorrência do ultramar, favorecido com uma tarifa que correspondia a apenas 30% da aplicada aos países em geral, mas também pelo processo de trocas então existente entre os dois países. Outro importante obstáculo referia-se ao fato de que qualquer ampliação das vendas para Portugal obrigaria o Brasil a importar uma maior quantidade dos produtos não essenciais, como vinhos e azeite, em detrimento de compras de máquinas e equipamentos que o intercâmbio com países centrais poderia oferecer em uma conjuntura de restrições às compras externas e controle cambial.

¹⁵⁰ Ibid., p.11-12.

¹⁵¹ Ibid., p.13.

Definiam-se assim, com clareza meridiana, as dificuldades em equacionar os estritos interesses comerciais das partes e ao mesmo tempo incrementar o intercâmbio de mercadorias entre o Brasil e Portugal.

As características competitivas das economias, sendo aí Portugal entendido como entidade pluricontinental, ficavam evidenciadas. O regime de comércio e de pagamentos, rígido e ortodoxo, provava ser apenas uma arma de defesa que propiciava o controle da importação em ambos os lados das transações, evitando, através do próprio mecanismo do crédito recíproco, a formação de déficits vultosos. Na avaliação do governo brasileiro, a possibilidade mais exequível para a construção de novos padrões de relacionamento mercantil, ainda que a médio ou longo prazo, era a de negociar com Lisboa alguma forma de acesso aos mercados ultramarinos para os produtos industriais do país.

Nas palavras do embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, isso dependeria do

estabelecimento preliminar do conceito e do alcance, mediato e imediato, da política do Brasil em relação aos 'Portugais' e da definição, em termos de interesse nacional, da Comunidade luso-brasileira, a adoção da política comercial mais capaz de servir aos objetivos políticos que tenhamos demarcado.

Continua esta Embaixada a supor que o fator preponderante na definição e no planejamento da ação deva ser o africano a saber: todas as razões, sobretudo as estratégicas, exigem a presença brasileira no continente africano, especialmente na África sub-saariana. A porta dessa penetração pode ser a da Comunidade, se e quando pudermos utilizá-la como um instrumento para aquele fim, o que exige uma associação que se corporifique, sem identificação, entretanto, com a filosofia colonialista portuguesa.

[...]

Nada indica, até agora, que o governo de Lisboa esteja preparado para um diálogo nesses termos. Ao contrário, o feitio da administração portuguesa em África é infenso a essa 'africanização' da Comunidade. Mas uma razão seria essa para que 'tirássemos a limpo' os intuitos deste governo, seus propósitos, quando procura associar o Brasil a uma defesa, não claramente solicitada, mas insinuada e conseqüente, de sua atual posição em África.¹⁵²

É dentro desse ambiente, com suas condicionalidades e especificidades a demarcar a riqueza e a complexidade da trajetória de relacionamento entre os dois países, que,

¹⁵² Ibid., p. 32-34.

em 16 de novembro de 1953, foi assinado no Rio de Janeiro o Tratado de Amizade e Consulta.¹⁵³

Documento esse que teria profundas conseqüências na vida de ambos os signatários e que marcaria de forma indelével a presença internacional do Brasil, notadamente naquilo que dizia respeito ao amplo processo de descolonização que então se iniciava em uma vigorosa escalada global.

Um primeiro aspecto a chamar a atenção na análise do texto do Tratado é a sua extrema amplitude. Algo bastante questionável do ponto de vista da boa técnica redacional diplomática. Isso se torna patente nos dois primeiros e principais artigos do Tratado, que se encontravam firmados de maneira perigosamente vaga e desnecessariamente abrangente.

Dessa forma, uma ampla e conscienciosa regulamentação que fixasse os limites e as situações em que os princípios gerais do Tratado pudessem vir a ser invocados, impunha-se como uma necessidade urgente, na medida em que, da declaração de intenções na qual se constituía, Portugal e sua colônia no Brasil colocavam-se como os maiores beneficiários da sua aplicação.

Algumas autoridades brasileiras encararam esse documento diplomático de forma despreziosa, negando-lhe um valor maior. Contudo, o Tratado não era um simples documento que refletia um relacionamento bilateral que pouco ia além do afetivo, conforme declaravam alguns representantes do governo brasileiro. Na definição do futuro embaixador Alvaro Lins, tratava-se “rigorosamente de um instrumento político [...] como se encontra explicitado em seu preâmbulo”.¹⁵⁴

O próprio Salazar, em longo discurso pronunciado na Assembléia Nacional por ocasião da homologação do Tratado em 6 de dezembro de 1954, diz ter

empenho de marcar, por parte do governo, o excepcional interesse que pôs nas negociações [...]. Dificilmente se encontrarão laços mais apertados e mais estreita irmandade que a resultante do sangue, da língua, da religião, da cultura e da vida em comum de Portugal e Brasil. Mas sobre tais alicerces não se tinha ainda erguido a construção que temos agora esboçada diante de nós.

O aspecto, porém, mais importante e de mais vasta repercussão política é deduzir-se da existência da comunidade luso-brasileira o princípio da consulta em todos os problemas internacionais de manifesto interesse comum, em ordem à possível coordenação de atitudes e de esforços. [...]

¹⁵³ Tratado de Amizade e Consulta de 1953 em anexo.

¹⁵⁴ LINS, Alvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 397.

Estamos fazendo da comunidade luso-brasileira um instrumento de política internacional de Portugal e Brasil [...] e implantando, num dos lados do quadrilátero Atlântico muitos dos nossos mais importantes interesses.¹⁵⁵

Salazar insistia, em seus inúmeros pronunciamentos, no valor e importância do Tratado para o exercício pleno de sua política internacional. Associar o Brasil à presença portuguesa no mundo é o principal trunfo que pretendia fazer extrair do cumprimento rigoroso do Tratado.¹⁵⁶

Essa pretensão portuguesa ficaria inúmeras vezes expressa em pronunciamentos das mais altas autoridades de Lisboa, além do próprio Salazar. No mesmo discurso acima aludido, ele declarava que

não se pode considerar o Tratado como afirmação gratuita de princípios [e é nosso dever tomar] a consciência de que ele impõe a ambos os Estados enormes responsabilidades. [...] os dois países um em face do outro, os dois países em relação ao mundo, como a tradução em política internacional da Comunidade Luso-Brasileira.¹⁵⁷

Da leitura do Tratado e das interpretações que a ele foram dadas pelas autoridades lusitanas, inferia-se que uma das idéias-força presentes no documento, na qual Portugal investiria de forma mais consistente, era aquela referente à formação de uma Comunidade luso-brasileira no mundo.

Como já visto, esta era idéia antiga. Contudo, na nova conjuntura pós-Tratado, transformou-se em uma bandeira que, de maneira utilitária, era desfraldada por Portugal em momentos especiais, como a acenar com uma possível recompensa pelo apoio brasileiro nos foros internacionais. Na medida em que a Comunidade representava apenas uma peça de atração e permanente promessa de futuro usada pelos portugueses, ela nunca se sustentou por si ou, ainda, nunca existiu concretamente.

¹⁵⁵ SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos 1951-1959*. Coimbra: Coimbra, 1959. p. 281-288.

¹⁵⁶ José Honório Rodrigues, em seu clássico *Brasil e África: outro horizonte*, define o Tratado como “uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para a sua órbita, de acordo com as pretensões que citamos antes, visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais. Por ele nos obrigamos a consultar Portugal – com suas dependências coloniais sobre matéria internacional, tirando-nos, assim, ou pelo menos dificultando, todo o nosso jogo diplomático”. In: RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 359.

¹⁵⁷ Id.

Como parte integrante do Tratado, a menção a uma Comunidade cumpria a função de vincular a diplomacia brasileira ao esforço português de manutenção de seu império colonial, o que criava amplos constrangimentos e tornava extremamente vulnerável a posição brasileira, tanto no que dizia respeito ao relacionamento com o continente africano, quanto na própria convivência com a Chancelaria portuguesa.

O embaixador brasileiro em Portugal, Alvaro Lins (1956-1959), relata o episódio em que, chamado pelo ministro de Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, ouve severas reclamações da subscrição brasileira favorável à criação de um Comitê Econômico da ONU para a África. Diz o ministro que Portugal estranhava a atitude do Brasil em suas intervenções na ONU em matéria colonial, pois que essas só

serviam à tática comunista e à política da Rússia, [invocando ainda] o Tratado de Amizade e Consulta, para frisar haveremos falhado a um de seus dispositivos, aquele que determina aos dois governos se consultarem reciprocamente em matéria dos seus interesses na esfera internacional.¹⁵⁸

Que uso prático da idéia comunitária Portugal pretendia fazer ficou claro quando da troca das Notas Interpretativas, onde Lisboa fez a mais absoluta questão de restringir a abrangência do Tratado ao território continental português e arquipélagos da Madeira e Açores.¹⁵⁹ Ora, se algo poderia trazer, naquele momento, vantagens novas e efetivas para o Brasil em toda essa negociação, isto seria a abertura dos espaços africanos ao contato das mais variadas possibilidades entre as duas margens do Atlântico Sul, de forma absolutamente livre dos impeditivos controles lisboetas. Mas o que se viu mais uma vez foi a ação decidida da delegação portuguesa na defesa de suas posições e a leniente, permissiva, atitude dos negociadores brasileiros a aceitar os marcos excludentes definidos quando das *démarches* realizadas no Rio de Janeiro.¹⁶⁰

É de todo curioso que em ofício de caráter confidencial expedido pela embaixada em Lisboa no dia 2 de dezembro de 1958, ou seja, mais de cinco anos passados da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, o embaixador brasileiro reclamasse da

¹⁵⁸ LINS, Alvaro. *Missão...*, p. 8-9.

¹⁵⁹ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, op.cit., p. 280-282.

¹⁶⁰ ANDRADA, Martim Francisco Lafayette de. *Relações entre o Brasil e as Províncias Ultramarinas Portuguesas*. Lisboa, 12 set. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 328. p. 1-2.

ignorância, em que se encontra esta Embaixada, do texto das Notas Interpretativas trocadas após a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, texto reiteradamente solicitado (para conhecimento de seus termos e amplitude) vem sendo prejudicial a quaisquer entendimentos e conversações, colocando os serviços de informação e observação em constrangedora posição de inferioridade.

Permito-me lembrar que é do mais relevante interesse político e econômico, para a situação potencial do Brasil no mundo, o ultramar português, e que o Governo deste país parece entender que aquelas Notas Interpretativas excluem Portugal Ultramarino da chamada Comunidade Luso-Brasileira.

Nessa hipótese inconveniente, perderíamos exigíveis vantagens sobre o controle da penetração do café angolano (nos mercados internacionais).

O Brasil está subestimando as possibilidades que lhe oferece o império sobrevivente português – legítima que lhe poderá caber, por direito sucessório natural e histórico, caso venha a verificar-se a partilha dum patrimônio que o anti-colonialismo atual ameaça desagregar.

Talvez Portugal não disponha mais, dadas as condições de uma nova política internacional, de capacidade institucional para opor durante muito tempo diques de tradição ao irredentismo que se apossa de suas províncias ultramarinas. E ao Brasil convirá recolher essa herança, invocando os seus títulos de afinidade étnica, para compor com aqueles territórios – com os quais já conviveu em séculos de comunidade colonial – um mesmo destino federativo do mais transcendente interesse econômico.

Atrair a uma integração supranacional (às vésperas de sua subversão) um império estrategicamente distribuído pelo mundo – a nós vinculado pela comunhão de raça, língua, religião, costumes e passado – é incumbência que nos oferece a própria história da nossa civilização ocidental, latina e cristã, sem esquecer a posição de ascendência política que com isso se prepararia ao futuro do Brasil como potência mundial. [...]

Se, realmente, as Notas Interpretativas acima referidas comprometem a plenitude do Tratado de Amizade e Consulta, devem ser urgentemente revogadas: é a opinião que esta Embaixada desejaria poder emitir para a preservação dos mais altos interesses do Brasil.¹⁶¹

O texto de Alvaro Lins chama a atenção por deixar claro o total desconhecimento da embaixada, em fins de 1958, sobre o detalhamento do Tratado definido pela troca das Notas Interpretativas a que não tinha acesso o titular da legação brasileira. A sua desconfiança de que tais Notas excluíssem o Ultramar português da formação de uma Comunidade luso-brasileira era fundada e seria confirmada em discurso do próprio Salazar, pronunciado perante as comissões distritais da União Nacional em 23 de maio de 1959, onde procurava acenar, novamente, com a futura possibilidade de estender a Comunidade às possessões na África em função de necessidades estratégicas no Atlântico Sul.

Assim é que, segundo comunicação da embaixada brasileira,

¹⁶¹ LINS, Alvaro. *Ultramar português*. Lisboa, 02 dez. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 461. p. 1-4.

partindo de uma posição de absoluta intransigência, de que resultaram as Notas Interpretativas de 16 de novembro, Portugal evoluiu em 1958 para a aceitação [frise-se: aceitação apenas] da idéia de se estender o Tratado às Províncias Ultramarinas, como compensação pelas vantagens que lhe havíamos oferecido [...]. Já agora, Salazar reconhece, independentemente de qualquer idéia de reciprocidade, que o início de uma política afro-luso-brasileira é, não apenas admissível, mas sobretudo necessário para o efetivo funcionamento da Comunidade.¹⁶²

Deve-se salientar que fazia parte do processo negociador português, e isso se repetiria inúmeras vezes ao sabor das circunstâncias, recolocar na agenda dos debates bilaterais a possibilidade de inclusão dos espaços africanos na idealizada Comunidade luso-brasileira de modo a sensibilizar as autoridades brasileiras para as dificuldades portuguesas, como aquelas vivenciadas no momento pelo ditador, por conta das arestas legadas pelo caso Delgado. E mesmo sem nada de concreto a oferecer já se sentia confortável Salazar para advertir que “é evidente que quaisquer reticências em relação ao Portugal metropolitano já não se enquadram nesta construção.”¹⁶³ Em nome de uma pouco efetiva referência aos territórios africanos, impunha-se a exigência de um apoio sem reticências ao regime instalado em Lisboa.

O Tratado de Amizade e Consulta não se esgotava, entretanto, na sua dimensão oficial estritamente bilateral. Ele cumpria, ainda, outra tarefa, realizada dentro dos limites do território brasileiro, que propunha a valorização, proteção e transformação da colônia portuguesa no Brasil em um grupo absolutamente privilegiado quando comparado com os demais grupos de estrangeiros radicados regularmente no país.

O tratamento dado pelo Itamaraty às questões vinculadas ao processo de migração dos portugueses para o Brasil exemplifica a atenção diferenciada recebida por esse grupo.

Embora positivamente atenta aos interesses da colônia lusa no Brasil e à estratégia de migração individual que favorecia a remessa de fundos patrocinada por Portugal, a diplomacia brasileira buscou, durante as discussões para a ampliação das vantagens já concedidas aos portugueses em 1944, satisfazer prioritariamente os pontos contidos na contraproposta portuguesa de 1949.

¹⁶² ANDRADA, Martim Francisco Lafayette de. *Comunidade luso-brasileira. Discurso do presidente Oliveira Salazar*. Lisboa, 25 maio 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 201. p. 4-7.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 5.

Em Despacho Confidencial de 12 de julho de 1949, o chefe do Departamento Econômico e Consular, Moacyr Briggs, orientando em nome do ministro Raul Fernandes a ação do embaixador do Brasil em Portugal, Samuel de Souza Leão Gracie, remetia uma série de documentos oficiais sobre a política de imigração chancelados pelo órgão encarregado do tema, a Secretaria de Estado e Conselho de Imigração e Colonização. Todavia, divergindo das determinações do Conselho de Imigração, escrevia então

[o] Parecer deste último órgão, mais preocupado com pormenores do futuro Acordo do que com as bases gerais sobre as quais se desenrolarão as negociações, concluiu pela inoportunidade do ajuste em perspectiva, considerando, sobretudo, o antagonismo entre os pontos de vista dos Governos brasileiro e português expresso na troca da memoranda.

As indicações dadas pelo plenário do Conselho de Imigração e Colonização não poderão ser utilizadas nas presentes conversações, não somente pela razão dada acima, como também por ter desconhecido o Artigo 1º do Decreto-Lei n. 36.199 desse Governo, que condiciona a emigração portuguesa a acordos ou convenções internacionais.

O Parecer aprovado pelo Itamaraty é de opinião que o imigrante português se ajusta, mais do que qualquer outro, às atuais condições sociais e econômicas brasileiras, tanto para trabalhos rurais como urbanos: o desenvolvimento econômico de muitos dos municípios brasileiros, o trabalho de penetração das nossas ferrovias, os grandes cometimentos oficiais ou privados no domínio das construções, devem muito ao braço português.

Segundo o mesmo parecer, a remessa de fundos é a pedra de toque da contraproposta portuguesa, razão de todas as dificuldades levantadas na resposta ao *memorandum*, com o fim de garantir condições vantajosas no particular.¹⁶⁴

Em conclusão, lê-se no documento em apreço que

é chegado o momento de iniciarmos com Portugal uma política de concessões. O acordo de imigração, hoje, seria o ponto de partida. O Tratado de Comércio, amanhã, completaria os fundamentos de um obra em que nos devemos empenhar de corpo e alma.

Quanto aos anteprojetos em anexo, cumpre-me informar Vossa Excelência de que estão pendentes de aprovação dos Governos contratantes, razão por que ainda não foram divulgados; poderão ser utilizados como exemplo da orientação brasileira em Acordos de imigração, mas não servirão como paradigma nas negociações com Portugal, pois, como se depreende do nosso *memorandum*, não deverão ser estipuladas condições muito precisas e pormenorizadas no texto do futuro Acordo, sendo preferível fazer-se uma

¹⁶⁴ BRIGGS, Moacyr. *Acordo de migração com Portugal*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1949. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1949-1959. Despachos, Confidencial, n. 260. p. 1-4.

regulamentação genérica dos diversos aspectos da migração portuguesa para o Brasil...¹⁶⁵

Essa atitude de defesa dos interesses manifestados por Portugal e pela colônia lusa no Brasil assumida pelo Itamaraty acabou abrindo espaço para a consagração no Tratado de Amizade e Consulta de uma das mais caras metas do movimento associativo português: a igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses.

Em função da gritante desproporção quantitativa, a cláusula carecia de um verdadeiro e objetivo caráter de reciprocidade, já que mais beneficiou, de forma concreta, o conjunto dos portugueses aqui instalados. Os dados do Censo de 1950 assinalavam a existência de 336.856 portugueses no Brasil, contra 3.780 brasileiros em Portugal. Além desse expressivo número, dever-se-ia levar em consideração os milhões de descendentes que empenhavam sua solidariedade étnica aos desígnios da Comunidade e da ancestral pátria além-mar.¹⁶⁶

No rastro da necessária regulamentação do Tratado de 1953, foram acesas as esperanças de que o processo de negociação levasse à assinatura de um novo Acordo Comercial, pois, segundo o Relatório da Direção Administrativa da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, referente ao biênio 1958-1959, de 26 de abril de 1960, era o seguinte o quadro geral das trocas comerciais no final da década:

O intercâmbio [do Brasil] com Portugal apresentou-se, neste biênio, muito irregular. Decresceram os valores das importações e das exportações, de modo infelizmente bastante sensível, podendo dizer-se que os negócios ficaram reduzidos a cifras quase mínimas.¹⁶⁷

A solução defendida no relatório da Câmara Portuguesa colocava de maneira clara o propósito luso de moldar o relacionamento bilateral a partir de seus objetivos específicos. Concluindo sua análise, o relatório afirmava que

¹⁶⁵ Id.

¹⁶⁶ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 355 et seq.

¹⁶⁷ LINS, Alvaro, *Missão...*, p. 518.

é este o quadro que se nos apresenta, esperando esta Câmara que a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta se torne efetiva e que, por consequência, a solução surja de um novo Acordo Comercial Luso-Brasileiro, mas não nas bases semelhantes às dos acordos anteriores, em que são exigidas condições de reciprocidade de compra e venda, mas em condições excepcionais que a regulamentação do Tratado venha a favorecer. Esta esperança firma-se agora com a próxima visita do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal.¹⁶⁸

Apesar de todos os esforços desenvolvidos por Portugal e a colônia lusa no sentido de procurar adequar os diplomas legais relativos ao comércio bilateral a uma situação de maior fluxo de bens e capitais, o resultado efetivo mostrou-se persistentemente decepcionante.

Certamente a relativa imaturidade do parque produtivo brasileiro na década de 1950 não permitiu explorar o potencial das relações econômicas entre os dois países. Por outro lado, o pólo português dessa parceria mostrou-se de tal forma despreparado para dinamizar o intercâmbio comercial, que todos os projetos idealizados de maneira mais ousada foram engavetados pela dura realidade de uma economia que teimava em permanecer fundamentalmente como exportadora dos produtos que “matavam a saudade da terra”, tais como o vinho, o azeite e os pescados.

Mesmo com o esforço de modernização, a agricultura portuguesa entre os anos 1950 e 1970 manteve-se em crise. A população ativa no setor foi diminuindo aceleradamente, quando em comparação com a indústria e serviços, fazendo cair sua importância relativa no conjunto das atividades econômicas de maneira drástica. Na análise de Luciano do Amaral,

[a]pesar disto e dos focos de modernização, foi-se gerando no seu seio uma dramática situação de subemprego dos seus ativos. Era isso reflexo de uma modernização incompleta, fato que deu origem a um crescente processo de emigração de nossos agricultores. Acresce que o setor nunca conseguiu acompanhar o processo de mudança de orientação da nova procura alimentar urbana. Assim, não só se manteve o nosso tradicional fâcies agrário e agrícola, com também se acentuou a nossa dependência da importação dos principais bens alimentares ricos.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Ibid., p. 519.

¹⁶⁹ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 450.

Do ponto de vista da atividade industrial, assistiu-se a um tipo de desenvolvimento dependente, baseado nas barreiras que a proteção do Estado podia erguer e na exploração de uma mão-de-obra barata e mal preparada para os desafios da competição, o que acabou por induzir o empresariado a não realizar investimentos de capital intensivo.

Como resultado, em um período marcado pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, a indústria portuguesa comprometeu suas possibilidades de competição no mercado internacional, ao manter sua produção de manufaturas dentro de um quadro de baixo nível de mecanização, sofrível preparação técnico-profissional da força de trabalho, profundas deficiências de gestão das unidades produtivas e, talvez o mais importante, a inexistência de um ambiente psicossocial capaz de alavancar um processo de inovações que pudesse elevar o incipiente capitalismo português a um novo patamar de produção e produtividade.

Em um processo de intercâmbio, no qual o Brasil se preocupava quase exclusivamente com as questões relacionadas ao seu desenvolvimento interno e Portugal apresentava tão evidentes fragilidades econômicas, a pauta do comércio entre as duas nações sofria de uma crônica anemia que beirava em diversos momentos ao mais completo colapso.

Essa realidade se expressava claramente no debate econômico, fosse ele realizado abertamente pela mídia, ou de maneira confidencial através das tratativas levadas a efeito pelas Chancelarias.

Fazendo uma avaliação da situação econômica geral portuguesa, o embaixador brasileiro Souza Leão Gracie relatou ao Itamaraty que, apesar das finanças portuguesas se encontrarem em boa situação antes da Segunda Grande Guerra, após o término do conflito as exportações do país começaram a baixar sensivelmente, de modo que sua situação deficitária aumentou progressivamente. Informava ainda o embaixador que

[o] Governo tem procurado debelar a crise econômica, que já se faz sentir com mais intensidade, adotando medidas severas e reduzindo ao mínimo as importações dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outros países, que se processam à base de acordos comerciais de curto prazo e de compensação. Mas, o fato é que essa situação está tomando proporções alarmantes e começa a incentivar reações nos meios comerciais, econômicos e agrícolas. Ainda há poucos dias, o Deputado Ulisses Cortês, ex-membro da Comissão Executiva da União Nacional e político influente, pronunciou em Braga, numa conferência, esta frase que logo se espalhou por todo o país: 'Exportar ou morrer'. [...]

As esperanças do Governo português voltam-se ainda para o Brasil, onde há largo campo para a expansão dos seus produtos exportáveis.

A recente visita da chamada 'Missão da Boa Vontade' ao nosso país e a ida da nova delegação portuguesa, que dentro em breves dias partirá para o Rio

de Janeiro, demonstram o desejo e o interesse do Governo português de assentar em bases sólidas e duradouras as relações comerciais luso-brasileiras.

[...] a delegação econômica portuguesa terá em vista, especialmente, os problemas da liberação dos créditos comerciais congelados no Brasil e da regularização do regime de licenças prévias de importação para determinadas quantidades de vinhos, azeites, frutas, cortiças e outros produtos de procedência deste país.¹⁷⁰

A necessidade absoluta de melhorar a situação de suas contas internas e externas fazia com que Portugal procurasse obter, efetivamente, todas as vantagens possíveis no comércio de seus produtos tradicionais de exportação. Dado que as condições das contas externas brasileiras também mostravam claros sinais de deterioração, impôs-se o varejo miúdo em que permaneceu estacionado o debate relativo ao intercâmbio comercial bilateral.

Dentro de um já tradicional quadro de dificuldades, retornava à agenda das negociações bilaterais, nos anos 1950, a problemática relativa às exportações de livros portugueses para o Brasil.

Nessa nova fase de discussões sobre o livro português, que se iniciava após o debate encetado no final dos anos 1940 e início dos 1950, portanto anterior ao Tratado de 1953, a temperatura alcançada e a acidez dos termos utilizados marcou um novo patamar para o tratamento da questão.

Em outubro de 1953, o chefe da Repartição do Ensino do Ministério do Ultramar, Francisco da Silva Leão, em trabalho publicado pelo jornal lisboeta *Diário da Manhã*, criticava severamente o Brasil no seu “inquérito sobre o livro português”. Afirmava que não se deveria contar com o Brasil para a solução das dificuldades do mercado livreiro de Portugal, apesar do elevado número de habitantes, pois, dentre outros motivos,

[a] parcela culta da população é pequena e corre o risco de ser totalmente absorvida pela atividade já intensa das casas editoras do Rio, São Paulo e Porto Alegre.

O livro português tem condições para suportar a concorrência dentro do próprio Brasil, incluindo as traduções – gênero que lá tem enorme consumo, mas cuja entrada a lei brasileira ainda não permite (vai ser presente à Câmara dos Deputados um projeto de lei nesse sentido, recentemente aprovado pelo Senado), em disparidade com a livre circulação que as traduções brasileiras tem em Portugal.

¹⁷⁰ GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *Mês político. Abril de 1949*. Lisboa, 12 maio 1949. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 121. p. 3-4.

O livro português precisa que se lhe abram perspectivas comerciais tranqüilizadoras.
Só por via diplomática o assunto pode ser satisfatoriamente resolvido.¹⁷¹

A crônica situação de crise comercial do livro português no mundo do idioma de Camões e mais especificamente os entraves diversos colocados, segundo Portugal, pelas autoridades brasileiras como forma de barrar a entrada do produto luso iriam tornar-se agudos quando instrução da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) em 1958 elevou os ágios para a importação de livros.

A imprensa portuguesa iniciou uma violenta campanha de protestos contra essa medida de controle posta em prática pelas autoridades brasileiras. Os artigos nos jornais se sucediam com bastante freqüência, sendo que o tom dos comentários, a princípio de mera especulação sobre a veracidade da notícia, passaram a considerar a medida do governo brasileiro como atitude altamente discriminatória contra o livro português, em particular, e contra a importação de cultura, em geral.

O embaixador Alvaro Lins, reportando-se à Chancelaria sobre a “crise do livro” em ofício de caráter confidencial, informava que

[a] má fé da campanha de alguns jornalistas é evidente. A maioria dos articulistas não menciona que o aumento dos ágios para a importação de livros atingiu, de maneira geral, todos os livros estrangeiros e não somente os portugueses, como quer maliciosamente fazer crer a imprensa local. De qualquer maneira, o assunto está assumindo proporções bastante vexatórias, não só pelos efeitos que está causando na opinião pública do país, como pela injustiça dos argumentos apresentados.

Afirma-se aqui que, economicamente falando, a medida da SUMOC não causará sérios transtornos à indústria livreira portuguesa, uma vez que as exportações para o Brasil não vão além dos 20 ou 30 milhões de escudos, anualmente. Diz-se também que a nova Instrução é uma represália pela pequena importação de livros brasileiros. A esse respeito disse um editor português a quem o repórter perguntara sobre quais os motivos que teriam levado o Governo brasileiro a tomar essa atitude: *Talvez que os brasileiros pensem que não havia reciprocidade nas permutas... Não se pode colocar no mesmo plano a situação de cada um dos nossos países. Nós [Portugal] temos centenas de anos de cultura para dar a sessenta milhões de brasileiros; eles tem cinqüenta ou mesmo cem anos de literatura para dar a oito milhões de portugueses. [...]*

¹⁷¹ MORAES, Gil Mendes de. *A expansão do livro português nas províncias do ultramar*. Lisboa, 10 out. 1953. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 269. p. 1-2.

Diz-se aqui que a importação de livros brasileiros é livre. De acordo, sempre que não sejam livros de Jorge Amado ou Raquel de Queiroz, aqui proibidos. A verdade porém é que não se encontram livros brasileiros nas livrarias portuguesas. Encontram-se, sim, livros de autores brasileiros editados em Portugal. Aí é que está a grande diferença que os jornais portugueses fingem ignorar. Portugal praticamente não importa livros impressos no Brasil, isto é, não proporciona divisas ao Estado brasileiro, não dá a ganhar ao industrial do livro brasileiro e não proporciona trabalho e ganho ao operário brasileiro. Limitam-se os editores portugueses a pagar os direitos autorais aos escritores brasileiros e nada mais. E nesse campo convém não esquecer que grande número de traduções brasileiras são aqui **adaptadas**, mudando-se uma palavra aqui e ali, e depois vendidas ao público como traduções portuguesas.¹⁷²

Apesar do discurso lusitano colocar prioritariamente a questão do livro no campo da necessidade de manutenção do intercâmbio cultural, a causa de tão ampla mobilização tinha raiz econômica.

No *Diário de Notícias* de 5 de novembro de 1958, após uma série de considerações acerca da necessidade de aprofundamento das relações culturais entre os dois países, o articulista acaba por colocar o fundamento econômico do debate no seu lugar efetivo ao afirmar que

[n]a exportação portuguesa para o Brasil tem o livro ocupado sempre a primeira posição, com acidental interrupção em 1957, em que circunstâncias fizeram à sua frente o azeite português. [...] Desejamos acreditar que as dificuldades cambiais do Brasil sejam de caráter transitório e de curta duração.¹⁷³

As rápidas reações da diplomacia portuguesa que buscavam sempre colocar na defensiva e sob pressão o Itamaraty eram uma constante. As reclamações invariavelmente mencionavam os sacrifícios comerciais a que os portugueses se submetiam para manter o fluxo de mercadorias, sem que houvesse uma contrapartida efetiva do Brasil. A essas colocações seguiam-se os argumentos de não cumprir o Brasil, rigorosamente, o Tratado de Amizade e Consulta. Essa fórmula seria repetida à exaustão.

¹⁷² LINS, Alvaro. *Elevação dos ágios para a importação de livros*. Lisboa, 06 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 434. p. 1-3.

¹⁷³ As alfândegas do livro. *Diário de Notícias*, Lisboa, 05 nov. 1958. In: *Ibid.*, Anexos.

Relatando ao chanceler Raul Fernandes encontro mantido com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, o representante brasileiro informava haver o seu interlocutor dito textualmente o seguinte: “De que servem Tratados de Amizade, juras de boa convivência e outras belas coisas, se quando chega a ocasião de dar forma objetiva e prática a tais manifestações de boa vontade, o tom é diferente?”¹⁷⁴

Contudo, o Tratado de Amizade e Consulta não era invocado somente quando as questões de caráter econômico vinham à tona. Um conjunto de elementos, fundamentalmente estabelecidos na esfera do político, iria, a partir de meados da década de 1950, informar e pautar no curto e no longo prazo o relacionamento entre os dois países.

As óbvias diferenças de enfoque entre uma nação que buscava fortalecer a sua recente e precária experiência democrática e a tenacidade de um regime arbitrário e conservador que teimava em agarrar-se a uma realidade de gosto passadista e estéril acabaram por produzir discordâncias e desavenças que estabeleceram, grosso modo, potencial ou mesmo efetivamente, áreas de desconforto crescente que atritaram a convivência entre os dois países.

Do ponto de vista das questões que se referiam aos parâmetros do relacionamento estritamente bilateral, o confronto entre duas concepções, uma democrática e a outra autoritária, no controle e comando da coisa pública, estabeleceu uma disputa comparativa que, por diversas vezes, fez aflorar um sentimento competitivo que buscava afirmar a superioridade de uma ou outra forma de organização política e social.

Já no que diz respeito à presença das duas nações no mundo e suas responsabilidades na comunidade internacional, as divergências de perspectivas tinham nome e endereço: colonialismo e mais especificamente o português na África. Deve-se adicionar, ainda, a essas discordâncias consolidadas estruturalmente, a presença do embaixador Alvaro Lins na segunda metade dos anos 1950 em Lisboa, que catalisou com sua personalidade crítica e polêmica as diferenças nacionais de percepção da realidade global, acelerando, dessa forma, as reações de toda ordem à efetiva aliança entre os dois países, firmada em Tratado e reafirmada, por palavras e votos, nos principais foros multilaterais. O representante do Brasil imprimiu uma dinâmica inteiramente nova, participante e, muitas vezes, de verdadeira intromissão nos negócios internos de Portugal. Essa postura não ortodoxa foi vivamente combatida pelo governo luso, que questionava repetidamente as atitudes do embaixador.

¹⁷⁴ LYRA, Heitor. *Entrevista do embaixador do Brasil em Lisboa com o ministro dos Negócios Estrangeiros. Relações comerciais luso-brasileiras*. Lisboa, 31 maio 1955. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 399. p. 2.

O debate que opunha democracia e ditadura produziu o acirramento dos espíritos na discussão veiculada, muitas vezes, pelos principais órgãos de imprensa dos dois países. Tratava-se aí de utilizar os espaços abertos no *front* externo para marcar posições no embate político interno, fazendo do outro o exemplo vivo daquilo que se pretendia evitar. Dessa forma, a construção negativa de uma *persona* nacional – ele é aquilo que eu não sou – exacerbava os ânimos, produzindo a sensação de uma disputa que se partidariava, que se ideologizava, e obstruindo os canais da diplomacia e seus meios de dissuasão.

É digna de nota a polêmica suscitada por artigo em que a escritora Raquel de Queiroz atacava duramente o regime salazarista e recebia como resposta uma série de matérias publicadas em jornais reconhecidamente vinculados ao regime que, além da pessoa da conhecida intelectual, buscava alcançar as evidentes deficiências da democracia brasileira para desqualificar o país, perante a opinião pública portuguesa e internacional, como interlocutor válido junto aos movimentos e grupos lusitanos pró-democracia que se organizavam buscando visibilidade e legitimidade nas suas lutas e reivindicações.¹⁷⁵

Publicado no jornal português *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional e porta-voz oficioso da “situação”, em 4 de novembro de 1958, editorial na primeira página, intitulado *Deplorável atitude e honrosa resposta*, dizia que:

Pensamos melhor servir, assim, os anseios da Comunidade Luso-Brasileira e não nos arrependemos da atitude em que desejamos prosseguir, pensando todavia que é tempo de repudiarmos, em termos claros, afirmações periódicas dos que, colocando-se à margem dos supremos interesses dos dois países, são acidentes que como tal tem de ser considerados.

Raquel de Queirós é um desses tristes acidentes e em artigo recente utiliza expressões e concita ódios por forma que deploramos e nos faz cismar nos malefícios das liberdades quando se transformam em licença sempre que os que as detêm não possuem a exata noção das suas responsabilidades.

Antônio Pires justamente afirma, entre bastante mais que ao espírito humanista de Raquel de Queirós deixa-se amiúde cegar pelo sectarismo político esquerdista, falsamente democrático quando comenta certos fatos e certos regimes políticos da atualidade. Só esse sectarismo político esquerdista, falsamente democrático, poderia ter inspirado Raquel de Queirós.

E o articulista depois de citar uma passagem dementada daquela senhora que não posso classificar de jornalista pelo alto sentido em que tenho a profissão, afirma: *Não nos interessa, evidentemente, tomar a defesa deste ou daquele estadista injustamente englobado na citação feita por Raquel de Queirós. Mas há um acerca de quem, não por manifestação de servilismo ou*

¹⁷⁵ LINS, Alvaro. *Política partidária do Brasil. Editorial do Diário da Manhã*. Lisboa, 31 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 435. p. 1-3.

patriotismo que poderia não ter outra justificação, mas por amor à verdade, podemos e devemos repudiar tão despropositada e injuriosa classificação: Salazar.

Deve-se recordar ainda a Raquel de Queirós os processos porventura mais democráticos usados na sua Pátria, onde os políticos mandam eliminar sumariamente seus opositores à bala ou à bomba e onde nas Assembléias Parlamentares, os que não sabem fazer valer a força dos argumentos oratórios, varrem os contraditores com rajadas de metralhadoras.

Um conselho de colega, sem dúvida de nome apagado mas limpo: quando quiser empregar a classificação de malfeitor para azorregar os políticos na saia das fronteiras do seu imenso Brasil, encontrará muito quem o mereça. [...]

No Brasil qualquer jornalista despeitado pode insular publicamente desde o carregado da esquina ao Presidente da República. [...]

Se a alusão às demonstrações de força do Governo em ocasião de eleições é um apontamento de discordância, mesmo assim o acha preferível ao sistema falsamente democrático das eleições de certos países, no caso concreto o Brasil, onde partidos nacionalistas compram votos dos comunistas a troco de promessas de reconhecimento legal desse partido, ou da proteção aos seus chefes e os cabos eleitorais mercadejam votos a quem mais der.¹⁷⁶

A Chancelaria portuguesa, habituada a imiscuir-se nas questões e debates internos brasileiros sobre os quais tinha algum interesse, procurava resguardar a intimidade de seus negócios de tão inusitada interferência, acionando o seu eficiente grupo de pressão no Rio de Janeiro.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Deplorável atitude e honrosa resposta. *Diário da Manhã*, Lisboa, 04 nov. 1958. In: LINS, Alvaro. *Política partidária do Brasil. Editorial do Diário da Manhã*. Lisboa, 06 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 435. p. 1-3. Anexos.

¹⁷⁷ Exemplo de uma das inúmeras associações que no Brasil estavam de alguma forma ligadas ao país ibérico era a Associação dos Amigos de Portugal, que em seu boletim n. 1, sob o título *Relatório da atividade social no ano de sua fundação no Rio de Janeiro em 1940*, informava ter sido constituída por brasileiros para exaltar a identidade étnica entre brasileiros e portugueses. Para se ter uma idéia da capacidade de inserção social dos grupos filo-portugueses influentes no Brasil, deve-se notar a grande quantidade de personalidades influentes na sociedade do período que surgem na lista de fundadores. Entre eles: Afrânio Peixoto – Academia Brasileira de Letras (ABL); Aloysio de Castro – ABL; Austregésilo de Athaide – ABL; Barboza Viana – Academia Nacional de Medicina; Artur Moses – presidente da Academia Brasileira de Ciências; Átila Soares – ministro do Tribunal de Contas; Atílio Vivacqua – secretário-geral da OAB; Augusto Frederico Schimit – escritor; general Cândido Rondon – indigenista; Edgard Sussekind de Mendonça – naturalista; Elpídio Martins – historiador; Fernando Mello Vianna – antigo vice-presidente da República e presidente do Conselho da OAB; Fernando Raja Gabaglia – diretor do Colégio Pedro II; Francisco Batista de Oliveira – presidente do 1º Congresso de Urbanismo, arquiteto; embaixador Francisco Negrão de Lima – ministro da Justiça; coronel Graciliano Negreiros – chefe do Serviço de Comunicações do Exército; Jaime Costa – artista dramático; Joracy Camargo – escritor; embaixador José Carlos de Macedo Soares – presidente do Instituto Histórico e Geográfico, ABL; Manuel Carvalho Neto – secretário de redação de *A Noite*; Mário Magalhães – fundador e diretor do *Correio da Manhã*; Olegário Mariano – ABL; Oswaldo Orico – ABL; Oscar Argollo – presidente da Câmara Brasileira de Comércio e Indústria; Oswaldo de Souza e Silva – escritor e presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Paulo Lomba Ferraz – industrial (armador); Pedro Calmon – ABL; Pedro Ernesto – prefeito do DF/RJ. Além destes, o documento recebeu outras 159 assinaturas de catedráticos, médicos, oficiais militares, desembargadores, jornalistas, industriais, engenheiros e outros.

Em 10 de fevereiro de 1959, o embaixador Alvaro Lins recebeu o comunicado de que o Ministro Negrão de Lima iria visitá-lo expressamente

para atender a um apelo de vários de seus amigos da colônia portuguesa do Rio e de São Paulo. [...] A ditadura salazarista, naturalmente sempre muito fiada e confiada em suas forças no Brasil, isto é: em certos políticos e alguns jornalistas, que o salazarismo conta como amigos para todas as horas e solidários para todas as emergências, além de parcela importante dos órgãos de imprensa.¹⁷⁸

Apesar de todas as pressões, a passagem de Alvaro Lins por Lisboa durou cerca de 3 anos, entre 1956 e 1959. Uma das questões de maior relevância a chamar a atenção do representante brasileiro foram os desdobramentos da campanha que levaria o candidato oficial, Almirante Américo Tomás, à Presidência da República no verão de 1958.

Contudo, apesar da vitória de Salazar e do grupo mais próximo a ele, abriu-se um período de ampla crise do regime, que se estenderia agitando a vida nacional de maneira inusitada até 1962. A incapacidade de modernização do grupo salazarista provocou descontentamento não apenas nas hostes oposicionistas, mas até mesmo junto aos próprios adeptos da situação. Uma ala liberal da União Nacional queria uma abertura política que, mesmo restrita, pretendia ampliar o espectro social de apoio ao regime. Uma nova geração de técnicos e administradores sem compromissos diretos com a trajetória passada do salazarismo ansiava por novos métodos e prioridades na condução da coisa pública, na metrópole e no ultramar. Mesmo respeitando profundamente a obra de Salazar, esse grupo entendia ser prudente a substituição do velho líder por uma figura de perfil mais moderno como, por exemplo, o professor Marcelo Caetano. Por não subordinar-se disciplinadamente, como era esperado, o presidente Craveiro Lopes teve seu nome vetado para a disputa pela Comissão Central da União Nacional e Salazar acabou fixando-se no nome de seu fiel ministro da Marinha, Américo Tomás, há catorze anos no cargo.

A oposição de centro-esquerda, não comunista, polarizada pelo Diretório Social, contava entre suas lideranças mais expressivas com nomes como Antônio Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão, buscou uma estratégia política de aproximação com os dissidentes do regime, tendo em vista a necessidade de operacionalização de uma transição pacífica para a democracia.

¹⁷⁸ LINS, Alvaro. *Missão...*, p. 232-270.

Antônio Sérgio pressionou firmemente para que a escolha de seu grupo recaísse sobre o general Humberto Delgado, o que acabou por acontecer. Delgado, oficial-aviador da ativa e diretor-geral da Aeronáutica Civil, havia sido no passado entusiástico partidário da ditadura e admirador de Salazar. Carismático, demagogo e exaltado, Delgado empolgou as massas em todo o país, fazendo com que a extrema esquerda abandonasse a sua candidatura própria e passasse a apoiá-lo.

Percebendo as dificuldades da conjuntura política, o governo reforçou a montagem da fraude no processo eleitoral e, se isso não bastasse, passou a preparar um dispositivo militar golpista no caso de vitória da oposição.

Com o cerceamento das liberdades democráticas e o controle da máquina eleitoral, a vitória coube a Américo Tomás.

Apesar de vivamente interessado no avanço das forças democráticas em Portugal, a postura do embaixador brasileiro, nesses anos de dificuldades e crises no país europeu, foi por diversas vezes de cautela e contenção. O caso da prisão do professor Jaime Cortesão ilustra claramente esse tipo de atitude de Alvaro Lins. Informou ele ao ministro Negrão de Lima que, além da prisão do ilustre historiador, haviam sido na

mesma data igualmente detidos os Senhores Antonio Sergio de Souza, ex-Ministro de Estado da Instrução Pública e escritor de grande renome, Francisco Vieira de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e Mário de Azevedo Gomes, Professor Catedrático do Instituto de Agronomia.

Imediatamente após a prisão dos Senhores acima referidos, comecei a ser procurado na sede desta Missão diplomática por numerosas pessoas que vinham pedir a minha intervenção junto às autoridades portuguesas no sentido da pronta libertação do Professor Cortesão, pessoa muito ligada ao Brasil onde viveu durante numerosos anos, havendo mesmo sido, em certa altura, comissionado pelo Itamaraty para efetuar trabalhos de pesquisa histórica em Portugal.

Informaram-me, igualmente, que o Professor, já quase octogenário, estava com a saúde bastante abalada no momento da sua prisão, pelo que temiam não pudesse ele resistir muito tempo de detenção. Devo, aliás, informar Vossa Excelência de que todos os demais presos acima aludidos são homens de idade avançada. Fiz ver a essas pessoas que, se bem que sentisse muito o sucedido, não me era permitido, como representante do Governo brasileiro, imiscuir-me em assuntos dessa natureza, a não ser mediante instruções expressas de Vossa Excelência.¹⁷⁹

¹⁷⁹ LINS, Alvaro. *Prisão do professor Jayme Cortesão*. Lisboa, 28 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 459. p. 1-4.

Todavia, os desdobramentos posteriores da crise portuguesa acabariam por colocar no centro dos acontecimentos a representação brasileira e seu embaixador. O extraordinário impacto da campanha eleitoral de Humberto Delgado fez com que a barreira de indiferença e silêncio fosse ultrapassada. A mídia internacional se interessava vivamente pelo processo, e na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Brasil a figura do general e sua surpreendente popularidade abriam o caminho para a revelação de um amplo movimento social severamente crítico ao regime ditatorial, visto ainda por muitos no Ocidente como entidade patriarcal, benévola e até adequada à menoridade política dos portugueses.

Segundo o historiador português Fernando Rosa,

[a] dimensão internacional da luta contra o regime fora reforçada pela ‘guerra das embaixadas’ logo a seguir às eleições. Delgado refugia-se na Embaixada do Brasil em 7 de janeiro de 1959 e aí pede, e recebe, asilo político. Henrique Galvão, evadido do Hospital de Santa Maria, onde se encontrava sob prisão, refugia-se na Embaixada da Argentina, também lhe sendo concedido asilo. O mesmo acontece na Embaixada da Venezuela relativamente a elementos responsáveis pela ‘conspiração da Sé’ (o Major Calafate e Manuel Serra). E outros casos se iriam repetir. Influenciados pelo Embaixador brasileiro Alvaro Lins, muito chegado aos meios da oposição democrática portuguesa, os diplomatas de países com processo de democratização recentes (Argentina, Venezuela, Cuba) enfrentaram o Governo de Lisboa, que se recusa a reconhecer o asilo concedido e a garantir a evacuação em segurança dos refugiados. Independentemente dos acordos a que se foi chegando, a imagem internacional do regime – uma ditadura caduca e repressiva, alvo de contestação interna – ia-se degradando.¹⁸⁰

A ampliação do questionamento internacional ao regime português atingiria o ápice quando da eclosão do célebre “caso do Santa Maria”. No dia 22 de janeiro de 1961, o capitão Henrique Galvão, à frente de um comando de 23 homens afetos ao Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação – 12 portugueses e 11 espanhóis –, apoderar-se-ia, no Mar das Caraíbas, do navio “Santa Maria”.

As forças armadas dos Estados Unidos, que haviam sido informadas de um ato de pirataria pelas autoridades portuguesas, e dando como boa a informação, deslocaram embarcações para realizar o apresamento do navio lusitano, visando a posterior entrega da nave e sua tripulação ao governo de Lisboa, e modificaram sua postura, passando a lidar com Galvão como opositor à política do regime e seu ato como resultante desta sua condição.

¹⁸⁰ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 523 e 533.

Enquanto conferenciava, para estupefação de Lisboa, com o almirante americano Robert L. Dennisson, Galvão ganhava tempo aguardando a tomada de posse, a 1º de fevereiro, como novo presidente eleito do Brasil, de Jânio Quadros, pessoa com quem mantinha relações.¹⁸¹

A atitude de aceitação da presença do “Santa Maria” no porto do Recife e a concessão de asilo político anunciadas na mensagem ao navio revoltoso foram recebidas com grande desagrado por Lisboa¹⁸², pela colônia lusa e pelos apoiadores do salazarismo no Brasil.¹⁸³

Enquanto isso, na capital portuguesa, tendo adentrado à embaixada do Brasil desde o dia 12 de janeiro de 1959, o general Humberto Delgado aguarda que as difíceis negociações venham a encaminhar positivamente o seu pedido de asilo político.¹⁸⁴

Após confirmar o recebimento da nota de número 8 expedida pelo embaixador Alvaro Lins, datada de 13 de janeiro de 1959, em que informava ao governo português a solicitação de asilo do general Humberto Delgado e sua concessão, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, chanceler Marcelo Matias, faz publicar uma nota, em 14 de janeiro de 1959, na qual afirmava não existir qualquer mandado de captura ou processo pendente contra o oficial, nem o propósito de prendê-lo por quaisquer atos praticados até aquele instante. Portanto, o general poderia sair a qualquer momento da embaixada e, se seu desejo fosse partir para outro país, necessitaria apenas e tão somente do desentrelaçamento burocrático a que deveria se submeter qualquer funcionário público civil ou militar ao viajar para o exterior. E concluindo a nota, de maneira assertiva e direta, fez perceber, pela nítida elevação do tom

¹⁸¹ Id.

¹⁸² Segundo o primeiro-secretário da embaixada brasileira em Lisboa, “o caso do *Santa Maria*, primeiro *test* do novo governo brasileiro em matéria de política exterior, veio dissipar quaisquer dúvidas acaso existentes em relação à orientação que o presidente Quadros iria seguir com referência a Portugal. Seu telegrama ao ex-capitão Galvão, em que se mencionavam os entendimentos havidos anteriormente em Caracas, e a solução do caso pelo governo brasileiro, afastando-se a conceituação de *pirataria* e concedendo-se asilo político aos assaltantes do navio, desagradaram ao governo português e as relações entre o Brasil e Portugal começaram a atravessar uma fase de esfriamento. Na imprensa desencadeou-se uma campanha de velada hostilidade ao governo brasileiro, transcrevendo-se, nos jornais portugueses, telegramas de procedência do Brasil em que se continham de preferência críticas à nova formulação da política exterior brasileira”. Ver VERAS, Carlos dos Santos. Situação internacional de Portugal, principais problemas de sua política e as motivações da sua conduta internacional, p. 9. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planeamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 22.

¹⁸³ Na avaliação de Afonso Arinos de Melo Franco “a imprensa brasileira, simpatizante de Salazar, que condenava veementemente o gesto de Galvão, não deixaria de tomar contas ao ministro do Exterior [...]. Neste particular, os editoriais de O Globo – suponho escritos por João Neves – continham claras advertências a mim.” Ver FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia independente. Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 150.

¹⁸⁴ Deve-se sublinhar que a data de entrada do general Humberto Delgado na embaixada do Brasil encontrada no livro de Fernando Rosas, 07 de janeiro de 1959, não é corroborada por outras obras e principalmente pela documentação da representação brasileira que afirmam ter o evento ocorrido no dia 12 de janeiro de 1959.

com que timbrava suas palavras, que Lisboa agiria de maneira a mais dura possível na questão:

Dadas assim a Vossa Excelência todas as seguranças acima referidas, informei Vossa Excelência de que nestas circunstâncias não poderia ser aceite qualquer prática que correspondesse a pôr em dúvida a palavra do governo português ou susceptível de levar a opinião pública portuguesa ou estrangeira a supor que as autoridades portuguesas não estão em condições de cumprir ou fazer cumprir a palavra do seu governo.¹⁸⁵

A decisão de conceder asilo ao general Delgado pelo embaixador Alvaro Lins, tida por muitos como decisão açodada e equivocada de um embaixador não atento de todo à hierarquia e interesses do governo que representava e mais preocupado com suas convicções pessoais e políticas sobre a vida portuguesa, é aspecto da situação que requer avaliação mais ampla, levando em consideração a análise circunstanciada dos elementos de que dispunha o diplomata brasileiro para embasar sua ação.¹⁸⁶

Se é certo que o embaixador, homem de calorosos contatos com a oposição lusitana, tenha concedido o asilo, decorridas poucas horas de sua solicitação, e por ato pessoal, não se pode deixar de relativizar tal atitude a partir dos argumentos apresentados pelo próprio como autoridade concedente. No Ofício Confidencial de número 50, datado de 06 de fevereiro de 1959, informava o representante brasileiro ao ministro Negrão de Lima que, em contato direto com o chanceler Marcelo Matias, havia encetado a seguinte negociação:

A minha sugestão – diria quase: o meu apelo – para que buscássemos uma solução rápida e tanto quanto possível informal para o assunto, orientação que me parecia a mais compatível com os interesses de ambos os governos. Acrescentei que, de minha parte – e caso essa proposta fosse aceita – não teria dúvida em manter os entendimentos em bases unicamente verbais (Como sabe Vossa Excelência, não me foi possível prosseguir nesse propósito em face da publicação, na manhã do dia 13, do comunicado oficial português, cujos termos colocaram a Embaixada numa posição evidentemente equívoca, obrigando-me assim a formalizar a comunicação sobre o asilo).¹⁸⁷

¹⁸⁵ LINS, Alvaro. *Concessão de asilo ao general Delgado*. Lisboa, 06 fev. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 50. p. 1-2. Anexos.

¹⁸⁶ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, op.cit., p. 286.

¹⁸⁷ LINS, Alvaro. *Concessão...*, p. 2.

Depois da recusa do chanceler português em examinar qualquer possibilidade de solução informal, posição esta informada pessoalmente a Alvaro Lins quando do primeiro contato entre ambos poucas horas depois da chegada do general Delgado à embaixada em 12 de janeiro de 1959, foi publicada, no dia 13 de janeiro de 1959, no *Diário de Lisboa*, a nota a que alude o embaixador do Brasil em seu contato com o Rio de Janeiro, onde asseverava o governo luso que

[o] Sr. Embaixador do Brasil informou esta tarde o Ministério dos Negócios Estrangeiros de que o Sr. General Humberto Delgado fora à sua embaixada, a fim de solicitar, como refugiado político, lhe fosse concedido o direito de asilo por se considerar na iminência de ser preso.[...]

Esclarece-se, porém, que, não havendo qualquer mandado de prisão contra aquele General, nem nenhum propósito de prendê-lo por atos cometidos até o presente, o pretexto por ele invocado carecia de todo o fundamento.[...]

Sendo assim, as autoridades portuguesas não tem de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração.

O governo lamenta sinceramente que um cidadão português para satisfazer os seus desígnios políticos não tenha hesitado em criar à embaixada de um país tão fraternamente ligado a Portugal semelhante situação.¹⁸⁸

Era evidente, portanto, que o governo português não reconhecia as razões do general para o pedido de asilo, entendia ser o movimento nada mais do que uma ação no tabuleiro do xadrez político lusitano, afirmava inexistir qualquer acusação contra o asilado até aquele momento e informava sua posição de não dar qualquer colaboração para a resolução do assunto.

Desconhecer naquele instante a gravidade da situação portuguesa era impossível. A segunda grande crise desencadeada com o processo eleitoral de 1958 logo apresentaria à luz dos fatos a sua verdadeira face. O desfechar de um ataque político-policia em todas as formas e direções mostraria ser o receio do general Delgado absolutamente fundado, as promessas do governo de Lisboa pouco críveis e acertada a decisão, queurgia ser tomada, de proteger o militar insubmisso na embaixada do Brasil.

O bispo do Porto, impedido de entrar no país, era confinado no exílio. Vários ativistas católicos, entre eles o antigo dirigente da Juventude Operária Católica, Manuel

¹⁸⁸ Ibid., Anexos.

Serrão, seriam presos. A PIDE desencadearia uma grande ofensiva contra o Partido Comunista Português: entre 1958 e 1959, a agremiação perderia cerca de dois terços de seus militantes. O Diretório e a oposição não comunista também não escaparam. O governo proibiu todas as iniciativas públicas oposicionistas e o protesto contra tal medida levaria à prisão, para surpresa nacional e mesmo internacional, de vetustas figuras da oposição: Antonio Sérgio, Azevedo Gomes, Vieira de Almeida e Jaime Cortesão.¹⁸⁹

De uma forma ou de outra, pautando-se ou não pelos cânones da burocracia do Itamaraty e dos protocolos de relacionamento entre as representações nacionais, agiu Alvaro Lins de acordo com as melhores tradições humanitárias da diplomacia brasileira. Se politicamente transformou-se em um estorvo e seu comportamento mereceu a reprovação do poder instalado no Rio de Janeiro, a exoneração das suas funções e o relativo ostracismo político que vivenciaria representaram a conta a ser paga por embaixador de características tão diferenciadas daquelas a que haviam se acostumado as autoridades dos dois lados do Atlântico.¹⁹⁰

Humberto Delgado exilar-se-ia no Brasil em abril de 1959, outros militantes políticos recorreriam ainda aos bons ofícios do Brasil em busca da proteção de sua integridade física¹⁹¹ e o embaixador Alvaro Lins, sem condições políticas para o exercício pleno de suas funções, era chamado ao Rio de Janeiro, ficando a embaixada preferencialmente sob os cuidados de Martim Francisco Lafayette de Andrada até que, em 18 de novembro de 1959, após retornar a Lisboa para resolver as últimas questões pendentes na legação brasileira, embarcaria em definitivo para o Brasil.

O ato final de sua presença em Portugal marcaria de forma patente a insatisfação lusitana com o embaixador que deixava seu posto. De maneira absolutamente excepcional, foi convidado a comparecer pessoalmente perante as autoridades policiais do cais de embarque

¹⁸⁹ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 530.

¹⁹⁰ Em sua coluna publicada no jornal *Última Hora* em 23 de março de 1959, o jornalista Otávio Malta afirmava que “Chatô e Jobim acertaram seus relógios com os dos comendadores da Ordem do Banho e lançaram-se à peleja! [...] O embaixador em Londres visa dar uma vitória política ao ditador Salazar as custas do decoro e do brio da nossa representação em Lisboa. Na atual e delicada circunstância, o salazarismo dentro do Brasil usa até mesmo um boletim anônimo (boletim que já vai pelo número 4), elaborado com a ajuda de técnicos do próprio Itamaraty, a serviço da Ordem dos Comendadores do Banho, para colocar mal o embaixador Alvaro Lins. A infâmia é completa e exige sindicância.”

¹⁹¹ É o caso do professor e militante da oposição Duarte Vilhena Gusmão, refugiado na embaixada do Brasil em 30 de junho de 1960, tendo para seu caso tratamento diferenciado dado pelas autoridades portuguesas que, avaliando as conseqüências da inflexibilidade anteriormente exibida e também a menor projeção política do mesmo, aceitaram as ponderações da representação brasileira de resolução informal da questão e já no dia 2 de julho embarcava para o Brasil em vôo da Panair. In: FRAZÃO, Sérgio Armando. *Asilo político. Duarte Vilhena Coutinho Ferreri Feio Gusmão*. Lisboa, 05 jul. 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960. Ofícios, Confidencial, n. 293. p. 1-14.

para obter o visto de saída da PIDE, não lhe sendo dispensada essa formalidade, como de hábito se fazia por cortesia.¹⁹²

Paralelamente aos novos rumos e parâmetros estabelecidos no âmbito das relações entre o Rio de Janeiro e Lisboa, um processo complexo, vigorosamente transformador e de alcance global colocara-se em marcha. Inicialmente, no imediato pós-guerra, mais como uma carta de intenções do que como um programa efetivo com metas e prazos claramente propostos e factíveis. Em um segundo momento, a partir da década de 1950, adquire uma dinâmica própria, levando de roldão as resistências conservadoras da ordem global e forçando a discussão e a ação da comunidade internacional frente à sua principal bandeira de luta: a descolonização.

A emergência dos povos coloniais no cenário mundial, buscando por todas as formas a autodeterminação e o fim das tutelas impostas por forças exógenas, tornar-se-ia o grande foco gerador de controvérsias no relacionamento luso-brasileiro dos anos 1950 até as independências na África portuguesa, em meados da década de 1970.

A tomada de posição da comunidade global após a Segunda Guerra estabeleceu importantes avanços na legislação internacional no que dizia respeito àqueles povos sem governo autônomo e que eram administrados por potências estrangeiras.

A Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas, reunida em São Francisco entre abril e junho de 1945, realizou exaustivos debates sobre as questões coloniais que serviram de base para a feitura dos capítulos XI, XII e XIII da Carta das Nações Unidas, que tratam dos Territórios sem Governo Próprio, do Sistema Internacional de Tutela e do Conselho de Tutela.¹⁹³

A Declaração relativa a Territórios sem Governo (Cap. XI, arts. 73 e 74) proclamou a importância dos interesses dos habitantes desses locais e afirmou a obrigação dos administradores dos mesmos de assegurar seu progresso político, econômico, social e educacional e ainda desenvolver sua capacidade de autogoverno. O avanço da legislação consolidou-se com a elaboração da importante Resolução 742 (VIII, 27 de novembro de 1953), que definiu os fatores que deveriam ser levados em conta para afirmar-se se um território atingira ou não as condições para constituir um governo próprio. Apesar de Portugal, ao entrar na ONU, declarar que o artigo 73, letra e, não se aplicava aos seus territórios, pois

¹⁹² ANDRADA, Martim Francisco Lafayette de. *Embarque para o Brasil do embaixador Alvaro Lins*. Lisboa, 26 nov. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959. Ofícios, Confidencial, n. 586. p. 1-2.

¹⁹³ Ver a Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça publicados pelo Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil.

estes eram partes integrantes da nação, seria exatamente através dessa legislação que o questionamento internacional à presença portuguesa na África tomaria corpo e se revestiria da autoridade moral e formal da lei.¹⁹⁴

Era evidente, no entanto, que apenas as boas intenções da Comunidade das Nações e a elaboração de uma legislação que encaminhava algumas importantes reivindicações no sentido de um maior controle internacional sobre o que acontecia nas colônias não seriam suficientes para a consecução do objetivo maior desses povos, que na realidade pretendiam uma liberdade e uma autodeterminação sem adjetivos. Tomar o destino da luta anticolonialista em suas próprias mãos era tarefa que em algum momento teria de ser assumida pelos povos submetidos às potências coloniais.

O primeiro sinal de organização política dos povos, daquilo que viria a ser tão freqüentemente chamado de Terceiro Mundo no futuro, seria observado quando da inicialmente despretensiosa reunião realizada no mês de abril de 1954, em Colombo, no Ceilão. Apesar de uma agenda excessivamente aberta e vaga, os primeiros-ministros presentes à Conferência concordaram na avaliação de que a perpetuação do colonialismo era uma violação fundamental dos direitos humanos e uma ameaça à paz no mundo. Renovaram, no documento oficial, seu apoio aos princípios básicos da convivência democrática, resistência às ingerências e pressões tanto do bloco comunista quanto do ocidental e lançaram a idéia de realizar uma conferência, em futuro próximo, das nações africanas e asiáticas.

Como fruto do trabalho iniciado em Colombo, realizou-se entre os dias 18 e 24 do mês de abril de 1955, na cidade de Bandung, na ilha de Java, a primeira Conferência Ásio-Africana, com a presença de delegações de diversos níveis da Índia, Indonésia, Ceilão, Paquistão, Birmânia, Afeganistão, Cambodja, China, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Yemen, Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão.

A agenda aprovada definiu como temas centrais a cooperação econômica, a cooperação cultural, os direitos humanos e autodeterminação, os problemas dos povos dependentes e as questões relativas à preservação da paz mundial. O documento final da Conferência condenou enfaticamente o colonialismo em todas as suas manifestações, deu respaldo oficial à atuação do bloco dos árabes, africanos e orientais na ONU, encorajou as reivindicações anticolonialistas e fez ver às grandes potências que, a partir daquele encontro, não seria mais possível ignorar as reivindicações de tão numeroso grupo de países.

¹⁹⁴ VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1996. p. 44-56.

Uma série de conferências entre os representantes do chamado Terceiro Mundo passariam a ocorrer, buscando afinar um discurso comum sobre os mais diversos temas. Da economia à cultura, da política à segurança.

Embora o Itamaraty mantivesse ao longo da década de 1950 uma posição que variava do apoio às potências coloniais a um alheamento nas discussões sobre o tema da descolonização, justificado a *posteriori* por uma tradição de *low profile* da nossa diplomacia, a embaixada brasileira em Portugal mantinha-se atenta ao processo em curso, repercutindo o crescente interesse sobre o tema, tanto em escala nacional quanto global.

Além das questões de caráter eminentemente político, a embaixada em Lisboa procurou manter-se informada sobre os movimentos relacionados com a realidade econômica operados pelos países do Terceiro Mundo. Entre as regiões do globo de maior interesse estratégico para o Brasil, excetuando-se o continente americano, destacava-se a África, quer pelos laços históricos, étnicos e culturais ou, ainda, pela potencialidade de um relacionamento econômico, onde haveria espaço, pelas características das duas regiões, para a construção de uma inovadora parceria Sul-Sul. Portugal aparecia para o Brasil como ponto de observação privilegiado desta realidade.

A qualidade do material produzido pelo pessoal lotado na capital portuguesa pode ser aferida pelo fato de que os observadores brasileiros designados para as principais conferências africanas produziam relatórios que encaminhavam sugestões e análises tecnicamente adequadas sobre a realidade daqueles países, suas perspectivas para o futuro imediato e o papel a ser desempenhado pelo Brasil naquele contexto.

Exemplo dessa atividade diplomática é o importante relatório produzido pelo secretário da embaixada brasileira em Lisboa, Jorge Paes de Carvalho, quando no desempenho de sua missão como observador brasileiro à 1ª Sessão da Comissão Econômica para a África, reunida em Addis-Abeba no início de 1959. O trabalho do observador foi remetido ao chanceler Negrão de Lima, como documento secreto, em 20 de março de 1959, e dá conta da emergência de um fator novo e de importância ímpar para a organização das relações entre os Estados: a existência militante de uma personalidade política africana que surgia paralelamente à saída de cena dos colonizadores europeus. Essa personalidade buscava constituir sua consciência reguladora, a partir da formulação de uma ideologia comum a todos os novos Estados africanos independentes ou em vias de se tornarem independentes, para o combate ao colonialismo branco. Compreendia ela duas alavancas principais: a igualdade racial e a justiça nas relações entre o capital e o trabalho. Por este caminho, atacava-se a capacidade operativa do colonizador europeu por não ter sabido estabelecer uma comunidade

multirracial, solidária e harmônica, na qual o capital e a técnica trazidos pelos brancos não explorassem até o último limite o nativo, que fornecia a terra e o trabalho braçal.

Avaliando a ação da União Soviética na região, entendia que, tomando como ponto de referência a Conferência de São Francisco até o momento em que escrevia, no ano de 1959, a influência soviética desenvolvia-se utilizando métodos e técnicas novas, como a estruturação de conferências de povos e não conferências de Estado, porque assim poder-se-ia dar voz a todos os movimentos que negavam a legitimidade dos governos ou das soberanias.¹⁹⁵

Enquanto o mundo debatia a impertinência do velho colonialismo, as duas superpotências esgrimiam argumentos, modelos e capacidade de liderança na expectativa de influir decisivamente sobre os rumos dessas novas e promissoras fronteiras abertas pela derrocada dos antigos poderes metropolitanos. O Brasil, de poucos meios materiais, a sustentar uma possível penetração de caráter econômico, encontrava-se em situação privilegiada para exercer uma atração, naquele instante, que far-se-ia pelos caminhos muito mais efetivos da sedução de uma cultura em que o popular encontrava a sofisticação de uma estética que, se suavizava, não negava o quanto de negritude habita nas harmonias e nas dissonâncias que inspiraram os artistas das mais diversas áreas da produção cultural nacional. Quanto valeria a voz de uma nação como a brasileira no cenário internacional a defender, sem subterfúgios, a autonomia dos povos coloniais, notadamente os de África, em uma conjuntura tão desejosa do novo? Que tipo de liderança poderia, naquele átimo de tempo, assumir uma postura desassombrada e atenta aos sinais que vinham intuir promessas e descortinar possibilidades?¹⁹⁶

Todos os problemas que emergiam da indefinição dos papéis dos atores na cena internacional por conta da onda descolonizadora faziam refletir sobre o lugar do interesse nacional brasileiro. Era ainda o pequeno lugar das elites associadas ao grande circuito central e hegemônico do poder internacional? Ou era o grande espaço que se abria nas periferias a solicitar cooperação para a construção harmônica do desenvolvimento em todos os seus sentidos?

¹⁹⁵ Havia uma preocupação, expressada pelos quadros mais conservadores do Itamaraty, de que o Brasil tivesse acesso aos territórios do ultramar português, ainda que através de Lisboa, antes da perda da região para o nacionalismo africano de matiz ideológico marxista. In: ANDRADA, Martim Lafayette de. *Política ultramarina de Portugal. Relações entre o Brasil e as províncias africanas*. Lisboa, 08 out. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 464. p. 1.

¹⁹⁶ Avaliava o representante brasileiro em Lisboa que “não há dúvida de que os portugueses precisarão de ajuda – e um tipo de ajuda que só lhes poderá vir normalmente do Brasil. Nunca será demais recordar que, sem qualquer apoio ou incentivo da nossa parte, a influência da cultura brasileira é hoje um fato incontestável entre as classes evoluídas das províncias africanas.” Ibid., p. 6-7.

Muitos compreendiam, entretanto, a verdadeira encruzilhada em que se encontrava o Brasil. Na continuidade de sua análise sobre a 1ª Sessão da Comissão Econômica para a África, avaliava o observador diplomático lotado em Lisboa, em uma situação de tão acirrada disputa entre os dois grandes blocos de poder mundiais, que tinha

que confessar a Vossa Excelência que o sentimentalismo com que a política externa do Brasil acalenta o colonialismo português foi tema de muitas conversas com líderes africanos, conversas estas nas quais nem sempre pude responder a certos argumentos que em eram lançados. Os representantes do Marrocos, Sudão, Libéria e Guiné perguntaram-me várias vezes se no Brasil nós tínhamos idéia de que o sistema de colonização mais primitivo que existia na África era aquele que se praticava em Angola e Moçambique. Para ilustrar o que diziam contaram-se fatos verdadeiramente estupefacentes e que chegam a parecer histórias. Realmente, para nós brasileiros vai ser cada dia mais difícil podermos continuar a dizer que somos partidários da igualdade dos Estados e da igualdade dos indivíduos se, ao mesmo tempo, fechamos os olhos – por um sentimentalismo totalmente injustificado para quem analisa, mesmo que superficialmente, os resultados dessa política com Portugal – aos processos coloniais retrógrados, incompatíveis com o século em que vivemos, que são ainda hoje empregados em Angola e Moçambique.

Creio que dentro muito em breve o Itamaraty será forçado a escolher qual dos dois caminhos vai o Brasil trilhar: se o da defesa do colonialismo em liquidação ou se o de solidariedade com as novas nações que estão surgindo na África. Ainda hoje podemos jogar esse jogo duplo, sem grandes conseqüências, mas, dentro em pouco, seremos desmascarados e forçados a uma decisão.[...]

Ainda hoje – e isso me foi dito inúmeras vezes – somos considerados por africanos negros e por africanos árabes como um exemplo de compreensão, de igualdade de raças, de democracia e de tolerância.

Um dos delegados da Guiné disse-me mesmo que o Brasil poderia ser no futuro o elemento de ligação espiritual entre a África e o Ocidente. Por quanto tempo seremos ainda assim considerados?¹⁹⁷

Por outro lado, o regime português mantinha-se inflexível em sua postura de defesa até a última linha daquilo que considerava direito absolutamente inquestionável. O sentimento de estar cercado ampliava-se com o correr do tempo, dando a sensação de que o abandono do apoio internacional à causa portuguesa era crescente.¹⁹⁸ O jornal *Diário de Notícias* de Lisboa afirmava que

¹⁹⁷ LINS, Alvaro. *Remete relatório do secretário Jorge Paes de Carvalho, observador brasileiro à 1ª sessão da C.E.A.*. Lisboa, 20 mar. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 003, 1958-1959 (L-W). Ofícios, Secreto, n. 94. p. 1-12.

¹⁹⁸ Exemplo disso foi o alarme nos círculos governamentais de Lisboa com a independência do Congo Belga, em 1960, rompendo o que era chamado de “cordão de segurança” estabelecido ao longo das fronteiras

[a] Portugal, como nação euro-africana que é, esse problema diz respeito crucialmente, como diz ou disse respeito à Inglaterra, França ou a Bélgica. Simplesmente, nós portugueses temos uma vantagem: é que estamos a assistir ao que aconteceu e acontece aos outros, estamos em condições de tirar as imediatas ilações do ocorrido e preparamo-nos para aquilo que convém. Uma dessas ilações é esta: Portugal só pode contar consigo e consigo tem de contar imediatamente. [...]

Não há um minuto a perder. Não podemos deixar aumentar os riscos que nos rodeiam. Desde Madagascar, em frente de Moçambique, passando pelas Rodésias, pelo Congo Belga, por Brazzaville e muitos outros sítios, verificasse que as nossas principais províncias de ultramar estão praticamente contornadas pelas novas correntes da África.¹⁹⁹

A urgência em dar respostas ao agravamento das tensões na África fez com que o final da década de 1950 marcasse uma nova ofensiva portuguesa, buscando o apoio do Brasil para os seus compromettimentos coloniais.

Desde o discurso de 23 de maio de 1959, quando Salazar reconheceu pela primeira vez a necessidade de uma aproximação luso-brasileira no Atlântico Sul, ficaria patente o empenho do governo de Lisboa em despertar o interesse da opinião pública brasileira pelas províncias africanas. Sucediã-se as alusões oficiosas à eventual criação de portos francos em Luanda e Lourenço Marques, à concessão de tratamento preferencial para as publicações brasileiras, à importância das bases angolanas para a marinha brasileira, entre outras inúmeras vantagens que poderiam advir desse contato renovado.

Simultaneamente, a imprensa controlada de Portugal e jornais brasileiros favoráveis ou diretamente ligados à situação portuguesa reproduziam declarações de personalidades governamentais que insistiam nos laços históricos existentes entre o Brasil e o ultramar, exaltando a participação do Brasil colonial na reconquista e no povoamento de Angola.²⁰⁰ A campanha pela conquista da opinião pública do Brasil estava em marcha. Na expressão do diplomata Sergio Frazão, “são os indícios muito evidentes de que a diplomacia lusitana não apenas deseja o nosso concurso em África, mas já está, inclusive, agindo para obtê-lo e mobilizando influências nesse sentido.”²⁰¹

ultramarinas portuguesas pelos territórios governados por minorias brancas na União Sul-Africana, Rodésias, Niassalândia, Tanganica e o Congo Belga.

¹⁹⁹ LINS, Alvaro. *O problema africano. Posição portuguesa*. Lisboa, 09 abr. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959. Ofícios, Confidencial, n. 135. p. 3-4.

²⁰⁰ FRAZÃO, Sergio Armando. *Os interesses do Brasil em África e a comunidade luso-brasileira*. Lisboa, 14 maio 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960. Ofícios, Confidencial, n. 133. p. 8-9.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 9.

O governo português percebia não lhe bastar mais o tipo de apoio e cobertura que o Rio de Janeiro lhe emprestava no âmbito das Nações Unidas. Era preciso mais. Na cautelosa estratégia de Salazar, tratava-se agora ser necessário convencer as próprias populações ultramarinas, e sobretudo suas elites em formação, da existência e da efetividade desse apoio.

Entretanto, coerentes com a já usual estratégia, os portugueses se abstinham cuidadosamente de adiantar qualquer indicação precisa sobre o papel reservado ao Brasil na evolução institucional do Império. Interessava a associação da presença brasileira de forma subordinada, pois não convinha ao regime português que, por iniciativa própria, o Brasil buscasse fórmula de ação política no ultramar.²⁰²

Apesar de parcela significativa das análises, oficiais ou oficiosas, convergirem para a tese de que o interesse nacional apontava para uma redefinição das relações Brasil-Portugal, em função dos novos e velozes desdobramentos que a cada instante surgiam no cenário internacional, a atitude do governo Juscelino Kubitschek foi de, no sentido inverso a essas análises e recomendações, estabelecer como fecho de sua administração a viagem a Lisboa em agosto de 1960, onde, ao figurar como anfitrião ao lado do presidente Américo Tomás, assinando com o chefe de Estado lusitano os documentos oficiais comemorativos do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, apresentou ao mundo seu apoio ao Estado comandado por Salazar em uma hora extremamente difícil e grave para este último.

Os jornais lusos exaltaram a figura de Juscelino Kubitschek e, aproveitando a ocasião, o editorial do *Diário de Notícias* sugeriu a responsabilidade solidária dos dois países

no cumprimento dos seus deveres universais, quaisquer que sejam as contingências, perigos e dificuldades a enfrentar e fala-se em uma Comunidade cujas fronteiras na Europa, na América, na Ásia, ou no Oriente, serão defendidas, contra qualquer gênero de ataques por brasileiros e portugueses, prontos a derramar o generoso sangue lusitano na defesa do que à face da História e da realidade atual tem de ser considerado patrimônio comum.²⁰³

²⁰² Id.

²⁰³ LIMA, Francisco Negrão de. *Visita a Portugal do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Repercussão na imprensa portuguesa*. Lisboa, 5 set. 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960. Ofícios, Confidencial, n. 363. p. 1-2.

A idéia contida nesses jornais se revestia de tal perigo para a posição internacional brasileira que o próprio embaixador brasileiro Negrão de Lima, conhecido por sua postura favorável a Portugal, entre assustado e cauteloso, anotava que

[o] Brasil é, assim, convidado por estes jornais a participar das glórias e das vicissitudes da política extra-continental portuguesa neste momento histórico, em que, na Ásia e na África, o nacionalismo indígena modifica a carta política e geopolítica do mundo, rompendo os laços de lealdade política, cultural e econômica com as potências coloniais da Europa. Vem a propósito recordar as ponderações que a Embaixada alinhou no ofício 133, de 14 de março último, especialmente as que tocam à intenção, antes velada, e agora mais ostensiva, da opinião manifestada por importante órgão da imprensa local de associar o Brasil às responsabilidades ultramarinas de Portugal, utilizando para tanto uma definição *pro-domo* da Comunidade Luso-brasileira.

Torna-se, desta forma, conveniente um planejamento em profundidade, por parte do Governo brasileiro, quanto à política geral a seguir em relação a Portugal, tendo em vista nossos interesses em África.²⁰⁴

Os portugueses afirmavam em alto e bom som que não esqueceriam tão grande apoio hipotecado pelo presidente brasileiro em uma quadra especialmente crítica da vida portuguesa.

Os africanos, em silêncio, também não.

²⁰⁴ Ibid., p. 3.

CAPÍTULO 3

OS ANOS SESSENTA E A REDEFINIÇÃO DO VÉRTICE POLÍTICO DE UMA RELAÇÃO TRIANGULAR (1961-1964)

O cenário mundial, construído e sustentado em larga medida pela vontade dos vencedores da Segunda Grande Guerra, seria fortemente abalado em seus estreitos limites decisórios pela avalanche, sem precedentes, originada da extraordinária força motriz colocada em andamento pela luta dos povos coloniais.

Os continentes africano e asiático seriam sacudidos por movimentos de libertação nacional que desafiariam as grandes potências e sua lógica de poder condominial, bem como as demais metrópoles que ainda se aferravam a uma percepção passadista e carente de justificativa para a manutenção da sua longa presença em espaços geográficos tão longínquos. Nesse segundo caso enquadrava-se o colonialismo lusitano, adentrando rapidamente nos anos 1960 o perigoso e movediço *locus* da confrontação bélica.

A guerra na África representaria excepcional desafio à já conhecida tenacidade e resistência do regime salazarista, às promessas de radical mudança na postura brasileira face o fenômeno da descolonização e à capacidade dos movimentos de libertação das colônias lusófonas de angariar a simpatia internacional de forma a fazê-la se expressar como apoio efetivo às suas mais significativas e legítimas causas autonomistas.

Apesar de todas as dificuldades, o Estado português havia feito sobreviver o seu patrimônio colonial sob a decisiva proteção do Ocidente, justificado pelas necessidades geopolíticas determinadas pela confrontação entre o Leste e o Oeste. O ensaio de coexistência pacífica do final dos 1950 transformaria-se em desanuviamento das tensões internacionais nos anos 1960.²⁰⁵

No novo contexto que se abria às relações internacionais, os sinais de mudança do *status* português na aliança atlântica iam-se adensando.

O penoso contencioso com a ONU a propósito das colônias, que começara em 1956, quando o secretário geral, obedecendo às disposições da Carta da organização, inquirira em nota oficial a Lisboa se esta administrava territórios não autônomos e tivera como resposta

²⁰⁵ VAISSE, Maurice, op.cit., p. 81.

a peremptória negativa do governo luso, provocou o início da ofensiva diplomática do bloco afro-asiático nos mais diversos foros internacionais.

Em 15 de dezembro de 1960, produzir-se-ia uma mudança de largo alcance histórico: a XV Assembléia Geral da ONU, tendo por base a aceitação de uma definição genérica do que fossem os territórios não autônomos, aprovou a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais e, simultaneamente, especificou nominalmente os domínios portugueses como integrando aquela definição.

Já em fevereiro de 1960, numa clara inflexão da política britânica relativamente ao tema da descolonização, afirmava em discurso o primeiro-ministro Harold MacMillan que “seja ou não do nosso agrado temos aceitar como fato [...] o vento da mudança que sopra através do continente africano.”²⁰⁶

A 7 de março, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrik, comunica formalmente a Salazar que a administração Kennedy alteraria sua posição sobre a política colonial portuguesa se mudanças, no sentido da autodeterminação das colônias, não se efetivassem. Como a confirmar o aviso, em 13 de março, no Conselho de Segurança, o delegado americano, Adlai Stevenson, votou pela primeira vez de maneira contrária aos interesses lusitanos.²⁰⁷

A perplexidade das autoridades portuguesas com as mudanças de discurso de Brasil e Estados Unidos no início da década de 1960 levaria Salazar a dizer que Lisboa havia perdido as eleições presidenciais nos dois países.²⁰⁸

Às mudanças no *front* externo agregavam-se a tentativa de golpe palaciano por parte de membros dos altos comandos das forças armadas; a eclosão de um revolucionarismo de caráter militar, com fortes articulações no plano civil; e a agitação política de setores das massas populares fomentada pelo Partido Comunista. Esses componentes interligaram-se sinergicamente de forma a fazer periclitar significativamente a posição do governo no ano de 1961.

Já em 12 de setembro de 1960, a embaixada brasileira informava à Secretaria de Estado das Relações Exteriores o agravamento da situação política na África portuguesa e o recrudescimento da agitação na metrópole de tal forma que o manifesto do MPLA

²⁰⁶ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 517-518.

²⁰⁷ Ibid., p. 533-534.

²⁰⁸ Ibid., p. 518.

(Movimento Popular de Libertação de Angola) chegava a ser distribuído pelo correio, apesar da ampla censura postal portuguesa.²⁰⁹

O manifesto, intitulado *Mensagem ao povo português*, datado de 30 de junho de 1960, invocava inicialmente os séculos de escravatura e de tráfico das populações negras, como também a opressão e a imposição de condições de vida degradantes e aniquiladoras ao povo angolano pelo colonialismo lusitano contemporâneo. Apesar de tudo, o MPLA fazia um chamamento à reflexão do povo português, buscando separar os interesses e vantagens auferidos pelos dirigentes colonialistas dos anseios genuínos da população lusitana em geral, pretendendo que esta última não fosse envolvida e conquistada pelo clamor bélico que já se fazia ouvir e que tanto poderia fazer, no futuro, a todos lamentar:

Povo Português! A hora é grave. Mais uma vez, os colonialistas portugueses se preparam, de maneira criminoso, para fazer correr ingloriamente, dentro em breve e sobre o solo de Angola, o sangue do nosso povo e o sangue de vossos filhos. É o momento de esclarecer posições e de fixar responsabilidades. O povo angolano e o MPLA não pretendem combater Portugal. O respeito pela sobrevivência, pela liberdade e pela aspiração ao progresso de Portugal é um dos fundamentos da sobrevivência, da liberdade e do progresso que o povo angolano e o MPLA reivindicam para Angola. O povo angolano e o MPLA não pretendem combater o povo português. [...] Certos da justeza da sua causa o povo angolano e o MPLA prosseguirão implacavelmente a sua luta até a liquidação completa do colonialismo português em Angola.

África, 30 de junho de 1960.

Pelo Comitê Diretor do Movimento Popular de Libertação de Angola
Viriato Cruz
Mario de Andrade
Lucio Lara.²¹⁰

Entrementes, as críticas e o descontentamento com a liderança de Salazar ampliavam-se e surgiam até mesmo de setores do espectro político absolutamente insuspeitos até há pouco. É o caso dos panfletos distribuídos pela oposição monarquista no início de 1961. Em ácida análise da situação política, afirmava ter sido a estabilidade governamental do país, a ordem como bem supremo, submetida a freqüentes e perigosos abalos. Avaliava ainda que os estados de tensão e de alarme sucedendo-se a curtos intervalos e o prestígio de

²⁰⁹ LIMA, Francisco Negrão de. *Situação política na África portuguesa*. Lisboa, 12 set. 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960. Ofícios, Confidencial, n. 372. p. 1.

²¹⁰ *Ibid.*, Anexo 4. p. 1-5.

Portugal, ligado ao de Salazar, declinando dia após dia além das fronteiras nacionais colocavam o país em vexatória situação perante a comunidade das nações:

Quem poderia acreditar, a meia dúzia de anos apenas, que numa votação internacional, opondo Portugal à Libéria (à Libéria!!) seríamos afrontosamente preteridos por elevada maioria. Quem poderia então supor que entre sessenta nações, muitas das quais ligadas a Portugal por tratados de aliança, só quatro votariam a nosso favor [...]. E quem ousaria admitir que no Brasil os jornalistas portugueses seriam tão mal recebidos em todos os jornais (menos no globo), como agora o foram equiparados a agentes da PIDE, insultados, vaiados [...].²¹¹

Na visão dos monarquistas, não era de Portugal que as nações amigas se afastavam, mas sim de Salazar e sua política. E o desprestígio só atingia a nação porque a ela estava associado o nome do longo líder.

Em viagem a Adis-Abeba, como delegado observador da 3ª Sessão da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, realizada entre os dias 6 e 19 de fevereiro de 1961, o então terceiro secretário da embaixada do Brasil em Lisboa, Alberto da Costa e Silva, informava que os delegados sindicais manifestavam a intenção de apresentar à comissão um contundente relatório sobre o trabalho forçado em certas regiões do continente, notadamente Moçambique, Angola, Guiné portuguesa e África do Sul. Declaravam incisivamente que o inimigo número um da África independente era Portugal e que o regime de privação de liberdades existente nas chamadas províncias ultramarinas era mais feroz do que o *apartheid* sul africano.²¹² Na oportunidade, em conversa com Embarek Djilani, secretário da União Geral dos Trabalhadores da Argélia e membro da Frente de Libertação Nacional, o observador brasileiro ouviu o interlocutor argelino atacar

duramente o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e a política do governo brasileiro nas Nações Unidas, no que se refere à causa argelina e à luta africana contra o colonialismo, tendo lamentado nosso alinhamento com

²¹¹ A disputa em questão faz referência à candidatura a um assento no Conselho de Segurança da ONU. Ver LIMA, Francisco Negrão de. *Situação política interna de Portugal*. Lisboa, 17 mar. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 98. Anexo n. 1. p.1-2.

²¹² SILVA, Alberto V. da Costa e. *3ª Sessão da Comissão Econômica para a África. Aspectos políticos e econômicos*. Lisboa, 01 mar. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 78. p. 2.

Portugal, que classificou de ‘o maior inimigo do continente’, tachando nossa atitude de criminoso cúmplice.²¹³

Mencionava ainda, o diplomata Alberto da Costa e Silva, a desconfiança generalizada com que foi recebido por numerosos delegados africanos, que levantavam imediatamente os problemas da posição brasileira em relação à Argélia e aos territórios ultramarinos portugueses.²¹⁴ A nova conjuntura global impunha penalidades crescentes àqueles que, não compreendendo os novos tempos, associavam-se a uma perspectiva retrógrada e autoritária.

Enquanto o início dos anos 60 do século XX prenunciava a ampliação do questionamento internacional às práticas e posturas lusitanas sob a égide de Oliveira Salazar, a política externa brasileira colocada em prática pelas presidências de Jânio Quadros e João Goulart, entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de março de 1964, apesar das tremendas dificuldades oriundas do desenvolvimento da crise política interna, manteve uma notável linha de unidade e continuidade, mesmo levando-se em consideração que cada um dos cinco titulares do Itamaraty, no período, tenha imprimido características próprias na condução dos interesses do Brasil no mundo. Era o advento da chamada Política Externa Independente.

A nova política externa do Brasil, ao contrário da Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek, de caráter eminentemente regional, ampliava os horizontes da ação nacional à escala do universal a partir de uma clara referência ao compromisso hemisférico. Pretendia um pragmatismo que minimizasse as condicionalidades ideológicas, nem sempre com o sucesso esperado, possibilitando, assim, a satisfação do interesse nacional, identificado ao desenvolvimento econômico e social.²¹⁵ Para tanto, reforçou o caráter instrumental dos princípios de autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Preocupou-se, ainda, em questionar a ênfase dada às disputas Leste-Oeste, investindo na necessidade da cooperação

²¹³ Ibid., p. 18.

²¹⁴ Ibid., p. 70.

²¹⁵ “Sobre a Política Externa Independente [...] não é descabido indagar a respeito da eficácia pela maneira com que foi encaminhada, pelo seu afã de definir-se e redefinir-se sempre que se apresentavam as oportunidades para jogar com a opinião interna, não só para lhe dar satisfação, mas também para buscar suporte nos setores mais avançados da opinião nacional. Se é correto afirmar que a PEI não partia de um posicionamento ideológico, os seus eventos, em nível interno, passaram por um processo de ideologização. [...] Atuar de maneira independente confundiu-se com contestação à mais poderosa nação do hemisfério, que fazia da América Latina o seu *quintal* e era não raro responsabilizada pelo seu atraso, conforme entendimento da esquerda nacionalista. A PEI, assim, açulava e apoiava-se nos segmentos nacionalistas.” CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 327.

Norte-Sul, do desarmamento em geral, do controle das armas nucleares em particular, do desenvolvimento e da paz.²¹⁶

Definindo sua política externa, inicialmente administrada por Afonso Arinos de Melo Franco, o presidente Jânio Quadros sintetizou-a em 15 pontos:

1. Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil ao mundo livre;
2. Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no plano mundial;
4. Expansão do comércio externo brasileiro;
5. Apoio decidido ao anticolonialismo;²¹⁷
6. Luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. Fidelidade ao sistema interamericano;
11. Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. A mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. Apoio decisivo e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.²¹⁸

A ênfase dada pelo presidente à necessidade de renovação da postura brasileira em relação ao processo de descolonização chegava ao ponto de declarar ter sido, até então,

²¹⁶ Segundo o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, “desde o início do governo, Jânio demonstrou forte empenho em proceder a uma abertura política e econômica das nossas relações internacionais. Estava convencido de que tal abertura era o complemento externo indispensável à transformação que se operava na nossa situação interna. [...] Fixar uma prestigiosa fisionomia internacional e possibilitar ao país recursos de várias áreas parecia ao presidente condição necessária para a ordenação e a consolidação do nosso desenvolvimento interno.” Ver FILHO, Afonso Arinos, op. cit., p. 141.

²¹⁷ Mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jânio Quadros que, na abertura da sessão legislativa de 1961, ao tratar das relações do Brasil com os países da África e da Ásia, define: “Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais – repetimos, todos, sem exceção – atinjam sua independência no mais breve prazo possível.” Ver FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1. p. 55.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 54.

equivocada a posição assumida pelo país na ONU, na medida em que acarretava um descrédito justificável da política brasileira.²¹⁹

A intenção de inovar na política exterior do Brasil para a África, apesar de registrar importante mudança de perspectiva, principalmente quando em comparação com a postura anterior, foi pouco além do discurso e de algumas iniciativas para a dinamização das precárias relações com aquele continente.

As primeiras deliberações do presidente Jânio Quadros em relação à África, região com a qual declarava pretender um relacionamento tão estreito, foram tímidas e contraditórias. À tentativa de impulsionar o intercâmbio cultural com a oferta de bolsas de estudo a universitários africanos, a criação de três novas embaixadas (Gana, Nigéria e Senegal), o fechamento do acordo econômico para a formulação de uma nova política cafeeira brasileiro-africana, proposta na Declaração do Rio de Janeiro, se contrapôs a inoportuna decisão presidencial de incrementar as relações comerciais com a África do Sul, no exato momento em que se agravava, sobremaneira, a crise sul-africana com as repercussões e desdobramentos decorrentes do “massacre de Shaperville”.²²⁰

Contudo, a pedra-de-toque de um novo relacionamento com a África passaria, indubitavelmente, pelo tipo de atitude que concretamente adotaria o Brasil nos principais foros internacionais, quando instado a se manifestar sobre a problemática e complexa questão da descolonização.

O ministro Afonso Arinos de Melo Franco, definindo as linhas mestras pelas quais pretendia conduzir seu relacionamento com aquele continente, afirmou em suas memórias que:

Minha política africana era fundada em dois propósitos. [...] O Brasil é um dos maiores, senão o maior Estado negro do mundo, e uma política de aproveitamento deste fator teria grandes resultados. [...] Outro aspecto dizia respeito à defesa da democracia na África [...] em função da possível satelitização da África pela URSS [...] [e portanto] apresentava-se a imagem

²¹⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 283.

²²⁰ Segundo José Flávio Saraiva, “[a]pesar da condenação expressa nas Nações Unidas, o Brasil se recusou a qualquer atitude na área comercial que pudesse afetar os compromissos correntes. Apesar dos rogos da Organização da Unidade Africana (OUA) em maio de 1963, para que os países que condenavam o regime de discriminação racial na África do Sul cortassem relações diplomáticas e comerciais, o Brasil preferiu, como muitos outros, silenciar. O comércio do Brasil com a África do Sul, ao final do período da política externa independente, alcançava cerca de 50% de todas as exportações brasileiras para o continente africano. Ver SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1996. p. 75.

de um imenso litoral pró-soviético a horas de vôo do nosso. O Brasil poderia contribuir para dificultar a marcha [desse] processo.

Para tanto, necessitávamos de uma presença diplomática e cultural, em primeiro plano, e econômica em segundo, no continente negro, aproveitando as facilidades naturais de que dispúnhamos.

Esperávamos a compreensão e a ajuda do governo progressista de Kennedy. [...] Infelizmente Portugal nos faltava porque a coerência de nossa política nos levaria fatalmente a não apoiar o obstinado colonialismo de Salazar. Era uma fatalidade que tínhamos de enfrentar, fatalidade agravada pelos interesses de dinheiro que mobilizavam contra nós grandes órgãos da imprensa carioca, ligados ao poder econômico da 'colônia', pela rotina do sentimentalismo congratulatório que propicia a elementos de nossa elite festas, viagens e condecorações; e também pela ação enérgica, multiforme, eficaz da diplomacia portuguesa (muito superior à nossa em vários aspectos) orientada inflexivelmente pelo velho ditador lusitano.²²¹

Reforçando a linha de conduta anunciada pelo ministro, envia-lhe Jânio, a 15 de março de 1961, o seguinte memorando:

O Brasil não se ligará à política colonialista de Portugal na África. [...] Convém V. Ex^a. chegar a Lisboa para conversações que esclareçam nossa posição nessa matéria, cujo conteúdo político em nada diminui nosso apreço, nosso respeito e nossa solidariedade ao povo desse país. Aliás, proceder por esta forma, expondo nossos pontos de vista, é dever que resulta do Tratado de Amizade e Consulta.²²²

Informado da viagem e das recomendações que levaria à Lisboa, o chanceler Afonso Arinos, no intuito de realizar conversações sobre as novas perspectivas brasileiras quanto à questão colonial, incluindo aí necessariamente o caso português e a revisão do relacionamento de Brasília com aquele país, o embaixador português Manuel Farrajota Rocheta foi à capital brasileira e entregou ao presidente Jânio Quadros, no dia 24 de março, mensagem pessoal do presidente Américo Tomás vazada nos seguintes termos:

Uma vasta e poderosa conspiração internacional ergue-se contra Portugal na ONU, procurando destruir as fronteiras que edificamos desde os fins do século XV e ignorar a obra de civilização que vimos realizando no ultramar, inspirada naquele sentido de profunda humanidade e fraternidade de raças

²²¹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979. p. 956-957.

²²² *Ibid.*, p. 958.

que caracterizou sempre a ação de Portugal e de que a grande nação brasileira é o mais nobre testemunho. [Peço] francamente que nenhuma decisão seja tomada, que mude a orientação até hoje seguida pelo Brasil, sem um amplo e minucioso conhecimento dos problemas ultramarinos, notadamente de Angola, se tenha verificado.²²³

Sem dúvida, se a questão colonial absorvia todas as atenções de Portugal no início dos anos 1960, Angola se transformara em um dos principais itens da agenda da ONU, em grande parte dedicada à discussão dos vários processos de independência então em curso.

Também no Brasil, o interesse pelas relações do país com o mundo atingia novo patamar no início dos conflituosos anos 1960. Debates parlamentares, programas de rádio e televisão, jornais diários, novas publicações dedicadas ao tema davam conta da necessidade de informação e conhecimento demandados pela população em geral, que associava os movimentos no tabuleiro do xadrez das relações internacionais às posições postas em disputa na crescentemente polarizada arena da política interna. Paulatinamente, a imagem de Portugal como uma ditadura empedernida e fortemente empenhada na manutenção, ainda que pelas armas, do seu império colonial tornava-se cada vez mais disseminada na imprensa não aliada à colônia lusa no país.

Um exemplo da luta que se desenvolvia entre os meios de comunicação favoráveis a Portugal e sua política e aqueles que se colocavam em posição oposta era a atitude militante do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, importante mídia de orientação petebista dirigida por Samuel Wainer, que seguidamente denunciava as arbitrariedades das autoridades lisboetas e seus aliados e apoiadores no Brasil em detrimento das liberdades democráticas no espaço metropolitano e contra a luta pela autodeterminação dos povos coloniais nas áreas sob sua jurisdição em território africano.

Em sua edição de 1º de abril de 1961, a principal manchete de capa denunciava: *Salazar vende escravos para minas de ouro*. No corpo da reportagem informava-se, a partir do vazamento de relatório confidencial enviado ao presidente Jânio Quadros, produzido pelo delegado observador brasileiro à 1ª Conferência Regional Africana, professor Luis Augusto do Rêgo Monteiro, que a situação de Portugal em suas colônias era insustentável, sendo mantida apenas pela força da ditadura de Salazar. Chamava a atenção para “o verdadeiro e clamoroso tráfico de escravos, pelo governo colonial, da mão de obra nativa, exportada para

²²³ Id.

as minas da União Sul-Africana, de onde raramente os infelizes negros voltam com vida.”²²⁴
Aconselhava, ainda, o autor do relatório,

que o Brasil denunciasse imediatamente o ilusório tratado de consulta e amizade, já agora, face os superiores sentimentos e interesses do Brasil frente à África – fronteira à nossa costa atlântica – a esse incriminado e inconciliável colonialismo português que indica o caminho que devemos adotar: de arquivamento daquele inditoso tratado e de soberba independência na consecução dos nossos maiores e inconfundíveis destinos internacionais.²²⁵

Apesar das primeiras declarações e documentos oficiais exarados pela nova administração explicitarem o apoio decidido ao anticolonialismo, o que se percebia de fato é que, mal concluídas as festividades da posse, o discurso era surpreendentemente substituído por uma prática já consagrada: a relativização de princípios em nome da privilegiada relação com Portugal.

No dia 29 de março, o ministro Afonso Arinos, em telegrama ao chefe da missão brasileira na ONU, embaixador Ciro de Freitas Valle, informava que o presidente da República, após ter examinado o problema de Angola, entendia que a posição do Brasil naquele momento deveria contemplar, de um lado, a firme posição anticolonialista do governo e, de outro, os compromissos internacionais e os vínculos de natureza especialíssima que uniam o Brasil a Portugal. Dessa forma, concluía o ministro, o presidente decidiu “que Vossa Excelência deverá abster-se na votação da proposta sobre a matéria. Fundamentará o Brasil o seu voto no dever de ultimar as conversações com Portugal, nos termos do Tratado de Amizade e Consulta.”²²⁶

O veterano embaixador, que estava às vésperas da aposentadoria após longos anos de uma carreira marcada pela disciplina, reagiu desconcertado, em comunicação datada de 31 de março, às oscilações que verificava nas instruções que lhe chegavam do Brasil:

Há quarenta anos, cumpro rigorosamente as instruções, e com o mesmo zelo cumprirei as instruções do telegrama de V. Exc. Penso, entretanto, ser do meu dever dar opinião pessoal sobre as conseqüências da abstenção do

²²⁴ JQ recebe a denúncia: Salazar vende negros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 01 abr. 1961. p. 4.

²²⁵ Id.

²²⁶ FILHO, Afonso Arinos, op. cit., p. 203.

Brasil na questão Angola. Recuando na sua posição anticolonialista, o Brasil novamente se mostrará solidário com as potências coloniais [...]. O voto do Brasil significa rompimento com a atitude anticolonial fixada no meu discurso sobre colonialismo em dezembro de 1960, e quebra de compromisso que assumiu ao votar a favor da resolução sobre a eliminação do colonialismo. Invocar compromisso bilateral com Portugal para justificar voto brasileiro seria admitir que o Brasil se comprometeu a apoiar a política portuguesa no caso específico de Angola, o que é desastroso para nossa situação nas Nações Unidas.²²⁷

Na viagem dedicada a conversações com o governo português, o ministro Afonso Arinos ouviu de Salazar forte e caloroso apelo para que mantivesse o apoio à presença lusa no continente africano, pois a especial posição que o Brasil poderia desempenhar entre a África e o resto do mundo só seria plenamente desfrutável no âmbito de uma comunidade luso-afro-brasileira.²²⁸

No dia 13 de abril, após o seu retorno, o chanceler divulgou nota na qual buscava explicar a vacilante posição governamental. Lembrava Afonso Arinos que o Brasil havia apoiado uma declaração geral anticolonialista proposta pelo grupo de nações afro-asiáticas. Quando da votação de uma segunda resolução que incluía expressamente as províncias ultramarinas portuguesas, o Brasil havia votado contra, tendo em vista os dispositivos do Tratado de Amizade e Consulta. Com a viagem à Lisboa para os esclarecimentos devidos, julgava o governo brasileiro estar em condições de acompanhar o desenvolvimento da situação africana com a liberdade de ação que correspondia à sua firme política anticolonialista.²²⁹

Parlamentares de vários partidos reagiram fortemente, através de inúmeros pronunciamentos, lamentando profundamente a incongruência entre o discurso e a prática do

²²⁷ Ibid., p. 204.

²²⁸ Em relatório confidencial, contestando o eterno retorno do tema comunidade luso-afro-brasileira, o diplomata brasileiro servindo em Lisboa, Victor José Silveira, informava que “apesar do governo português [...] afirmar que a influência do Brasil em Angola só poderá ser efetivamente preservada mediante a continuidade do domínio português, segundo afirmou o presidente do Conselho à revista *O Cruzeiro*, a realidade é absolutamente oposta. Pelo contrário, a política metropolitana portuguesa tem procurado, por todos os meios, evitar a penetração brasileira no ultramar. Dificuldades de toda ordem foram interpostas a essa penetração, das quais o mais flagrante exemplo foi a exclusão, por empenho expresso do governo português, das províncias ultramarinas portuguesas do âmbito de aplicação do Tratado de Amizade e Consulta. As facilidades nesse sentido insinuadas por Portugal devem assim ser interpretadas como expediente para obter o apoio brasileiro ditado pela força premente dos acontecimentos, e não como expressão real de um sincero desejo de cooperação futura. Uma vez superada, o que é aleatório e improvável, a atual contingência crítica, as portas entreabertas sob a pressão dos acontecimentos voltariam a cerrar-se”. Ver SILVEIRA, Victor José. Subsídios para a comissão de planejamento político, p. 6-7. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 22.

²²⁹ FILHO, Afonso Arinos, op. cit., p. 211.

governo federal, a partir da nota distribuída pelo Itamaraty no dia 29 de março em que informava a posição de abstenção do Brasil na votação do caso angolano, dada a necessidade de consultar Portugal por força do Tratado de 1953.²³⁰

A decisão do governo era considerada por expressivos segmentos do Congresso Nacional uma perigosa brecha na anunciada política exterior do presidente Jânio Quadros, que passava a ser objeto de desconfiança no tocante às questões referentes à autodeterminação dos povos.

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Sérgio Magalhães, declarou que

[o] presidente Jânio Quadros tem de abrir o jogo: avanços e recuos como esse não resolvem nada. O Tratado já existia antes, por ocasião de sua primeira declaração em favor de Angola. Agora é um detalhe, uma justificativa que não ilude o povo. Se o governo deseja adotar uma política nacionalista, terá de fazê-la interna e externamente.²³¹

Mesmo em partidos de constituição mais conservadora, como a UDN, a indecisão do presidente produziu avaliações negativas, como a do deputado Ferro Costa, que assim avaliou o episódio:

Por mais respeitáveis que tenham sido os motivos levados em conta pelo presidente, considero lamentável a mudança de atitude no caso de Angola. O Brasil, para ser coerente com sua linha anticolonialista, no momento em que toda a África se levanta, num movimento histórico de independência, não poderia faltar ao povo de Angola. Considero mesmo, que a súbita posição neutralista poderá afetar o próprio prestígio da nova política que o governo, com tantas esperanças, pretendia desenvolver [...].²³²

Dentre as diversas manifestações de decepção e inconformismo com a primeira mudança de rumos apontada pelo governo de Jânio Quadros, chamava a atenção o forte sentimento partilhado por grande número de autoridades, analistas e articulistas que expressaram seus pontos de vista pelos mais variados meios de que o Brasil perdia uma

²³⁰ JQ recebe a denúncia: Salazar vende negros, op. cit., p. 4.

²³¹ Angola: reagem parlamentares contra recuo de Jânio Quadros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 01 abr. 1961. p.

4.
²³² Id.

oportunidade histórica de ampliar sua influência e, pragmaticamente, obter na África independente parcerias essenciais à transformação qualitativa das relações econômicas internacionais do país, em momento de singular desenvolvimento das forças produtivas internas.²³³

Como a sintetizar significativa corrente de opinião, em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, o jornalista Miguel Urbano Rodrigues avaliava que

[é] preciso que todos neste país se capacitem de que a possibilidade de o Brasil vir a desempenhar em África um grande papel nos próximos anos depende da posição que assumir em face do combate do povo angolano. E, por muito que isso surpreenda o Sr. Jânio Quadros e os seus assessores, essa posição, até agora, é considerada em África senão como negativa, pelo menos como muito insatisfatória [...].

Nenhum sentimentalismo o pode levar a esquecer que num amanhã cada vez mais próximo surgirão em África três Estados soberanos de língua portuguesa, que saberão na hora própria exprimir sua gratidão ou sua mágoa à nação brasileira.

Do ponto de vista dos interesses nacionais, [...] é evidente que na alvorada da libertação será o Brasil o único país do mundo em condições de poder enviar para dezenas de cidades africanas técnicos das mais diferentes especialidades que falem português.

A África tem os olhos postos no presidente Jânio Quadros.²³⁴

As complexas relações entre o interesse nacional brasileiro, a importância política, econômica e social de uma colônia lusa extremamente ativa e o Tratado de Amizade e Consulta de 1953 a limitar os passos internacionais do Brasil foram objeto de inúmeras análises de intelectuais das mais diversas cepas, em momento singular para a história do país, no qual se construía um novo olhar crítico sobre o pensamento diplomático tradicional, carregado de uma inércia elitista acerca do papel a ser desempenhado pelo Brasil em um mundo caracteristicamente mutante. Eram as dificuldades de um exercício de maturidade para uma nação que se via na iminência de ocupar, em novo patamar, um lugar próprio no cenário global.

Da Academia Brasileira de Letras, Raimundo Magalhães Junior, avaliando as relações com Portugal, anotava que

²³³ Sobre a crescente importância dada às relações com a África no período, tanto para os formuladores da política externa, quanto para a sociedade brasileira em geral, ver SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 59-96.

²³⁴ RODRIGUES, Miguel Urbano. O que Angola espera do Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1961.

[t]em sido invocado, ultimamente, um Tratado de Amizade e Consulta, que nos colocaria numas tantas obrigações incômodas para com Portugal. Quando se anuncia uma atitude do governo brasileiro que discrepe da velha conduta filial do Itamaraty, onde há sempre gente de olho na embaixada em Lisboa e nas condecorações portuguesas, alguém grita: ‘olhem o Tratado! Isso é contra o Tratado!’. Então, esse Tratado é um tratado antibrasileiro, isto é, um trambolho que nos impede de formular uma política própria, sem subordinação ao Palácio das Necessidades. Denuncie-se o Tratado em questão, se ele nos impede a autonomia, a liberdade de movimentos que se faz necessária para que o Itamaraty desenvolva a sua nova política.²³⁵

Também o cronista Rubem Braga, futuro embaixador no Marrocos, compartilhava da mesma opinião:

Só um cego ou um fanático pode ignorar que chegou a hora da libertação da África [...]. Contudo, até agora, a política exterior brasileira, nesse particular, tem sido irracional, movida por um sentimentalismo mal orientado de comendadores retrógrados.²³⁶

Enquanto o governo brasileiro e a sociedade civil debatiam as inconsistências de um discurso anticolonialista e uma prática de apoio às posições lusitanas, o processo político em Portugal era dirigido pelo centro hegemônico no sentido de buscar uma solução que representasse a possibilidade de mudanças dentro dos limitados quadros do salazarismo.

Em abril, o movimento liderado pelo então ministro da Defesa Nacional, general Botelho Moniz, foi a indicação de que, no seio das forças armadas, não mais estaria se verificando a unidade de posições que tinha sido, nos últimos trinta e três anos, o fundamento da permanência do professor Oliveira Salazar no poder.²³⁷

Em três décadas ocorreram eventos de tal magnitude no mundo que a eles não poderiam ter estado indiferentes as forças armadas de Portugal. Pouco a pouco foram-se contaminando de um sentimento, misto de enfado e cansaço, que tomava conta das novas gerações portuguesas em relação ao longo sistema de poder. Percebia-se com clareza de

²³⁵ FILHO, Afonso Arinos, op. cit., p. 199-200.

²³⁶ Id.

²³⁷ Em abril de 1961, o próprio ministro da Defesa, general Botelho Moniz, tentou um fracassado golpe de Estado contra Salazar. Ver OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, op. cit., p. 399.

que o tempo da “ditadura dos doutores” havia passado, ainda que não ocorresse a ninguém a forma pela qual o regime daria lugar a outra forma de governo.

Era fora de dúvida que o descontentamento verificado no episódio Botelho Moniz penetrara fortemente em setores importantes das forças armadas. E o simples fato de haver Salazar assumido o Ministério da Defesa Nacional em meio à crise não seria suficiente para neutralizar tamanha dissidência em momento de grande preocupação nacional face os gravíssimos acontecimentos que colocavam na ordem do dia o conflito em Angola.

A exoneração dos chefes militares prosseguiu cuidadosa até o fim de maio de 1961, sendo o novo governador militar de Lisboa empossado somente no dia 29 do mesmo mês. A partir de então, a estrutura militar passou a orientar-se no sentido da campanha de Angola. Estabeleceu-se como que uma ponte entre Lisboa e Luanda, mobilizando-se todos os meios de transporte disponíveis para que, de forma constante, se organizasse a corrente de pessoal militar e de material bélico a fim de constituir-se em Angola o cinturão de segurança em torno dos principais núcleos de população e pontos de desenvolvimento agrícola e industrial.²³⁸

No relatório enviado ao chanceler Afonso Arinos sobre o “mês político de maio de 1961”, informava o embaixador Negrão de Lima que:

Hoje tudo é Angola: Angola é o argumento do poder central para legalizar o esdrúxulo processo político aos homens que subscreveram, em meados de maio, o manifesto pela democratização do país; Angola é tema de conversações diplomáticas e econômicas com o Ministro da Economia da República Federal Alemã (Erhard) e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido (Lord Home); Angola é o objetivo quando se nomeia para o Ministério dos Negócios Estrangeiros o Ministro Alberto Franco Nogueira, autoridade em assuntos das Nações Unidas, e cujos primeiros discursos se distinguiram pela afirmação de que os votos da ONU, mesmo quando adotados pela quase unanimidade, não deveriam de forma alguma constituir objeto de preocupação maior para a opinião pública portuguesa; Angola é o *leit motiv* do governo [...].

Os navios trazem de Angola centenas de mulheres e de crianças – para lá levam, de volta, milhares de soldados, regimentos inteiros retirados de seus quartéis em Coimbra e no Porto, milhares de homens que são enviados para uma distante paisagem obscurecida pelos relatos de atrocidades, mutilações e sobressaltos, relatos que no primeiro momento foram o meio de que o governo se vale para mobilizar a opinião, mas que, agora, são um espectro

²³⁸ *Mês político. Julho de 1961.* Lisboa, 04 ago. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 339. p. 3.

que reina no seio das famílias e a que nenhum espectador se poderá sentir indiferente.²³⁹

Por conta do tortuoso caminho escolhido por Jânio Quadros para redefinir as relações com Portugal, foi encaminhada ao embaixador Negrão de Lima a recomendação expressa do presidente da República de que empreendesse viagem à Angola para colher impressões diretas sobre a situação da colônia lusa na África de forma a subsidiar, daí em diante, as decisões de Brasília sobre o momentoso tema.

O relatório remetido ao presidente Jânio Quadros, produto da estadia do embaixador Negrão de Lima em Angola entre os dias 24 de maio e 7 de junho de 1961, exemplifica a postura cambiante do representante brasileiro, que alternava pontos de vista diferenciados sobre Portugal e sua prática colonial em função das disputas próprias à política interna brasileira. Se durante o governo de JK alardeava abertamente sua militância pró-Portugal, na administração Jânio Quadros, com Afonso Arinos no Itamaraty, mostrava-se bem mais comedido, sem, entretanto, deixar de sugerir, sempre que possível, toda a paciência que se pudesse ter para com a pátria lusitana.

O documento assinado pelo embaixador tem como seu primeiro ponto de análise os aspectos econômicos e sociais, mostrando-se o dignatário brasileiro surpreso pelo “extraordinário desenvolvimento angolano”, descrito de forma entusiástica e pouco crível:

Todas as cidades, zonas e obras [visitadas] testemunham o grande crescimento econômico de Angola nas duas décadas, em surto que se deve sobretudo ao café, ao sisal, aos diamantes, ao açúcar e ao algodão. Algumas cidades, como Carmona, Damba e Negage, atualmente semi-cercadas por insurrectos, surgiram há apenas dez anos, com a euforia cafeeira do pós-guerra, e apresentam, não obstante, fisionomia de unidades urbanas em crescimento harmonioso, que nem o presente abandono das casas pelas famílias, nem a apatia do comércio, nem a condição de verdadeira praça de armas conseguem ocultar.

Luanda, Nova Lisboa, Sá da Bandeira e Benguela permitem o confronto, sem desdouro, com, respectivamente, Santos, Petrópolis, Friburgo e Guaratinguetá, por exemplo. São mais bem traçadas, contudo. Amplas, modernas, com adiantado comércio e ativa vida econômica, possuem bons jornais – um, pelo menos, o *ABC* de Luanda, melhor do que alguns diários

²³⁹ LIMA, Francisco Negrão de. *Mês Político. Maio de 1961*. Lisboa, 12 jun. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 216. p. 2-5.

metropolitanos –, escolas primárias, liceu e estabelecimento de formação técnica.²⁴⁰

O corpo do relatório mantém a mesma linha positiva de avaliação do início ao fim. Quando das conclusões, contudo, o teor da análise passa a refletir com maior acuidade a real situação de uma colônia em crise econômica, social e política, caminhando celeremente para uma guerra civil de profundas e graves conseqüências, prevista pelos principais analistas de política internacional no período:

Na realidade, Angola está preparada para a autonomia. [...] Possui uma economia vigorosa, bons portos, algumas boas estradas, cidades excelentes, densidade demográfica. Existe, outrossim, uma consciência angolana, de que participam negros, mestiços e brancos, que se consideram frustrados em sua vocação política, mas que me pareceram capazes de tomar as responsabilidades do governo próprio.

À vista do exposto, vem-me a impressão de que será impossível ao governo português conservar Angola como uma peça do seu sistema unitário. Ali se está forjando uma Nação.

A presença do nosso país em Angola é atualmente impressionante. É em nosso país que vão em parte beber doutrinas e buscar exemplos de líderes. [...] Cerca de 30 a 40% do estoque das livrarias é constituído por volumes brasileiros vendidos a preços exorbitantes. Nos quiosques de jornais, nossas revistas são disputadas, apesar de chegarem com meses de atraso. Na rádio domina a nossa música. As elites mestiças, negras e brancas são mais influenciadas pela cultura brasileira do que pela lusitana. [...] O problema de Angola muito nos interessa, pois depende do rumo dos acontecimentos a presença viva e atuante do Brasil na África atlântica. Urge que o governo português sinta que não bastam as medidas militares para assegurar a paz na terra angolana. Impõe-se a democratização daquele território e a sua preparação, pela autonomia e federalização, para a completa independência futura.

Creio, por isso, que, antes de tomar qualquer atitude definitiva em tão grave assunto, o Brasil deveria estabelecer um diálogo amistoso com Portugal. As populações do centro e do sul de Angola, sem distinções de cor, manifestaram-me, através dos seus líderes, a confiança e a esperança que depositam no presidente Jânio Quadros no sentido de que contribua para que o problema angolano tenha por solução a construção de um país semelhante ao Brasil, com uma maioria de negros, é verdade, mas no qual reine a mesma harmonia entre os homens de todas as origens e no qual a palavra raça nada signifique de deprimente ou de perigoso.²⁴¹

²⁴⁰ LIMA, Francisco Negrão de. *Relatório sobre viagem a Angola*. Lisboa, 20 jun. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 226. p. 1-2.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 17-20.

Enquanto o embaixador brasileiro recomendava ações cautelosas no trato da questão colonial com Portugal, a pressão internacional sobre a nação ibérica aumentava mês a mês, dia a dia. A comissão nomeada pela Assembléia Geral da ONU para apresentar relatório sobre Angola teve seu mandato ratificado pelo Conselho de Segurança, do qual recebeu inclusive advertência especial para que ultimasse seus trabalhos sem grande demora.

Houve, ainda, mais uma tentativa, durante o mês de junho, de gestão de bons ofícios, desincumbida pelo grupo constituído por Reino Unido, Espanha e Brasil, para que Portugal facilitasse a ação da comissão da ONU. Dada a permanente recusa de Lisboa, a idéia gorou no nascedouro. Posteriormente, o governo português, já depois da votação do Conselho de Segurança, decidiu convidar o presidente da comissão *ad hoc* a visitar Portugal para conversações. Mas a atitude portuguesa de não permitir a entrada do presidente ou da comissão em Angola manteve-se irredutível.²⁴²

Nitidamente, o convite feito, em caráter particular, ao embaixador Carlos Salamanca, presidente do subcomitê encarregado pela Assembléia Geral de apreciar o caso angolano, teve a intenção de aliviar a tremenda pressão sofrida pelos portugueses junto às Nações Unidas.

O embaixador Salamanca, diplomata boliviano com longa prática nas Nações Unidas, chegou em Lisboa a 16 de julho de 1961, permanecendo uma semana em Portugal. A acompanhá-lo, o diplomata brasileiro Dantas de Britto. Logo de início, o embaixador Salamanca verificou a impossibilidade do subcomitê realizar a visita a Angola, “considerada [pelos representantes da ONU] da máxima importância a fim de obter todas as provas concretas sobre os fatos e de chegar a uma apreciação objetiva sobre a situação existente.”²⁴³

Em todas as conversações com a Chancelaria portuguesa, o presidente do subcomitê de Angola encontrou o receio invariável de que qualquer concessão por parte de Portugal viesse a representar reconhecimento, pelo governo de Lisboa, de que as províncias ultramarinas se enquadrassem no âmbito do Artigo 73 da Carta das Nações Unidas.

O Artigo 73 foi o elemento dominante na atitude negativa do governo português quanto à visita do subcomitê a Angola. Essa atitude se manteve do primeiro ao último dia das conversações de Salamanca, inclusive na entrevista que realizou, no próprio dia da sua partida, com o presidente do Conselho de Ministros, professor Antônio de Oliveira Salazar. Do presidente do Conselho, ouviu o representante da ONU convite para visitar Angola, mas

²⁴² LIMA, Francisco Negrão de. Mês político n. 6, p. 5. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Relatório sobre viagem a Angola*. Lisboa, 20 jun. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 226.

²⁴³ *Mês político. Julho de 1961*, p. 6-7.

sozinho, no mesmo caráter particular em que visitara Lisboa. Nada teve o condão de demover o governo português dessa posição.

Salamanca partiu de Lisboa levando farto material informativo, assinalando que transmitiria esse material ao subcomitê tal como o recebera, e que este, analisando-o, adotaria as decisões pertinentes. Declarou, ainda, haver o governo português sublinhado que “nas presentes circunstâncias” não poderia concordar com a visita do subcomitê a Angola.

O governo de Lisboa, à véspera da partida de Salamanca, divulgou nota em que anunciou haver sido autorizada novamente a entrada em Angola de jornalistas, correspondentes e operadores de cinema ou televisão estrangeiros “cuja imparcialidade e boa fé sejam penhor de uma informação independente e objetiva.”²⁴⁴

Na nota oficial sobre a missão Salamanca, o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros reafirmou que os elementos informativos fornecidos ao presidente do subcomitê das Nações Unidas seriam suficientes para seus fins, pois permitiam “esclarecimentos amplos e, porque aqueles esclarecimentos não podem ser postos em dúvida, não parece haver vantagem em qualquer investigação ulterior ou suplementar em território português.”²⁴⁵

Comparando-se as duas notas, uma divulgada quando ainda Salamanca estava em Lisboa, a outra cinco dias após a sua partida, verifica-se que o saldo da missão da ONU foi bastante negativo. Aos jornalistas “imparciais e de boa fé”, tudo; aos membros do subcomitê das Nações Unidas, nada.

Os resultados da missão Salamanca não representaram, nem de longe, para a Chancelaria portuguesa, o aproveitamento de uma oportunidade singular de desafogo da crise internacional com a qual se defrontava.

O emissário da ONU repetiu numerosas vezes, inclusive na presença do próprio Salazar, que havia chegado o momento de uma negociação; que o subcomitê, composto de maneira equilibrada, poderia, uma vez autorizada sua entrada em Angola, contribuir para que se apurasse a verdade dos fatos no que dizia respeito à intervenção estrangeira no território africano, com origem no ex-Congo Belga; que a atitude conciliatória do subcomitê respondia aos desejos da maioria de seus membros; que a visita a Angola não poderia de forma alguma ser interpretada como uma mudança de rumo de Portugal no tocante ao Artigo 73 da Carta; que Portugal deveria levar em conta a alteração do teor da discussão da matéria pela sua inclusão na pauta do Conselho de Segurança, órgão decisivo, com poder estatutário superior ao da Assembléia Geral, que apenas recomenda; que nenhuma outra oportunidade teria

²⁴⁴ Id.

²⁴⁵ Id.

Portugal, uma vez que a matéria voltasse ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral sem qualquer progresso, de encontrar solução adequada ao mesmo tempo a seus interesses e aos das Nações Unidas.

A todos esses argumentos elencados por Salamanca, opôs-se Portugal com seu temor incoercível das conseqüências práticas do Artigo 73 para a manutenção do *status quo* imperial.²⁴⁶ Apesar de ter partido de Lisboa com muitos quilos de papéis, brochuras e fotografias, a verdade é que, dentro do mandato que recebeu do subcomitê, Salamanca regressou a Nova Iorque de mãos vazias.²⁴⁷

Enquanto isso, no *front* interno, a crise angolana mantinha-se como centro das atenções em Portugal. Em agosto não houve diminuição do nível de mobilização militar, fazendo com que o Exército luso obtivesse um relativo controle sobre o território africano e dificultando, assim, que fossem repetidas grandes ofensivas da guerrilha. Vivia-se plenamente a guerra colonial.

Se a situação militar na África se estabilizava, ainda que momentânea e precariamente, no espaço das relações internacionais as dificuldades estavam apenas começando.

Com a proibição de visitar oficialmente Angola, para cumprir sua missão de produzir relatório para as Nações Unidas, o embaixador Carlos Salamanca realizou viagem de investigação ao ex-Congo Belga, colhendo aí amplo material informativo entre os refugiados angolanos, que confirmava a situação de absoluta emergência em que se encontrava aquela região.²⁴⁸

Com a Assembléia Geral das Nações Unidas em pleno andamento a partir de fins de setembro, viu-se Portugal transformado no principal alvo de ataques frontais e sistemáticos dos delegados afro-asiáticos, como também de críticas mais suaves, mas nem por isso menos contundentes, advindas até mesmo da parte dos delegados de grandes potências, suas

²⁴⁶ “A política externa de Portugal é, porém, intransigente em tudo o que diga respeito ao império. A motivação básica de seu comportamento internacional é a manutenção, sem alterações sensíveis do *status quo*. Não compreende o governo português, sem reação violenta, nenhuma restrição ao que considera seus direitos históricos de vanguarda do ocidente e civilizador do mundo. Para ele Portugal é o país da história, que está sendo esbulhado pelos povos sem história.” Ver SILVA, Alberto V. da Costa e. Subsídios para a comissão de planejamento político, p. 3. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 22.

²⁴⁷ *Mês político. Julho de 1961*, p. 7-8.

²⁴⁸ *Mês político. Agosto de 1961*. Lisboa, 08 set. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 403. p. 5.

tradicionais aliadas.²⁴⁹ A Assembléia iniciou-se com uma lista de muitas cobranças a Portugal, derivadas de recomendações de resoluções anteriores no que dizia respeito à apresentação de relatórios econômicos, sociais e culturais sobre os territórios ultramarinos portugueses, reconhecidos pela Assembléia como territórios não autônomos.

À estigmatização da atitude portuguesa de não ouvir as recomendações das Nações Unidas, somou-se a condenação ao indiscriminado uso da força pelo Exército português em sua recente campanha em Angola. Dessa forma, colocava-se Portugal debaixo do fogo cruzado de adversários que passavam a constituir maioria na ONU – e em dois setores distintos, um de caráter jurídico (o da configuração institucional de suas províncias ultramarinas em face do Capítulo XI da Carta) e outro de caráter político (o da violenta repressão às manifestações de populações autóctones de Angola).

No desenvolvimento dos debates, o comportamento da delegação portuguesa foi de monótona repetição de ressalvas e minúcias já tão conhecidas quanto as acusações dos seus adversários. De um lado, o ataque desfechado pelas representações africanas, em geral pouco atentas para as conveniências regimentais. Violentos discursos inspirando-se mais em conceitos gerais do que em pontos específicos. De outro lado, uma reação incolor, tecida de questões de ordem e da insistência em filigranas que, naquele momento, mostravam-se totalmente obsoletas no seio da organização, ainda que constantes da Carta e das resoluções.²⁵⁰

Em Portugal, os debates nas Nações Unidas foram apresentados ao público basicamente através de correspondências particulares de repórteres a soldo do Estado mais até do que em informativos gerais da imprensa. Agravou-se, assim, dia a dia, de forma irônica e por vezes soez, a campanha governamental de descrédito da ONU que, de tão distanciada da realidade, acabou por se transformar em motivo anedótico e picaresco nas revistas, jornais e paródias de teatro que conseguiam ludibriar a censura.

²⁴⁹ O processo de questionamento do colonialismo português na África teve um de seus capítulos preliminares à Assembléia Geral da ONU, na reunião dos países não alinhados em Belgrado, de 1 a 6 de setembro de 1961, onde o premier Jawaharlal Nehru pronunciou as seguintes palavras sobre a questão angolana: “Não sei quantos entre os delegados aqui presentes tiveram ocasião de ler relatórios pormenorizados do que se passou em Angola, porque Angola tem sido um livro fechado. Alguma coisa está acontecendo em Angola, – não somente em Angola, mas também em suas vizinhanças – que apresenta uma modalidade de horror dificilmente conciliável com a idéia que nós fazemos do mundo moderno, trata-se de massacres, genocídios... Tais fatos provocam a nossa indignação.” Ver *Reunião dos países não alinhados em Belgrado. Possessões portuguesas na África e na Índia*. Rio de Janeiro, 25 set. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 547. p. 2.

²⁵⁰ *Mês político. Out. de 1961*. Lisboa, 17 nov. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 533. p. 5.

Apesar de tentar diminuir internamente as pesadas derrotas que vinha sofrendo nos foros internacionais, o final do ano de 1961 encontrou Portugal continuamente entrincheirado na defesa de seu império colonial, severamente atacado principalmente a partir de Angola.²⁵¹

A crise política interna do Brasil e a “solução” parlamentarista com João Goulart à frente da chefia do Estado adicionariam novos ingredientes ao relacionamento Brasil-Portugal.

A renúncia do presidente Jânio Quadros repercutiu intensamente em Portugal, e a imprensa, fazendo eco do pensamento do governo, desejava uma mudança de rumos da política exterior de Brasília.²⁵² Contudo, ao contrário do que pretendiam os círculos políticos oficiais portugueses, a nova administração brasileira, além de manter em linhas gerais a política externa do país, enfatizou seu interesse em discutir mais profunda e amplamente as questões relativas à luta de Lisboa pela manutenção do império ultramarino.

O novo chanceler brasileiro, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que passaria à história como um dos principais formuladores da chamada Política Externa Independente, assim definiu suas principais diretrizes de trabalho:

- a – contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- b – reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e auto-determinação dos povos;
- c – ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- d – apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole.²⁵³

Estabelecendo mais especificamente sua posição sobre o colonialismo, escrevia San Tiago que

²⁵¹ Além das dificuldades crescentes em Angola, o ano de 1961 encerrou-se dramaticamente para Portugal, com as ações armadas na Guiné, a ocupação pelo Daomé da fortaleza de São João Batista de Ajudá e a perda do Estado da Índia (Goa, Damão e Diu), invadido pela União Indiana.

²⁵² Ver VERAS, Carlos dos Santos, op. cit., p. 10.

²⁵³ DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 5-14.

[d]e algum tempo para cá, vem-se afirmando a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica e política. Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica, que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional.

A esses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação.

Tornou-se, assim, um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram a fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.²⁵⁴

Todavia, apesar da estatura moral e intelectual dos homens que dirigiram os destinos do Itamaraty durante a presidência de João Goulart e de todas as declarações que reafirmavam os compromissos brasileiros com o anticolonialismo, o discurso mudava sensivelmente quando o colonialismo em questão era o português, a partir da repetição constante, pela Chancelaria brasileira, de que as relações com Portugal eram de natureza especialíssima por conta dos vínculos que uniam os dois países, e, portanto, deveriam ser observadas em um contexto próprio. Tal prática, sistematicamente repetida, ao contrário do que muitos imaginavam, representava vigoroso estímulo à insistência desmedida de Lisboa na busca de apoio brasileiro.²⁵⁵

Nessa mesma linha de raciocínio, ao comentar o caso angolano, San Tiago Dantas frisava que

[j]amais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros, de caráter comunitário, cuja

²⁵⁴ Ibid., p. 22-23.

²⁵⁵ GRIECO, Donatello. Questionário da circular n. 4.129, p. 7. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 22.

preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente.²⁵⁶

Também Afonso Arinos, chefiando a delegação nacional, ao abrir o debate no plenário das Nações Unidas em 15 de janeiro de 1962, pronunciou cuidadoso e ambíguo discurso sobre a posição oficial do país na questão Angola, no qual dizia que:

Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.

O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.

O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal, que nos vem da história do passado; mas afirma nitidamente a sua posição anticolonialista. [...] Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica. [...] O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguesa venham a desaparecer na África. [...]

Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola [...] e faz um apelo a Portugal para que com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. [...]

Esta será a orientação do Brasil, que, neste caso, deve preservar a sua inalterável amizade para com o povo português. O Brasil, por outro lado, não pode fugir a seu dever, indeclinável de dar todo o apoio à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo.²⁵⁷

²⁵⁶ DANTAS, San Tiago, op. cit., p. 13.

²⁵⁷ Ibid., p. 195-200.

Apesar de toda cautela e moderação contidas no discurso de Afonso Arinos, a simples e franca afirmação pública do compromisso nacional com o anticolonialismo e, especificamente, o apoio a toda e qualquer fórmula que quisesse Portugal encaminhar no sentido de uma futura autodeterminação angolana foram suficientes para produzir uma violenta onda de ataques ao país, sua política externa e aos homens que a dirigiam, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Assim, a política externa brasileira com relação às províncias ultramarinas portuguesas, na medida em que contrariava ou ameaçava contrariar ainda que levemente os interesses de Lisboa, estava na raiz do noticiário francamente depreciativo sobre o Brasil que mereceria prioridade quase exclusiva na imprensa lusitana a partir de então. Dessa forma, enquanto manchetes destacavam notícias sobre a difícil situação financeira do Brasil, assassinatos, incêndios, naufrágios e outras desgraças, eram, por outro lado, publicadas com relevo as declarações favoráveis à política ultramarina portuguesa por personagens integrantes, segundo Oliveira Salazar e seu *staff*, do escol da intelectualidade brasileira, tais como o governador Carlos Lacerda, os deputados Plínio Salgado, Eurípedes Cardoso de Meneses, Conceição da Costa Tavares, almirante Pena Boto, jornalista Alves Pinheiro, Pedro Calmon, Margarida Lopes D’Almeida, entre outros.

Nessa campanha, encontrava o governo português inestimável colaboração das entidades associativas portuguesas no Brasil.²⁵⁸

Quando do caso do “Santa Maria”, Aventino Fernandes Lage, presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, em entrevista concedida à agência de notícias oficial portuguesa e amplamente divulgada em Portugal, declarou sem rodeios que os ataques da imprensa brasileira ao governo português eram devidos

à obediência às orientações de Moscovo de atacar tudo onde não possa instalar-se facilmente o caos para execução subsequente de seus desígnios imperialistas, que nós sabemos bem quais são, [...] à existência nas redações de parte dos jornais brasileiros de portugueses, inimigos do regime uns, comunistas outros, despeitados mais uns quantos. São eles que movem, quando podem, as campanhas contra o regime perante a indiferença dos

²⁵⁸ “O principal problema para o Brasil nas relações com Portugal é impedir que nossa política externa seja orientada para favorecer a realização de projetos alheios. Certos grupos de pressão existentes no Brasil, orientados e financiados de Lisboa, pelo Secretariado Nacional da Informação, como, entre outros menos evidentes, mas talvez mais poderosos, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, os jornais *Voz de Portugal* e *Mundo Português*, exercem um permanente esforço nesse sentido. Sua arma mais eficaz é a ideologia portuguesa que faz do parasitismo colonial uma missão civilizadora e do europeísmo a única forma aceitável de cultura.” Ver SILVA, Alberto V. da Costa e. Subsídios para a comissão de planeamento político, p. 4-5.

brasileiros que detêm posições de chefia nos jornais, uns por que nada tem a perder com isso, outros pelas suas tendências esquerdistas, senão mesmo comunistas.²⁵⁹

O conservadorismo de parcela significativa da elite brasileira, sua admiração pela ditadura salazarista, vista como um dique de contenção frente a expansão comunista, e as relações de pragmático compromisso político com a influente colônia portuguesa no Brasil acabaram por colocar importantes órgãos da imprensa a serviço de uma campanha sem trégua que, embora enfocasse inicialmente a, para muitos, distante questão angolana, pretendia questionar o encaminhamento político dado ao país pelo governo João Goulart, em toda a sua extensão, para desestabilizar e finalmente golpear as instituições democráticas.

O período que vai do final de 1961 ao golpe militar de 1964 marca o auge de um processo de crítica absolutamente desproporcional àquilo que timidamente declarava pretender fazer o Itamaraty no campo do processo de descolonização global. As partes interessadas, agrupamentos políticos conservadores brasileiros, colônia lusa no Brasil e a ditadura salazarista, agiram de forma coordenada e eficaz para que, com a avalanche de ataques, cada um obtivesse seu desejado quinhão.²⁶⁰

Nunca, na história brasileira, uma determinada orientação de política exterior serviu, como a Política Externa Independente, de “biombo”, atrás do qual aglutinaram-se forças que, a partir da discussão de questões relativas ao tipo de inserção internacional a ser buscada como desejável para o país, catalisaram energias para uma ação que pretendia chegar muito além dos amplos salões do Itamaraty.²⁶¹ É justamente nessa conexão instrumentalizada entre a política externa e a política interna, em momento tão grave da vida nacional, que a

²⁵⁹ Ver SILVEIRA, Victor José, op. cit., p. 10-11.

²⁶⁰ “Mencione-se também a atuação do Movimento dos Portugueses do Brasil, entidade de personalidade jurídica indefinida, integrada e apoiada por brasileiros e portugueses, e de jornais como a *Voz de Portugal* e o *Mundo Português*. Esses grupos e entidades, cuja ação é evidentemente coordenada de Portugal, constituem indubitavelmente ponderável elemento de pressão a serviço de interesses estrangeiros dentro do Brasil, cuja ação está sendo empregada ao máximo para apoiar os objetivos da política portuguesa.” Ibid., p. 11.

²⁶¹ Na clássica análise de Maria Yedda Linhares: “Nunca em toda a história do Brasil, mobilização tão maciça de instrumentos de propaganda, visando ao descrédito de uma política exterior, foi utilizada para pressionar a opinião pública e ridicularizar os homens que a defendiam. No entanto, o Brasil jamais chegou a firmar uma posição de neutralismo; nem mesmo tentou uma identificação com o Terceiro Mundo, mas, mesmo assim, foi suficientemente longe para que logo levantassem, na imprensa, na Igreja, nas associações das classes produtoras, e subsidiárias menores do imperialismo no Brasil, vozes uníssonas e poderosas, em nome de Deus e do cristianismo, contra o *perigo de bolchevização que ameaçava o país*.” Ver LINHARES, Maria Yedda. Desenvolvimento e política internacional. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 26-42, ago. 1965.

ação de um grupo estrangeiro, a colônia lusa, deve ser compreendida em sua constituição de verdadeiro *lobby* associado às forças conservadoras brasileiras.²⁶²

É nesse ambiente, tremendamente hostil, que os ataques através da mídia se avolumavam. Um dos principais jornais do Rio de Janeiro, e dos mais claramente favoráveis à ação coordenada entre os setores conservadores brasileiros, Salazar e a colônia lusa, era o matutino *O Globo*. Órgão de imprensa fundado por família de origem portuguesa – os Marinho –, manteve-se ao lado de Portugal de forma militante em todos os momentos.

O profundo desagrado do governo português com o moderado discurso proferido por Afonso Arinos na ONU ficou evidente quando os comentários contrários à posição brasileira, publicados pelo *Diário Carioca* e principalmente pelo *O Globo*, passaram a ser sistematicamente transcritos pelos jornais mais identificados com os círculos oficiais portugueses, como o *Diário da Manhã* e a *Voz*.

No *Diário da Manhã* de 23 de janeiro de 1962, ainda repercutindo o discurso de Afonso Arinos, foi transcrita matéria de *O Globo* que registrava da seguinte maneira a questão:

Aliás, a posição do Sr. Arinos, no que concerne a Portugal, tem-se caracterizado, desde tempos do Sr. Jânio Quadros, pela unilateralidade. Sempre contra os interesses de Portugal; sempre ao lado dos inimigos do seu governo, tanto os internos como os externos. Infelizmente essa orientação, extravagante, desatenta aos sentimentos da grande maioria do nosso povo, contrária às nossas tradições internacionais e aos compromissos que temos com Portugal, foi mantida pela administração do Sr. San Tiago Dantas. Em seu discurso o Sr. Afonso Arinos falou muito na amizade luso-brasileira, na sabedoria política dos portugueses, *nos laços que existem e existirão sempre entre o Brasil e Portugal*, mas não conseguiu esconder o iniludível fato de que era mais um pontapé que a nossa diplomacia estava desferindo contra a Nação que nos formou e isto no exato momento em que ela atravessa um transe difícil e vive horas amargas, pela perda de Goa, Damão e Diu. Obcecado pela idéia de seduzir os novos Estados do Continente Negro – dos quais nada poderemos esperar, a não ser competição comercial – afaga o Sr. Afonso Arinos o nacionalismo africano e deixa embotar seus próprios sentimentos, o que é grave, pois na medida em que se acentua essa sua tendência, menos representa o ilustre homem público os verdadeiros sentimentos da gente brasileira.²⁶³

²⁶² Em interessante documento enviado ao Itamaraty, o primeiro-secretário Carlos dos Santos Veras, analisando as relações entre Brasil e Portugal em 1962 afirmava que “a numerosa colônia portuguesa no Brasil fiel ao atual regime funciona como um verdadeiro *grupo de pressão*, utilizando todos os meios à sua disposição para influenciar as decisões do governo brasileiro em relação a Portugal.” Ver VERAS, Carlos dos Santos, op. cit., p. 4.

²⁶³ Palavras de *O Globo*. *Diário da Manhã*, 23 jan. 1962. In: GRIECO, Donatello. Questionário da circular n. 4.129, p. 7. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Caso de Angola nas Nações Unidas. Reação na imprensa*

Deve-se ressaltar, contudo, que a forte reação portuguesa às mudanças de enfoque do problema ultramarino lusitano por parte do Brasil, a partir da instalação da chamada Política Externa Independente, obteve claros resultados, aliados a outros expedientes, na medida em que a revisão levada a cabo no Itamaraty se manteve concretamente apenas no discurso e nas frágeis tentativas de fazer ver ao governo de Lisboa que essas possíveis e sempre adiadas mudanças não acarretariam uma diminuição do grau de privilégios usufruídos pela nação portuguesa e sua colônia no Brasil.

Da análise objetiva acerca dos resultados obtidos a partir dessa nova orientação nos principais foros internacionais, com especial destaque à Organização das Nações Unidas, é claramente verificável que o Brasil manteve o seu tradicional apoio a Portugal pela ação, na declaração de seus votos, ou pela omissão, em suas seguidas abstenções, sendo que o único voto, mantido em instâncias de decisão terminativa, que contrariou de fato os interesses portugueses foi aquele proferido em 30 de janeiro de 1962, aprovando o relatório do subcomitê encarregado de coligir informações sobre a situação angolana, que levou a XVI Sessão da Assembléia Geral a adotar a Resolução n. 1742, por 99 votos a 2 (Espanha e União Sul-Africana). Neste documento se deplorava a falta de cooperação portuguesa em reconhecer Angola como um território não autônomo e seu insucesso em tomar medidas para cumprir a Declaração de 1960 sobre o colonialismo.²⁶⁴

Tal Resolução reafirmou o direito do povo angolano à autodeterminação e independência, condenou as medidas repressivas e a negação dos direitos e liberdades fundamentais ao povo de Angola, conclamou Portugal a realizar de maneira urgente reformas políticas, econômicas e sociais e, por fim, instou o governo português a submeter à XVII Assembléia um relatório sobre a situação.²⁶⁵

Mesmo votando contrariamente a Portugal, o delegado brasileiro fez longa declaração em separado, na qual ressaltou a profundidade dos laços que uniam o Brasil à pátria lusitana, louvando ainda as características benéficas e singulares da presença portuguesa no mundo.

portuguesa ao discurso proferido na Assembléia Geral pelo senador Afonso Arinos. Lisboa, 29 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 86.

²⁶⁴ Ver RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 390.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 438.

O discurso anticolonialista do Brasil, reforçado pelos compromissos enfáticos assumidos pelos formuladores da chamada Política Externa Independente, de apoio à luta pela autodeterminação dos povos, foi sistematicamente colocado em “xeque” quando a questão em análise referia-se aos territórios ultramarinos portugueses. Segundo José Honório Rodrigues, “ao Zigue das aprovações [em instâncias decisórias inferiores da ONU] seguia-se o Zague das abstenções, que antes fortaleciam a ditadura e o arcaísmo da minoria dirigente portuguesa.”²⁶⁶

O Brasil absteve-se de votar contrariamente a Portugal, entre 1961 e 1964, na vigência da chamada Política Externa Independente, em algumas das principais resoluções apreciadas no âmbito da ONU. Entre elas, as resoluções n. 1807 (XVII, 14 de dezembro de 1962); 1808 (XVII, idem); 1809 (XVII, idem); 1603 (XVI, 20 abril de 1961) e 1819 (XVII, 18 de dezembro de 1962). Todas essas resoluções foram aprovadas por uma quantidade de votos que variava de 82 a 99 países, abstenções (aí incluído o Brasil) entre 2 e 13 e contrários entre 2 e 7. Era, sem dúvida, muito alto o preço do apoio à ditadura salazarista frente à Comunidade das Nações.

É evidente que a compreensão das posições brasileiras no período só pode ser corretamente construída a partir de uma análise que contemple a variada gama de interesses que disputavam o apoio da sociedade civil em momento de singular ampliação do embate político doméstico.

Uma das explicações, de caráter estrutural, identifica na relativa imaturidade da indústria de exportação do Brasil a incapacidade de perceber vantagens imediatas no aprofundamento de relações com a África. O setor produtivo brasileiro em geral via o continente africano como um importante concorrente no mercado mundial de produtos primários. Situação essa agravada pelas negociações formadoras do Mercado Comum Europeu, em que se estabelecia regime comercial privilegiado entre o Velho Continente e a África. Sem a motivação econômica, colaborativa e complementar, por parte de brasileiros e africanos, não haveria o impulso indispensável ao desenvolvimento de amplas relações entre as regiões.²⁶⁷

Contudo, essa análise calcada em uma fragilidade estrutural da Política Externa Independente para a África não seria suficiente para explicar as complexas relações entre o Brasil e Portugal, dado que elabora a partir de uma única variável construída de forma mecanicamente organizadora e vinculante. O relacionamento entre os dois países enquadrava-

²⁶⁶ Ibid., p. 441.

²⁶⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 312.

se exatamente em uma condição de riqueza e multiplicidade tais que as razões econômicas, por mais significativas e ponderáveis, não poderiam de maneira cabal explicá-la.

Se é verdade que o relacionamento com uma África independente carecia de poderoso fundamento econômico imediato, o que dizer do relacionamento com Portugal? Cortiça, azeite, pescados, vinhos e livros seriam suficientes para justificar tão forte, tradicional e fiel relação? Mesmo o mais imediatista planejador econômico, ao realizar uma prospecção sobre o futuro das relações econômicas do Brasil (e pensar a acumulação do amanhã é característica do capital), haveria de convir que a África, com seu imenso potencial humano, mineral e agrícola e suas possibilidades de consumo de bens manufaturados de baixa e média tecnologia agregada a ampliar a necessária escala da produção industrial brasileira, tornar-se-ia mais atraente que Portugal, este sim, concretamente, um mundo de coisas pequenas.²⁶⁸

A manutenção do especial relacionamento brasileiro-português, a despeito de todas as dificuldades e razões indicativas em contrário, alicerçou-se numa ideologia étnica que buscou exaltar e identificar Portugal e os portugueses aqui residentes como elementos de valor ímpar, doadores da mais genuína e adequada cultura que floresceu no Brasil. Daí a posição absolutamente destacada de Portugal no conjunto de nações e a situação de privilégio usufruída pela colônia lusa. A elite brasileira, ciosa de sua origem européia, orgulhosa de haver criado “a única civilização tropical majoritariamente branca do globo” e desejosa de se afastar da massa heterogênea e miscigenada, sem origem e destino próprios, via no elo com Portugal a afirmação da sua especificidade, da sua diferença, do seu especial, hegemônico, superior e natural lugar na sociedade brasileira.²⁶⁹

O relacionamento baseou-se, então, em um determinado tipo de utilitarismo instrumentalizador da cultura e da etnicidade a serviço dos interesses de grupos políticos conservadores brasileiros, do Estado salazarista português e da colônia lusa no Brasil. Esta se autodefinia

como portadora da civilização que forneceu os elementos fundamentais e mais valiosos da sociedade brasileira, por se constituírem, no decorrer da história do Brasil, como a raça que trouxe o melhor sangue e os melhores

²⁶⁸ “As origens da reorientação da política externa brasileira para a África devem, portanto, ser encontradas nesses novos horizontes criados pela alteração das forças que impulsionavam o país para fora dele mesmo e para a busca de novos espaços para sua penetração.” Ver SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 61.

²⁶⁹ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-27, 1988.

costumes para essa terra. A conservação desses elementos, colocados por eles como de indiscutível necessidade para a preservação da integridade da sociedade brasileira, era definida como possível apenas através da atividade das associações e, conseqüentemente, da presença e liberdade de ação dos imigrantes portugueses no Brasil. Essa maneira de colocar a relação entre o grupo português e a sociedade brasileira aparecia também como justificativa para as leis, decretos, tratados e acordos em que o governo brasileiro concedia os privilégios reivindicados.²⁷⁰

O longo trabalho de organização e hierarquização da colônia lusa no Brasil, desenvolvido desde o século XIX, forneceria os instrumentos sobre os quais se constituiria um verdadeiro *lobby* que procurou, a partir de seus meios institucionais e das mais variadas formas, influenciar o processo de formulação e a execução da política externa brasileira. As referências a essa atuação sistemática são inúmeras e expressadas claramente até mesmo por membros proeminentes da própria colônia. O jornal *Portugal em Foco*, avaliando a metodologia heterodoxa amiudadamente utilizada por setores da comunidade dos portugueses no Brasil, refletia sobre editorial anteriormente publicado em que

abordou-se [...] o tema da corrupção e do suborno. Nele se afirmava o ponto de vista de que era contraproducente defender os interesses portugueses através de tais práticas. E mais: que a escolha do suborno de jornalistas e da corrupção dos órgãos esclarecedores da opinião pública, por si própria, denunciaria o objetivo de desmoralizar os interesses portugueses, em vez de os servir. [...]
[N]ão acreditamos em processos de gangsterismo na orientação da opinião pública. [...]
Infelizmente os *donos da colônia (Federação; Comendadores)* pensam de outra maneira.²⁷¹

Ainda no *Portugal em Foco*, o jornalista lusitano Eduardo Metzner-Leone²⁷² registrava os elogios que o seu livro *O Brasil e o colonialismo português*²⁷³, editado, segundo

²⁷⁰ SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*. Brasília, 1993. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. p. 103.

²⁷¹ *Portugal em Foco*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1963.

²⁷² O jornalista português Eduardo Metzner-Leone foi figura militante na colônia lusa. Membro atuante na mídia comunitária, simpatizante do nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial e ferrenho defensor de Salazar e tudo o que dizia respeito ao seu governo, publicou, entre vários livros, trabalhos dedicados à colônia no Brasil. Ver METZNER-LEONE, Eduardo. *Os comendadores: idéias, fatos e documentos*. Rio de Janeiro: IL, 1964.

²⁷³ METZNER-LEONE. *O Brasil e o colonialismo português: revisão de uma infâmia secular*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1962.

o autor, como uma resposta a José Honório Rodrigues e outros difamadores de Portugal, havia recebido de personalidades como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, do diretor do Instituto Rio Branco, o embaixador Camilo de Oliveira, o jornal *O Globo*, entre outros.²⁷⁴

Na edição do dia 17 de janeiro de 1964, do mesmo órgão de imprensa, podia-se tomar conhecimento, através de reprodução de boletim do SNI, Secretariado Nacional de Informação de Portugal, que o comendador Antônio Pedro Martins Rodrigues, membro do diretório da Federação, havia organizado mais uma entre as tantas viagens de cortesia, repletas de facilidades e regalias, em que deputados paulistas eram, no ponto alto da viagem, apresentados ao professor Salazar. Tais incursões validavam em toda a linha o raciocínio do pensador Otto Maria Carpeaux, que concluía afirmativamente em artigo, violentamente atacado pela imprensa da colônia, que “nas províncias ultramarinas só entram repórteres subornados e senadores banqueteados.”²⁷⁵

Essas práticas de corrupção, subornos, viagens, banquetes e comendas, largamente utilizadas pelos líderes da colônia no intuito de influenciar a mídia e os centros do poder político, eram parte da ação empreendida pelos portugueses no Brasil em suas instituições, organizados como grupo militante de pressão, o *lobby*, após minuciosa análise da conjuntura política local, no sentido de uma eficaz interferência na vida brasileira de forma mais proveitosa para a comunidade aqui radicada e para o Estado português.

Sobre a política externa brasileira, tema obviamente caro aos integrantes da colônia, transcrevendo artigo do jornal *Última Hora*, publicava o *Mundo Português* que o

Brasil não tem porque discutir se está ou não de acordo com o regime português. Tem de estar ao lado de Portugal como povo, de Portugal como nação, de Portugal como parte de uma comunidade a que queremos e devemos pertencer. [...] A sobrevivência de Portugal é parte do futuro do Brasil no mundo.²⁷⁶

Já no jornal *A Noite*, Metzner Leone dizia que as reclamações do chanceler Afonso Arinos sobre a negação portuguesa para a inspeção da ONU não procediam, pois o Brasil havia obtido autorização para a viagem de seu observador, Negrão de Lima, que produziu, em sua opinião, ótimo relatório.

²⁷⁴ *Portugal em Foco*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1963.

²⁷⁵ *Portugal em Foco*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1964.

²⁷⁶ *Mundo Português*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1961.

Sobre a política interna brasileira, a estratégia era a de buscar a valorização do voto comunitário, tornando-o o mais unitário e representativo possível para transformá-lo em um significativo instrumento de barganha e pressão eleitoral. A esse respeito, o jornal *Portugal em Foco* do dia 31 de janeiro de 1964 dizia o seguinte:

[O]s perto de dois milhões de portugueses no Brasil não devem ser indiferentes aos vários candidatos à presidência da República. [...]
 Todos nós, portugueses do Brasil, nos lembramos bem do que um presidente da República pode representar em matéria de política externa: a subida ao poder de Jânio Quadros com a sua célebre *política externa independente* foi a maior afronta que receberam os portugueses de todo o mundo. [...]
 [Comentários sobre os possíveis candidatos à presidência da República:]
 Ademar de Barros: a sua posição perante Portugal e os portugueses é sobejamente conhecida; é nosso amigo e da nossa terra, já fez declarações sobre o Ultramar que se coadunam com o nosso interesse nacional. [...] Faria uma política pró-portuguesa. [...]
 Juscelino é o amigo público nº 1 de Portugal. [...]
 Lacerda disse que: *irei à ONU defender as províncias ultramarinas portuguesas.*²⁷⁷

As freqüentes interferências do *lobby* português nos assuntos de economia interna brasileira foram denunciadas e ressaltadas por vários estudiosos e observadores da política nacional em geral e, especialmente, por aqueles que se dedicavam ao estudo e acompanhamento da evolução da presença brasileira no mundo. Um dos primeiros intelectuais a chamar a atenção para a importância da ação dos portugueses no que dizia respeito à formulação e execução da política externa brasileira foi José Honório Rodrigues. Em seu clássico e, em certo sentido, pioneiro livro *Brasil e África: outro horizonte*, anota ele que

[o] ambiente favorável [ao estreitamento das relações Brasil-Portugal] tem sido criado também, independentemente das influências intelectuais e do pensamento político [em vigor], pela forte pressão que, como grupo de interesses, especialmente comerciais, exerce a colônia nos dois grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo. Basta lembrar que os centros, associações, clubes, casas, etc., de portugueses no Brasil atingem a 105 [...]; como sempre, exercem uma grande atividade política, linha-auxiliar da embaixada, a favor de seu país, o que nenhum outro grupo estrangeiro

²⁷⁷ *Portugal em Foco*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1964.

exerce, a não ser as atividades subversivas germânicas e japonesas antes da guerra e logo reprimidas.

Sabe-se a pressão econômica que a colônia, como grupo de pressão e de interesse, exerce no Brasil. E mais, sem querer causar surpresa, uma das melhores e mais frutíferas atividades da colônia se faz, no Rio de Janeiro, por intermédio do Clube de Regatas Vasco da Gama. O sério, disse Huizinga, pode-se negar, o jogo não; como uma difusão cultural e étnica o clube glorifica as origens portuguesas da nação com o nome de um descobridor português [...] inculca, na consciência coletiva popular, a ideologia da herança cultural pelo simbolismo da competição e pela dramatização da vitória.[...]

A atividade política portuguesa no Rio de Janeiro já foi muito importante e a colônia dominava, pela sua força econômica, a imprensa local. Ainda hoje há deputados que cortejam a colônia e são seus candidatos. A colônia lança manifestos políticos e replica, em matéria paga nos jornais, às posições tomadas pelos políticos contrários às diretrizes do governo português.²⁷⁸

Já entre aqueles que de alguma forma refletiram sobre a política externa brasileira a partir de sua vivência prática profissional, deve-se ressaltar o livro-depoimento do chanceler Mário Gibson Barboza, no qual, avaliando as repercussões da administração Jânio Quadros no relacionamento entre Brasil e Portugal, afirmou:

Foi essa preocupação portuguesa com o voto brasileiro que motivou um *lobby* intenso e uma ação diplomática extremamente competente e hábil por parte do embaixador de Portugal no Brasil, José Manuel Fragoso, que tinha grande penetração na sociedade brasileira e nos meios políticos. Informado de que o Brasil iria mudar de posição na ONU e julgaria cada resolução pelo seu mérito, Fragoso passou a desenvolver intensa atividade, procurando evitar o que se lhe afigurava uma possibilidade catastrófica.

Jânio Quadros autorizara a nova posição brasileira e concordara com nosso voto contrário a Portugal, em resolução que estava sendo então debatida na ONU.

Foi, assim, com perplexidade, que Afonso Arinos recebeu a visita do embaixador português, que regressava de Brasília, onde fora recebido pelo presidente, e o informou de que este mudara de decisão e resolvera votar a favor de Portugal.

‘- Embaixador, não posso admitir que o senhor me diga uma coisa dessas. Eu sou ministro, e é inconcebível que o presidente mudasse uma decisão dessas sem me informar diretamente.

- Verifique então, senhor ministro, e verá que estou dizendo a verdade – respondeu Fragoso.

Arinos pediu-lhe, então, que saísse um instante da sala e telefonou ao presidente, que lhe disse:

- É, ministro, mudei sim. Já prometi ao embaixador que nós vamos votar a favor de Portugal. Sabe, ministro, o presidente de Portugal telefonou-me, fez

²⁷⁸ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 361.

um apelo, eu chorei ao telefone, choramos os dois. Ficamos aos prantos. Não podemos fazer isso com Portugal. Não, ministro, não vote contra Portugal!’ É verdade que o presidente de Portugal telefonou para Jânio? Penso que sim. É verdade que ele chorou? Pode ser, não sei. É possível que ele tenha simplesmente cedido à pressão e que tenha querido dar a seu chanceler, bem no seu estilo, a aparência de um gesto patético, dramático, à guisa de explicação. Com Jânio Quadros foi sempre difícil saber realmente onde se inseria o histrionismo.²⁷⁹

A exasperação do governo português, por conta da possibilidade de que a nova política externa brasileira ferisse de alguma forma seus interesses, ampliava-se de tal modo que questões de somenos importância ganhavam ares de grande crise, chegando mesmo a se supor um rompimento formal de relações.

Em junho de 1962, a distribuição pelo consulado do Brasil em Angola do número 2 do boletim *Carta do Brasil*, publicado em dezembro de 1961, provocou desmedida reação das autoridades portuguesas naquela dependência colonial. O documento em questão transcrevia trecho do discurso pronunciado pelo embaixador em Tunis por ocasião de entrega das suas credenciais, no qual dizia: “O Brasil, que sofreu dominação colonial por mais de três séculos, não pode deixar de sentir o drama que viveram e ainda vivem os povos do continente africano, com os quais temos afinidades culturais, raciais e religiosas”²⁸⁰. Acusando o recebimento da publicação, o Sr. Antônio Pereira de Almeida, chefe do gabinete do Governo Geral de Angola, dirigiu ao cônsul do Brasil em Luanda a nota n. 5.389, afirmando ser a mesma de grave teor ofensivo a Portugal e que “de futuro serão tomadas medidas julgadas convenientes para impedir a sua expansão, quando contenha tal gênero de afirmações. Informo ainda que sobre o assunto será feita comunicação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa”²⁸¹. Surpreso, o Itamaraty instruiu o embaixador em Lisboa no sentido de devolver a nota e manifestar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a surpresa e o desagrado brasileiro pelo “tom insolente do protesto do chefe do gabinete do Governo Geral de Angola.”²⁸²

A partir de então, surgiram as mais variadas especulações sobre a reação de Lisboa à devolução da nota pela representação brasileira naquele país. O jornal *Última Hora*, em matéria intitulada *Ameaçadas as relações com Portugal: Brasil repele protesto*, informava

²⁷⁹ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 237-238.

²⁸⁰ BERNARDES, Carlos Alfredo. *Distribuição da publicação Carta do Brasil. Manifestação do Governo Geral de Angola*. Rio de Janeiro, 29 jun. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 295. p. 1.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 2.

²⁸² *Ibid.*, p. 3.

que fontes do Itamaraty entendiam ser “imprevisível o que poderá fazer Portugal diante da devolução do protesto [...]. Se quiser tomar outra atitude, terá de fazer novo protesto. Já agora contra a devolução, o que poderá culminar inclusive com o rompimento de relações.”²⁸³

Acionado, o embaixador Negrão de Lima manteve entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, que alegou inicialmente desconhecer a nota da autoridade do Governo Geral e, ao inteirar-se de seus termos, apressou-se a declará-la desmedida. Justificou o gesto do chefe do gabinete como resultado da tensão em que se viam envolvidos os funcionários portugueses em Angola. Lembrou, ainda, que deveria o Brasil levar em conta não os pequenos equívocos e deslizes cometidos aqui e ali, mas antes o apoio permanente de Portugal às postulações brasileiras, tais como a adesão à candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU e o apelo para que o Mercado Comum Europeu não aplicasse de forma absoluta as restrições tarifárias ao café brasileiro.²⁸⁴ Dessa forma, o pedido de explicações, transmitido com tanta sutileza pelo amigo de Portugal e embaixador do Brasil, Negrão de Lima, transformava-se em uma cobrança do ministro Franco Nogueira pela reciprocidade de Brasília face o empenho lusitano na valorização da parceria com o Brasil.

Paralelamente a toda controvérsia gerada pelo voto brasileiro de 30 de janeiro de 1962, a crise provocada pela discussão e condenação das práticas colonialistas de Portugal nos principais foros internacionais se aprofundou. O panorama das Nações Unidas, em 1962, permanecia o mesmo do ano anterior, ainda que tendendo a uma deterioração da já delicada posição portuguesa em função da cerrada ofensiva afro-asiática a que se associavam em maioria absoluta os Estados membros, com exceção da Espanha, da África do Sul e da incerta posição do Brasil.

Em 1962, como em 1961, despachou-se de novo o subcomitê sobre Angola à procura de novas informações e depoimentos. O embaixador Salamanca, presidente do subcomitê, tentou mais uma vez obter do governo de Lisboa permissão para que o grupo pudesse visitar Angola e informar-se diretamente da situação ali reinante. Em 1962, não conseguiu o embaixador, entretanto, nem mesmo que o governo português o convidasse a visitar Lisboa, que dirá Angola.²⁸⁵ Uma gestão conjunta de Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, sugerida por Salamanca, mal chegou a esboçar-se, dada a desistência

²⁸³ Ameaçadas as relações com Portugal: Brasil repele protesto. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1962. p. 8.

²⁸⁴ LIMA, Francisco Negrão de. *Distribuição da publicação Carta do Brasil. Manifestação do Governo Geral de Angola*. Lisboa, 26 jul. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 517. p. 1-4.

²⁸⁵ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal. Maio de 1962*. Lisboa, 19 jun. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 421. p. 6.

precoce dos três últimos países citados.²⁸⁶ Salamanca nada havia utilizado do material informativo fornecido em Lisboa pelas autoridades encarregadas dos assuntos ultramarinos, tendo, além disso, utilizado abundantemente elementos de outras fontes, inclusive testemunhos de angolanos refugiados no Congo ex-Belga desfavoráveis à posição portuguesa. Como a expressar um desagrado definitivo, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal declarou, reiteradamente, considerar vão qualquer movimento de aproximação entre Salamanca e seu governo.

Lisboa não renunciava à sua afirmação categórica de considerar Angola como um problema interno. Negava-se, inclusive, a discutir relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho que confirmava a queixa apresentada por Gana sobre a existência de trabalho forçado tanto em Angola quanto em Moçambique.²⁸⁷

Mantendo Angola fechada aos membros do subcomitê da ONU, o governo de Lisboa, entretanto, procurava fazer com que aquele território africano fosse visitado pelo maior número possível de parlamentares e jornalistas estrangeiros, principalmente brasileiros. Era também bastante considerável o número de observadores diplomáticos norte-americanos, adidos militares às embaixadas estrangeiras creditadas em Lisboa e de jornalistas e repórteres de várias nacionalidades que visitavam Angola.

Quanto ao território africano português da costa oriental, eram muitas as preocupações das autoridades metropolitanas. Moçambique apresentava importantes focos de fermentação nativista, exacerbados não apenas pelo que acontecia de maneira geral em toda a África, mas muito em particular com a situação angolana, o que exigia de Lisboa rapidez na implementação de profundas reformas também naquela região.

Em junho de 1962, marcando claramente uma escalada nas declarações de autoridades portuguesas relativamente à legitimidade da ONU sobre o tema da descolonização, durante uma entrevista coletiva de imprensa, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal proferiu a seguinte frase: “Não podemos cooperar com as Nações Unidas, porque não podemos cooperar com a ilegalidade e a imoralidade. E a imoralidade e a ilegalidade são hoje as duas características fundamentais da atividade das Nações Unidas”²⁸⁸.

Apesar de categórica, genérica e agressiva ao exagero, a palavra do ministro não destoava, no conceito, da maneira pela qual, desde fins de 1960, vinha a imprensa portuguesa, em editoriais, revistas e em entrevistas de ilustres figuras da política nacional, submetendo as

²⁸⁶ Id.

²⁸⁷ Ibid., p. 7.

²⁸⁸ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal*. Lisboa, 23 jul. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 503. p. 1.

Nações Unidas a um ataque frontal a que não escapavam sequer as realizações humanitárias daquela organização internacional.

Apesar do clima tenso, Portugal era convidado a cooperar com vários organismos *ad hoc* criados pela Assembléia Geral para estudar as duas províncias ultramarinas. A todos esses grupos de trabalho respondia no mesmo tom, o de que era impossível prestar cooperação a uma entidade que, alegava o Palácio das Necessidades, subvertia uma a uma as regras do jogo, modificando a Carta de acordo com seus interesses políticos imediatos. Com isso, aprofundava-se o isolamento lusitano frente à comunidade internacional.²⁸⁹

Como a coroar o sentimento de “cerco” que se apossava de Portugal, o professor Oliveira Salazar, em amarga entrevista concedida em julho de 1962 à revista *U.S. News and World Report*, por ocasião da pouco produtiva visita de Dean Rusk, criticou acerbamente, como nunca antes fizera, o desinteresse dos Estados Unidos pelas desventuras vividas por Portugal na Ásia e na África.²⁹⁰ Segundo Salazar, os Estados Unidos falhavam quanto à ameaça política com que se defrontavam os países aliados da Organização do Atlântico Norte, pois a ação americana favoreceria mais ao inimigo quanto mais se rendiam eles “a conveniências políticas do momento do que com a preservação dos ideais da organização.”²⁹¹ Entendia que o governo de Washington não havia obtido qualquer resultado concreto em suas gestões junto a Nova Déli, afim de evitar a invasão de Goa, porque

ou o interesse norte-americano em evitar a agressão era fraco e foi apresentado de forma tibia, ou então a União Indiana desprezou a posição de Washington. Creio ter prevalecido a primeira hipótese, porque a segunda é inconciliável com as subseqüentes provas de cordialidade e auxílio prodigalizadas por Washington a Nova Delhi.²⁹²

Queixava-se, ainda, de que os Estados Unidos não prestigiavam Portugal de nenhuma forma em relação a Angola e Moçambique, na medida em que não compreendiam a movimentação insurgente naquelas regiões como ações de caráter terrorista que tinham por alvo muito mais do que atingir Portugal, colocar em xeque a própria presença das forças do Ocidente naquele continente. Apesar de tudo, Portugal não pretendia retirar-se da OTAN

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 1-2.

²⁹⁰ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal (Julho de 1962)*. Lisboa, 16 ago. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 561. p. 1.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 2.

²⁹² *Id.*

“enquanto esta se mantiver como verdadeira aliança, isto é, como organização em que os interesses de todos sejam por igual respeitados.”²⁹³

A propósito da posição das Nações Unidas sobre as questões portuguesas, o presidente do Conselho de Ministros de Portugal traçou um paralelo entre o que havia ocorrido em Angola em começos de 1961 e o que se verificou em Goa em dezembro do mesmo ano. Segundo ele, a mesma ONU que acusava Portugal de haver praticado uma bárbara repressão em Angola, não interrompia a carnificina no caso de Goa, deixando-se manietar pelo veto russo no Conselho de Segurança e procurando esquecer o incidente o mais breve possível.²⁹⁴

A conclusão a se retirar da entrevista de Salazar é a de que o mundo, ao divergir das idéias do governo português, se divorciava da razão e do bom senso.

O labiríntico raciocínio do professor Salazar reduzia todos os termos da política internacional a categorias filosóficas irredutíveis, a um complexo de silogismos em que as premissas eram dispostas em função da conclusão, a um conjunto de argumentos logicamente bem armados em função do sujeito, porém, em planos teóricos distanciados do tempo e da realidade. Mesmo as posições que encontravam algum suporte jurídico eram eivadas de queixumes e ressalvas, de um saudosismo catedrático, qualquer coisa do desabafo do coronel inglês de Maurois que, numa batalha em Flandres, ao contemplar a subversão total dos processos da guerra na desordem da terra de ninguém, reclamava o retorno ideal às “manobras de verdade”. A posição de Portugal era de total estagnação, perplexidade e sofrida amargura.

Na medida em que o imobilismo luso não apresentava alternativas válidas de negociação relativamente a seus territórios coloniais, a segunda metade de 1962 assistiria ao processo de emergência dos movimentos de libertação nacional na África portuguesa. Do ponto de vista organizativo e filosófico, a luta armada, assentada em uma construção ideológica híbrida conhecida como “afromarxismo”, determinaria não somente o encaminhamento dos processos de independência, bem como, no futuro, o perfil dos jovens Estados lusófonos autônomos.²⁹⁵ As guerras de libertação nacional estavam, a partir de então, em pleno andamento. Primeiro em Angola, em fevereiro de 1961; na Guiné-Bissau, em janeiro de 1963; e finalmente em Moçambique, em 1964. Ao final desse ano, Portugal, um

²⁹³ Ibid., p. 3.

²⁹⁴ Ibid., p. 4.

²⁹⁵ MACQUEEN, Norrie, op. cit., p. 42-43.

país carente de recursos financeiros e humanos, defrontava-se com três guerras penosas e irregulares em um continente distante.²⁹⁶

O ano de 1963 marcaria também uma crescente irritação dos meios oficiais lusitanos com a postura brasileira no encaminhamento das questões africanas nos foros internacionais. Essa irritação, que ganhava espaço na mídia impressa em um país sob forte censura, era interpretada como um recado do governo português ao brasileiro.²⁹⁷

Os ataques se tornavam a cada dia mais virulentos. A exemplificar o tom agressivo cada vez mais freqüente das matérias publicadas em Portugal, o artigo *A dignidade de um embaixador*, do jornal *Agora*, de 13 de abril de 1963, opinava que

[e]xistem muitas coisas no Brasil com que não concordamos e que os senhores conselheiros brasileiros, deviam antes olhar para dentro do País e solucionar as deficiências internas e não chatear o *Paisinho* que, muito sossegadamente, procura não deixar que lhe roubem o que a ele pertence de direito! Sempre há cada filho!...

O Cruzeiro dá-nos notícias horripilantes da moralidade da juventude brasileira e a imprensa informa-nos que não há nenhum pirata que se distinga no mundo que não procure, imediatamente, o refúgio em território do nosso filho! Qualquer dia, o Brasil, não é mais do que um covil, à semelhança do que foram as Caraíbas em tempos idos! Dói, Filho, dói muito essa afirmação! [...]

A frase [de um discurso do presidente Goulart que teria um teor de condenação à política ultramarina portuguesa], pôs em cheque o Dr. Negrão de Lima, embaixador do Brasil em Portugal que, por coincidência, se encontrava no seu país. E logo o levou a declarar que não regressaria a Lisboa sem primeiro haver um desmentido oficial do governo do Brasil, ou seja do presidente Goulart. [...]

²⁹⁶ Ibid., p. 46.

²⁹⁷ É de se notar que a irritação do governo português com o governo brasileiro enquadrar-se-ia muito mais numa estratégia que visava pressionar de forma assertiva e incessantemente Brasília na defesa de seus interesses, pois o único voto significativo desfavorável a Portugal foi o de 30 de janeiro de 1962. A seqüência de abstenções e pronunciamentos favoráveis a Portugal passou, por exemplo, pela postura brasileira relativamente à acusação, aceita por expressiva maioria no Conselho de Segurança da ONU, de invasão portuguesa do território de Senegal. O delegado brasileiro, contudo, usando de uma análise de viés jurídico muitas vezes repetida para se afastar de uma decisão conclusiva, assim defendeu seu evasivo voto: “Não julgarei a veracidade da denúncia do Senegal ou a negativa de Portugal. [...] Opino que o conselho não está em condições de adotar uma posição de fundo, baseando-se somente nas alegações das partes. Deveria procurar obter informação imparcial sobre a questão e, em seguida, examinar o caso à luz das conclusões. Este método de maneira alguma deveria ser interpretado como uma rejeição à priori das provas apresentadas pelo Estado reclamante, ou uma aceitação da negativa do Estado acusado. Estimo que neste caso o conselho deveria atuar no sentido da solução pacífica das controvérsias.” Portugal condenado pela ONU: violou território do Senegal. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1963. p. 6.

Se o governo do Brasil não cessar de criar dificuldades [...] todo o seu trabalho será em vão e os homens educados, inteligentes e cultos como o Dr. Negrão de Lima ficarão sujeitos a juízos dúbios da parte seja de quem for!²⁹⁸

A solidão de Portugal era quebrada pontualmente apenas pela solidariedade espanhola, cada vez menos ativa²⁹⁹, e pela visita em maio do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Eric Louw, quando, em banquete realizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, portugueses e sul-africanos identificaram-se como vítimas “da demagogia e da irresponsabilidade dos ataques da ONU”, enfrentando

a virulência do grupo afro-asiático, que na hostilidade, quantas vezes pouco sincera, à África do Sul e a Portugal, encontra a única plataforma de entendimento e a única aparência de uma harmonia que não existe quanto aos sentimentos profundos que animam os membros do grupo e aos problemas reais que o mesmo confronta.³⁰⁰

Em momento de tantas dificuldades e tão raros apoios, era motivo de júbilo e grande publicidade a presença do ex-presidente e senador Juscelino Kubitschek que, como de hábito, emprestava o seu prestígio pessoal e, por extensão, o prestígio do Brasil ao governo português, com declarações de apoio calcadas em um já anacrônico sentimentalismo, sem descurar pragmaticamente, no entanto, da importância eleitoral da colônia nas eleições presidenciais que se aproximavam. Discursando no município de Abrantes, durante um dos vários banquetes oferecidos em sua honra pelas autoridades lusitanas, sentenciou Juscelino:

Tenho para comigo que a política externa do Brasil só pode ser uma: aquela que melhor convier aos interesses de Portugal. Mesmo quando fui presidente

²⁹⁸ A dignidade de um embaixador. Agora, 13 abr. 1963. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Referência aos territórios ultramarinos portugueses na Mensagem Presidencial*. Lisboa, 19 abr. 1963. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 159.

²⁹⁹ Exemplo dessa situação ocorreu em maio de 1963, quando do pálido encontro Salazar-Franco, realizado na cidade espanhola de Mérida, com decepcionante resultado. O curtíssimo comunicado oficial português sobre a conferência Salazar-Franco assinalou apenas que, no decurso dos dois dias de conversações, havia sido examinada “a situação internacional tendo sido analisados os principais problemas de interesse para Espanha e Portugal”. In: GRIECO, Donatello. *Relatório mensal (Maio de 1963)*. Lisboa, 14 jun. 1963. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 228. p. 2.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 6.

da República nunca fez distinção entre a política externa do Brasil e a política externa de Portugal.³⁰¹

O senador concluiu a sua fala sublinhando a necessidade de reforçar constantemente a amizade luso-brasileira, “a qual é indispensável para o mundo ocidental. As fronteiras entre Portugal e o Brasil acabarão por extinguir-se.”³⁰² Como fecho de uma visita aclamada como apoteótica pela imprensa de Portugal,³⁰³ inaugurou estátua de Pedro Álvares Cabral e encontrou-se com Salazar. Ao retornar, no aeroporto do Galeão, foi recebido por alguns correligionários e grande número de representantes da colônia portuguesa.³⁰⁴

Todo e qualquer apoio era bem-vindo para uma política obstinadamente defensiva que visava, como prioridade, a contenção da avalanche de más notícias que se avolumavam desde o início da década. Nessa conjuntura, foi com grande satisfação que Lisboa conseguiu em Angola a estabilização nas operações militares ali levadas a efeito em meados de 1963, restabelecendo as mínimas condições para o funcionamento da administração local.

Dando continuidade à tradicional estratégia governamental de censura e contra-informação, pouco se deu a conhecer ao povo português, através dos jornais e outras mídias, a propósito dos objetivos e do desenvolvimento dos importantes trabalhos da Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos em Adis-Abeba. Ao mesmo tempo em que os jornais informavam discretamente sobre as diversas etapas da reunião, não pouparam comentários irônicos sobre o certame, tentando demonstrar à opinião pública portuguesa que a Conferência não teria sido inspirada senão pelo desejo de procurar criar para Portugal, no seio das nações, uma atmosfera de descrédito.

Os jornais, contudo, estamparam em matérias de pouco destaque um resumo da Carta da Unidade Africana, aprovada pela reunião, indicando a adoção de recomendações sobre o boicote efetivo do comércio com Portugal e África do Sul, por meio da proibição de qualquer intercâmbio mercantil, através da interdição dos portos, aeroportos e sobrevôo.

A Unidade Africana, como conceito e proposta institucional, passou a figurar como um dos principais alvos a atingir através da ação coordenada das mídias lusitanas sob controle do poder público. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros indicou que essa unidade estaria longe de ser alcançada por absoluta falta de alicerces, pois ninguém poderia

³⁰¹ JK em Portugal exalta a amizade luso-brasileira. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963. p. 6.

³⁰² Id.

³⁰³ Juscelino em Portugal: apoteóticas recepções. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1963. p. 6.

³⁰⁴ JK não tratou de política com Salazar. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1963. p. 2.

edificar “uma unidade sobre ruínas”.³⁰⁵ Segundo o ministro Franco Nogueira, em Adis-Abeba, avultou “sobretudo a usual irresponsabilidade de um chefe político da África do Norte [Ben Bella], que de novo proferiu ameaças já conhecidas, e a violência de um delegado de país da África Oriental, que ofereceu todo o seu território como um imenso campo de treinamento militar”.³⁰⁶ Acusando Ben Bella e o antigo Congo Belga de desrespeito às normas da Carta da ONU, Franco Nogueira referiu-se também ao boicote contra Portugal, decidido na mesma Conferência:

Teremos de dizer desde já que tais providências, além de serem injustificadas, serão também inúteis, porque não atingirão o objetivo confessado de nos causar prejuízos ou perigo sério: com efeito, tão insignificante é o nosso comércio com os países africanos que quase não conta no volume do nosso comércio externo; e quanto à navegação, é muito limitado e facilmente substituível o uso que acaso possamos fazer de um ou outro porto ou aeroporto estrangeiro do continente africano.³⁰⁷

Era indiscutível que as relações com os Estados africanos entravam em nova e crítica fase após a Conferência de Adis-Abeba. A partir de suas decisões, romperam relações ou aplicaram sanções em diversos níveis relativamente a Portugal, a República Árabe Unida, o Senegal, Camarões, a Libéria, a Costa do Marfim, o Congo e a Etiópia.

Durante o mês de julho de 1963, a imprensa portuguesa refletiu as intensas preocupações do governo a respeito da reunião do Conselho de Segurança convocada para tratar dos assuntos ultramarinos portugueses. Em entrevista coletiva de imprensa, realizada em 12 de julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros voltou a aludir à possibilidade, há tempos assinalada pelo próprio presidente Oliveira Salazar, de vir Portugal eventualmente a se retirar das Nações Unidas. Ao jornalista que indagou qual a atitude da Chancelaria portuguesa a propósito das ameaças de expulsão que pesava sobre Portugal, disse Franco Nogueira que Portugal não seria o primeiro país a abandonar a ONU, mas que seguramente estaria entre os primeiros.³⁰⁸

³⁰⁵ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal (Junho de 1963)*. Lisboa, 11 jul. 1963. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 265. p. 4.

³⁰⁶ Id.

³⁰⁷ Id.

³⁰⁸ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal (Julho de 1963)*. Lisboa, 23 ago. 1963. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 366. p. 1.

A imprensa, pouco a pouco, foi preparando o espírito público para os tempestuosos debates que iriam se verificar no Conselho de Segurança a respeito dos problemas ultramarinos. A presença portuguesa no Conselho tinha especial importância: dos debates participaria o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros e, apesar de não darem à matéria uma cobertura exemplar, os jornais apresentaram resumos apreciáveis produzidos pelas agências internacionais.

A posição brasileira foi oferecida aos leitores portugueses através de despachos de agências internacionais, nos quais não se publicava coisa alguma além das teses básicas já enunciadas pelo Brasil. Nos primeiros dias, essa publicação foi feita discretamente, sem grandes manchetes. Somente depois que a opinião pública tomou conhecimento mais generalizado da atitude brasileira é que a imprensa mais extremada, que se manifestava claramente inspirada pelo governo, passou a comentar o contexto do discurso do delegado brasileiro.

O *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional (partido salazarista), resumiu a atitude brasileira e concluiu:

À primeira vista, parece uma atitude cordata, de tolerância e respeito pelos outros povos. Na verdade, trata-se de uma atitude facciosa e estruturalmente errada. [...]

Brasil e Portugal têm séculos de história comum, quer o governo brasileiro queira, quer não, no seu encantamento por certas idéias que levaram à sujeição vermelha velhas e nobres nacionalidades européias. A expansão portuguesa a partir de quinhentos não foi essencialmente uma força de expansão econômica na conquista de mercados, foi uma projeção evangélica no sonho de elevar os homens para os níveis superiores de civilização, até as alturas morais da cristandade.³⁰⁹

Quanto ao fato de a posição brasileira exprimir o verdadeiro sentido das aspirações populares, o *Diário da Manhã* comentava: “Infelizmente, às vezes, os governos, ou certos homens de governo confundem o que nas nações é constante histórica e interesse fundamental com mitos fugazes ou palavras de ressonância ocasional”.³¹⁰

A *Voz*, órgão monarquista, comentou a atitude brasileira com maior grau de contrariedade, concluindo assim seu editorial:

³⁰⁹ Ibid., p. 2.

³¹⁰ Id.

Bem sabemos que um brasileiro, mesmo em altas funções investido, não é o Brasil, mas é de se registrar que em certas zonas de governo a hostilidade a Portugal seja hoje tão acentuada. Mas isso há de passar, porque o bom senso e a justiça são muito radicados na alma da grande nação de estirpe lusitana do hemisfério ocidental. Por isso continuaremos a resistir ao terrorismo, à hostilidade boçal e à incompreensão daqueles de quem mais devíamos esperar uma atitude de justiça e de bom senso.³¹¹

Já o *Diário de Notícias*, em artigo de fundo, mais moderado, assinalava que a atitude brasileira não mudaria a face das coisas, mas que entristecia Portugal “pelo desconhecimento dos verdadeiros interesses do Brasil, solidários com os nossos, nas fronteiras da África – e pelas ligações de ordem histórica e humana a que nem Portugal nem o Brasil podem furtar-se.”³¹²

Em suma, a imprensa portuguesa preferia analisar a posição brasileira quanto às questões ultramarinas à luz de considerações de ordem sentimental, evitando uma configuração mais objetiva da matéria. Nessa linha de raciocínio, os ultramontanos empregavam palavras contundentes, enquanto os conservadores tradicionais limitavam-se a queixumes. Ambos, entretanto, insistiam em que a atitude brasileira não era senão a manifestação transitória de uma ideologia que empolgava o governo de turno.

Para corroborar a tese de que as manifestações oficiais do Brasil em Nova York não correspondiam aos desejos mais profundos do povo brasileiro, os jornais portugueses divulgavam trechos de declarações e discursos de jornalistas e parlamentares brasileiros favoráveis aos pontos de vista de Portugal, em que se acusava o governo brasileiro de estar exprimindo na ONU uma teoria que não consultaria os mais profundos interesses do país.

Assim, em fins de julho, no mesmo dia em que se votaria no Conselho de Segurança a moção sobre os territórios ultramarinos portugueses, os jornais de Lisboa deram especial destaque ao discurso proferido em Brasília, na Câmara, pelo deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, apresentado em manchete como “a voz da verdade, do Brasil autêntico, do Brasil que sempre estará ao lado de Portugal”.³¹³ Após mais um revés no Conselho de Segurança, a imprensa voltou a atribuir ao tema um espaço reduzido e sem destaque. Era indisfarçável, contudo, a preocupação geral no país.³¹⁴

³¹¹ Ibid., p. 2-3.

³¹² Id.

³¹³ Ibid., p. 4.

³¹⁴ Ainda em 1963, foi proposta a expulsão de Portugal da Conferência Internacional de Educação patrocinada pela ONU, em Genebra, inclusive com a surpreendente abstenção do representante da Santa Sé. Tal fato

As interrogações sucediam-se no espírito de todos aqueles que buscavam avaliar a situação: até quando poderia manter o país sua posição de intransigência perante a ONU? Até onde iria a capacidade portuguesa de resistência militar em quadrantes tão distantes da metrópole? Até quando seria possível equilibrar os orçamentos extraordinários de guerra sem emissão e sem aumento da dívida pública, mediante arrecadação de tributos especiais cada vez mais duros? Até quando permaneceria o governo português em sua atitude de privilegiar uma solução de caráter militar, forçosamente provisória e que implicaria em lancinante desgaste? Até onde poderia a estrutura nacional suportar na sua força de trabalho a sangria do recrutamento intensivo, quando tal sangria importaria também em crescente sacrifício de vidas?

No último ano de vida democrática, antes do 31 de março de 1964, ampliaram-se sobremodo as discussões internas acerca das necessidades brasileiras enquanto projeto de ação externa que atendesse a urgente construção do desenvolvimento e da soberania nacionais. O debate ganhava força e intensidade, inclusive, nas páginas da mídia popular. Um dos destaques nesse confronto de idéias era a coluna do jornalista Paulo Francis, então um homem identificado com a esquerda marxista, publicada no jornal *Última Hora*. A partir de artigo assinado por Salazar para a *International Affairs*, o jornalista brasileiro criticava causticamente a colonização lusa na África, chamando a atenção para o atraso econômico, social e político português e considerando extremamente graves os danos à imagem do Brasil no continente africano em função do apoio a Lisboa. Escrevia Paulo Francis que “é a isto que a política externa do Brasil está atrelada na ONU, com o Negrão de *libré* e certos professores de direito afirmando *laços especialíssimos*.”³¹⁵

Em outra matéria, entendia ser incompreensível a firme atitude brasileira na defesa da aplicação do conceito de autodeterminação no caso cubano, com o conseqüente e crítico enfrentamento às posições de Washington, enquanto, no caso das colônias portuguesas na África, não conseguia o Itamaraty se desvencilhar da ditadura salazarista, aplicando rigorosamente aí o mesmo princípio da autodeterminação.³¹⁶

Sobre a constante troca de comando da Chancelaria brasileira e as conseqüências de tal instabilidade para os destinos da presença brasileira no mundo, afirmava o colunista que

demonstraria o desagrado do Vaticano com a atitude do governo português de censurar diversos documentos publicados durante o pontificado de João XXIII, como as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*.

³¹⁵ Francis, Paulo. Auto-retrato de Salazar. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1963. Paulo Francis informa e comenta, p. 6.

³¹⁶ Francis, Paulo. A monarquia e o Itamaraty. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1963. Paulo Francis informa e comenta, p. 3.

“desde a saída de San Tiago Dantas do Ministério do Exterior, aquela pasta não teve mais um ocupante à altura da popularização, da personalidade da nossa nova política externa.”³¹⁷

Em uma conjuntura que se tornava cada vez mais complexa e incerta, tanto interna quanto externamente, havia que se levar em consideração que as relações com Portugal continuavam a merecer atenção especial e urgência das autoridades diplomáticas, dado que não se conseguia vislumbrar solução para o caso dos portugueses ainda refugiados na embaixada do Brasil.

Em entrevista, o antigo embaixador Alvaro Lins denunciava que o governo brasileiro encontrava-se em dificuldade para solucionar os casos dos treze asilados na sede da legação brasileira em Lisboa, na medida em que o embaixador Negrão de Lima já havia se pronunciado no sentido de dever o Brasil transigir com Salazar:

O senhor Negrão de Lima trouxe agora, ao nosso país, uma proposta indecorosa do governo de Salazar; este aceita que os asilados na nossa embaixada deixem o país se o Brasil se comprometer a não dar mais asilo a português algum. [...]

Salazar precisa muito mais de nós do que nós dele. Basta que o Brasil fale energicamente. Na ONU, por exemplo, temos importância mais destacada. O nosso voto é acompanhado pelos votos de outros países, enquanto Portugal vota isolado. A recente declaração do senhor Negrão de Lima, dizendo que um dia, mais tarde, o asilo será resolvido, mostra, com exatidão, que o Brasil, em relação a Portugal, é o país mais forte na posição do mais fraco.³¹⁸

Dos últimos meses de 1963 a março de 1964, toda a atenção e energia pareciam ter sido absorvidas no Brasil pelo turbilhão em que havia se transformado a vida política interna da nação. A crise, com sua extraordinária e veloz dinâmica, deixava muito pouco espaço para novas iniciativas no campo da política externa e, principalmente, quando essas possíveis iniciativas diziam respeito a um tema que desencadeava tantos ataques e questionamentos por parte das forças conservadoras, então em franca e progressiva fase de articulação para a desestabilização do regime democrático.

As relações com Portugal e o processo de descolonização na África passaram a ser instrumentalizados e politizados ao limite pelas forças de desestabilização como provas, no âmbito da ação internacional do Brasil, de que o governo Goulart caminhava no sentido da

³¹⁷ Id.

³¹⁸ Alvaro Lins: Salazar não dá visto a asilados porque Negrão acha que o Brasil deve transigir. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 maio 1963. p. 7.

ruptura das tradicionais e mais significativas relações, abrindo caminho para algo não muito distante de uma vassalagem em relação ao mundo socialista.

O ensaio da chamada Política Externa Independente, sem dúvida, constituiu-se em um marco na história das relações exteriores do Brasil. Apesar de todas as suas limitações, como no caso específico do relacionamento com Portugal, produziu uma contradição rica em possibilidades de mudança quando explicitou a dubiedade de um discurso favorável à autodeterminação dos povos e um apoio efetivo ao colonialismo salazarista. Foi incapaz de romper com um tempo fundado na tradição das relações congratulatórias e emocionais, mas foi, por outro lado, a fresta pela qual o Brasil se viu, como nunca antes, no espelho do mundo.

O movimento de 1964, compreendendo no nacionalismo da Política Externa Independente um traço ideológico esquerdizante, a ela contrapôs o pragmatismo conservador da dependência hemisférica.

Saía da vida brasileira, naqueles idos de março, a possibilidade ansiadamente buscada de construir uma presença inovadora e independente no mundo, retornava à velha e conhecida realidade das coisas o sentido conformista de um destino geográfico e político estribado na lógica subalterna da interdependência.

CAPÍTULO 4

O ARRASTO DE UM TEMPO EXPECTANTE

(1964-1969)

Em meados de 1964, não se oferecia aos observadores da política portuguesa perspectivas diversas daquelas dos meses anteriores. Para efeito doméstico, insistia-se em aspectos já anteriormente colocados sobre a cena internacional que pretendiam dar substância e racionalidade à argumentação portuguesa nos foros multilaterais, tais como os desastres gerados pela precipitada política de emancipação em uma África não amadurecida para a autonomia, a inconsistência dos argumentos dos afro-asiáticos contra a política ultramarina portuguesa e a infiltração do novo imperialismo de grandes potências ocidentais ou comunistas nos Estados recém-libertados dos chamados grilhões colonialistas, infiltração que, a longo prazo, não viria senão a substituir um colonialismo (apresentado pela imprensa portuguesa como paternal e humanitário) por outro de fundo ideológico e essencialmente escravizador.³¹⁹

Os tradicionais ataques à ONU, normalmente veiculados pelas mídias lusitanas, relacionados à política favorável à independência das nações coloniais daquela organização, dirigiram-se especificamente aos casos do Congo e de Chipre. As dissidências internas dos jovens Estados, o terrorismo, a subversão, os entrecosques de ideologias e toda a sorte de interesses subalternos eram habilmente trabalhados de maneira que sobressaísse sempre a idéia de que a ONU agira de maneira açodada liberando prematuramente territórios sem quaisquer condições para o exercício pleno do autogoverno. Daí inferia-se que a mesma estratégia estava em marcha para ser aplicada aos territórios administrados por Portugal na África com iguais resultados negativos advindos do domínio de uma esquerda manipulada por forças estrangeiras a produzir o caos generalizado.

Não deixava, ainda, a imprensa lusa, repercutindo a nota dirigida pela missão portuguesa ao Secretariado das Nações Unidas, de sublinhar o espírito tendencioso, parcial mesmo, do Relatório Especial sobre as terras ultramarinas portuguesas, insistindo que, na África, Lisboa exercia seus legítimos direitos de soberania. De acordo com a nota da missão lusa,

³¹⁹ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal. Julho de 1964*. Lisboa, 14 ago. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 455. p. 1.

não se menciona no relatório o fato fundamental, de terem as atividades militares portuguesas um caráter de defesa contra inimigos estrangeiros, que atacam populações africanas, negras, brancas e mestiças. [...] Moçambique não está convulsionado internamente, mas abertamente ameaçado pelo terrorismo organizado nos territórios de alguns países membros da ONU...³²⁰

Portugal se propunha a encetar negociações com os países envolvidos na questão africana acerca de temas específicos, mas não admitia uma negociação em bloco pautada de maneira a permitir a inclusão de toda a amplitude temática possível, como desejavam seus interlocutores. Ao mesmo tempo, a Chancelaria lusa buscava, paciente e metodicamente, um estreitamento de relações com países como os Estados Unidos da América, a República Sul-Africana e o Brasil.

Em relação à África do Sul, o entendimento português buscava o aprofundamento de uma determinada aliança estratégica que privilegiava os aspectos de defesa militar explícitos e implícitos estabelecidos nos convênios firmados entre as respectivas forças de informação e segurança. Do Brasil esperava-se, em qualquer situação crítica, fosse de caráter bilateral ou multilateral, apoio decidido às posições lusas. Esse apoio era percebido e valorizado como fundamental para a atração dos votos de nações do mundo subdesenvolvido, em particular da América Latina, nos foros internacionais.³²¹

Quanto aos Estados Unidos, país vital para a manutenção dos territórios africanos sob controle lusitano, mostrou-se indisfarçável a euforia da imprensa portuguesa com a ascensão do líder republicano Barry Goldwater ao primeiro plano da campanha sucessória nos Estados Unidos. Tal entusiasmo derivava de um pensamento dominante nos meios governamentais portugueses de que, patrocinada pelos americanos, poderia ter lugar uma solução fora do âmbito consensual das relações internacionais, uma intervenção *ex machina*, como último ato do drama ultramarino. Dessa maneira, o fortalecimento de uma percepção

³²⁰ Ibid., p. 2.

³²¹ Se, antes do movimento de 31 de março de 1964, o Brasil tergiversava freqüentemente face às questões mais agudas relativas a Portugal examinadas nos foros internacionais, buscando seguidamente refúgio na abstenção, depois da ruptura democrática passou a defender abertamente certas posições polêmicas de Lisboa, bem como seu direito de compor colegiados internacionais sem sofrer boicotes dos seus pares. Exemplo dessa prática encontra-se no desfecho favorável a Portugal na Conferência Internacional de Instrução Pública, em que, ao ser apresentada à votação uma proposta afro-asiática de exclusão de Portugal, quarenta e dois países, inclusive o Brasil, abandonaram o certame, de forma a deixar clara a sua inconformidade com aquela propositura. Tal postura foi efusivamente comemorada pela imprensa lusitana, destacando a importância da “atitude decidida do Brasil influenciando a maioria das nações em apreço, principalmente as latino-americanas.” Ibid., p. 3.

norte-americana mais afinada com os interesses colonialistas portugueses representava uma poderosa e absolutamente necessária âncora para a manutenção da estabilidade da política externa de Lisboa.

Os jornais portugueses deram especial relevo ao telegrama procedente de Washington, sob a responsabilidade da agência de notícias ANI, no qual Goldwater declarara que, em caso de vitória nas eleições, a pressão norte-americana sobre Portugal e África do Sul diminuiria sensivelmente em contraste com as administrações Kennedy e Johnson. Goldwater entendia que “acabar de súbito com o colonialismo na África tem tido, como consequência, o malogro econômico, a ditadura e o culto à personalidade.”³²²

Este sentimento de que o cenário internacional apresentava sintomas seguros de uma viragem conservadora era sublinhado nas análises da conjuntura política desenvolvidas pelas autoridades portuguesas como uma prova da racionalidade e justeza dos seus exaustivamente repetidos argumentos em defesa de suas posições africanas. Por outro lado, reafirmava-se a capacidade nacional de controlar a situação militar na África, de modo a contrastar as análises daqueles que entendiam ser apenas uma questão de tempo a derrota na guerra colonial.³²³ Esse discurso pretendia fazer crer que uma nova e favorável compreensão internacional dos problemas lusitanos estava a caminho. Cabia a Portugal, como sempre, saber resistir, saber esperar.

Nesse sentido, ao regressar de uma viagem a Angola e Guiné, o coronel Luz Cunha, então ministro do Exército,³²⁴ assinalou:

Vejam-se os recentes acontecimentos brasileiros que, felizmente, parecem ter evoluído no sentido de estabelecer uma barreira a essa subversão que se verificava na grande nação sul-americana. A mesma subversão que se está a passar em toda a África, de forma que a única realidade que para o mundo ocidental persiste em África é a realidade portuguesa. [...] A esquadra norte-americana, no Índico, quase não dispõe de outros portos senão em Moçambique. As esquadras ocidentais, do Atlântico Sul, quase não dispõem

³²² Ibid., p. 4.

³²³ O ministro do Exército português afirmava otimista que, ao iniciar-se a “rebelião armada, no norte de Angola, todos, internacionalmente, jogaram no nosso colapso militar, em curto prazo. A realidade mostrou o erro em que laboraram. Jogou-se, depois, na nossa fragilidade econômica – na impossibilidade econômica e financeira, de se manter uma luta duradoura. Mais de três anos decorreram e o nosso Exército, as nossas forças armadas aqui estão, em luta, com dificuldades naturais, mas em condições que, dia a dia, vão melhorando. Erraram, igualmente, os que jogaram na nossa incapacidade econômica e financeira de fazer esta guerra. O fracasso que se tem verificado no assédio que nos tem sido imposto tem, segundo creio, obrigado os responsáveis pela política internacional a meditarem, um pouco mais detidamente, no que se passa conosco. Pena foi que o não tivessem feito há mais tempo.” Ibid., p. 6-7.

³²⁴ O coronel Luz Cunha, antes de assumir o Ministério, havia sido adido militar na embaixada de Portugal no Brasil.

de outros portos que os de Angola. Perante esta realidade, tão evidente, não seria demais pedir, ou pensar, que a posição anterior dos Estados Ocidentais tendesse a evoluir, favoravelmente, para nós. Parece agora evidente que tínhamos razão.³²⁵

Assim os portugueses assumiam externamente, de maneira clara e insofismável, uma condição de subalternidade que pretendia no máximo, associada aos esforços de contenção das forças do leste, oferecer suas posições coloniais para uso estratégico das potências ocidentais. Internamente, contudo, o discurso se alterava radicalmente. A afirmação de sua condição de potência, à qual não se poderia negligenciar, baseava-se na manutenção, no lastro do Império Ultramarino, que resgatava, atualizava e ressignificava o legado do glorioso período das descobertas marítimas no alvorecer da Idade Moderna e a presença da lusitanidade na construção da nova ordem subjacente à dominação européia.

Daí é possível compreender o sistemático vezo, da imprensa e dos meios oficiais portugueses, de crítica passional e exposição ao ridículo de qualquer tentativa de organização das nações africanas, sempre anotadas como incapazes administrativamente e economicamente frágeis, necessitadas, portanto, da tutela de nações culturalmente hígdas e de tradição secular. É importante notar que a pregação salazarista apoiava-se na condição histórica singular da cultura lusa na tarefa civilizatória de introduzir paulatinamente os “semi-bárbaros” africanos no concerto das nações, como uma espécie de lento e gradual rito necessário de passagem, absolutamente imprescindível, no sentido de uma maturidade assistida e consentida pelos seus mais experientes pares.

As dificuldades de composição desse discurso lusitano com a Política Externa Independente obrigavam, em caso de radicalização efetiva das respectivas posições, a algum tipo de ruptura da tradicional aliança luso-brasileira em momento futuro. Portanto, compreende-se porque a mudança política ocorrida no Brasil por conta do golpe militar de 1964 trouxe um alívio tão evidente para as autoridades do governo e de todos aqueles que compunham o sistema de poder português.

A repercussão em Portugal do conhecido discurso do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, de 31 de julho de 1964 no Itamaraty, reforçava ainda mais o sentimento de que uma mudança em escala global pudesse estar acontecendo no sentido de referendar as posições portuguesas quanto às questões coloniais.

³²⁵ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal. Julho de 1964*, p. 4.

O jornal *Diário da Manhã*, órgão vinculado à União Nacional, que apoiava o governo português, publicou em 17 de agosto um editorial de autoria de seu diretor Barradas de Oliveira, em que se destacava o seguinte trecho do pronunciamento de Castello Branco: “Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer, nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente.”³²⁶

Na análise do discurso presidencial, o jornal enfatizava uma tese muito cara aos governistas de que o colonialismo português deveria ser necessariamente separado dos demais colonialismos europeus, considerando-os historicamente caracterizados e de algum modo antagônicos. Essa tese defendia que a especificidade portuguesa dar-se-ia pelo simples fato de que Portugal nunca teria tido colônias, no sentido que se percebia negativo do termo, e por conseqüência não seria colonialista. O propósito fundamental da ação lusa estaria alicerçado em uma natureza de caráter humanista, cristã, muito mais relevante do que os interesses pontuais vinculados, *stricto sensu*, à política ou à economia. Dessa forma, a tarefa precípua desempenhada pelos portugueses ao longo do tempo seria a promoção das novas populações a níveis mais elevados de civilização. Para o editorialista, claro estava que o colonialismo português tinha a ver com o processo de povoamento desencadeado a partir da conquista do Algarves e que se estendia, como uma unidade histórica, até o século XX, não guardando nenhuma relação com o movimento de dominação política e econômica européia no mundo do século XIX, este sim materialista e, por definição, imperialista.

Ao lado da particularização da posição portuguesa, o *Diário da Manhã* remetia a solução definitiva da questão das dependências lusas na África ao progresso possibilitado por uma comunidade lusófona em que o Brasil desempenharia um papel de excepcional relevo e nunca a uma resolução da questão na linha da descolonização pura e simples. Novamente o velho e inesgotável argumento das vantagens, nunca usufruídas, para o Brasil de uma Comunidade afro-luso-brasileira voltava à baila.³²⁷

Todavia, a nova ofensiva da diplomacia lusitana, ainda que com velhos argumentos, encontraria um Brasil singularmente diverso daquele que buscara orientar suas relações com o mundo pelos princípios da Política Externa Independente. O novo regime instalado pela força das armas romperia com tendências históricas da política externa brasileira, constituindo o governo do general Castello Branco (1964-1967) claro hiato em uma

³²⁶ No rumo da comunidade. *Diário da Manhã*, 17 ago. 1964. In: GRIECO, Donatello. *Comentário do Diário da Manhã ao discurso do presidente Castello Branco no Itamaraty*. Lisboa, 18 ago. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 463. p. 1.

³²⁷ *Ibid.*, p. 2.

trajetória na qual o nacionalismo se apropriava das variáveis externas como elemento catalisador do processo de desenvolvimento interno.³²⁸

Para Amado Cervo, o primeiro período de governo militar representou “um passo fora da cadência” na medida em que procurou realizar uma desconstrução profunda da experiência anterior, fazendo *tabula rasa* daquilo que se havia acumulado:

Ao assumir a presidência da República, em abril de 1964, o general Castello Branco juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram-se a dismantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente, tais como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil face à divisão bipolar do mundo e à hegemonia norte-americana sobre a América Latina.³²⁹

Assim, à Política Externa Independente sucederia a “interdependência” do general Castello Branco. Segundo o próprio presidente, a interdependência se justificaria, pois

no presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. [...] A independência é, portanto, um valor terminal. [...] No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental...³³⁰

A interdependência, portanto, elevaria a um patamar de destaque absoluto as questões afetas à segurança. Ou seja, a interdependência do bloco ocidental teria como contrapartida a “supressão das rígidas fronteiras nacionais” em nome da segurança coletiva.

³²⁸ “Como diretrizes da política externa do governo Castello Branco, pode-se identificar a dimensão hemisférica voltada aos Estados Unidos, uma abertura amplamente favorecida ao capital estrangeiro e a ênfase nas relações bilaterais. [...] Ao lado do bilateralismo, estão os conceitos de ocidentalismo e anticomunismo, defendidos ardorosamente num momento em que, passada a Crise dos Mísseis, de outubro de 1962, o confronto bipolar perdia intensidade...”. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 31.

³²⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 332.

³³⁰ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso no Itamaraty em 31 de julho de 1964. In: _____ *Discursos. A política externa da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968. p. 18-19.

Nesse contexto, qualquer movimento insurrecional que pretendesse uma alteração da ordem estabelecida pela aliança ocidental, ainda que de cunho não comunista, passava a ser encarado como facilitador da ação de Moscou, devendo arcar com o ônus dessa associação direta ou indireta. Nessa categoria enquadrar-se-iam os movimentos pela independência das nações coloniais africanas. Dessa forma,

[o] golpe de 31 de março de 1964 representou um momento capital na redefinição da tenra política africana do Brasil. As percepções que haviam sublinhado a inflexão brasileira para a África fundamentada na solidariedade aos povos recém-independentes, propalada pelas vozes dissidentes e renitentes no final da década de 1950 e nos governos Quadros e Goulart, tiveram que recuar diante do novo quadro político interno.³³¹

O conservadorismo extremado, a construção de uma doutrina de segurança nacional atrelada a uma bipolaridade cadente e a revalorização dos laços históricos com um Portugal decididamente colonialista possibilitaram que a diplomacia brasileira endossasse o renascimento do discurso sobre a Comunidade luso-brasileira.³³² Um discurso desprovido de uma efetiva substância que pudesse verdadeiramente impulsionar a ampliação da presença brasileira na África por força de toda sorte de obstáculos e procrastinações produzidos pelos próprios portugueses no sentido de inviabilizar, na prática, tal intento, ou ainda pela crônica anemia das relações econômicas entre os dois países.³³³

Dadas as possibilidades que se abriam na nova conjuntura política brasileira e por conta de sua participação em uma importante efeméride, a comemoração do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, o ministro Franco Nogueira entrevistou-se com o presidente Castello Branco e com o ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha, ocasião em que defendeu a viabilidade da Comunidade luso-brasileira. Entendendo ser a negociação

³³¹ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 97.

³³² Ibid., p. 98.

³³³ Em relatório de inspeção realizada no Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Lisboa (SEPRO), anotava o encarregado de aconselhar mudanças, no sentido do enxugamento da máquina administrativa do Itamaraty, ao ministro das Relações Exteriores: “[P]elo que pude observar, nos poucos dias que durou esta inspeção, o SEPRO de Lisboa pertence ao grupo daqueles cuja manutenção tanto pode ser aconselhada como desaconselhada. Se atentarmos apenas aos números do comércio entre os dois países – média, nestes últimos cinco anos, de três milhões e meio de dólares para as exportações brasileiras e de dois milhões para as exportações portuguesas – é claro que pode ser extinto; se o critério for outro, isto é, se pensarmos nas afinidades históricas e sobretudo nas possibilidades econômicas e até políticas de uma futura comunidade ou associação afro-luso-brasileira de nações livres, na qual o Brasil teria papel importante, é claro, então, que deve ser mantido.” FONSECA, L. A. Borges da. *Inspeção do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Lisboa*. Lisboa, 14 set. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, s/n. p. 1-2.

diplomática insuficiente, o ministro não teve dúvidas em utilizar os fartos espaços que a mídia amiga do governo salazarista lhe oferecia para, numa verdadeira ofensiva de comunicação direta, estimular o desenvolvimento e consolidação de uma opinião pública brasileira solidária a Portugal, ainda que por diversas vezes o conteúdo dessas matérias, visando o público em geral, não apresentasse nenhum conceito ou elemento prático de política externa que fosse inovador e significativamente proveitoso no contexto do relacionamento bilateral.³³⁴

Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, dizia o ministro Franco Nogueira que

quem ataca e pretende destruir valores e posições portuguesas está destruindo interesses brasileiros; e por isso se afigura lícito dizer que as verdadeiras fronteiras do Brasil e de Portugal, são [...] as que delimitarem a Comunidade Luso-Brasileira. [...] E de quanto precede haveremos de extrair várias importantes conclusões. Em primeiro lugar, não julgamos que a nossa posição seja puramente interesseira, no sentido egoísta de que solicitamos ao Brasil um esforço ou sacrifício para manutenção de interesses exclusivamente portugueses, ou de que tentamos captar e ligar ou amarrar o Brasil a uma política estreita, ultrapassada e que no fundo lhe seja prejudicial. Sentimos, ao contrário, que numa visão realista das coisas a Comunidade Luso-Brasileira beneficiaria igualmente as duas partes interessadas. Em segundo lugar, quando sem restrições colocamos tudo o que somos e temos à disposição do Brasil presumimos que igualmente o Brasil encarará sem restrições tudo o que somos e temos; porque uma política como a que sugerimos seria incompatível com quaisquer hesitações ou reservas por parte brasileira quanto a toda a nação portuguesa, ou com fórmulas alheias mais ou menos oportunistas que, no fundo, têm em vista a destruição daquelas mesmas posições portuguesas: e solicitamos com empenho aos nossos amigos brasileiros que acreditem que, uma vez destruídas, daquelas posições nada mais restaria para portugueses nem para brasileiros. Em terceiro lugar, não julgamos ser do interesse brasileiro nem conforme aos ideais do Brasil o sacrifício dos princípios de igualdade racial, de interpenetração de culturas, de harmonia social, de dignidade humana, de promoção econômica e política que estão na base da política portuguesa. Além do mais, seria um novo golpe profundo na civilização do mundo livre de que o Brasil é destacado e impulsionador.³³⁵

³³⁴ Segundo José Calvet de Magalhães, o ministro Franco Nogueira “em entrevista com o presidente Castello Branco e o chanceler Vasco Leitão da Cunha, procurou defender a posição de Portugal quanto ao desenvolvimento progressivo dos seus territórios e à viabilidade de uma política africana do Brasil no quadro da comunidade luso-brasileira. Ambos os estadistas brasileiros mostraram certa compreensão pela posição portuguesa, mas não assumiram compromisso algum sobre a atitude que o Brasil assumiria no futuro.” CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, op.cit., p. 303.

³³⁵ NOGUEIRA, Franco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1965. p. 4. Entrevista no Caderno Especial.

Ao repercutir as declarações do chanceler português no Rio de Janeiro, a revista *Política Externa Independente*, em entrevista com o professor Marvin Harris, questionou especialmente o conceito emitido por aquela autoridade acerca da comunidade luso-brasileira, considerando-se as conseqüências práticas para as relações internacionais do Brasil de integrar uma associação absolutamente fictícia, desigual e conflagrada belicamente em toda sua extensão. O acadêmico iniciou sua reflexão registrando o espanto por conta de

algumas das observações feitas pelo ministro do Exterior de Portugal, senhor Franco Nogueira, especialmente as observações relativas à identidade de fronteiras entre Brasil e Portugal. Gostaria de investigar quais serão as conseqüências, em termos realistas, decorrentes do fato de compartilhar fronteiras com Portugal na África, pois semelhante questão está longe de ser uma questão teórica. É uma questão de conseqüência prática imediata. [...] O convite que o ministro Nogueira está estendendo ao Brasil, para compartilhar territórios e fronteiras, nada mais é do que um convite para participar de três guerras. [...] É impossível ao Brasil estabelecer qualquer diálogo mais sério com os representantes de Portugal sem chamar a sua atenção para o fato de que Portugal é hoje o aliado principal na África da União Sul Africana. A proposta no sentido de que o Brasil venha a compartilhar com Portugal fronteiras e problemas comuns, equivale propor ao Brasil tornar-se outro importante aliado da União Sul Africana.

Nada poderia ser mais desastroso do ponto de vista moral, histórico, político e militar para o Brasil do que o celebrar uma aliança, por intermédio de Portugal, com a mais odiada de todas as nações da África, a União Sul Africana.³³⁶

As ações de política externa encetadas pelo Palácio das Necessidades só tornavam-se plenamente compreensíveis se relacionadas às tremendas dificuldades pelas quais passava Portugal. A situação era de tal ordem que os períodos alternavam-se sem apresentar sinais de qualquer distensão, variando apenas dentro do campo negativo da avaliação da opinião pública, ora com menor, ora com maior grau de pressão internacional.

Apesar da quase inexistente repercussão internacional sobre o caso, o governo português deu a mais ampla divulgação à nota oficial que distribuiu sobre a situação em Goa³³⁷ com a clara intenção de usar até o limite possível um fato em que apareceria como

³³⁶ HARRIS, Marvin. O Brasil e as colônias portuguesas na África. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, n. 3, jan. 1966. p. 198-202. Entrevista.

³³⁷ É digna de reflexão a forma irritadiça e pouco atenta ao protocolo utilizada em várias ocasiões pelo serviço diplomático português para com o brasileiro sempre que entendia não ser devidamente, e a tempo, atendido em seus pleitos. Haveria talvez um sentimento de amarga inconformidade com a perda de *status* da velha metrópole,

vítima do arbítrio e da violência patrocinados por um país do chamado Terceiro Mundo, procurando inverter, dessa forma, a lógica corrente que culpabilizava aprioristicamente a Europa por suas ações nos diversos quadrantes do mundo subdesenvolvido. Nessa nota, a Chancelaria lusa alinhava uma série de acusações ao governo da União Indiana, seja no tocante às medidas tomadas em relação aos goeses que pretendessem conservar a nacionalidade portuguesa, situação em que se previa legalmente até a possibilidade de confisco de suas propriedades, seja naquilo que era interpretado por Lisboa como atitude repressiva do governo local e mesmo patrocínio e/ou leniência em relação aos atos de terrorismo levados a cabo na antiga zona portuguesa.³³⁸

Se a questão de Goa se prestava ao defensivo arsenal verbal lusitano, a África era palco de concretas ações bélicas que cobravam um tributo crescente em baixas temporárias e permanentes. Comparando-se, a título de exemplo, o número de soldados feridos em combate, de maio de 1961 a julho de 1964, em um total de trezentos e quarenta e seis, e os soldados feridos somente em agosto de 1964, vinte e nove, verificar-se-ia uma curva ascendente nada tranqüilizadora para as forças armadas portuguesas.³³⁹

Em meio aos inúmeros reveses diplomáticos e militares que sofria sua política ultramarina, o governo português manobrava pacientemente para a formação de um esquema regional que servisse à defesa de seus territórios africanos, notadamente Moçambique e Angola.³⁴⁰ Nesse contexto, o problema da independência da Rodésia foi discutido com um destaque absolutamente extraordinário, produzindo manchetes diárias na imprensa

que se tornava menos relevante e influente ao longo da história na medida em que a antiga colônia sul-americana ganhava importância e ampliava sua área de atuação internacional, sendo necessário, ainda que a contragosto, a ela recorrer para tentar manter o pouco do ancestral império que lhe restava e ao qual se agarrava para exigir, em nome do passado, dado o seu lugar na constituição da sociedade brasileira, os créditos de sua obra. O Brasil, nessa perspectiva, observado com um misto de orgulho e inveja, seria sempre devedor em relação a Portugal por mais que se esforçasse em atendê-lo, pois seu papel fundador da sociedade brasileira não seria resgatável a nenhum título. Num desses casos, chama atenção a maneira incomum pela qual o governo português se reportou à embaixada do Brasil para reclamar dos serviços prestados à Lisboa, no caso Goa, pela representação do Brasil na Índia. Em ofício encaminhado ao ministro das Relações Exteriores, o embaixador Boulitreau queixava-se da situação: “Posso assegurar a Vossa Excelência não terem as autoridades competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal o devido reconhecimento ao governo brasileiro pelo exercício do encargo que voluntariamente assumimos. Mais de uma vez foram feitas a membros desta embaixada observações pouco simpáticas à maneira conciliatória (pasmem Vossa Excelência) com que a Missão em Nova Delhi gere os assuntos portugueses. A uma dessas observações, teve o funcionário brasileiro que a ouviu de retorquir lembrando a seu interlocutor que a embaixada em Nova Delhi representa, em primeiro lugar, o Brasil e só subsidiariamente Portugal, sendo normais nossas relações com a União Indiana.” FRAGOSO, A. Boulitreau. *Informações de caráter político e econômico*. Lisboa, 03 jun. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 342. p. 3-4.

³³⁸ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal. Setembro de 1964*. Lisboa, 14 out. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 582. p.5.

³³⁹ *Ibid.*, p. 6.

³⁴⁰ O Malawi também foi cortejado pelos portugueses, chegando mesmo a votar favoravelmente à Lisboa em diversas ocasiões na ONU para a formação deste dispositivo regional, dada a sua boa relação com a Rodésia e a África do Sul e ainda por sua especial localização estratégica.

portuguesa. O líder rodesiano branco, Ian Smith, visitou Lisboa, sendo recebido com toda a atenção pelo professor Oliveira Salazar, em movimento que asseguraria a aliança com o território segregacionista, já em sua trajetória autônoma. No tocante à África do Sul, prosseguia a todo pano a política de aproximação. O ministro dos Negócios Estrangeiros desse país realizaria, em outubro de 1964, viagem a Portugal, durante a qual seriam assinados quatro acordos de cooperação econômica. O ministro, após ser recebido por Salazar, declarou aos meios de comunicação que os sul-africanos seguiam os passos dos portugueses com a firme determinação de manter na África a civilização ocidental.³⁴¹

Por sua vez, o comandante da região militar de Moçambique, general Caeiro Carrasco, foi a Pretória a fim de retribuir a visita do comandante das forças sul-africanas. Durante sua visita, declarou o general Carrasco que a África do Sul se tornaria dentro em breve uma das mais fortes potências militares do mundo e uma garantia de estabilidade no sul da África.

Assim, Portugal mergulhava em um oceano de contradições, ora fundamentando seu discurso na defesa de uma sociedade multirracial, ora apoiando-se em uma África do Sul assumidamente racista, não se constringendo ainda de estimular os propósitos de Ian Smith, que havia definido ser sua principal tarefa não permitir que os brancos perdessem o controle da Rodésia, embora contassem à época não mais de duzentos e vinte mil indivíduos contra praticamente quatro milhões de negros.³⁴² Deve-se, de toda sorte, relativizar esta contradição discursiva lusitana naquilo que dizia respeito à valorização da obra civilizacional constituída pelo branco europeu no mundo, na medida em que ela se coadunava à perfeição com o estatuto da supremacia branca defendido institucionalmente pela África do Sul, pois referia-se a um eurocentrismo, partilhado por ambos os governos, que desconhecia e desqualificava os saberes, as culturas, as civilizações, enfim, elaboradas em uma África de humanidade multimilenar.

A necessidade de assumir publicamente a defesa de posições portuguesas, já então vistas por muitos como anacrônicas e pouco coerentes, levou o ditador lusitano a uma exposição incomum em sua longa presença na vida pública, principalmente junto à mídia europeia e norte-americana. Em entrevista concedida ao jornal *L'Aurore*, de Paris, Salazar tratou de vários temas de política interna e externa, sendo a situação das dependências africanas de Portugal, como sempre, o eixo central da matéria. Depois de declarar que a

³⁴¹ GRIECO, Donatello. *Relatório sobre assuntos ultramarinos. Outubro de 1964*. Lisboa, 11 nov. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 654. p. 4-5.

³⁴² Id.

independência havia sido catastrófica para a África, afirmou o presidente do conselho que “o erro foi julgar-se que por toda a parte na África os africanos estavam preparados para substituir os brancos.”³⁴³ Tal argumentação, repetida em vários momentos, expunha de maneira meridiana que a aliança com o poder branco africano não era tão extemporânea, tanto ideologicamente, quanto naquilo que se referia às finalidades essenciais da política externa portuguesa, como muitos afirmavam e desejavam ser.

Inusitado e inesperado, como a sublinhar as dificuldades do relacionamento português com o mundo, principalmente para um país de população tão profundamente católica e uma elite dirigente fortemente ancorada em tradicional relação com a Igreja romana, foi o contencioso aberto nas relações entre Lisboa e a Santa Sé. O desconforto nessas relações já havia se expressado pela surpreendente censura lusitana às encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, que tratavam das questões da paz e da justiça social nos marcos do *aggiornamento* proposto pelo Papa João XXIII. Surpreendente também era a forma do encaminhamento dado ao problema pelas autoridades lusitanas, pois, a partir do início dos anos 1960, passaram a não mais ocultar as queixas contra procedimentos do Vaticano em relação a Portugal, seja em atos que diretamente envolviam o prestígio português, como quando da substituição do patriarca das Índias, seja por manifestações abstencionistas, como quando o representante da Santa Sé se esquivou de votar a favor de Lisboa no momento em que o bloco de delegados afro-asiáticos solicitou a expulsão de Portugal dos trabalhos técnicos preparatórios à Conferência Internacional de Educação.

A Chancelaria portuguesa, por um certo tempo, preferiu acusar a cúria romana pelas manobras entendidas como anti-lusitanas. Todavia, o anúncio, em outubro de 1964, de que o Sumo Pontífice compareceria ao Congresso Eucarístico em Bombaim³⁴⁴ fez o governo português tomar a decisão audaciosa de acusar de público e nominalmente o papa Paulo VI, com tal viagem à União Indiana, de “agravo gratuito, no duplo sentido de que é inútil e de que é injusto, praticado pelo chefe do catolicismo, em relação a uma nação católica.”³⁴⁵ A acusação de agravo derivava, naturalmente, de uma consideração de ordem política: a ocupação militar, em dezembro de 1961, pela União Indiana, dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu.

Coube ao ministro Franco Nogueira formulá-la, em sua habitual conferência de imprensa. O duro pronunciamento do ministro foi o resultado de um processo de reflexão

³⁴³ Ibid., p. 3.

³⁴⁴ Atualmente Mumbai.

³⁴⁵ GRIECO, Donatello. *Relatório mensal. Outubro de 1964*. Lisboa, 11 nov. 1964. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 653. p. 2.

iniciado em reunião anterior do governo em que Salazar teria mesmo chegado a pretender ameaçar a Santa Sé de ruptura da concordata existente entre os dois Estados, bem como da retirada do embaixador português junto ao Vaticano.³⁴⁶

A manifestação do ministro dos Negócios Estrangeiros já significava, portanto, uma atenuação da posição radical que o presidente do Conselho gostaria de ter assumido no primeiro momento. Ainda assim, a opinião pública, extremamente católica, sofreu um choque com discurso tão áspero e direto, não produzindo qualquer ação de apoio ao protesto governamental. Respondendo ao governo, o jornal *Novidades*, órgão do patriarcado de Lisboa, ou seja, porta-voz do influente cardeal Cerejeira, elaborou editorial, logo em seguida proibido por completo pelos serviços de censura do Estado, no qual dizia ser a viagem do papa Paulo VI a Bombaim uma imitação do

exemplo do apóstolo Paulo, de quem tomou o nome, e o mesmo caminho de São Francisco Xavier, apóstolo do Oriente. Não se veja portanto nessa viagem pontifícia qualquer outra finalidade, sobretudo de caráter político. A questão de Goa não entra no programa do Congresso Eucarístico, nem quaisquer contatos do papa com o governo indiano estão previstos. O papa não vai a União Indiana, vai ao Congresso Eucarístico Internacional que, não ele, mas a respectiva comissão superior, antes dos acontecimentos de Goa, marcou.³⁴⁷

A partir de então, nada se publicou em Portugal sobre o assunto, denotando a continuidade do incômodo nas relações do Estado com a Igreja romana.³⁴⁸

O ano de 1964 encerrar-se-ia sem que os principais pontos nevrálgicos da política interna e externa portuguesa tivessem conhecido sequer um início de solução. Na frente interna, agravadas as perspectivas inflacionárias – a ponto de, pela primeira vez, em três décadas, serem confessadas pelo governo –, não deixaram de manifestar-se, ainda que em iniciativas esparsas, os sintomas de recrudescimento de uma certa fermentação social e

³⁴⁶ Ibid., p. 2-3.

³⁴⁷ Ibid., p. 4-5.

³⁴⁸ O desconforto nas relações entre Portugal e a Santa Sé prolongar-se-ia de maneira mais aguda até a visita de Paulo VI, primeira de um papa em solo lusitano, na condição particular de peregrino às comemorações do cinquentenário das aparições de Fátima. Apesar do caráter eminentemente religioso da viagem, não se pode deixar de anotar suas repercussões políticas. Se o governo de Lisboa, em 1964, considerou uma ofensa aos sentimentos portugueses a presença papal em uma Índia percebida como agressora, de outro modo, a peregrinação a Fátima foi avaliada como uma espécie de compensação política e moral, ainda que persistissem dificuldades de compreensão entre os interlocutores de ambos os lados. *Relatório político mensal. Maio de 1967*. Lisboa, 21 jun. 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 461. p. 1-2.

política, principalmente nas camadas populares dos meios urbano e rural, sem citar as dificuldades crescentes a afligir as camadas médias da população.

A grande dúvida a ampliar a tensão social e a instabilidade política podia ser sintetizada na pergunta que todos se faziam: e depois de Salazar? Além de Salazar, ninguém falava do futuro político do país, a não ser para requestrar os postulados ideológicos da União Nacional. Quanto à política internacional, muito se falava nos jornais e nos programas de televisão, principalmente pelas constantes aparições televisivas do ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, a fazer do único canal do país significativo instrumento de propaganda e contra-propaganda. Nenhuma alteração decisiva ocorrera no plano interno ou externo. Salazar deixou que transcorresse mais um ano sem avançar na sua própria sucessão ou no encaminhamento de solução definitiva para a questão do Ultramar. Poderia ter escrito na página de 31 de dezembro de 1964 a mesma anotação que Luis XVI inscrevera no seu diário em 14 de julho de 1789: *Rien*.

Atendendo a convite do governo português, renovado algumas vezes pela Chancelaria lusitana, embarcou o embaixador do Brasil, Boulitreau Fragoso, acompanhado do cônsul, Joayrton Martins Cahú, em viagem a Angola e Moçambique. Apesar de realizada no período de 3 a 28 de junho de 1965, os dados utilizados pelo embaixador para embasar a sua positiva visão dos territórios africanos – “[i]ndubitavelmente, Angola e Moçambique apresentam grande surto de progresso”³⁴⁹ – foram retirados, curiosamente, de uma separata da revista *Ultramar*, números 13/14 de 1963, intitulada *Situação econômica de Angola no ano de 1962*, de autoria de Luiz Filipe de Oliveira e Castro.³⁵⁰ Para o embaixador, a vigorosa recuperação das colônias advinha das novas medidas tomadas pela metrópole e implementadas pela força da dinâmica administrativa do ministro Adriano Moreira: concentração de poderes, revisão da infra-estrutura de serviços de saúde e educação, abertura de estradas. Entretanto, ainda de acordo com o embaixador Boulitreau Fragoso, a capacidade de reverter uma situação que se afigurava tão desfavorável em solo africano devia-se, principalmente, em última análise, à incomparável obra desenvolvida pelos portugueses nos trópicos,

³⁴⁹ FRAGOSO, A. Boulitreau. *Viagem às Províncias Ultramarinas portuguesas de Angola e Moçambique*. Lisboa, 27 jul. 1965. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. *Ofícios*, Confidencial, n. 340. p. 1.

³⁵⁰ *Ibid.*, p. 1-23.

ao seu gênio assimilador, à sua capacidade de adaptação, não criando, pelo que hoje se convencionou chamar etnocentrismo, os óbices raciais que a superioridade ostensiva alenta, através de ódios recalcados e desejos de desforra sopitados. Em Angola, mais do que em Moçambique, certamente, a explosão veio de fora e não encontrou a receptividade desejada por falta de motivação real. Em primeiro lugar, os focos irredentistas acesos pela U.P.A.³⁵¹, de caráter pura e egoisticamente racial e quase tribal, não podiam encontrar consonância fácil pela própria rivalidade existente entre os diversos grupos étnicos autóctones. [...] Muitos nativos mostraram-se mesmo de uma devoção e fidelidade inexcedíveis, cujo exemplo, os portugueses, mui reconhecidamente, não se cansam de enaltecer.³⁵²

Não era de surpreender que Lisboa fizesse tanta questão da presença de jornalistas, políticos e diplomatas brasileiros em suas dependências africanas. O mesmo discurso de décadas era repetido *ad infinitum*: a capacidade de assimilação, a adaptação sem racismo, o apego dos nativos a uma colonização benevolente atacada pelos interesses egoístas das rivalidades tribais e pela ação de movimentos sediciosos vindos de fora. Concluindo seu relatório, de maneira afinada com a nova orientação do Itamaraty para a questão da África lusófona, e do alto de uma percepção de superioridade cultural do homem branco, tão comum à elite brasileira, avaliava o embaixador que

[n]ão somos, nunca fomos partidários, nem da absoluta indiferença brasileira, que por muito tempo caracterizou nossa atitude internacional, em relação ao Ultramar português, nem da nossa animosidade contra Portugal, a qual infelizmente, marcou um momento insensato da nossa política exterior. Temos a obrigação de estar atentos à evolução do problema; [...] sem pruridos visionários de *Terceira Força*, ou qualquer nome que a demagogia lhe queira dar. E sem argumentos de falso atavismo africano, de nostalgia africana, em dado tempo, muito em moda. Há, obviamente, afinidades do Brasil para com a África negra, naquilo que o preto contribuiu para a sua formação étnica, contribuição menor do que a do português, sem dúvida, e, daqui um pouco, menor do que a do italiano.³⁵³

A reconsideração do problema colonial luso na África, sob uma perspectiva de questionável valorização da presença branca frente aos demais componentes étnicos locais, ecoando de maneira descontextualizada e politicamente instrumentalizada o pensamento freyriano, expressou a forma renitentemente conservadora pela qual o governo Castello

³⁵¹ A União das Populações de Angola era um movimento então liderado por Holden Roberto.

³⁵² FRAGOSO, A. Boulitreau, op.cit., p. 5.

³⁵³ Ibid., p. 21-22.

Branco retomava a tradicional aliança com os portugueses, mesmo que em um tempo de novas preocupações, notadamente aquelas afetas à segurança nacional.³⁵⁴

Em despacho confidencial, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores informava detalhadamente a embaixada do Brasil em Lisboa sobre as posições assumidas pelo país na XX Assembléia Geral da ONU em relação aos territórios portugueses na África. O relatório intitulado *A questão dos territórios portugueses na XX Assembléia Geral* iniciava sua avaliação dos trabalhos desenvolvidos em Nova York pelo projeto de resolução apresentado pelo grupo afro-asiático sobre a questão da Rodésia, em cujo parágrafo quarto afirmava que a crescente colaboração entre as autoridades da Rodésia, África do Sul e das colônias portuguesas destinava-se a perpetuar o domínio da minoria racista no sudoeste da África, constituindo-se, dessa forma, em ameaça à liberdade, à paz e à segurança do continente. O representante brasileiro foi instruído a se abster na votação, apesar de o Brasil condenar a situação racial na Rodésia unicamente pela “referência aos territórios portugueses, constante da parte preambular da referida resolução.”³⁵⁵ Em seguida, passava o relatório a analisar o projeto de resolução relativo à questão dos territórios portugueses, co-patrocinado por treze países afro-asiáticos. O documento, após elencar uma série de resoluções condenatórias a Portugal, concitava os Estados membros a adotarem, entre outras, as seguintes medidas, individual ou coletivamente:

- a) romper relações diplomáticas e consulares com o governo de Portugal ou abster-se de estabelecer tais relações;
- b) fechar os portos a todos os navios sob bandeira portuguesa ou a serviço de Portugal;
- c) proibir seus navios de entrar em quaisquer postos portugueses ou de territórios coloniais portugueses;
- d) recusar pouso e facilidade de trânsito a qualquer aeronave que pertença ou esteja a serviço de Portugal.³⁵⁶

³⁵⁴ Como a testemunhar a satisfação e a gratidão do governo de Lisboa com a mudança do discurso brasileiro pós-1964, ao concluir seu governo, realizou o marechal Castello Branco viagem particular a Portugal em maio de 1967, sendo recebido com grandes homenagens pelas autoridades locais. O chefe do governo recebeu-o em audiência particular. O presidente da República e o embaixador do Brasil ofereceram-lhe almoços e o ministro dos Negócios Estrangeiros, um banquete no Palácio das Necessidades. Essas homenagens foram-lhe concedidas não apenas na qualidade de ex-chefe de Estado, mas, principalmente, ao que considerava o governo português, como homem de Estado que havia devolvido à normalidade as relações luso-brasileiras, dando-lhes um novo rumo e intensificando seu dinamismo. *Relatório político mensal. Maio de 1967*, p. 2-3.

³⁵⁵ *A questão dos territórios portugueses na XX Assembléia Geral das Nações Unidas. IV Comissão*. Rio de Janeiro, 04 fev. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 135. p. 1.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 4.

A delegação brasileira, para a qual apenas uma citação indesejada, ainda que sutil, a Portugal justificava a abstenção ou a oposição, definiu-se contra o projeto fazendo declaração de voto em separado, na qual afirmava, contudo, estar empenhada na efetivação dos princípios da Carta e das pertinentes resoluções da Assembléia Geral sobre a descolonização. Em um elogio à contradição, afirmava que o princípio da autodeterminação era uma das pedras angulares da política externa brasileira, e o anticolonialismo professado pelo país tinha raízes profundas na sua própria história colonial decorrida entre os séculos XVI e XIX. Entretanto,

[à] vista das sanções estipuladas no parágrafo operativo 7, a delegação do Brasil é forçada a votar contra o projeto de resolução. Efetivamente apoiamos o movimento anticolonial, mas acreditamos que é dever da Organização e de cada Estado-membro não recorrer a medidas radicais, que somente serviriam para aumentar as tensões e bloquear o caminho para a solução pacífica de problemas coloniais.³⁵⁷

O resultado da votação no plenário da Assembléia Geral foi de 66 votos a favor, 25 contra e 16 abstenções. Votaram contra, além do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Peru, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Itália, Luxemburgo, Países-Baixos, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos.³⁵⁸ Como sempre, a ação diplomática brasileira colocava um grande número de latino-americanos a serviço dos interesses salazaristas, ainda que a custo político cada vez mais alto.³⁵⁹ Já em Portugal, os votos brasileiros tiveram, como é óbvio, excelente repercussão na mídia e no governo.

Nessa nova fase de estreitamento de relações entre Brasília e Lisboa, foram ultimados por grupo de trabalho binacional os estudos sobre o intercâmbio comercial Brasil-Portugal, concluindo-se pela conveniência de denúncia dos Acordos de Comércio e de Pagamentos datado dos anos 1940. Tais instrumentos seriam substituídos por um novo Acordo de Comércio e uma Declaração de Metas Econômicas e Comerciais.

Inicialmente, foi sugerido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que as conversações para a assinatura daqueles documentos tivessem início em 18 de julho de 1966,

³⁵⁷ Ibid., p. 9.

³⁵⁸ Resolução 2107, aprovada em 21 de dezembro de 1965.

³⁵⁹ Id.

no Rio de Janeiro. Não obstante, diante da preferência manifestada pelo Itamaraty, foi o local dos trabalhos transferido para Lisboa, procurando-se realizar o encontro das duas delegações no mais breve prazo possível, a fim de que os respectivos projetos pudessem ser discutidos a tempo de serem preparados os novos textos para assinatura, por ocasião da visita a Lisboa, nos primeiros dias de setembro, do ministro Juracy Magalhães.

Entre os pontos julgados fundamentais pelo Itamaraty, nas disposições do novo acordo, estava a inclusão de uma cláusula prevendo a reserva de mercado para empresas de ambos os países na realização dos transportes marítimos entre os dois territórios, ponto este que, desde os entendimentos preliminares entre os governos, tornou-se a causa de um impasse.³⁶⁰

Mantiveram-se as autoridades portuguesas firmes no seu ponto de vista de que tal cláusula não deveria ser incluída no acordo, alegando:

- a) compromissos assumidos nas organizações internacionais, nomeadamente a OCDE, pelos quais Portugal se comprometeu a procurar excluir a cláusula quando da revisão do Acordo;
- b) constituir obstáculo ao desenvolvimento do intercâmbio comercial e econômico, dada a inexistência de linha de navegação portuguesa e deficiência da linha de navegação brasileira para Portugal;
- c) ser conveniente, para favorecer a rápida expansão desse comércio, que se permitisse a maior liberdade possível na escolha dos meios de transporte pelos empresários de ambos os países.³⁶¹

Por parte da Secretaria de Estado do Itamaraty, foram invocados os seguintes argumentos em favor da cláusula marítima:

- a) O Brasil tem uma política de nacionalização dos transportes marítimos de que não pode abrir mão;
- b) A cláusula marítima não constituiria obstáculo ao desenvolvimento do intercâmbio, mesmo porque seu objetivo precípua é fomentá-lo e discipliná-lo, obstando a uma indevida evasão de divisas, com os fretes;
- c) O Lóide Brasileiro se comprometia a empregar quatro navios por mês na linha em discussão para dar cumprimento à cláusula da reserva de mercado;

³⁶⁰ *Mês econômico n. 6. Julho de 1966.* Lisboa, 10 ago. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 60, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 533. p. 1-2.

³⁶¹ Id.

- d) Quanto aos compromissos de Portugal com a OCDE, declarou o Itamaraty acreditar que se referiam a novos acordos, e não a este caso em particular, por tratar-se da manutenção de regime vigente desde 1947.³⁶²

Já nos últimos dias do mês de julho, por ocasião da ida a Lisboa do embaixador Manuel Pio Correa, foi o assunto novamente debatido com os altos funcionários da Chancelaria portuguesa e com o ministro Franco Nogueira, insistindo o diplomata brasileiro, secretário geral de política exterior, em dois argumentos básicos:

- 1) Que não se compreenderia, dentro de concepção tendente a uma economia comunitária, abrir mão em favor de terceiros do item dos fretes;
- 2) Que, na ausência de uma cláusula de reserva de bandeira, fortes interesses criados em Portugal impediriam efetivamente que a bandeira brasileira se beneficiasse com qualquer parte dos fretes, qualquer que fosse a pontualidade, freqüência, e eficiência dos serviços oferecidos pela mesma bandeira.³⁶³

Dada a insistência do Itamaraty, prontificou-se o ministro português a reexaminar a questão à luz da argumentação brasileira, embora reforçando os aspectos, a seu ver negativos, da inclusão da cláusula no acordo, levantando como novo ponto crítico as objeções que surgiriam por parte de outros ministérios, que alegariam existir a possibilidade de que fosse reaberto, nas conferências marítimas, o problema, delicado e vital para Portugal, das comunicações com as colônias africanas, consideradas pelos portugueses como linhas de cabotagem, atitude que era objeto de protesto por terceiros países, que definiam tal caracterização como uma discriminação de bandeira.

Finalmente, reuniram-se em Lisboa, de 1º a 5 de agosto de 1966, as delegações brasileira e portuguesa, chefiadas, respectivamente, pelos embaixadores Paulo Leão de Moura e José Tomás Cabral Calvet de Magalhães, a fim de negociarem os dispositivos que, denunciados o Acordo Comercial de 9 de novembro de 1949 e o Convênio de Pagamentos da mesma data, regulariam as relações comerciais e econômicas entre Brasil e Portugal.

Ao final das conversações, foram aprovados e rubricados, para assinatura no mês de setembro pelos dois chanceleres, os seguintes textos:

- a) Projeto de Acordo de Comércio;
- b) Projeto de Acordo Básico de Cooperação Técnica;

³⁶² Ibid., p. 3.

³⁶³ Ibid., p. 3-4.

- c) Projeto de Acordo, por troca de notas, revogando os Acordos Comerciais anteriores e pondo em aplicação provisória as disposições do novo Acordo de Comércio;
- d) Projeto de Acordo, por trocas de notas, sobre transporte marítimo de mercadorias; e
- e) Projeto de Declaração sobre Cooperação Econômica entre o Brasil e Portugal.³⁶⁴

Mesmo nessa fase decisiva das negociações, o ponto nevrálgico foi o referente à cláusula marítima. Chegou-se a um acordo intermediário em face das posições iniciais, retirando-se o dispositivo sobre o assunto do corpo do Acordo de Comércio e colocando-o em projeto que seria objeto de notas a serem trocadas por ocasião da assinatura dos demais documentos. Ficou acordado que o transporte marítimo das mercadorias a serem transacionadas entre os dois países seria reservado em caráter preferencial a navios de bandeira brasileira e portuguesa em partes iguais e, na impossibilidade de ser efetuado pelas embarcações de um dos dois países o transporte da parte da carga que lhe cabia, poderia o mesmo ser realizado por barcos de outras nacionalidades.

O Acordo de Comércio contemplou também a adoção de um regime de pagamentos em moeda livre, a consagração da idéia da concessão de zonas francas a serem estabelecidas nos territórios portugueses e brasileiro³⁶⁵ e a decisão de ambos os governos de dar todas as facilidades para a celebração de acordos de complementação industrial entre as empresas dos dois países.

Foram discutidos ainda pelas duas delegações alguns pontos específicos de interesse para um incremento imediato do intercâmbio, ligados ao tratamento aduaneiro e à elevação de categoria de algumas mercadorias portuguesas, sendo igualmente mencionada a questão da cobrança, por parte de Brasil, dos emolumentos consulares a uma taxa bastante superior à paridade escudo-dólar.

Outrossim, a delegação comercial do Brasil propôs a constituição de um fundo, integralizado com recursos nacionais próprios, para financiar investimentos industriais

³⁶⁴ *Mês econômico n. 7. Agosto de 1966.* Lisboa, 06 set. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 60, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 584. p. 1.

³⁶⁵ Se no artigo 5 do Acordo de Comércio, pela primeira vez, Portugal aceitou incluir suas dependências coloniais em documento legal celebrado com o Brasil, também é fato que essa possibilidade não prosperou concretamente.

brasileiros e luso-brasileiros em território português, com vistas à dinamização das relações econômicas entre os dois países.³⁶⁶

Apesar da assinatura de um significativo conjunto de acordos, os mais importantes desde 1953, e da opinião do ministro Juracy Magalhães de que se fazia uma verdadeira revolução nas relações entre o Brasil e Portugal, o certo é que, quase dois anos passados, apenas o Acordo de Cooperação Técnica havia sido ratificado. Os acordos Cultural e de Comércio esperavam as ratificações legislativas competentes³⁶⁷ e já se percebia que boa parte do que se assinara dificilmente seria implementado por faltar vontade política, recursos humanos e financeiros, bem como um ambiente de negócios pouco atrativo em Portugal, por conta tanto do sorvedouro em que se ia progressivamente transformando a guerra, quanto pela permanente intervenção estatal na economia, arbitrando seguidamente os impasses econômicos e empresariais com base em critérios de interesse político.

Em Portugal, após anos de fermentação social, vivia-se um tempo expectante. A guerra colonial amortecera o ímpeto mudancista anteriormente vivido, provocando um refluxo do processo de questionamento à inadequação do regime e de suas ultrapassadas lideranças políticas. Salazar, cujos sinais de declínio físico ficavam cada vez mais evidentes, era alvo de tais manifestações e homenagens do círculo oficial do poder que fariam supor, ao observador ligeiro da vida portuguesa, um destino pessoal e público de tranquilidade, cercado pela admiração quase unânime dos seus concidadãos, sendo capaz de organizar e dirigir uma transição administrativa geracional organizada nos marcos do regime.

Nessa quadra da vida portuguesa, havia um claro empenho do aparelho de Estado, em evidente manobra diversionista, de supervalorizar fatos e situações aparentemente menos importantes do cotidiano, fazendo com que ganhassem espaço na imprensa como a garantir uma continuidade natural do *status quo* administrativo sem solavancos e surpresas não desejadas, desviando a atenção da opinião pública dos temas menos palatáveis. Dessa forma, enquanto se tornava crônica a guerra africana e os ataques a Portugal nos foros multilaterais cresciam incessantemente, uma espécie de esquizofrenia induzida pelo poder central transformava a inauguração da ponte sobre o rio Tejo no tema mais importante do mês de agosto de 1966. Os festejos públicos representaram o coroamento de longa e hábil campanha publicitária que, num crescendo, acompanhou a fase final da construção da obra. A nota dominante dessa campanha foi a preocupação em integrar a obra de engenharia no plano geral

³⁶⁶ *Mês econômico n. 7...*, p. 2-3.

³⁶⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes, op. cit., p.120.

de realizações do governo e de erigir a sua inauguração em ponto alto das comemorações do quadragésimo aniversário da Revolução Nacional.³⁶⁸

Muita ênfase foi dada ao fato de representar a ponte o resultado da décima tentativa de ligarem-se, à altura de Lisboa, as duas margens do rio, velha aspiração que, segundo a propaganda oficial, só pôde ser realizada graças à boa ordem imprimida às finanças do Estado e à sabedoria com que, sem quaisquer outras implicações, fora negociada a participação de capitais estrangeiros no empreendimento. A publicidade governamental, dentro, aliás, das linhas mestras da política salazarista, timbrou em colocar em relevo que tal participação estrangeira não teve o mais leve sentido de ajuda, mas antes o de uma transação da maior rentabilidade para os capitais movimentados.

Recordou-se igualmente que, apesar de ser a ligação um sonho velho de muitos anos, sua realização dependera de condições entre as quais se incluíam “um comando eficiente, continuidade na ação, confiança e dinheiro.”³⁶⁹

Em seu editorial do dia da inauguração, 6 de agosto, escreveu o *Diário da Manhã*, órgão do partido governista:

A ponte é a expressão dum país que revive e renova nas artérias do seu espaço a circulação do sangue. É a consagração materialmente maior, até agora, do Homem cuja inteligência, atividade e sacrifício integral da vida se devem as possibilidades desse renascimento. E é, também, na homenagem, identificação com a vontade de Salazar. A ponte é um caminho. Significa: prosseguir.³⁷⁰

Quanto ao nome da ponte – Salazar –, foi guardado em sigilo até pouquíssimos dias antes da inauguração. Embora se fizessem conjecturas e muito se especulasse a respeito, a certeza só transpirou quando, por um aparente lapso, melhor explicado pelo oportunismo político do que pela psicologia, o noticiário filatélico divulgou a reprodução dos quatro selos da série comemorativa ao evento.

Sendo um acontecimento de caráter eminentemente interno, o governo teve a habilidade de imprimir-lhe ressonância internacional. Centenas de convidados de vários países e representantes das comunidades portuguesas vieram participar das celebrações que se

³⁶⁸ *Relatório político. Agosto de 1966*. Lisboa, 09 set. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 60, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 613. p. 1.

³⁶⁹ Id.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 2.

estenderam por uma semana. Os convites dirigiram-se especialmente a jornalistas e pessoas que tivessem qualquer parcela de responsabilidade na formação de opinião. Vários governos estiveram representados por delegações de alto nível, como a Espanha, o Brasil e a Áustria.

Salazar, que no ato inaugural fez sua primeira aparição após acidente caseiro, foi louvado como o verdadeiro herói do dia. Embora tivesse tocado à chefia de Estado o discurso oficial de entrega da obra ao público, foi o presidente do Conselho alvo maior das homenagens gerais e dos elogios dos visitantes estrangeiros.³⁷¹

Digno de menção foi o comparecimento da hierarquia eclesiástica após as desavenças com o Vaticano e com prelados da própria Igreja romana em Portugal. Na homilia que proferiu durante a missa, teve o cardeal primaz, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, palavras de exaltação ao homem que encarnava o regime vigente. À certa altura, afirmou: “A glória desta ponte não pertence à matéria de que foi feita, mas ao homem, imagem de Deus: ao homem que a construiu, ao homem que a dirigiu, ao homem que a pensou, ao homem que a decretou.”³⁷²

Plenamente recuperado, voltou o presidente do Conselho à sua permanente cruzada, visando moldar a opinião pública internacional aos conceitos mais caros esposados pelo governo português em política externa, notadamente àqueles que se referiam à África. Em entrevista concedida ao semanário parisiense *Aspects de France*, ressaltou seus pontos de vista a respeito das novas nações africanas, inclusive prevendo na região um período de anarquia, pois, carente de quadros, os países independentes estariam sendo subadministrados.³⁷³ Já o lisboeta *Diário de Notícias* veiculou suas declarações interpretando-as sob o ângulo da condenação à política dos Estados Unidos para a África.

O episódio deixou patente mais uma vez a posição do governo português em face do governo estadunidense, visto como aliado na Europa e adversário no ultramar. Condenando vigorosamente a política americana com relação à África, afirmou o dirigente luso que ela “parte do desconhecimento das realidades e tende a realizar objetivos impossíveis: fazer com que os negros se governem a si próprios, quando, na realidade, são antes abandonados à sua sorte.”³⁷⁴ Era esse desconhecimento e quase descaso dos americanos que, na perspectiva portuguesa, agravava as divergências entre Lisboa e Washington. Item freqüente na lista de temas em que não havia coincidência de opiniões entre os dois países

³⁷¹ Ibid., p. 3.

³⁷² Id.

³⁷³ Ibid., p. 4.

³⁷⁴ Id.

durante certo tempo era o relativo ao problema da validade do mandato de administração do Sudoeste Africano, conferido pela antiga Sociedade das Nações à então União Sul-Africana.

Havia causado forte preocupação no Palácio das Necessidades um telegrama distribuído pela agência de notícias ANI, oriundo de Nova York, no qual o chefe da missão permanente dos Estados Unidos da América junto às Nações Unidas manifestou-se no sentido de que a África do Sul perdera o direito ao mandato de que fora investida pela Sociedade das Nações e que, por isso, a administração do Sudoeste Africano deveria passar à responsabilidade exclusiva da Organização Mundial.³⁷⁵

Refletindo um claro sentimento de alívio no governo, as manchetes da maioria dos jornais portugueses deram grande destaque à decisão da Corte Internacional de Justiça, a qual, baseada em razões de ordem adjetiva e sem se pronunciar sobre o mérito da questão, redundou em manter o mandato da República da África do Sul sobre o território vizinho. Tal decisão agradou sobremaneira aos operadores da política exterior lusitana, pois reforçava logisticamente a sua posição no ultramar e impedia que a ONU, vista como instituição dominada pelos adversários de Lisboa, administrasse importante fronteira das possessões africanas.

O Brasil, chamado a se pronunciar sobre a questão do Sudoeste Africano, adotou uma posição que remetia às tradições de apego às tecnicidades jurídicas, tão caras a personalidades influentes do passado como Vicente Ráo e Raul Fernandes, ao mesmo tempo em que satisfazia aos portugueses. Defendia o Itamaraty que a solução para o problema deveria ser de natureza jurídica, admitindo-se inclusive o envio do assunto para reexame por parte da Corte Internacional de Justiça, se não estivessem esgotadas todas as possibilidades de recursos àquele tribunal.³⁷⁶ O cuidadoso encaminhamento do problema da África Austral se, por um lado, deixava claro o permanente viés de preocupação do Brasil com os interesses lusitanos naquela região, por outro lado demonstrava o quanto a política externa brasileira para aquele continente havia se transformado. De acordo com os novos cânones,

[o] Atlântico em que o Brasil deveria concentrar sua atenção não era o da África negra, como fora no período de Quadros e Goulart [...]. O novo

³⁷⁵ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Mandato da República da África do Sul sobre o sudoeste africano*. Lisboa, 19 out. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 702. p. 1-2.

³⁷⁶ *Mandato da República da África do Sul sobre o Sudoeste Africano*. Rio de Janeiro, 31 out. 1966. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 1617. p. 2.

enfoque regional seria para o Atlântico branco, especialmente aquele que o Brasil já conhecia e o qual tinha antigos entrelaçamentos desde a Segunda Guerra Mundial: a África do Sul. Para os estrategistas de 1964, a saída para o Brasil na região era a ampliação das relações com aquele país, que ‘já tinha escolhido seu destino.’³⁷⁷

A mudança de orientação determinada à delegação brasileira nas Nações Unidas no período Castelo Branco foi de tal forma significativa que o próprio embaixador em Lisboa, Carlos Sylvestre de Ouro Preto, recentemente nomeado, sentindo-se pouco informado acerca dos detalhes das novas recomendações especificamente sobre a África do Sul e o continente africano de uma maneira geral, solicitou que

[n]essas condições e porque a questão pode ter reflexos na posição do Brasil no contexto de suas relações com a África e, mais particularmente, no que se refere à presença e à permanência de Portugal naquele continente, muito agradeceria a vossa Excelência dar-me a conhecer as instruções transmitidas sobre o problema à Delegação do Brasil à XXI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.³⁷⁸

Em resposta ao pedido do embaixador, em nome do ministro, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores remeteu ao representante brasileiro em Lisboa uma compilação de documentos sobre a temática africana revisando as instruções às delegações brasileiras presentes na XIX Assembléia Geral em 1964, na XX Assembléia Geral em 1965 e na XXI Assembléia Geral em 1966.

O despacho confidencial oriundo do Rio de Janeiro, em seu anexo A, avaliando o item número 21 da agenda da XIX Sessão da Assembléia Geral de 1964³⁷⁹, que colocava em discussão o Relatório do Comitê Especial sobre a Situação da Implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, instruía a delegação brasileira para, quando fosse analisada a questão dos territórios sob a administração portuguesa, repetir o discurso favorável à descolonização, considerando-se, entretanto, os seguintes aspectos pontuais:

³⁷⁷ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 101.

³⁷⁸ OURO-PRETO, Carlos S. de, op.cit., p. 2.

³⁷⁹ Devido à paralisação dos trabalhos motivada pelo impasse em torno da aplicação do artigo 19 da Carta das Nações Unidas, referente ao não pagamento de contribuições, a Assembléia Geral não chegou a concluir a discussão sobre a questão dos territórios sob a administração de Portugal.

- a) O Brasil acreditava que a melhor maneira para resolver a questão consistiria em criar as condições para o diálogo entre a ONU e o governo português, colocando-se para tanto à disposição das partes, visto o seu empenho no encaminhamento pacífico das controvérsias;
- b) O Brasil, entendendo como única solução aceitável aquela que pacificasse os espíritos, repudiava qualquer recurso à força para impor a Portugal mudanças no estatuto dos territórios sob sua administração.³⁸⁰

A incontornável contradição em que se colocava, ao assumir ao mesmo tempo a defesa da descolonização como fenômeno histórico global e o direito português de encaminhar a seu modo e a seu tempo o problema, aprofundava-se de tal forma, que a Secretaria de Estado das Relações Exteriores orientava a delegação nacional para encetar diálogo com seus pares baseada no argumento de que

[o] Brasil considera que a solução do problema dos territórios portugueses reside, em última análise, no exercício do direito de autodeterminação, o qual poderá ensejar duas possibilidades: a independência ou a autonomia dentro da estrutura do Estado português. A menção expressa de uma única possibilidade, de independência, constitui prejulgamento indevido da vontade dos povos dos territórios, o Brasil, entretanto, pondera que a situação existente nos territórios portugueses não coloca ainda imperativa e urgentemente o problema da autodeterminação, visto que as ocorrências que se tem registrado são episódios relativamente isolados que não configuram um movimento nacional.³⁸¹

Em trecho do mesmo documento, imediatamente anterior à citação acima, o Itamaraty reconhecia “plenamente a competência das Nações Unidas na determinação do que seja território não-autônomo; [...] não aceitando a caracterização do problema como caso de exclusiva jurisdição interna.”³⁸² Ora em um parágrafo se reconhecia à ONU o direito de determinar se um território era ou não autônomo. Em caso afirmativo, como consequência prevista nos documentos legais fundadores das Nações Unidas, as questões relativas a este território seriam encaminhadas ao Conselho de Tutela que, velando pelo cumprimento do Artigo 73 da Carta de São Francisco, passaria então a supervisionar o seu processo rumo à

³⁸⁰ *Questão dos territórios ultramarinos portugueses*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 324. Anexo A. p. 1.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 2.

³⁸² *Ibid.*, p. 1.

autonomia plena. Já no parágrafo seguinte, a Chancelaria brasileira, ao arrepio do pensamento lógico e coerente, afirmava ser o problema dos territórios portugueses, no seu estatuto jurídico, não mais objeto da avaliação das Nações Unidas, como anteriormente propugnara, mas sim tema estritamente vinculado ao legítimo direito de autodeterminação de Portugal. Levantava-se, ainda, o questionamento de que o desejo de independência dessas nações se basearia em um pré-julgamento indevido da vontade dos povos, como se possível fosse escrutinar democraticamente a vontade de povos dominados por longevas ditaduras metropolitanas. Baseia-se também em um pré-julgamento dado como verdade a aspiração dos povos do mundo inteiro à liberdade.

Com relação a outros projetos de resolução que eventualmente viessem a ser submetidos à consideração, a recomendação era de que a delegação brasileira não deveria endossar os “textos extremados que certamente seriam apresentados pelos afro-asiáticos.”³⁸³ Além do mais, deveria procurar atenuar tais textos, justificando que os mesmos, na sua forma original, não poderiam trazer qualquer contribuição para a solução da questão. Esta forma de agir, entretanto, deveria ser assumida de modo a tentar evitar ao máximo desgastes excessivos junto aos afro-asiáticos. Instrução essa que se mostraria de difícil, se não impossível, cumprimento. No caso de aprovação de textos radicalizados, a delegação brasileira deveria abster-se ou mesmo votar contrariamente, de acordo com a virulência dos projetos. E, principalmente, ao se sugerir qualquer adoção de sanções contra Portugal, a delegação votaria contra e envidaria esforços para que as medidas punitivas fossem apreciadas no Conselho de Segurança nos termos do capítulo VII da Carta, onde certamente cairiam.³⁸⁴

Quando da XX Sessão em 1965, repetiram-se as instruções gerais relativas à necessidade de diálogo entre a ONU e Portugal de soluções pacíficas e da autodeterminação portuguesa para o encaminhamento interno das questões africanas³⁸⁵. Como novidade, a discussão do item 71 da pauta, que dizia respeito ao programa especial da Organização Mundial para a concessão de bolsas aos estudantes dos territórios sob administração de Portugal. Sobre essa ação de incentivo à formação educacional de jovens africanos pesava a má vontade de Lisboa, fazendo com que a delegação brasileira recebesse a determinação de que “tendo em vista as fortes objeções de Portugal a esse programa, não apóie propostas que sejam feitas para a sua ampliação, abstendo-se caso o assunto for submetido a voto.”³⁸⁶

³⁸³ Ibid., p. 2.

³⁸⁴ Id.

³⁸⁵ A principal resolução aprovada na sessão condenando Portugal, de número 2107, contou com o voto de desaprovação do Brasil.

³⁸⁶ Ibid., p. 4.

Na abertura dos trabalhos da XXI Sessão em 1966, a questão dos territórios portugueses aparecia como um dos mais momentosos temas da pauta de discussões. Tudo indicava que, frente à peremptória negativa portuguesa em reconhecer a competência das Nações Unidas para determinar o que seria um território não autônomo, o tom do debate subiria vários níveis e ficaria ainda mais acalorado do que no passado recente graças a uma animosidade afro-asiática, certamente crescente, pelo papel que Portugal também vinha desempenhando na continuada crise da Rodésia, bem como pela recusa do governo português em aceitar conversações com o secretário geral da ONU nas bases propostas pela organização.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores esperava que uma maior exacerbação poderia se refletir apenas nos debates, na medida em que acreditava já haver esgotado, a maioria afro-asiática, o arsenal de medidas contra Portugal. Dessa forma, aguardava uma fase de transição que levasse a uma nova possibilidade de negociação política. Se essa nova fase não se configurasse efetivamente, avaliava ser possível que os ressentimentos e frustrações afro-asiáticos contra Portugal, represados pela inviabilidade das sanções preconizadas, poderiam extravasar-se contra os países que, nessa ótica, adotavam uma posição moderada e construtiva.³⁸⁷

Apesar da constatação de que o apoio permanente ao colonialismo luso poderia se transformar em pesado fardo para a política internacional brasileira, as recomendações à delegação na ONU continuavam a considerar o interesse de Portugal como elemento fundamental a balizar discursos, negociações e votos naquela assembléia global. O Relatório do Comitê Especial sobre a Situação da Implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, especificamente enfocando a questão dos territórios portugueses, item 67 da pauta, de teor condenatório a Lisboa, foi aprovado, transformando-se na Resolução 2184, de 12 de dezembro de 1966, com mais um voto contrário do Brasil. O resultado da votação mostrou 70 votos a favor, 13 contra e 22 abstenções. Votaram contra: Brasil, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos da América. Abstiveram-se: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Finlândia, França, Grécia, Honduras, Islândia, Itália, Malawi, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Suécia, Turquia, Uruguai e Venezuela.³⁸⁸

Enquanto isso, a política doméstica portuguesa se mantinha, em dezembro de 1966, a celebrar o passado. Foi emprestado extraordinário relevo à sessão solene de

³⁸⁷ Ibid., p. 6.

³⁸⁸ Ibid., p. 17.

encerramento das comemorações do quadragésimo aniversário da Revolução Nacional, iniciadas em Braga, a 28 de maio de 1966, com a presença de Salazar. A cerimônia realizou-se no recinto da Assembléia Nacional, no Palácio de São Bento, com a presença do presidente da República, do presidente do Conselho, de todo o ministério, do cardeal patriarca e outros membros da alta hierarquia eclesiástica, além das demais autoridades do *establishment* lusitano.³⁸⁹

Embora não fosse a sessão dedicada ao professor Salazar, foi ele, como sempre, o grande homenageado da noite. Para ele, colocado à frente do seu ministério, foram os entusiásticos aplausos a expressar a profunda identificação entre o criador e sua criatura, entre o ditador e seu regime.

Três foram os oradores da sessão: José Herman Saraiva, procurador da Câmara Corporativa; Baltazar Rebelo de Sousa, presidente da Comissão das Comemorações; e José Guilherme de Melo e Castro, deputado na Assembléia Nacional.

Elaborando um retrospecto das realizações do regime, afirmou, em seu discurso, José Herman Saraiva:

Fazemos enfim parte de um vasto espaço cultural, no qual cem milhões de homens falam português. Fomos nós que o implantamos no mundo e por isso nos sentimos, em relação a ele, devedores de uma solidariedade semelhante à que as raízes tem para com os ramos que florescem em todas as direções. No cumprimento desse imperativo estreitamos as relações com o Brasil, demos expressão jurídica à aspiração de comunidade e procuramos os meios para que um entendimento fecundo e duradouro venha a abraçar no futuro todos os povos de alma lusíada.³⁹⁰

Ao fim de sua fala, sob aplausos da platéia, lembrou que a sociedade portuguesa devia eterna gratidão ao velho líder pela “paz que nos restituiu, pela independência que nos restituiu, pela grandeza da Pátria.”³⁹¹

Entre os dias 14 e 18 de dezembro, Portugal receberia com grande expectativa o marechal Arthur da Costa e Silva, então presidente eleito da República do Brasil, realizando

³⁸⁹ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Dezembro de 1966*. Lisboa, 24 jan. 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 73. p. 1.

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 1-2.

³⁹¹ *Id.*

viagem a países dos três continentes. A visita constituiu-se, sem qualquer dúvida, no acontecimento de maior relevância política da capital lusitana nos fins de 1966.

Ao anunciar-se a viagem do presidente eleito e porque houvesse ele visitado o país no princípio do ano anterior, ainda na condição de ministro da Guerra, temeu o governo português que no seu roteiro não fosse incluído Portugal. Formulou-se então convite, tanto através da embaixada como de sua missão diplomática no Rio de Janeiro, para uma visita oficial do marechal Costa e Silva, a realizar-se no começo ou no fim da viagem, com a duração que ele desejasse e nas condições que fossem do seu agrado.³⁹²

Aceito o convite, o presidente eleito chegou a Lisboa, em 14 de setembro, com honras militares e a presença do presidente do Conselho, Salazar, e vários ministros de Estado. Embora o noticiário informasse que o comparecimento de Salazar ocorrera por causa da ausência do ministro dos Negócios Estrangeiros, em viagem a Paris para participar de reunião da OTAN, ficou claro o propósito de abrir uma exceção para o Brasil, pois, não se tratando de um chefe de Estado, o normal, de acordo com o protocolo, seria uma recepção realizada por autoridade de menor escalão.

Ao recusar o convite para se hospedar no Palácio de Queluz, outra manifestação do tratamento diferenciado que lhe seria prestado ao longo de toda a visita, Costa e Silva recebeu no hotel Ritz o presidente do Conselho, sendo este um encontro muito mais do que um mero ato protocolar, pois Salazar se deixou ficar por mais de uma hora em amistosa conversa com o futuro presidente brasileiro.³⁹³ Posteriormente, concedeu Costa e Silva entrevista coletiva à imprensa, rádio e televisão portuguesas. A entrevista versou tanto sobre a política interna brasileira, quanto sobre a visão do futuro presidente acerca das relações internacionais. A grande curiosidade dos jornalistas, entretanto, era direcionada especificamente às relações luso-brasileiras, sobretudo naquilo que se referia ao problema ultramarino. A esse propósito declarou que pretendia prosseguir a política executada pelo presidente Castello Branco. Como de costume, as palavras do futuro presidente do Brasil foram destacadas de forma a produzir matérias que se dedicaram a ver nelas o apoio exigido pelo Estado luso à sua causa africana. O afã de noticiar novas expressões de apoio do presidente eleito foi responsável pela publicação de uma série de informações sem qualquer fundamento na realidade, como, por exemplo, a que garantia ter o marechal brasileiro

³⁹² Ibid., p. 4.

³⁹³ Ibid., p. 5.

afirmado em Bonn um “forte apoio a Portugal na luta para manter as suas províncias ultramarinas.”³⁹⁴

À noite, o chefe de Estado lusitano homenageou o marechal brasileiro com um banquete no Palácio da Ajuda, ao qual compareceram, dentre cento e quarenta convidados, o presidente do Conselho, todos os ministros de Estado e chefes de missão dos países a serem visitados por Costa e Silva.

No dia 17, a viagem à cidade do Porto foi, do ponto de vista popular, o momento mais significativo da estadia em Portugal. Após ser homenageado no Quartel-General, o presidente eleito percorreu a cidade em carro aberto, recebendo as boas-vindas de milhares de pessoas que se apinhavam ao longo das ruas por onde passaria o cortejo presidencial. Durante o almoço na Câmara Municipal, foi saudado pelo seu presidente e respondeu com um discurso em que exaltou o papel da cidade e da região na formação da nacionalidade portuguesa a partir do Condado Portucalense.³⁹⁵

A visita oficial a Portugal terminaria no dia 18, repetindo-se, à partida, o cerimonial da chegada. Dessa vez, entretanto, além do presidente do Conselho, compareceu também ao aeroporto o presidente da República.

Todas essas manifestações de apreço do governo de Lisboa pelo Brasil tinham como principal razão de ser a necessidade portuguesa de contar com o governo brasileiro para os constantes e crescentes embates nos organismos internacionais, em um ambiente de ampliação da pressão mundial sobre o mais ocidental país do continente europeu.

No cumprimento de uma determinação de Estado, no sentido de Portugal assumir uma postura proativa, e não apenas reativa, face à dura batalha da informação na mídia internacional, concedia o ministro dos Negócios Estrangeiros freqüentes entrevistas aos jornalistas acreditados junto ao seu ministério. No encontro realizado no dia 27 de dezembro de 1966, iniciou sua longa fala, com um vigoroso ataque às Nações Unidas, a propósito da suspensão dos trabalhos da XXI Sessão de sua Assembléia Geral. Enfatizou haver dito anteriormente que o funcionamento daquela Assembléia Geral “corresponde sempre a um aumento de tensão e a um agravamento de conflitos no mundo”³⁹⁶, acrescentando que não fugira à regra a sessão em curso, pois que havia sido suspensa, após funcionar por três meses, com a presença de cerca de dois mil representantes de cento e vinte e dois países, servidos por

³⁹⁴ Ibid., p. 6.

³⁹⁵ Id.

³⁹⁶ Ibid., p. 7.

cinco mil funcionários, com um dispêndio de milhares de dólares por hora, sem deixar, em sua opinião, qualquer saldo favorável.

Com boa dose de ironia, mencionou, como únicas realizações da Assembléia, a aprovação de uma resolução sobre o espaço exterior, outra sobre desenvolvimento industrial e uma terceira pela qual foi reeleito como secretário-geral U Thant. O restante do tempo teria sido consumido para discutir Portugal na África, a Rodésia e o destino de cerca de trinta “pequenos territórios ou insignificantes ilhas que se destinam à independência.”³⁹⁷

Sem dar um passo sequer no sentido da resolução do problema do desarmamento, “esse sim, verdadeiramente mundial, ou na questão do Vietnam, cuja gravidade se diria ultrapassar a de todas as outras”³⁹⁸, muito menos no problema do desenvolvimento, a Assembléia teria documentado na última sessão “o regionalismo ou provincianismo a que desceu, a irresponsabilidade a que se entregou e o abismo cada vez mais fundo entre os debates que conduz e as realidades da vida.”³⁹⁹ O ministro Franco Nogueira acusou, em seguida, as grandes potências de esvaziarem as Nações Unidas, tornando-as instrumentos de seus interesses exclusivos e impedindo-as de deliberar a respeito de qualquer matéria que lhes diga respeito.

Depois de lembrar que Portugal não fora poupado no plenário ou nas comissões da Assembléia, referiu-se à resolução sobre os territórios portugueses, a qual, a seu ver, nada conteria de novo, tratando-se de um decalque das resoluções aprovadas insistentemente desde há pelo menos seis anos. Observou que os documentos das Nações Unidas sobre Portugal não haviam tido qualquer repercussão na imprensa internacional, não sabendo ele de nenhum grande órgão que os tivessem publicado na íntegra ou num extrato mais ou menos longo.

Estendeu-se, a seguir, em considerações sobre a votação da mais recente resolução das Nações Unidas, dando especial relevo ao fato de que o seu resultado fora bem melhor do que os obtidos pelo país nos últimos anos, porquanto votaram contra o projeto, e, na sua lógica, necessariamente a favor de Portugal, a Austrália, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Espanha, os Estados Unidos da América, os Países Baixos, a Grã-Bretanha e a República da África do Sul, abstendo-se os demais membros da OTAN. A América Latina, com o Brasil à frente, somando apenas duas exceções, também votou favoravelmente a Lisboa, verificando-se ainda a ausência deliberada de alguns afro-asiáticos. O que importava, com esse resultado, para o ministro Franco Nogueira não era que quarenta e cinco países tivessem deixado de

³⁹⁷ Id.

³⁹⁸ Id.

³⁹⁹ Ibid., p. 7-8.

apoiar o texto aprovado, mas que entre esses se encontrassem o Brasil, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, ou seja, os que “tem responsabilidade maiores e maior peso no Ocidente.”⁴⁰⁰

Analisou também o ministro a decisão da última Conferência Geral da Unesco que, rejeitando o parecer do Comitê Jurídico, deixara de acolher a proposta de ouvir-se o Tribunal de Haia quanto ao ato do Comitê Executivo, pelo qual fora retirado o convite antes formulado a Portugal para que se fizesse representar no Bureau Internacional de Educação. Lamentou que a politização dos debates e das soluções daquela agência especializada fosse levada às últimas conseqüências, com maior prejuízo para a própria entidade do que para Portugal. Deve-se anotar que, na entrevista, o ministro dos Negócios Estrangeiros não faz qualquer menção às difíceis gestões conduzidas pelo Brasil, à custa de evidente desgaste com o bloco afro-asiático, em favor das teses portuguesas naquela organização internacional. Não mencionou tampouco o malogro da candidatura do Brasil ao Comitê Jurídico da Unesco, contra todas as expectativas iniciais, ao qual certamente não foi estranha a atitude assumida por Brasília na defesa das pretensões portuguesas junto ao Bureau Internacional de Educação.

Referiu-se positivamente o ministro, mais adiante na sua fala, à reunião dos países da OTAN, realizada pouco antes em Paris, quando o Conselho daquela organização aprovou uma proposta belga no sentido de estabelecer maior coesão e solidariedade entre os países aliados, notadamente os países europeus da OTAN, atitude sempre reivindicada pela representação portuguesa junto à aliança militar ocidental. E acrescentou:

A nós, portugueses, este problema interessa de forma capital, porque além de uma política ultramarina, também temos e praticamos uma política no continente europeu e que está ligada ou é função, como é natural, da visão que os países europeus ou alguns deles se fazem do seu papel para lá das fronteiras geográficas européias. [...] Neste sentido, defendemos a coesão e a solidariedade mencionadas na proposta belga, e por isto se aprovou esta com prazer.⁴⁰¹

Mencionando aquilo a que chamou de viragem da OTAN, disse não resultar esse movimento de um acaso, mas antes representar o encontro de novas linhas de força, a busca de novos apoios e a fixação de novos objetivos. Ainda sobre a organização do Atlântico Norte, sublinhou que, pela primeira vez desde há vários anos, nenhum aliado do Pacto do

⁴⁰⁰ Ibid., p. 8-9.

⁴⁰¹ Ibid., p. 9.

Atlântico votara contra Portugal na Assembléia Geral das Nações Unidas em resolução referente aos territórios ultramarinos portugueses.

Como um corolário da tese portuguesa da necessidade de envolvimento dos aliados ocidentais em geral e europeus em particular nos problemas ultramarinos de Portugal, terminou o ministro dos Negócios Estrangeiros a sua entrevista afirmando que, em caso de uma confrontação aberta e direta do Ocidente com o Leste, somente poderá fazê-la com sucesso se “tiver uma política coerente, apresentar uma firme solidariedade e cessar um abandono de posições de que o Leste muito tem beneficiado.”⁴⁰²

Apesar do otimismo expressado pelo ministro Franco Nogueira em relação às mudanças que entendia verificar no ânimo dos aliados ocidentais no final do ano de 1966, a realidade da luta anticolonial mostrava-se menos confortável do que desejava Lisboa. Nos dias 3 e 4 de dezembro, foram registrados uma série de distúrbios em Macau, aparentemente provocados por organizações de jovens comunistas. Feitas as primeiras concentrações no centro da cidade, a polícia interveio violentamente dispersando os manifestantes, que, reagrupando-se, passaram a praticar atos de violência e destruição. De acordo com as informações veiculadas pelas agências de notícias, além dos mortos, em número de oito, e dos feridos em consequência da dura repressão policial, resultaram dos incidentes extensos danos materiais, inclusive o saque ao Senado, a dispersão dos arquivos coloniais e a destruição de monumentos a heróis portugueses.⁴⁰³

A origem desses incidentes remontava ao embargo pelas autoridades municipais, no dia 15 de novembro, na ilha de Taipa, das obras em um edifício destinado a alojar uma escola. Os operários recusaram-se a aceitar a determinação e apedrejaram as unidades de polícia, que agiram rigorosamente para garantir o controle do poder público na região dos tumultos. Criou-se, assim, o clima de tensão que conduziu aos distúrbios de princípios de dezembro.

O governo português logo se deu conta da gravidade da situação criada com a morte de oito chineses e ferimentos em mais de cem outros. É que, a partir daí, os grupos chineses participantes do conflito, apoiados por Pequim, passavam a ter sólidos argumentos para apresentarem as exigências que entendessem cabíveis às autoridades do poder local lusitano. E essas exigências não se fizeram esperar: punição dos responsáveis pela repressão;

⁴⁰² Ibid., p. 10.

⁴⁰³ Id.

expulsão do território dos chineses ligados ao Kuomintang⁴⁰⁴; proibição de suas atividades políticas na província; e entrega de sete chineses membros do Kuomintang, que haviam fugido da República Popular da China para Macau, às autoridades comunistas.

Logo após o início das tratativas, seguiu-se a concentração de tropas chinesas em torno de Macau e o patrulhamento da entrada da baía por navios da Marinha de Guerra sob as ordens de Pequim. No dia 12, os navios de guerra foram retirados ao anunciar-se que as autoridades portuguesas atenderiam a todos os itens listados pelos chineses como inegociáveis. Dois dias depois, entretanto, voltaram os navios, o que foi considerado uma reação chinesa às informações divulgadas em Lisboa de que o governo de Pequim seria atendido apenas em parte. O impasse se tornou mais claro quando, no dia 19, foi anunciado o ultimato das autoridades da província de Kwantung para que o governador de Macau, dentro de 72 horas, enviasse representantes que anunciassem medidas positivas no sentido do cumprimento das exigências já formuladas. Percebendo o potencial explosivo da crise, e muito antes do prazo determinado, os representantes portugueses cruzaram a fronteira chinesa em direção a Cantão. O secretário do governo provincial, Mesquita Borges, e o advogado Carlos Assumpção, como dirigentes da missão portuguesa, dando uma clara indicação de pretender atender às autoridades chinesas, entregaram já no dia 20, como gesto de boa vontade, os sete chineses requisitados pelo governo de Pequim.⁴⁰⁵

Constatada a eficácia de um discurso pouco condescendente com as razões colocadas à mesa pelos portugueses, fontes chinesas, ampliando a forte pressão exercida, informavam que a prioridade do governo de Pequim era a proibição de toda e qualquer atividade dos membros do Kuomintang que viviam em Macau, bem como a expulsão de todos os residentes chineses fiéis a Taipé. Essa exigência baseava-se em uma velha queixa da República Popular da China, segundo a qual os seguidores de Chiang Kai-shek vinham, desde longa data, usando Macau como base de subversão e sabotagem contra a ordem estabelecida desde a Revolução de 1949. Reivindicavam também a demissão e severa punição do tenente-coronel Carlos Armando Mota Cerveira, que, como comandante militar de Macau, reprimiu o movimento do início de dezembro e era considerado o principal responsável pela morte dos

⁴⁰⁴ O Kuomintang (Partido Nacionalista do Povo) foi fundado na China em 25 de agosto de 1912, teve sua origem na Liga Revolucionária Unida (Tongmenghui), estabelecida em 20 de agosto de 1905, que, por sua vez, foi originada da “Sociedade para o Despertar da China” (Xingzhonghui), cujas atividades foram iniciadas em 24 de novembro de 1894. Sun Yatsen, grande figura do movimento republicano chinês, esteve à frente da fundação de todas estas organizações. Após a sua morte, assumiu Chiang Kai-shek a liderança do Kuomintang, entrando posteriormente em violenta luta com o Partido Comunista Chinês, de Mao Tsé-Tung, que lhe custou a derrota em 1949 e a conseqüente fuga para Taiwan, onde veio a falecer. Ver SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁰⁵ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Dezembro de 1966*, p. 11-12.

oito chineses e ferimentos em mais de uma centena. A pressão aumentava de tal forma que Lisboa rapidamente substituiu e enviou, com toda a pressa, o coronel para Portugal sem que com isso aplacasse o desejo chinês de transformar a situação em um caso exemplar, pois, sabendo da troca de comando militar na possessão lusitana, passaram as organizações oficiais chinesas a insistir em que o militar fosse reconduzido a Macau para ser cabalmente castigado. Portugal foi obrigado a atender quase todos os pontos da pauta de negociações imposta pelos chineses para manter seu *status*, ainda que meramente formal, sobre o território de Macau. A quase completa capitulação portuguesa demonstrou claramente que a sua presença em território chinês não dependia mais da vontade de Lisboa, mas sim do cálculo estratégico de Pequim. As revistas e jornais de outros países, como a americana *Newsweek*, cujo número sobre o tema foi retirado de circulação em território metropolitano, e o *Jornal do Brasil*, consideraram a solução da crise uma séria derrota de Portugal e, conseqüentemente, como o fim de sua soberania efetiva sobre a província.⁴⁰⁶

Paralelamente à crise de Macau, circularam informações de que estariam surgindo incidentes entre as populações portuguesa e indonésia no Timor. O *New York Times* do dia 15 de dezembro, em editorial, chegou a afirmar que, como Macau, também Timor estava ameaçada. Os portugueses se apressaram em publicar uma nota, oriunda dos serviços da *France Press* em Jacarta, a qual dava conta de que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, havia desmentido a ocorrência de incidentes entre soldados portugueses e indonésios. O que houvera, segundo ele, foram mal entendidos entre as populações portuguesa e indonésia no Timor. Apesar da mensagem de teor tranqüilizador, o futuro próximo seria repleto de surpresas desagradáveis na pequena ilha lusitana.

De outro lado, os resultados do plebiscito realizado no antigo Estado Português da Índia (Goa, Damão e Diu), pelo qual a população daquele território, sob soberania indiana, recusou a integração nos vizinhos Estados de Maharashtra e Guzerate, obtiveram grande repercussão na imprensa lusa. Por alguns dias, a questão foi colocada em primeiro plano pela mídia, que reexaminou os já conhecidos pontos de vista sobre o assunto, chegando mesmo alguns jornais, como o *Diário de Notícias*, a defender com entusiasmo uma impensável reabertura de todo o problema da ocupação de Goa por Nova Déli.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, em nota oficial, que também levaria ao conhecimento do secretário-geral das Nações Unidas, reiterou alguns pontos básicos do

⁴⁰⁶ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Janeiro de 1967*. Lisboa, 20 fev. 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 143. p. 2.

problema, entre os quais, a manutenção e proteção da distinta personalidade daqueles territórios, promessas escritas e solenes do então dirigente indiano Nehru absolutamente não cumpridas na visão dos portugueses. Salientava a nota que

o extermínio político de Goa e sua população constitui um caso típico de genocídio cultural e sociológico, e que o governo português, sabendo interpretar os sentimentos da esmagadora maioria de goeses, denuncia perante a opinião pública mundial todo um procedimento, o adotado pelo governo indiano.⁴⁰⁷

Na África, entre o fim de 1966 e o início de 1967, iniciava-se um novo ciclo de dificuldades para Portugal nos campos de batalha. Recrudesceria, durante o mês de dezembro, a ação dos combatentes angolanos baseados no Congo e na Zâmbia. As forças armadas portuguesas, em contrapartida, agiam sem muito sucesso no sentido de destruir ou capturar os grupos que atravessavam a fronteira para efetuar rápidas incursões em território angolano.

No início do mês de dezembro, localizado um grupo rebelde ao sul da cidade de Nóqui, iniciaram as forças portuguesas sua ação no setor, onde acabaram por engajar-se em uma luta de maiores proporções. Quando uma coluna se deslocava na área do Cabeço da Velha, à curta distância da fronteira congoleza, foi atacada por intenso fogo de metralhadora e morteiros instalados em território daquele país. Seguiu-se uma incursão ao território angolano, durante a qual foram mortos, segundo o noticiário internacional, dezesseis militares portugueses.

O ataque de Nóqui fundamentou a decisão do governo português de fechar a fronteira angolana com o Congo. Em nota distribuída no dia 16 de dezembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, depois de afirmar que as relações com aquele país tinham-se deteriorado grandemente por conta da livre circulação de rebeldes angolanos em seu território sem qualquer atitude repressiva por parte de suas autoridades, acusou Brazzaville de acobertar o ataque partido do território congolês, causador de sensíveis baixas às forças portuguesas.⁴⁰⁸

No que se refere à Zâmbia, também não deixou Portugal de reagir ao ataque à Caripande, feito por um grupo pretensamente oriundo daquele país, o qual teria regressado à sua base deixando mortos, armamentos e munições. O governo de Zâmbia, negando ser a origem do ataque, acusou Portugal, em carta ao presidente do Conselho de Segurança, de

⁴⁰⁷ Ibid., p. 2-3.

⁴⁰⁸ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Dezembro de 1966*, p. 13-14.

haver bombardeado duas aldeias zambianas, em 21 de novembro, fazendo com que o encarregado de negócios de Portugal junto às Nações Unidas não somente desmentisse a acusação formulada como, por sua vez, responsabilizasse aquele país por permitir, insistia ele, a atividade de indivíduos e grupos que cometiam atos de agressão contra o território português.

A operação militar de maior envergadura, entretanto, ocorreu em Vila Teixeira de Sousa, nas proximidades da fronteira congoleza. Grupos de rebeldes provenientes da localidade de Dilolo, no Congo, penetraram em território angolano e, portando metralhadoras e outras armas, atacaram as populações dos arredores da vila, encaminhando-se, depois, para o quartel da localidade. A guarnição militar reagiu ao assalto, causando trezentos mortos entre os inimigos e cento e noventa feitos prisioneiros. O número de mortos oficialmente determinado é provavelmente correto, pois o balanço mensal da 2ª Secção do Estado Maior do Exército, remetido em caráter reservado ao adido naval, estabelece um total de trezentos e dezenove mortos para o mês na Província de Angola.⁴⁰⁹

Portanto, dezembro de 1966 foi um mês particularmente desfavorável no que se refere às baixas fatais portuguesas, que vinham se conservando em uma média de duas por semana. Durante o período, registraram-se vinte e oito mortes em combate, subindo o total de perdas em homens, desde 1961, a mil duzentos e trinta e três.

Em Moçambique, prosseguiu ainda durante o mês de dezembro a ação das forças portuguesas contra os locais de refúgio dos combatentes da FRELIMO⁴¹⁰. A ação concentrou-se nas margens dos rios Messinge e Lucheringo, afluentes do Rovuma, nas áreas de Nova Coimbra, Naniambba, Mecalonge e Valadin, no distrito de Niassa, e no distrito de Cabo Delgado. Os comunicados oficiais davam conta da destruição de locais de refúgio nas margens do rio Muatide, um dos quais os combatentes moçambicanos chamavam de “Base Moscou”.

Como em Angola, também em Moçambique os rebeldes desencadearam pesado ataque no dia de Natal contra a localidade de Pundanhar, junto ao rio Rovuma, onde foram repelidos com pesadas baixas de ambos os lados. Conforme o balanço reservado do Estado Maior do Exército, as forças armadas portuguesas tiveram, durante o mês, doze mortos, sobre um total de trezentos e nove, desde 1º de novembro de 1964.

Na Guiné, os contingentes militares empenharam-se na detecção de locais de refúgio dos combatentes irregulares, conseguindo destruir os que se localizavam na região de

⁴⁰⁹ Ibid., p. 15.

⁴¹⁰ Frente de Libertação de Moçambique.

Mato Gorba, em Rochedan e no Churo. Segundo os dados do Ministério do Exército, as forças armadas tiveram nesse mês vinte mortos, sobre um total de quinhentos e vinte e dois, desde 23 de janeiro de 1963.⁴¹¹

No Brasil, o ano de 1967 marcaria a primeira transição de governos patrocinada pela ditadura militar instaurada em 1964. O regime autoritário, apesar de sua imagem decalcada em uma aparentemente monolítica, hierarquizada e disciplinada instituição militar, era palco de acirrada disputa entre facções, ainda que não permanentes e muitas vezes de composição extremamente fluida, associadas a interesses e visões de mundo comuns a seus integrantes. Ao sufocar a sociedade civil, os agentes do Estado repressivo trouxeram para o seu interior uma luta política que, desafiando a ordem unida imposta de cima para baixo, desenvolveu-se configurando uma nova espacialidade do poder. Nos quartéis, bem como na estrutura técnica e burocrática da administração federal, espaços centrais da nova ordem, a brutal concentração de capacidade decisória produziu a reivindicação, por vezes direta, outras vezes tácita, do direito à facção no bojo da sociedade política então em processo de transformação.

A imposição da candidatura de Costa e Silva representou a vitória dos militares que compunham uma dessas facções, a chamada “linha dura”⁴¹², com a sua repulsa ao liberalismo político e econômico, seu sentimento salvacionista e seu nacionalismo estreitamente vinculado ao projeto de fazer do Brasil uma grande potência industrial do Ocidente.

Dessa forma, com uma percepção tão distinta do Brasil e das possibilidades que se ofereciam ao país no cenário externo em relação ao governo que o antecederia, Costa e Silva iniciou a desconstrução dos conceitos propostos pela Diplomacia da Interdependência. A nova política externa, denominada Diplomacia da Prosperidade⁴¹³, portanto, propunha-se a questionar os principais pontos estruturais da avaliação do cenário internacional adotados no

⁴¹¹ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Dezembro de 1966*, p. 16-17.

⁴¹² “Sua candidatura [...] consolidara-se, de fato, nos quartéis, onde forte insatisfação e mesmo oposição a Castello Branco já se manifestavam, sobretudo através da chamada *linha dura*. Os oficiais que a integravam dividiam-se em várias correntes, fluidas e confusas, a alinharem-se conforme a questão e/ou situações particulares e o momento dado da crise. [...] Porém, de modo geral, os oficiais da *linha dura*, embora minoritários, não só exprimiam como influenciavam o pensamento do resto das tropas, tornando-se, por seus intuítos e capacidade de mobilização, a mais séria ameaça ao regime autoritário, nos moldes como Castello Branco se empenhava em institucionalizar.” BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 97-98.

⁴¹³ “A nova doutrina [...] foi exposta por José de Magalhães Pinto, ministro das Relações Exteriores, em seu discurso de posse, aos 15 de março de 1967, no Itamaraty, em sua exposição ante a Câmara dos Deputados, a 10 de maio e, finalmente, aos 28 de julho, em conferência na Escola Superior de Guerra. Consolidou-a, posteriormente, numa introdução ao Relatório de 1967.” CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 344.

período Castelo Branco, contraditando-os, um a um, de maneira a demonstrar sua inadequação aos novos fluxos e dinâmicas do relacionamento entre os países. Desses pontos a rever, os mais significativos eram:

- a) o bipolarismo, porque o conflito Leste-Oeste esmoreceu, o entendimento entre as duas superpotências avançou, a coesão dos sistemas de alianças enfraqueceu, ao tempo em que a divisão Norte-Sul acentuou-se;
- b) a segurança coletiva, porque não serve à superação da desigualdade, ‘em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos’;
- c) a interdependência militar, política e econômica, porque as políticas externas se guiam pelos interesses nacionais, e não por motivações ideológicas;
- d) o ocidentalismo, porque vem eivado de prevenções e preconceitos que tolhem à ação externa as vantagens do universalismo.⁴¹⁴

Apesar das redefinições da política exterior brasileira a partir do governo Costa e Silva terem desenhado com contornos nítidos o impulso para uma nova etapa do relacionamento com a África, permaneceria a aparentemente inamovível excepcionalidade do caso português a tornar intrinsecamente contraditória e produtivamente vacilante as iniciativas concretas encetadas pelo Brasil com vistas a fomentar projetos sensíveis às duas margens do Atlântico Sul.⁴¹⁵

De maneira pouco crível, a diplomacia brasileira seguia comprometendo-se com iniciativas de fortalecimento das relações com Portugal em momento de grande reprovação internacional ao país europeu, percebido como adversário empedernido de uma África livre e independente. A exemplificar cabalmente a extemporânea situação, o Itamaraty e o Palácio das Necessidades estabeleceram, festivamente, o Dia da Comunidade luso-brasileira, a ser comemorado em 22 de abril. A imprensa portuguesa, em grande medida controlada pelo governo, deu o máximo relevo, nos dias 22 e 23 de abril de 1967, ao noticiário acerca da assinatura, simultaneamente em Lisboa e Brasília, pelos presidentes Américo Thomaz e Costa e Silva, dos decretos respectivos, instituindo nos dois países a data comemorativa.

Em Lisboa, a cerimônia caracterizou-se por invulgar solenidade, o evento decorrido no Palácio de Belém contou com a presença, além do chefe de Estado português, do

⁴¹⁴ Id.

⁴¹⁵ “As relações com Portugal continuaram sendo um aspecto particular para a diplomacia brasileira, sem que a Diplomacia da Prosperidade promovesse alteração significativa nesse campo.” VIZENTINI, Paulo Fagundes, op. cit., p. 119-120.

presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, das autoridades eclesiásticas, de todos os membros da embaixada e do consulado-geral do Brasil em Lisboa, da imprensa, do rádio e da televisão.⁴¹⁶

O almirante Américo Thomaz discursou afirmando ser o decreto comemorativo testemunho da admiração a uma Comunidade que cresce sem se desviar de suas mais autênticas raízes lusitanas, pois “ditam-na razões históricas, impõem-na tradições idênticas, justificam-na a linguagem e a religião comuns, fundamentam-na interesses solidários.”⁴¹⁷

A solidariedade de interesses parecia ainda mais vívida quando o assunto em tela fazia referência à penetração dos agentes do comunismo internacional, notadamente os cubanos, na África portuguesa. Em documento produzido pelo adido das forças armadas à embaixada do Brasil em Lisboa, informava-se sobre a penetração cubana na República do Congo (Brazaville) e principalmente sobre a presença das forças de Fidel Castro em Angola e na Guiné. Em uma única situação, como afirmara o embaixador Araújo Castro, o encontro das duas grandes hipotecas ainda a pesar sobre a política externa brasileira: as colônias portuguesas na África e Cuba, de Fidel. Levando em consideração a precariedade em meios materiais e humanos à disposição do adido para levantar informações relativas à realidade africana que apenas os serviços de segurança lá estacionados poderiam obter e, dando crédito ao preâmbulo do documento, no qual se definia o trabalho do militar como “uma compilação de dados”⁴¹⁸, dados esses que evidentemente não estavam à disposição do público, é razoável inferir que fontes portuguesas entregaram ao adido, parcial ou mesmo integralmente, o texto que, avalizado pelo embaixador Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, um dos muitos representantes brasileiros entusiasticamente lusófilos, foi remetido ao Brasil com o claro sentido de fazer crer ao poder instituído que o processo de luta pela independência das colônias portuguesas colocava em questão aspectos essenciais da segurança nacional na sua fronteira atlântica.

As principais informações contidas no texto estavam relacionadas com a contagem dos cubanos em atividade junto aos movimentos de libertação africanos ou sua

⁴¹⁶ Se as autoridades portuguesas expressavam sem meias palavras seu entusiasmo a cada evento alusivo às relações com o Brasil, os representantes brasileiros, como o embaixador Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, igualmente se pronunciavam afirmando sua crença em uma relação especial, para a qual não haveria “limites imagináveis para os nossos dois países no terreno da preservação das constantes essenciais, através da cooperação econômica e cultural.” OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Abril de 1967*. Lisboa, 22 maio 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 402. p. 5.

⁴¹⁷ Id.

⁴¹⁸ *Penetração cubana na África. Remessa de dados*. Lisboa, 15 maio 1967. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 385. p. 1.

atuação no assessoramento dos governos de nações recentemente independentes. Na sua primeira parte, o documento refere-se à República Popular do Congo (Brazaville), estabelecendo os primeiros meses de 1964 como período inicial da penetração cubana naquele país. Segundo o adido militar, foram enviados agentes para o enquadramento e formação de milícias rurais num montante que teria atingido, no fim desse mesmo ano, algo em torno de cento e cinquenta homens.⁴¹⁹

De acordo com o relato, o crescimento da presença cubana no Congo teria sido exponencial, pois afirmava o adido que

[e]m 1966 Cuba consolida a sua posição enviando um número crescente de técnicos que atinge em fins deste ano o número de ordem de 700; o quadro de atividades destes agentes cubanos sofre um alargamento sensível e ocupam-se de preferência na formação e enquadramento de milícias, na mentalização dos membros do partido e na orientação de serviços médicos, de enfermagem e avicultura. Os elementos mais diretamente ligados à formação de guerrilha distribuem-se por vários campos.⁴²⁰

Acrescentava, ainda, que parte importante da sediciosa presença cubana estabelecia-se através do programa de concessão de bolsas de estudo, que permitia a um número aproximado de trezentos congolezes receberem em acampamentos militares de Cuba treinamento que transitava por áreas tão distintas como enfermagem, técnicas de subversão e doutrina marxista.

No caso da África portuguesa, a presença cubana junto ao Movimento Popular de Libertação de Angola assumiria um carácter multifacetado: encontros de apoio político ao MPLA, fornecimento de gêneros alimentícios e medicamentos e, principalmente, a assessoria na guerra colonial. Cuba, com parte significativa dos custos pagos pela União Soviética, prepararia os combatentes angolanos em técnicas de guerrilha, muitas vezes no próprio solo cubano, orientaria a instalação de bases fronteiriças e supriria o MPLA com todo tipo de material que é exigido em uma guerra de baixa intensidade.⁴²¹

Na Guiné, já a partir de 1966, era possível, segundo o relatório, identificar a presença de elementos cubanos nas fileiras do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O movimento seria de tal monta que haveria registro da

⁴¹⁹ Ibid., p. 2.

⁴²⁰ Id.

⁴²¹ Ibid., p. 3.

chegada de um barco cubano a Conakry e o desembarque de várias centenas de homens e de grande número de caixas com armas e munições. A partir daí são freqüentes as notícias que mostram a existência de grande número de cubanos nas fileiras do PAIGC, na qualidade de combatentes, de chefia, de médicos e enfermeiros, e de instrutores.⁴²²

Além do financiamento da guerrilha obtido com o “ouro de Moscou”, a provar as digitais do movimento comunista planetário na guerra colonial africana, em fevereiro de 1967, documentos teriam sido capturados aos guerrilheiros, escritos em espanhol e fazendo referência à presença de cubanos nas fileiras do PAIGC, que se intitulavam “a primeira tropa cubana do internacionalismo proletário na Guiné.”⁴²³

Se Portugal envidava esforços para convencer Brasília a participar da defesa dos valores do Ocidente, levando em consideração que os interesses do país sul-americano em sua fronteira marítima estariam seriamente ameaçados pela presença cubana na África, a aliança estratégica com o governo segregacionista da África do Sul avançava celeremente, não encontrando obstáculos ao aperfeiçoamento de novas formas de intercâmbio.

Essa afinidade de pontos de vista acerca da situação africana no contexto geopolítico internacional expressava-se cada vez mais pela multiplicação dos contatos entre as autoridades dos dois governos. Em visita oficial a Portugal, o ministro da Defesa da África do Sul, Pieter Botha, embora sem uma agenda publicamente definida, manteve conversações com vários membros do governo, sendo recepcionado pelo presidente do Conselho de Ministros, Salazar, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira. Na medida em que nenhum comunicado oficial relativo à visita foi publicado, apenas as fontes oficiais da imprensa lusa fizeram referência ao desenvolvimento das reuniões em uma atmosfera de amizade, entendimento e cooperação.

A presença de Pieter Botha em Lisboa foi evidentemente interpretada pelos meios de comunicação portugueses como uma prova insofismável da solidariedade de Pretória com a política lusitana no ultramar. Para tanto, não foram necessárias sofisticadas especulações, pois, já à chegada, declarou o ministro da Defesa que “a África do Sul está resolvida a opor a maior resistência a quaisquer esforços tendentes a desviá-la de sua rota, e nesse sentido a sua

⁴²² Ibid., p. 4.

⁴²³ Ibid., p. 5.

tarefa encontra-se grandemente facilitada pela firmeza e resolução dos seus vizinhos portugueses.”⁴²⁴

Portugal, sem dúvida, empenhava-se em demonstrar que nada seria capaz de desviá-lo do duro caminho escolhido para a defesa de seus territórios coloniais, considerados intransigentemente como parte integrante de seu território. Um dos expedientes mais utilizados nessa campanha de informações, destinada a convencer o público interno e o externo de que a situação nos territórios de ultramar era de perfeita ordem e tranqüilidade, era a visita constante de autoridades do alto escalão governamental para inspecionar a atividade administrativa dos governos provinciais.

Atendendo a essa necessidade de demonstrar à exaustão que a circulação naqueles territórios encontrava-se absolutamente aberta aos interesses de qualquer indivíduo, realizar-se-ia mais uma das visitas de autoridades lusas ao continente. Dessa vez, a do presidente Américo Tomás à Guiné e arquipélago de Cabo Verde, iniciada em 26 de janeiro e concluída em 21 de fevereiro de 1968.⁴²⁵

O principal significado político da viagem presidencial era a reafirmação dos propósitos portugueses de manter sua soberania naqueles territórios a qualquer preço. Com a situação relativamente sob controle no início de 1968, tanto em Angola, como na maior parte de Moçambique, excetuando-se a área limítrofe da Tanzânia, o governo português voltava suas maiores atenções para a Guiné, onde a luta era mais intensa e o controle da situação mais difícil. Apesar de sua pequena área territorial, pouco mais de trinta e seis mil quilômetros quadrados, um quantitativo populacional reduzido (seiscentos mil negros e trinta mil brancos) e de sua relativa insignificância econômica, era inegável sua importância estratégica como base aeronaval e centro de comunicações entre a metrópole e as grandes províncias da África austral.

Do ponto de vista de Lisboa, a preservação de sua soberania na Guiné revestia-se de um importante significado psicológico, pois temia o poder lusitano que qualquer indício de fraqueza naquela área servisse de incentivo ao recrudescimento dos movimentos separatistas angolanos e moçambicanos.

Avaliando a presença do presidente português na Guiné para a Secretaria de Estado das Relações Internacionais, expressava o embaixador brasileiro sua impressão de que

⁴²⁴ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Abril de 1967*, p. 4.

⁴²⁵ OURO-PRETO, Carlos S. de. *Relatório político mensal. Fevereiro de 1968*. Lisboa, 04 mar. 1968. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 060, 1965-1970. Ofícios, Confidencial, n. 141. p. 1-2.

[a] viagem foi, inegavelmente, bem sucedida. Nenhum incidente, por menor que fosse, perturbou a visita, tendo o presidente português percorrido a capital guineense em carro aberto e andado livremente no meio da população que o aplaudiu, nas ilhas caboverdianas. Pelo menos na aparência, nesse aspecto mais superficial de que se revestem as manifestações populares, a presença do almirante Américo Tomás na Guiné e Cabo Verde valeu, realmente, como um plebiscito, para repetir as próprias palavras do chefe de Estado português.⁴²⁶

A exótica idéia de que uma viagem presidencial, cercada das mais rigorosas medidas de segurança, teria valor equivalente à livre manifestação popular em um plebiscito era, no parágrafo imediatamente posterior do relatório da própria embaixada, contraditada pela informação de que

[d]urante o período da visita presidencial, a luta contra os elementos terroristas, com base nos territórios vizinhos do Senegal e da República da Guiné, manteve-se no ritmo dos últimos meses. Segundo os boletins das forças armadas portuguesas, entre os dias 1º e 25 de fevereiro, em vários combates, morreram 153 terroristas e 14 soldados portugueses.⁴²⁷

Nenhum incidente, por menor que fosse, havia incomodado o presidente Américo Tomás. Nem a coincidência de sua presença e a morte de quatorze jovens soldados portugueses, no mesmo diminuto território a que se agarrava com toda energia, imperturbavelmente, o salazarismo.

Destarte, a grande fissura na autoritária ordem portuguesa viria de um flanco absolutamente incontrolável: o declínio físico, a doença e posteriormente a morte do velho professor que encarnou em si mesmo, à plenitude, o regime português desde os anos vinte do século passado. Levado à cirurgia em quatro de setembro de 1968 e declarada em seguida sua incapacidade para o exercício da função pública, nada mais restaria ao Conselho de Estado senão dar início ao processo sucessório. Um regime esclerosado, dependente do líder que se ausentava, teria na sua facção mais conservadora poucas chances para impor o nome do novo líder a assumir os destinos da nação.

⁴²⁶ Ibid., p. 2.

⁴²⁷ Id.

Marcelo Caetano emergiria desse processo como uma solução de compromisso de caráter reformista, constituída no interior do Estado Novo. Mas o reformismo que se pretendia expressar em um efetivo projeto modernizador chegava tarde e não contemplava, por pressão dos conservadores ou convicção dos novos dirigentes, um ponto final para a guerra colonial.

O dilema insolúvel de uma liberalização doméstica e, ao mesmo tempo, a negação da liberdade no exterior fazia ouvir os ecos centenários de uma Revolução na cidade do Porto que se pretendia liberal no território continental, mas afirmava a opressão para aqueles súditos que viviam do outro lado do Atlântico. Como resultado, a perda do Novo Mundo, a guerra civil, o impasse histórico.

Era a renovação do impasse histórico a grande herança do salazarismo. Um impasse em que qualquer movimento de aprofundamento da liberdade metropolitana desencadearia a ruptura colonial. E qualquer ação no sentido da independência das colônias vulnerabilizaria a posição reformista na metrópole. Ora, para o velho jogo não existiam mais soluções. Não mais se aceitaria a meia liberdade ou a meia independência. Tratava-se de organizar a liberdade, conquistar as independências e estabelecer as regras de uma nova convivência entre Estados autônomos lusófonos.

No Brasil, o impacto dos acontecimentos portugueses foi intenso. Desde a constatação da incapacidade de Salazar até a escolha de Marcelo Caetano, o processo foi acompanhado com interesse e certa apreensão. No dia 19 de setembro de 1968, o jornal *Última Hora* publicou matéria em que aferia a repercussão da crise sucessória portuguesa junto a figuras importantes da vida política e social brasileira. Primeiramente ouviu o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira afirmar que a sucessão de Salazar criaria um problema muito sério para Portugal:

A situação lá vai ficar muito tensa com ameaça à hegemonia portuguesa nas colônias da África, em virtude da variedade de posições a respeito do problema e porque Salazar tinha o poder de dominar tudo, ninguém contestando sua autoridade.⁴²⁸

JK confessou-se ainda grande amigo de Salazar, o que já era sobejamente sabido, e informou que, no caso de morte do presidente do Conselho, pretendia viajar para Lisboa a fim de assistir ao enterro. Acrescentou, expressando sua admiração pelo velho ditador, ser

⁴²⁸ JK: situação vai ficar muito tensa em Portugal. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 set. 1968. Caderno 2, p. 5.

Salazar “um homem dinâmico que imprimia um respeito como nunca vi. Como sua autoridade não era jamais contestada, é evidente que seu afastamento determinará um preenchimento imediato do cargo de primeiro-ministro, para evitar que a luta cresça entre as várias correntes.”⁴²⁹ Ao encerrar sua entrevista, como a demonstrar sua intimidade de longa data com os assuntos do mundo político lusitano, perguntado acerca daquele que imaginava vir a assumir a presidência do Conselho, sentenciou: “[a] meu ver, o sucessor mais provável é Marcelo Caetano.”⁴³⁰

A sucessão de Salazar, já em discussão aberta pelo Conselho de Estado, provocava no Brasil opiniões controversas, pois, enquanto o governador Negrão de Lima, ex-embaixador do Brasil em Lisboa, considerava que o período salazarista “encerra uma longa e produtiva época da história portuguesa contemporânea”⁴³¹, para o ex-oficial do Exército luso, Fernando Queiroga, asilado no Brasil, onde dirigia o jornal *Dois Bandeiras*, “a sucessão põe fim ao período mais tenebroso da nossa história.”⁴³² O presidente do Real Gabinete Português de Leitura, Antonio Saldanha de Vasconcelos, entendia que “Salazar reconduziu Portugal à condição de respeito e dignidade, dando ao país uma situação de estabilidade e prosperidade.”⁴³³

Para o professor Roberto das Neves, um dos líderes da oposição portuguesa no Brasil, “Salazar consubstancia um dos regimes mais odiosos da história. Regime que só tem paralelo com os de Hitler, Mussolini e Stálin.”⁴³⁴ Já o capitão Manoel Pedroso Marques, que havia chefiado a tentativa revolucionária contra Salazar em Beja, afirmava que “todos os nomes indicados para a presidência do Conselho de Ministros são de elementos ligados ao regime salazarista e, por isso, o sucessor irá defender a política que vinha sendo feita.”⁴³⁵ O jornalista Alves Pinheiro, que havia sido adido da embaixada do Brasil em Lisboa e dirigia o conhecido jornal *Mundo Português*, declarava sua tristeza, pois “Salazar restaurou Portugal, arrancando-o ao caos e repondo-o no mundo como nação organizada e progressista. Como líder político foi genial, fugindo contudo às exteriorizações. Entrou pobre para o governo e vai morrer talvez ainda mais pobre.”⁴³⁶ No parlamento, o deputado federal David Lerer, do MDB, expressando a opinião de boa parte da oposição brasileira, declarou que “durante 36 anos, patriotas e democratas portugueses morreram lentamente aos milhares. A nação irmã

⁴²⁹ Id.

⁴³⁰ Id.

⁴³¹ Id.

⁴³² Id.

⁴³³ Id.

⁴³⁴ Id.

⁴³⁵ Id.

⁴³⁶ Id.

estacionou política, econômica e culturalmente. Esperamos que a morte física de Salazar seja acompanhada da morte política da ditadura.”⁴³⁷

Empossado em 23 de setembro de 1968 na presidência do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano comprometeu-se a seguir fielmente a política internacional, econômica e financeira do velho ditador.⁴³⁸ Por outro lado, ensaiaria uma liberalização do regime, de pouco fôlego, incompatível com os limites impostos à política no ambiente dos marcos do Estado Novo, que desaguaria em um forte movimento social reivindicativo, em que as ações dos estudantes portugueses faziam eco às grandes manifestações de 1968, finalmente reprimido com as tradicionais armas do aparelho de segurança do salazarismo. Marcelo Caetano aprenderia aí a sua primeira grande lição. Se não era possível liberalizar o regime mantendo a guerra, manter-se-ia a guerra à custa da liberalização do regime. A agonia do salazarismo, agora sem Salazar, prosseguiria.

No Brasil, 1968 seria também um ano de cruciais definições na vida política do país. A movimentação das organizações estudantis e operárias atendeu, antes de mais nada, a uma lógica interna. As greves metalúrgicas de Osasco desencadeadas em julho, as greves de Contagem deflagradas em abril e outubro, a invasão policial do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, gerando o primeiro grande conflito de rua daquele ano e colocando em evidência o protagonismo do movimento estudantil, a “passeata dos cem mil” em 26 de junho, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo pelas forças armadas, questionaram fortemente a capacidade do regime controlar, ainda que por *manu militari*, a ordem pública.⁴³⁹

No dia 13 de dezembro, o governo decretou o Ato Institucional número 5. O AI-5 deu plenos poderes ao governo, fechou o Congresso e suspendeu as liberdades individuais e coletivas. Os pudores foram esquecidos, o pretensioso discurso salvacionista autoritário que anunciava livrar o país dos elementos que conspiravam diuturnamente contra a democracia, para logo em seguida restaurá-la, foi abandonado. Definitivamente, teoria e prática, conteúdo e forma, intenção e gesto revelavam, em uníssono, o caráter, a natureza, a face do regime: ditadura.

⁴³⁷ Id.

⁴³⁸ Portugal. O direito contra o colonialismo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968. Caderno 2, p. 1.

⁴³⁹ “O movimento estudantil ganharia novamente as ruas em junho de 1968, mês no qual atingiu seu ápice em todo o país. Generalizavam-se passeatas, greves, ocupações de faculdades etc. As divergências na cúpula do regime, indeciso entre a chamada ‘abertura’ e o endurecimento ainda maior do cenário político nacional, foram exploradas pelo movimento estudantil. O Rio de Janeiro era o cenário principal, onde os estudantes logravam adesão popular para suas manifestações: mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento nas ruas no dia 19 de junho; as cenas repetiram-se no dia 21, ainda mais agravadas, deixando quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos durante a *sexta-feira sangrenta*”. ANTUNES, R.; RIDENTI, M.. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007. p. 81-82.

O AI-5, ao invés de fortalecer a presidência de Costa e Silva, debilitou-a,

na medida em que a diluía entre os diversos Comandos militares, de cuja vontade, exclusivamente, e não da ordem jurídica, derogada, todo o seu poder emanava e dependia. [...] Em consequência, possivelmente, das tensões por que passava, seu estado de saúde não resistiu e ele sofreu uma trombose cerebral em agosto de 1969.⁴⁴⁰

O impedimento de Costa e Silva para o exercício de suas funções e a assunção ao poder por uma junta militar abriram singular disputa tanto entre oficiais gerais, quanto entre estes e os oficiais superiores, notadamente os coronéis. A ameaça de uma anarquia militar sem freios inquietou vários parceiros internacionais do Brasil, especialmente os Estados Unidos da América, que pressionaram para que, pelo menos, algumas aparências fossem salvas.⁴⁴¹

Dessa forma, definiu o Alto Comando do Exército o nome do general Emílio Garrastazu Médici para assumir a presidência da República em 30 de outubro de 1969. A montagem do simulacro de democracia – atendendo às necessidades de uso desse pretense símbolo da superioridade organizativa ocidental por uma elite brasileira sempre preocupada em demonstrar ao mundo sua modernidade e diferenciado grau de civilização, vis a vis uma vizinhança atrasada, aliada ao interesse dos parceiros externos de obter um sinal qualquer, ainda que meramente ritual, a indicar algum apego às formas políticas representativas no governo que se iniciava, de modo a sustentar, perante seus respectivos públicos internos, que aquilo que se vivia no Brasil equivalia apenas a um lapso democrático, e que mais tarde viria uma transição para um regime de liberdades – completou-se com a outorga da Constituição de 1969 e a reabertura de um Congresso castrado, destinado apenas à pompa e circunstância de um evento para o qual em nada concorrera.

Ao final dos anos 1960, Brasil e Portugal tinham diante de si um mundo em veloz mudança. Mudança na maneira de ser e estar, mudança no sentido e destino da vida humana, mudança na tecnologia dos processos e da produção de bens, mudança nas comunicações e na percepção de pertencimento à sociedade global, mudança na governança planetária a partir da emergência de novos atores e da readaptação dos mais antigos aos ventos impiedosos que varriam os quatro cantos da Terra.

⁴⁴⁰ BANDEIRA, Moniz, op. cit., p. 106.

⁴⁴¹ Ibid., p. 107-108.

Brasil e Portugal, do alto dos seus autárquicos projetos autoritários, observavam aqueles anos sem conseguirem penetrar no espírito do tempo que celereamente rompia as certezas constituídas e descortinava, no limite da mudança, as possibilidades do novo.

CAPÍTULO 5

BRASIL E PORTUGAL: NOVOS ENSAIOS E VELHAS ATITUDES NOS ESPAÇOS DE UMA ÁFRICA EM TRANSFORMAÇÃO (1969-1974)

A aguda crise política, vivida pelo Brasil ao longo do ano de 1968 até o impedimento do presidente Costa e Silva e o posterior exercício do poder pela junta militar, teve sua resolução intra-sistêmica com a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República, em 30 de outubro de 1969. O combate às organizações armadas de esquerda que confrontaram o regime e o acelerado desenvolvimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro”, determinaram, por um lado, a coesão das forças militares contra o “inimigo interno” e, por outro, a conquista de certa legitimidade de resultados, que deram suporte ao aprofundamento das mudanças observadas, ainda em sua fase embrionária no governo Costa e Silva, colocando em desuso alguns dos pressupostos centrais da administração Castello Branco.

A política externa seria posta a serviço do desenvolvimento econômico nacional a partir dos pressupostos do nacionalismo autoritário que definiria, desde então, a ação do país nos foros multilaterais, ou em seus relacionamentos de caráter bilateral. A retomada do nacionalismo, com forte viés autárquico, consolidar-se-ia transformando-se em uma constante da ação dos governos militares durante a década de 1970, após o “passo fora da cadênci”⁴⁴², representado pelo período Castello Branco. Tanto o governo Médici, quanto o governo Geisel

manifestaram determinação na condução de uma política externa voltada para a redução do grau de dependência do país por meio da redefinição do papel internacional do Brasil. Essa retomada nacionalista, iniciada por Costa e Silva, seguiu por toda a década de 1970 e procurou explorar as contradições geradas pela própria integração do Brasil ao Ocidente.⁴⁴³

⁴⁴² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 332.

⁴⁴³ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 130.

De maneira a enfatizar o valor conceitual e prático do nacionalismo na nova administração, o ministro Mário Gibson Barbosa, em seu discurso de posse, afirmou que “o Itamaraty está a serviço do Brasil. A defesa intransigente do interesse nacional, tal como definido pelo governo, é a nossa bússola, por ela nos orientaremos sem desfalecimento.”⁴⁴⁴

Esse nacionalismo, que pretendia orientar pragmaticamente a inserção brasileira em um mundo complexo e dinâmico a serviço do desenvolvimento interno, recolocava a problemática africana nos termos de um relacionamento que contemplava de forma mais efetiva as possibilidades econômicas e os desafios estratégicos implícitos à nova e instável ordem internacional que se esboçava a partir da crise política e econômica desencadeada em escala global, pelos eventos de 1968 e pelos sinais de fragilidade e desorganização da economia mundial que levariam à ruptura dos acordos de Bretton Woods em 1971⁴⁴⁵. O lugar da África seria então o do mercado potencialmente comprador de produtos e serviços de média e baixa tecnologia agregada, adaptados mais fácil e rapidamente pelo Brasil, do que poderiam fazer os países desenvolvidos, à realidade geográfica, produtiva e consumidora do continente africano. No final dos anos 1960, e principalmente nos anos 1970, o desenvolvimento industrial brasileiro iria forjar as condições de uma efetiva complementariedade, antes inexistente ou precariamente não-funcional, que possibilitaria a concretização de vigoroso intercâmbio bilateral, a fazer transitar entre os dois lados do Atlântico produtos manufaturados para a África e petróleo e outras matérias-primas para o Brasil.⁴⁴⁶

Contudo, apesar de tantas possibilidades ainda a explorar para o efetivo aprofundamento dessas relações, a continuidade da aliança portuguesa funcionava como poderosa barreira de contenção à criatividade e ousadia políticas do Itamaraty na construção de novos conceitos associativos e na implementação de projetos mutuamente proveitosos. O Brasil, malgrado todas as expectativas, manteve seu apoio a Portugal nos foros internacionais durante o governo Médici, mesmo que paralelamente lançasse uma política africana mais agressiva e reservadamente informasse aos parceiros lusitanos seu crescente desconforto com a insistência de Lisboa em não negociar a autonomia de suas dependências africanas.

⁴⁴⁴ Mário Gibson afirma que o Itamaraty há de ajudar sempre mais o progresso do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 nov. 1969. Primeiro Caderno, p. 5.

⁴⁴⁵ Em 1971, diante de pressões crescentes na demanda global por ouro, Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, suspendeu unilateralmente o sistema de Bretton Woods, cancelando a conversibilidade do dólar em ouro, introduzindo, assim, um alto grau de instabilidade e desconfiança no sistema internacional de pagamentos e compensações.

⁴⁴⁶ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 134.

As hesitações do Estado brasileiro quanto à questão colonial portuguesa na África e a tibieza, e mesmo a naturalidade, com que encarava historicamente as intervenções dos movimentos associativos lusitanos nas mais diversas facetas da política interna e externa do país continuariam a ser percebidas nos anos 1970, demonstrando cabalmente a sua incapacidade de se opor, por variadas razões, ao poderoso *lobby* português que, articulado a partir do Rio de Janeiro, fazia sentir sua vontade com alto grau de eficiência desde meados do século XX.⁴⁴⁷ Agindo de maneira a influenciar a formulação e implementação da política externa brasileira no proveito das posições de Lisboa, bem como pressionar no sentido da ampliação das concessões à colônia lusa no Brasil, o *lobby* português obteria mais uma significativa vitória ao colocar em marcha o processo de elaboração dos marcos legais do estatuto da igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses em ambos os países. Medida essa de grande alcance para os milhares de portugueses radicados no Brasil e claramente irrelevante para a pequena comunidade de brasileiros vivendo em Portugal, tendo em vista a gritante diferença quantitativa entre as duas colônias, dando assim a exata dimensão da fictícia isonomia de tratamento aos nacionais vivendo como emigrantes nas duas margens do Atlântico.

Na oportunidade de sua viagem oficial ao Brasil em julho de 1969, o chefe do governo português, Marcelo Caetano, assinalou formalmente a necessidade de regulamentação da igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses, como estava previsto no artigo II do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. Aceita pelo Brasil a sugestão do mandatário português, encomendou-se ao jurista Clovis Ramalhete a apresentação de projeto regulamentando o tema, o que, cumprido e entregue ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid, tornou plenamente aplicável o artigo 199 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que rezava o seguinte: “Respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 145, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros.”⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ A intensa atividade do *lobby* português no Brasil dedicava-se a influenciar desde as negociações bilaterais entre o Brasil e Portugal sobre os assuntos mais diversos, passando pela permanente cobrança às autoridades brasileiras no sentido de respeitar escrupulosamente os interesses, vistos mesmo como direitos, da colônia lusa, e chegando às verdadeiras campanhas de publicidade, periodicamente executadas, que visavam ressaltar a centralidade da etnicidade lusitana na formação da nacionalidade brasileira. Exemplo prático dessa última tarefa, de que se desincumbia com esmero o *lobby* português, foi a consagração, em 1970, do dia 22 de abril como data de comemoração em todo o território nacional do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, aproveitando, com extraordinário senso de oportunidade, a grande mobilização em torno das comemorações do sesquicentenário da independência para reafirmar o valor histórico da lusitanidade comum aos dois povos.

⁴⁴⁸ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, op.cit., p. 318.

Mesmo mantidas as limitações impostas no artigo 145 da Constituição, poderiam os portugueses concorrer a diversos cargos, como os de prefeito e vice-prefeito, vereador ou deputado estadual. Em uma medida que agradava sobremaneira a Portugal e aos interesses lusitanos radicados no Brasil, pela óbvia razão de se introduzir no núcleo da sociedade política brasileira uma racionalidade binacional face à possibilidade da presença de portugueses em relevantes funções legislativas e executivas, dizia o jurista Clovis Ramallete ter partido de uma “concepção jurídica que estabelece o único espaço econômico, técnico e cultural para Brasil e Portugal.”⁴⁴⁹ Ainda explicando essa exótica legislação de fundamentação comunitária, sem que existisse ou estivesse em vias de existir juridicamente a própria Comunidade, o autor do texto, justificando a necessidade de atrair especificamente os portugueses e com isso acatando plenamente antiga reivindicação da colônia lusa ao propor-lhe a fruição de privilégios únicos frente a emigrantes de outras nacionalidades, frisava que

[o]s emigrantes de formação técnica – engenheiros, médicos e até mesmo enfermeiros ou técnicos de nível médio – evitam vir para o Brasil por encontrarem aqui dificuldades para fazer valer os diplomas que conseguem em Portugal. Mas nós temos carência desses técnicos e precisamos deles aqui.⁴⁵⁰

Se privilégios eram concedidos aos portugueses residentes no território brasileiro, em Lisboa se observava com apreensão as dificuldades econômicas que se iam avolumando com o tempo, por conta da inadequação do seu parque produtivo à aceleração do processo de integração europeia e dos extraordinários gastos da guerra na África. Posto que essa realidade dificilmente seria alterada de maneira substancial pelo sistema de poder em vigor, diversos segmentos de grande influência política e empresarial prospectavam a disponibilização daquilo que entendiam ser um dos poucos trunfos ainda em suas mãos, o patrimônio colonial, por conta do relacionamento com um de seus últimos parceiros a dispor de certa capacidade econômica e interesse efetivo em constituir uma associação visando empreender em solo africano. Era o Brasil, experimentando excepcional crescimento econômico, esse parceiro que se dispunha, apesar de toda a inconveniência política do momento, a buscar oportunidades de investimentos e abertura de mercados em novos espaços abertos às inversões econômicas e ao intercâmbio comercial.

⁴⁴⁹ Direitos dos portugueses: pronto estudo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. 1970. Primeiro Caderno, p. 5.

⁴⁵⁰ Id.

Em março de 1970, o jornal lisboeta *Diário de Notícias* deu início a uma série de entrevistas que pretendiam analisar o estágio então vivido pelas relações luso-brasileiras. O depoimento do banqueiro português João Anjos Rocha, em velada crítica política ao Estado lusitano, sublinhou que, mantidas a inércia e a pouca agressividade do governo na atração de investimentos brasileiros, “a constituição de uma comunidade luso-brasileira, [de acordo com o plano estatal baseado em uma etérea fraternidade] levaria Portugal a desempenhar o papel de irmão necessitado.”⁴⁵¹ Reforçando sua opinião favorável a uma maior e mais ampla integração dos dois países, sem a exclusão do ultramar, avaliou que “Portugal tem de olhar para os interesses econômicos da comunidade e a sua eventual projeção como único meio de obviar suas relações tradicionais.”⁴⁵² Expressava ainda a tese de que, com a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu, Portugal seria colocado perante exigências de profundas alterações em sua política ultramarina antes que lhe fosse permitido o acesso à Comunidade Econômica Européia:

É lícito prever que os parceiros do futuro Mercado Comum, logo que ele rompa o núcleo original dos seis, só nos admitirão a título de favor, mediante condições inaceitáveis. [...] Nesta concepção, parece-me que seria útil maior aproximação para em conjunto se visar a América Latina. Assim se criaria um mercado próprio de interesses recíprocos cuja amplitude demográfica excederia em três vezes o Mercado Comum, com a suplementar vantagem sobre este no parentesco histórico e idiomático dos seus países integrantes. Embora do Brasil seria viável transformar em Portugal matérias-primas daquele país e exportar produtos finais principalmente no ramo das indústrias alimentares. [...] se tivermos o Brasil por nós ninguém estará verdadeiramente contra nós.⁴⁵³

Os homens de negócios entendiam ser aquela a hora para, franqueando o ultramar ao Brasil, escapar do inevitável *diktat* europeu e auferir lucros associando-se à influente presença brasileira em outras regiões de desenvolvimento recente como a América Latina.

Entretanto, essa movimentação, liderada principalmente pelo *establishment* empresarial lusitano, encontraria, como sempre, no governo português tergiversações, discursos dúbios e pouco conclusivos. Lisboa preferia perder seu patrimônio colonial a abri-lo à exploração associada ao Brasil nos termos adequados de uma efetiva Comunidade luso-brasileira.

⁴⁵¹ Lisboa analisa as relações com o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1970. Primeiro Caderno, p. 1.

⁴⁵² Id.

⁴⁵³ Id.

Apesar disso, era evidente a disposição inicial do governo brasileiro de tentar ocupar os espaços disponíveis para as trocas comerciais, principalmente com aquelas províncias africanas de Portugal ricas em jazidas de petróleo, pois era crescente a necessidade brasileira desse insumo, essencial ao processo de desenvolvimento industrial do país. Afinal, a possibilidade de constituição de associações de empresas brasileiras e portuguesas para a exploração econômica em todos os territórios sob a jurisdição de Lisboa e Brasília estava na base da criação, em julho de 1970, do Centro Empresarial Luso-Brasileiro de Cooperação Econômica.⁴⁵⁴

Tomado por um forte entusiasmo, dadas as potencialidades africanas, que o fazia superestimar os sinais de aprovação e subestimar os entraves burocráticos e políticos oriundos da mesma Lisboa, o embaixador do Brasil, Luis Antonio da Gama e Silva, julgava que nunca antes as perspectivas de colaboração econômica e financeira entre os dois países, principalmente no tocante à exploração e à comercialização do petróleo nas províncias ultramarinas, haviam sido postas tão concretamente. Os contatos, conversações e negociações entre brasileiros e portugueses no setor do petróleo vinham sendo mantidos desde 1965, após o que, chegou-se à assinatura do Acordo Comercial de 1966 e, principalmente, a Declaração de Cooperação Econômica Brasil-Portugal, diplomas legais esses que constituíram o arcabouço formal essencial a qualquer continuidade e aprofundamento daquilo que se acordava preliminarmente nos encontros das comissões de ambos os países.⁴⁵⁵

Embora os passos preliminares tivessem sido dados, o Brasil tinha à sua frente apenas acenos vagos, promessas pouco efetivas e incentivos limitados aos bastidores das negociações por parte das autoridades portuguesas, empenhadas em fazer Brasília crer na sua preferência pela presença do Brasil em tão importante negócio. Contudo, uma avaliação mais detalhada daquilo que se proclamava ser uma abertura sem precedentes à presença econômica brasileira no território colonial português em África descortinava toda sorte de limites e obstáculos postos à presença de empresas e capitais do país no empreendimento energético. Senão vejamos o que dizia o relatório que mapeou as principais áreas de interesse para o Brasil na região petrolífera angolana:

⁴⁵⁴ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *Participação brasileira na exploração do petróleo ultramarino português*. Lisboa, 31 maio 1971. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 117 – 1971 (Lisboa – Luxemburgo). Ofícios, Confidencial, n. 224. p. 1.

⁴⁵⁵ *Ibid.*, p. 2-3.

1ª. Ao norte de Novo Redondo [...]. A PETRANGOL (associada à ANGOL, TEXACO E GENERAL MINING AND FINANCE CORP.) terá seu contrato expirado em 30 de dezembro de 1970. [...] Naturalmente, a PETRANGOL estará interessada em obter a concessão nas áreas que terá que libertar. No entanto, não tem qualquer prioridade para tal.

2ª. Ainda ao norte de Novo Redondo. A PETRANGOL está pedindo propostas para a exploração de algumas de suas áreas marítimas. Um consórcio brasileiro poderia concorrer.

3ª. Ao sul de Novo Redondo [...], em área não aprovada. O consórcio brasileiro iria concorrer com cerca de 16 outras firmas entre as quais a SHELL, a MOBIL, a ESSO e a BP. Fontes do ministério do ultramar afirmaram que o critério da concorrência não se limita aos campos técnico e econômico. O fator político é de grande importância.⁴⁵⁶

As empresas brasileiras estariam, de acordo com o relatório da embaixada em Lisboa, diante de uma oportunidade histórica para empreender no setor de petróleo angolano. Teriam apenas que enfrentar a Texaco, General Mining and Finance Corporation, Shell, Mobil, Esso, BP, entre outras gigantes do mercado. Ainda de acordo com fontes portuguesas, que sequer foram identificadas nos documentos diplomáticos, a questão não se cingiria apenas aos fatores técnicos e econômicos, estaria relacionada também com fatores de ordem política. Ora, as empresas nacionais teriam que se confrontar, em clara situação de inferioridade técnica e econômica, com as maiores estruturas do mundo no setor, porém, segundo aqueles informantes secretos em Lisboa, como a revelar grande novidade, estaria assegurado que o fator político seria levado em alta consideração na decisão da concorrência. Como se Portugal não necessitasse desesperadamente e pudesse prescindir do apoio do poder norte-americano, inglês, holandês e francês, países sedes dos principais grupos acionistas das matrizes dessas empresas, para, num gesto de reconhecimento pelos bons serviços do Brasil à causa lusitana na África, fruto de um bem urdido tráfico de influência, determinar a vitória dos interesses brasileiros na concessão da exploração petrolífera em Angola.⁴⁵⁷

Toda essa movimentação em torno da presença brasileira na exploração de petróleo na África portuguesa, apoiada por uns e desestimulada por outros integrantes do governo Médici, acabou por chegar à mesa presidencial para que o mandatário brasileiro arbitrasse a posição definitiva do país sobre a questão. O chanceler Mário Gibson Barboza assim descreveu a reunião que afastou o Brasil das tratativas para integrar o empreendimento:

⁴⁵⁶ Ibid., p. 3-4.

⁴⁵⁷ Deve-se ressaltar que todos os países nos quais se encontravam as sedes das empresas interessadas no negócio do petróleo angolano eram membros fundadores da OTAN, organização que era, naquela altura, a verdadeira âncora política e militar a possibilitar alguma estabilidade ao Estado lusitano em meio à guerra com que se defrontava no continente africano.

Os desafios e dificuldades para levar avante essa política de aproximação com a África eram agravados – ainda que sem intenção política e com objetivos puramente econômicos e comerciais – por obstáculos de outra natureza.

Assim, tive de contrariar o reiterado desejo do então presidente da Petrobrás, General Ernesto Geisel, no sentido de que o Brasil se associasse a Portugal na exploração do petróleo de Angola.

Argumentei com o Presidente Médici, dizendo-lhe que atrás de interesses aparentemente comerciais, na defesa destes e de interesses políticos, vem muitas vezes a atuação de forças militares. Era perigoso entrarmos nessa ligação com Portugal, que tinha óbvio interesse em vincular o Brasil ao seu domínio sobre as ‘províncias ultramarinas’. E precisamente em algo tão politicamente sensível como a exploração de petróleo. Assinaei a Médici que, na minha avaliação, a África portuguesa em breve se tornaria independente e que, então, o Brasil teria de expiar o grave erro de se haver associado à exploração econômica colonial portuguesa na África.

Cabia a Médici arbitrar. E ele decidiu a favor da minha posição, consciente de que ela se inseria na linha de política externa que eu lhe propusera e que ele aprovara sem reserva.⁴⁵⁸

Se as necessidades econômicas portuguesas faziam com que o governo de Marcelo Caetano, de maneira controlada, operasse uma abertura aos investimentos internacionais, a situação política interna e externa mantinha-se inalterada por conta da permanente recusa do poder autoritário e colonialista lusitano em negociar as mudanças estruturais requeridas na metrópole, nas colônias e por importante parcela da opinião pública mundial.

Esse cenário de perda de legitimidade e credibilidade do governo português junto à Comunidade das Nações aprofundou-se com o desenrolar de uma nova etapa da difícil e complexa convivência com a Igreja Romana após o Concílio Vaticano II. Para escândalo do governo de Marcelo Caetano e das forças conservadoras que o sustentavam, o papa recebeu em audiência, no dia 2 de julho de 1970, pela primeira vez, dirigentes de movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. Lá estavam Marcelino dos Santos, presidente do comitê de coordenação da Frente de Libertação de Moçambique, Agostinho Neto, presidente do Movimento de Libertação de Angola, e Amílcar Cabral, presidente do Movimento de Libertação de Guiné-Bissau, que participavam, em Roma, da Conferência Internacional de Solidariedade à Luta das Colônias Portuguesas. Os líderes dos movimentos de emancipação nacional das colônias portuguesas na África foram recebidos pelo papa Paulo VI durante

⁴⁵⁸ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 244.

cerca de oito minutos, entre outras cento e vinte pessoas admitidas à cerimônia semanal do *baciamano*. Antes, porém, já haviam apresentado seus “respeitos e devoção ao Santo Padre.”⁴⁵⁹

Apesar da Santa Sé informar que “a entrevista não tinha tido caráter de reivindicação política”⁴⁶⁰ e o papa apenas os havia abençoado dizendo-lhes estar orando pela África, em contato com a imprensa, os três chefes dos movimentos emancipacionistas africanos externaram sua profunda satisfação pela audiência que consideraram um fato político e moral da maior importância. Na oportunidade, declarou Amílcar Cabral que

[d]iante da hierarquia portuguesa, que classifica as tropas colonialistas do Exército de ‘defesa da civilização’, Paulo VI acaba de demonstrar que a Igreja apóia a liberdade e a independência de nossos povos. [...] agora os prelados portugueses que, como o Bispo do Porto, estão do nosso lado, irão sentir-se alentados e reconfortados.⁴⁶¹

De acordo com os revolucionários africanos, o papa ainda lhes entregou um exemplar da encíclica *Populorum Progressio*, que defende, de acordo com a doutrina social da Igreja, os direitos dos trabalhadores e do Terceiro Mundo. Agradecendo o presente, Amílcar Cabral comunicou ao Sumo Pontífice que essa encíclica era bastante conhecida entre os africanos, mas tinha sérias dúvidas de que os católicos portugueses que “massacravam os africanos também a tinham lido.”⁴⁶²

Dada a extraordinária repercussão internacional da audiência no Vaticano, que foi vista pela mídia global como mais um sinal da solidão em que se encontrava Lisboa em termos do encaminhamento da questão colonial africana, o governo português, atônito, teve como única reação concreta no primeiro momento chamar seu embaixador acreditado junto à Santa Sé, Eduardo Brazão, para consultas, de modo a deixar claro seu descontentamento com o acontecido.⁴⁶³ A dificuldade inicial em responder àquilo que considerou um insulto devia-se também ao desagrado demonstrado pela população portuguesa, cerca de 90% católica, quando, em situação anterior, o governo de Lisboa acusou o papa de agravo e injustiça para com Portugal. Em um momento político de muitas dificuldades, havia ainda a considerar se a

⁴⁵⁹ Paulo VI recebe os líderes do movimento das guerrilhas nas colônias portuguesas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jul. 1970. Primeiro Caderno, p. 2.

⁴⁶⁰ Id.

⁴⁶¹ Id.

⁴⁶² Id.

⁴⁶³ Embaixador no Vaticano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1970. p. 7.

hierarquia conservadora encabeçada pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira apoiaria, ou não, o governo contra a atitude papal.

Finalmente, após quatro dias de silêncio, o governo português resolveu apresentar um protesto formal ao Vaticano pela concessão da audiência aos líderes rebeldes africanos, pedindo que “a Santa Sé apresentasse explicações convincentes para esse deplorável incidente.”⁴⁶⁴ Partilhando igualmente do silêncio obsequioso a que o Palácio das Necessidades se havia imposto, a imprensa lusa, passado o período de meditação sobre o caso, avaliou de maneira bastante dura a atitude do papa Paulo VI, como a dizer aquilo que os homens de Estado gostariam, mas não poderiam. Segundo o *Diário de Notícias*,

[o] Papa recebeu os terroristas responsáveis pelo massacre de milhares de cristãos. [...] Paulo, o vigário de Cristo, recebeu e dialogou com os criminosos confessos que, sobre as fronteiras africanas de Portugal, cometeram os mais bárbaros assassinatos. [...] A quarta-feira foi em Roma uma verdadeira quarta-feira de cinzas que todos desejamos ver aclarada e definitivamente dissipada.⁴⁶⁵

Todavia, o interesse português era o de encerrar da maneira mais honrosa possível o incidente diplomático, pois a atenção e capacidade de articulação política do Estado, praticamente em seu limite operacional, deveriam se concentrar nos temas de grande transcendência para os destinos do regime, que estavam na ordem do dia. Por isso, a mera repetição de nota anterior, por parte da Secretaria de Estado do Vaticano, afirmando não ter havido nenhuma motivação política no encontro, uma justificativa entendida como pouco crível pela maioria dos que acompanhavam a questão, foi considerada explicação suficiente para aplacar o desejo de reparação de Lisboa. No dizer do presidente do Conselho, Marcelo Caetano, claramente aliviado pela decisão de dar como encerrado o episódio, “Deus seja louvado, o Papa não abençoou nem podia abençoar os terroristas enquanto que tais.”⁴⁶⁶

Nos foros multilaterais também era permanente a pressão sobre as delegações portuguesas, fossem quais fossem os temas ou objetos centrais do interesse dessas organizações. Nesses embates, o Brasil colocava em risco freqüentemente seu patrimônio de

⁴⁶⁴ Lisboa quer explicação convincente do Vaticano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 1970. Primeiro Caderno, p. 2.

⁴⁶⁵ Id.

⁴⁶⁶ Id.

reconhecida capacidade de negociação e mediação de conflitos, por conta de sua lealdade ao cada vez menos defensável Estado lusitano.

Entre os dias 5 e 15 de outubro de 1971, no transcorrer da VII Assembléia Plenária da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), realizada em Londres, ocuparam-se largamente os países membros em debater as questões relativas à presença de Portugal e da África do Sul no encontro.

O assunto foi inicialmente levantado no âmbito do Comitê I, de caráter administrativo, legal e financeiro, por alguns países africanos e socialistas, liderados por Gana, Índia e União Soviética, os quais, com base nas resoluções 2555 (XXIV), 2671 (XXV), 2704 (XXV) e 2707 (XXV) da Assembléia Geral das Nações Unidas⁴⁶⁷, manifestaram-se no sentido de que Portugal e África do Sul (que não eram membros plenos da IMCO) não mais fossem convidados para reuniões da Organização ou para conferências patrocinadas pela IMCO; propuseram, ademais, que o representante de Portugal, que se encontrava presente na qualidade de observador, fosse expulso da Assembléia Plenária em curso. Nos debates que se seguiram, vários países desenvolvidos enfatizaram o caráter técnico da IMCO e a inconveniência de se introduzirem temas políticos nos seus trabalhos.⁴⁶⁸

Registrando o visível desgaste que sofria o país por conta de sua posição de apoio aberto ou velado a Portugal, a delegação brasileira inicialmente preferiu não participar dos debates na primeira sessão que discutiu o tema. Em nova sessão, a delegação brasileira deixou de comparecer, tendo em vista que o voto contrário, ou mesmo uma abstenção, poderia repercutir desfavoravelmente entre os países afro-asiáticos, árabes e socialistas, prejudicando a candidatura do Brasil ao Conselho da entidade. As discussões no âmbito do Comitê I não chegaram a termo e o tema foi incluído na pauta do plenário.

Quando da discussão da matéria, já tendo sido efetuadas as eleições para o Conselho, com a reeleição do Brasil, a delegação de Gana, em manobra inteligente, inverteu os termos da questão na forma em que tinha sido tratada no Comitê I. Declarou o delegado de Gana que não se tratava de reconhecer a validade ou não da expulsão de Portugal e África do Sul em face do caráter técnico da IMCO, mas de se cumprir um mandato da Assembléia Geral das Nações Unidas; assim, os países que insistissem em ressaltar o caráter técnico da IMCO para impedir a expulsão daqueles dois países é que estariam trazendo um debate de natureza política para o seio da Organização. Vários países africanos e socialistas apoiaram a posição

⁴⁶⁷ Os números em algarismos romanos referem-se às reuniões anuais da Assembléia Geral das Nações Unidas.

⁴⁶⁸ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *VII Assembléia Plenária da IMCO. Resolução sobre Portugal e África do Sul*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1971. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 160, 1960-1971. Despachos, Confidencial, n. 1520. p. 1.

de Gana e nenhum país se manifestou contra a mesma. O presidente da plenária incumbiu, então, o secretário geral de elaborar projeto de resolução nos termos da proposição africano-socialista, para ser submetido à votação no dia seguinte. Nessa altura, a delegação brasileira pediu a palavra para fazer uma declaração que, julgava, deveria ser levada em consideração antes de qualquer votação sobre a matéria.

A delegação brasileira, dentro da linha dos debates no Comitê I e da posição assumida pelo Brasil durante a Assembléia Plenária da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), realizada em Viena em julho de 1971, havia preparado uma comunicação no sentido de que, por ser a IMCO uma organização técnica, não era o foro apropriado para os debates sobre as citadas resoluções da Assembléia Geral da ONU. Em face da posição de Gana, acima mencionada, uma intervenção dessa natureza poderia não surtir os efeitos desejados e ser considerada uma questão fora de ordem. Assim, a delegação brasileira mudou a tônica de sua declaração e expressou-se no sentido de que, a seu ver, a IMCO estava cumprindo as resoluções pertinentes das Nações Unidas, porquanto não estava fornecendo assistência econômica, financeira ou técnica nem a Portugal nem à África do Sul; quanto à exclusão de reuniões da organização e de conferências convocadas ou patrocinadas pela mesma, tais medidas não estavam previstas nas resoluções das Nações Unidas. Além disso, acrescentou, os assuntos da competência da IMCO, tais como segurança da navegação, segurança da vida humana no mar, poluição do mar por óleo, entre outros, não tinham fronteiras e não se inclinavam diante de considerações políticas. Dessa forma, a aprovação de resolução de exclusão de Portugal e África do Sul seria ilegal, feriria a letra e o espírito da Convenção e seria contrária aos interesses da Organização. A delegação brasileira foi apoiada por vários países, tendo a delegação do Canadá sugerido proposta de resolução no sentido de o secretário geral ser instruído a informar as Nações Unidas de que a IMCO encontrava-se rigorosamente em conformidade com as suas decisões.⁴⁶⁹

Dando continuidade aos debates, a União Soviética procedeu à leitura das resoluções pertinentes da ONU, salientando que as mesmas determinavam que os organismos especializados, além de não prestarem assistência econômica, financeira e técnica, deveriam cessar qualquer outro tipo de cooperação com Portugal e África do Sul. A delegação norte-americana, em resposta, salientou que as citadas resoluções não eram mandatórias e, referindo-se à declaração da delegação brasileira, acentuou que não previam a exclusão daqueles dois países dos organismos especializados, tanto que não os impedia de participar

⁴⁶⁹ Ibid., p. 3-4.

das próprias reuniões da Assembléia Geral; portanto, adiantou, a IMCO não fazia mais do que a prática adotada naquela Assembléia Geral. A delegação do Reino Unido propôs, então, que o projeto de resolução do Canadá fosse emendado de modo a refletir a declaração final feita pela delegação norte-americana, o que foi apoiado pelo Canadá, Brasil e outros países.

Submetida a voto secreto, por proposta da Índia, secundada pela União Soviética e Reino Unido, a proposta de resolução do Canadá foi aprovada por 27 votos a favor, 23 contra e 3 abstenções. Dessa forma, a resolução africano-socialista não foi submetida à votação, conseguindo Portugal e África do Sul, mais uma vez, manter suas posições à custa de grande desgaste político próprio e de seus apoiadores.⁴⁷⁰

Internamente, em 1971, já era possível avaliar os primeiros anos do governo de Marcelo Caetano. Os setores ultra-radicais, sempre inquietos com qualquer possibilidade de novos encaminhamentos da questão africana, se não mais detinham o poder de outrora, eram suficientemente influentes para fazer valer seus interesses pela importância dos segmentos sociais e econômicos que representavam. A cada pequeno passo liberalizante dado pelo governo, concessões tinham de ser feitas às forças ainda vivas de um salazarismo insone, configurando uma situação de inércia politicamente intransponível, uma solução de compromisso com o passado, um eterno jogo de soma zero.

Aos insolúveis problemas políticos agregavam-se as dificuldades de ordem econômica. O comércio exportador português continuava frágil, muito porque exposto às oscilações de reduzido número de compradores significativos: Reino Unido, Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Bélgica, França e Itália. Esses países absorviam cerca de 60% do total das exportações portuguesas, incluindo aí o ultramar. Chamava atenção também a limitada variedade de produtos exportados, tais como conservas de peixe, bebidas alcoólicas, minerais em bruto, produtos resinosos e madeiras, totalizando esses itens em torno de 65% de suas exportações. Finalmente, ainda em 1971, apenas 30% do total dos produtos de exportação portugueses eram constituídos por artigos manufaturados, com predominância dos têxteis, cujo escoamento se achava em séria dependência do mercado norte-americano que, sozinho, consumia um quarto da produção lusitana.⁴⁷¹

Nestas condições, e ainda por envidar esforços no sentido de desenvolver o chamado “espaço econômico português”, o país não permanecia alheio às medidas de protecionismo do comércio internacional.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 5.

⁴⁷¹ NETO, Antonio Fantinato. *Informação sobre Portugal (Ano de 1971)*. Lisboa, 17 abr. 1972. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 005 – 1972. Ofícios, Confidencial, n. 167. p. 5-6.

Todavia, ao aderir ao GATT⁴⁷², Portugal o fez com algumas reservas, resultando-lhe a faculdade de aplicar uma sensível margem de liberalização aduaneira, de acordo com a sua conjuntura comercial interna. Daí a origem das “listas residuais GATT”, uma para a metrópole e outra para as colônias, mediante as quais eram excluídos de concessões aduaneiras os produtos cuja comercialização devessem ser objeto de controle do Estado.

Paralelamente, as necessidades econômicas dos territórios de ultramar e o projeto de desenvolvê-los conduziam Portugal a filiar-se às entidades internacionais relacionadas com a comercialização dos seus produtos primários exportáveis, do que era exemplo sua condição de membro da Organização Internacional do Café, com vistas à proteção do produto primário básico da economia angolana. No mesmo sentido, Portugal continuava ativo participante das convenções sobre transportes, não custando relembrar, no tocante ao transporte marítimo, o conceito especial que adotava para o comércio de cabotagem, o qual se tornava extensivo, como se sabe, ao transporte marítimo entre a metrópole e o ultramar, em total discrepância com as normas internacionais aplicáveis ao tema.

Absorvido pelos problemas de defesa e desenvolvimento de suas colônias africanas, bem como pela preocupação de executar um programa de desenvolvimento global na área metropolitana, consubstanciado no Plano de Fomento, Portugal não promovia uma política de auxílio multilateral ou bilateral a países em desenvolvimento. Era possível mesmo dizer que sua participação em organismos internacionais, com finalidade de ajuda, assumia mais um caráter de pleiteante e beneficiário de programas de assistência técnica. Colocando-se nessa condição, tornava-se mais relevante a influência que sobre Portugal vinha exercendo o movimento de investimentos de capital, oriundos do exterior.

De acordo com as características de sua economia dicotomizada entre a metrópole e as colônias, o governo luso incentivava, em escala crescente, uma política econômica de atração de investimentos estrangeiros não somente em relação ao ultramar, como também para o desenvolvimento de seu território continental europeu.

Especificamente no decorrer dos três primeiros anos de exercício da presidência de Marcelo Caetano, alcançaram significativo crescimento os investimentos estrangeiros aplicados na metrópole, como se pode observar pela comparação dos dados estatísticos entre 1969 e 1971. As inversões norte-americanas passaram de seis milhões de dólares para mais de quatorze milhões. As do Mercado Comum foram de cerca de sete milhões para algo em torno

⁴⁷² General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

de dezesseis milhões. No total, os investimentos subiram de vinte e seis milhões e quatrocentos mil para cinquenta e oito milhões e trezentos mil dólares.⁴⁷³

Quanto às operações de captação de fundos a longo prazo pelo setor público, o montante de entrada, após sensível declínio em 1970, apresentou em 1971 importante recuperação, passando de vinte e oito milhões para trinta e sete milhões de dólares.⁴⁷⁴

No plano da relação comercial com o Brasil, o triênio 1969/1971 apresentou tendências positivas. As trocas bilaterais atingiram a cifra global recorde de trinta e cinco milhões e duzentos mil dólares, devendo ser assinalado o aumento do valor médio da tonelada exportada pelo Brasil, de noventa e cinco dólares no quinquênio 1962/1966, para cento e vinte e nove dólares em 1971, enquanto, inversamente, o valor unitário médio da tonelada portuguesa exportada, no mesmo período, passou de trezentos dólares para cento e sessenta e seis em 1971. A balança comercial manteve-se favorável ao Brasil e acentuou-se a diversificação crescente dos produtos brasileiros importados pelo mercado português.⁴⁷⁵

Apesar dessas tendências positivas, uma avaliação mais criteriosa desse comércio entre as duas nações mostraria a relativa insignificância dos parceiros, um frente ao outro, levando-se em consideração o movimento global do comércio de ambos. Os exemplos dessa fragilidade podem ser conferidos tanto nos números percentuais de produtos brasileiros importados pelos portugueses contra o total de mercadorias entradas em Portugal, passando de 1,24% em 1969 para 1,40% em 1971, como nos números percentuais de produtos portugueses importados pelos brasileiros contra o total de mercadorias entradas no Brasil, passando de 0,73% em 1969 para 0,80% em 1971.⁴⁷⁶

A discriminação dos produtos comercializados por ambos os países, no início da década de 1970, também demonstrava cabalmente a pequena variabilidade das trocas entre portugueses e brasileiros ao longo do tempo e uma grande concentração em um número reduzido de mercadorias, dando conta da pouca elasticidade quantitativa e qualitativa da oferta no circuito de compras mútuas.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para Portugal, em 1971, representando 75,5% do total, foram, pela ordem de importância baseada no valor em dólar: bagaço de oleaginosas, madeira em bruto, carne bovina congelada, sisal em bruto, milho, algodão em rama, amendoim, minério de ferro, preparados forraginosos, madeira serrada, arroz, pele em bruto verdes, carne e miudezas de suínos, lã em rama e fumo em folha.

⁴⁷³ NETO, Antonio Fantinato, op.cit., p. 7.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 8-9.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 17-18.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 19-20.

Já os principais produtos exportados por Portugal para o Brasil, em 1971, representando 54,6% do total, foram, pela ordem de importância baseada no valor em dólar: pasta química para papel, azeite de oliveira, cortiça em bruto, ligas de ferro, azeitonas, colofônia⁴⁷⁷, uréia, vinhos, transformadores elétricos, conservas de peixes e cortiça em obra.⁴⁷⁸

As dificuldades para a ampliação da pauta exportadora brasileira derivavam, ainda, de distorções que ao longo do tempo beneficiaram unilateralmente os produtos portugueses, sem que Lisboa se dispusesse a rever as situações específicas para repor a necessária isonomia de tratamento na lista de exportados entre ambos os países. Exemplo dessa situação era a reivindicação brasileira de isenção ou redução de direitos, por parte do governo português, para a importação do guaraná e do palmito, produtos que, além de procurados e oferecidos em escala crescente no mercado metropolitano, tinham o Brasil como produtor exclusivo. Tal benefício viria compensar, dentro do princípio da reciprocidade, o favor da mesma ordem concedido aos vinhos portugueses de região demarcada, tais como as espécies “porto”, “madeira” e “verde”. A justificativa portuguesa para a recusa de concessões era a de que as diferenças quantitativas das economias de Portugal e do Brasil, como também os históricos superávits brasileiros, impunham uma atitude mais cautelosa por parte do tesouro português, em face da necessidade de se buscar o maior nível de equilíbrio possível nas trocas bilaterais.⁴⁷⁹ O discurso luso, imutável, tal qual a lista de mercadorias trocadas, pregava, de maneira repetitiva e monocórdia, que o Brasil deveria absorver todas as distorções e limitações do mercado comprador e vendedor português pelo simples fato de ser detentor de uma economia quantitativamente mais expressiva no cenário internacional. A defesa mais renhida de Lisboa se fazia também relativamente aos setores tradicionais, como o dos vinhos, dos azeites, dos pescados e da cortiça, na medida em que representavam a base política e econômica do salazarismo em sua versão anos 1970, o Caetanismo.

Paralelamente às questões inerentes à política e à economia, ampliava-se permanentemente o interesse dos portugueses pela cultura brasileira, situação facilmente

⁴⁷⁷ Resina amarela, sólida, transparente, que forma o resíduo da destilação da terebintina. Ela pode ser dissolvida em um solvente para formar um verniz. Também pode ser usada como um componente de tintas de impressão, por exemplo, tintas para impressão litográfica ou de gravuras.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p. 23-24 e Anexos VI e VII.

⁴⁷⁹ Em relação aos superávits comerciais brasileiros, deve-se levar em consideração que o relatório do Banco de Portugal, ao publicar o balanço de pagamentos de 1970, bem como as publicações referentes aos balanços dos anos anteriores, omite a discriminação de seus itens por países. Nestas condições, continuava incerta a posição das “correntes invisíveis” entre Portugal e cada país em particular, inclusive o Brasil. Assim, embora a balança comercial fosse sempre favorável ao Brasil, no balanço de pagamentos invertia-se a posição do país, passando a deficitário, por conta da continuidade das remessas de recursos de portugueses radicados no Brasil.

verificável pelo sucesso de praticamente todas as iniciativas levadas a efeito em solo lusitano, patrocinadas, ou não, pelo serviço diplomático de difusão das artes brasileiras.

A grande audiência dos poucos programas existentes no rádio e na televisão, assim como o alto índice de receptividade encontrado por exposições, conferências, filmes, livros e artigos sobre o Brasil, confirmavam o lugar de destaque e importância da cultura brasileira, bem como as evidentes possibilidades de ampliação do intercâmbio no setor.

Várias personalidades brasileiras apresentaram seus trabalhos em Portugal, durante o ano de 1971, com grande repercussão. Mário Palmério, Francisco de Assis Barboza, Lígia Fagundes Telles, Divaldo Gaspar de Freitas, Manuel Diegues Junior, Maria Lucia Godoi, maestro Guarnieri, museóloga Auta Rojas Phebo, Roberto Szidon, o cantor Jair Rodrigues, o quarteto da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro, entre muitos outros cantores, cineastas, músicos, literatos e artistas plásticos.

Foram realizadas no mesmo ano, o I Festival do Cinema Brasileiro e a Retrospectiva do Cinema Brasileiro, com grande presença de público e farta repercussão nas mídias lusitanas.⁴⁸⁰ À curiosidade do público correspondia a disponibilização de uma gama variada de exposições, individuais ou coletivas, de brasileiros, como Marcello Bassanuff, Sergio Telles, Alexandre Ferreira de Oliveira e Henrique Magalhães, além de cursos e palestras desenvolvidos por vários artistas especializados na técnica da gravura.

Buscando uma maior convergência entre duas das mais significativas instituições dedicadas à cultura em ambos os países, representantes da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa mantiveram vários encontros, dos quais resultou a Convenção sobre a Unidade da Língua Portuguesa, aprovada pela Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971.

Merece ainda especial destaque a assinatura, em 22 de abril de 1971, do Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, que fixou normas necessárias à aplicação das disposições contidas no referido Acordo, dirimindo, dessa forma, dúvidas e removendo, entre outras dificuldades, aquelas que diziam respeito às transferências e matrículas de estudantes de uma Parte em estabelecimentos de ensino da outra Parte.⁴⁸¹

No campo específico da celebração histórica dos especialíssimos laços entre lusos e brasileiros, a grande efeméride de 1972, o Sesquicentenário da Independência do Brasil, foi amplamente dominada pelos interesses propagandísticos do regime militar, buscando sôfrega e permanentemente no passado uma legitimidade que lhe faltava originariamente no presente,

⁴⁸⁰ NETO, Antonio Fantinato, op.cit., p. 31-34.

⁴⁸¹ Id.

e pelo discurso de valorização da etnicidade lusitana na constituição da nacionalidade brasileira, de forma a ressaltar que a fidelidade à essência das raízes do caráter nacional era também o exercício de uma fidelidade a Portugal e um preito a homenagear a colônia que, no Brasil, relembra e reafirmava um mítico passado de glória e união.

O tipo de cobertura realizada por uma imprensa adesista, bem como por aquela de perfil mais independente e, portanto, submetida à rigorosa censura, se mostraria de um nacionalismo ufanista à toda prova, identificando nas pretensões hegemônicas sul-americanas da elite civil-militar que governava a nação, possibilitada em larga medida pelo surto de desenvolvimento econômico vivido então pelo país, uma espécie de continuidade do poder imperial instituído, não por acaso, pelo herdeiro do trono português como ato inaugural da vida independente do Brasil.⁴⁸²

Já no início do ano de 1972, a cobertura mostrava-se intensiva e pronta a informar sobre todas as medidas preparatórias do evento de maneira a estimular a curiosidade e a participação da população. Em 19 de janeiro, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiava a escolha da marca visual a ser usada nos selos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como nas demais publicações e materiais diversos referentes à data. “O trabalho agora é o de divulgar o símbolo para que fique bem claro o orgulho dos nossos 150 anos de independência”, afirmava o presidente da Comissão Executiva das Comemorações, general Antonio Jorge Correa, na apresentação do símbolo no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.⁴⁸³ A Comissão era composta por figuras destacadas do mundo político e empresarial, demonstrando o desejo do governo de produzir um envolvimento amplo, porém, segmentado da sociedade, em que as classes possuidoras doassem seu tempo e recursos na organização e execução dos festejos em benefício das classes despossuídas, que usufruiriam das comemorações com a sua presença entusiasmada e ordeira. A sociedade funcionalizada como uma corporação orgânica e sistêmica em que a cabeça pensa e comanda e os membros se agitam e obedecem.⁴⁸⁴

⁴⁸² De certa forma, esse desejo da elite civil-militar governante na época está expresso nos versos da música *Fado Tropical*, de autoria dos compositores Francisco Buarque de Holanda e Ruy Guerra: “Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal: ainda vai tornar-se um imenso Portugal! Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal: ainda vai tornar-se um império colonial!”

⁴⁸³ O símbolo da grande festa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jan. 1972. Primeiro Caderno, p. 3.

⁴⁸⁴ Entre os membros da Comissão estavam: João Calmon e Jessé Pinto Freire, José de Almeida Castro, Roberto Marinho, Paulo Machado de Carvalho, Caio Alcantara Machado, Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, Theóphilo de Azeredo Santos, Gian Paolo Marcelo Falco, Paulo Manoel Lens Cesar Protásio, Benedicto Brotherhood, Pedro Calmon, Luiz Gama Filho, Arthur Cezar Ferreira Reis, Alberto Vasconcelos da Costa e Silva, Jerônimo Bastos, João Maria Havelange, Werner E. Martensen, Walter Clark, Mauro Salles, José Alcantara Machado. Formada a comissão da festa da independência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1972. Primeiro Caderno, p. 3.

Para divulgar e organizar os festejos populares foi criada uma subcomissão de propaganda, chefiada por Luiz Macedo e integrada por cinco das maiores agências de publicidade do país: MPM, Mauro Salles, Alcantara Machado, Norton e Denison. De acordo com o planejamento, a 21 de abril, data consagrada ao patrono cívico do Brasil, quando se iniciaria oficialmente o ano comemorativo do sesquicentenário, teria lugar o Encontro Cívico Nacional, com *Te Deum* ecumênico em Brasília e demais capitais e serviços religiosos em todas as cidades do país. No campo esportivo, eram preparados espetáculos de ginástica moderna, concursos hípicas internacionais, as olimpíadas do Exército, festival de esportes em Recife, jogos colegiais em Maceió, jogos universitários em Fortaleza, a mini-copa de futebol, além de shows de música, exposições e várias feiras, inclusive a de exportação Brasil-72. Até a Igreja Romana no Brasil, em comunicado dos bispos cearenses, pedia ao povo que participasse da festa que devia ser

considerada não só como fato histórico, mas também como um processo a ser vivido e assumido por todas as gerações de brasileiros, na constante afirmação e conquista de uma pátria livre e independente em todas as dimensões que a verdadeira liberdade admite e exige.⁴⁸⁵

Em Roma, o cardeal Jean Villot, secretário de Estado do Vaticano, encaminhou carta ao cardeal arcebispo de Aparecida, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, dando conta de que o papa Paulo VI não apenas havia acatado o pedido anteriormente feito pela diocese, como autorizava e estimulava a participação da cidade-santuário nas comemorações do sesquicentenário da independência, abençoando o projeto cívico.⁴⁸⁶

Segundo o general Antonio Jorge Correa, o auxílio dos governos estaduais seria absolutamente necessário em várias fases dos festejos, como no caso da exposição itinerante dos restos mortais de D. Pedro I e a maratona do Fogo Simbólico da Pátria, na medida em que esses eventos reforçariam o sentimento de cidadania de toda a coletividade, pois “aonde quer que [passem] há de haver lições de civismo.”⁴⁸⁷ Na abertura do Encontro Cívico, o povo deveria cantar, na mesma hora, o hino nacional. Segundo o general,

⁴⁸⁵ Bispos pedem participação nos 150 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1972. Primeiro Caderno, p. 5.

⁴⁸⁶ Aparecida: Igreja participa do sesquicentenário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1972. Primeiro Caderno, p. 11.

⁴⁸⁷ Sesquicentenário: festa já programada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1972. Primeiro Caderno, p. 3.

[p]ara isso o povo precisa estar motivado. O Brasil não só está preparado para esta prova, como a anseia. Mas é preciso que lancemos sempre mais condições de motivação. Todos deverão sentir vontade de participar do Encontro. Aí conseguiremos algo inédito no mundo. Já imaginaram 50 mil pessoas em um estádio cantando o Hino Nacional! Ou o mesmo ocorrendo em Madureira, no Rio, com a participação da Portela e do Império Serrano? Isso é muito importante.⁴⁸⁸

Correspondendo ao firme desejo do governo de transformar as comemorações em algo grandioso, surgiam idéias de todo o tipo. Algumas risíveis, outras francamente megalomaníacas. O vice-governador da Guanabara, Erasmo Martins Pedro, exibiu à Comissão Central Comemorativa uma das idéias do grupo carioca: plaqueta de licença de veículos com o retrato de D. Pedro I. Enquanto isso, o representante da Bahia, Rômulo Galvão de Carvalho, apresentou a sugestão de que o ano do sesquicentenário se prolongasse até o dia 2 de julho de 1973, data em que se comemoraria os cento e cinquenta anos do fim da resistência dos portugueses em solo brasileiro. Tais idéias não prosperaram. Por outro lado, foi construído em Brasília um mastro especial de cem metros de altura, projetado por Sergio Bernardes, na Praça dos Três Poderes, que sustentaria uma bandeira nacional de duzentos metros quadrados, a ser primeiramente hasteada pelo presidente Emílio Médici, inaugurando, assim, um novo monumento cívico na capital da República.⁴⁸⁹

Havia, ainda, a questão da história e como usá-la, dada a sua centralidade explicativa na efeméride que se aproximava.⁴⁹⁰ A recuperação do processo da independência, na visão do governo militar, passava necessariamente pelo herói providencial que nada espera do Brasil para si, mas que a ele tudo dá, inclusive, se necessário, a própria vida. A figura de Tiradentes, na ambivalente simbologia de mártir e soldado a serviço da pátria, encarnava à perfeição aquilo que a doutrinação cívico-militar pretendia como pedagogia para as massas.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ Id.

⁴⁸⁹ Id.

⁴⁹⁰ A colaboração de parcela extremamente conservadora dos historiadores brasileiros foi um objetivo assumido já no início do governo Médici. Na época, em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, avaliando entre outros temas a necessidade de se produzir material adequado às comemorações do sesquicentenário da independência, o presidente conclamou toda intelectualidade do país para que se empenhasse a fundo nos estudos dos aspectos culturais e cívicos do Brasil. Já na véspera do início das comemorações, ao receber de uma comissão de quatorze historiadores daquela instituição uma coleção da história do Brasil preparada para o evento, disse: “Sinto-me na obrigação de agradecer aos historiadores, dizendo que o trabalho que eles realizaram não é para o meu governo, e sim para todo o povo brasileiro. O trabalho que vocês realizaram é uma resposta ao apelo que o país e a Revolução lhes fizeram.” Com Médici, programação de todos os festejos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 4.

⁴⁹¹ Nas comemorações do sesquicentenário, o uso da figura de Tiradentes como a de um precursor dos militares brasileiros que assumiram o poder em 1964, lutando pela independência e desenvolvimento do país, foi

Para recontar a história, entendendo ser possível encontrar no passado a verdade, como retrato absolutamente fiel aos fatos ocorridos, organizou-se uma Comissão Especial do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais para determinar os locais onde foram expostos os restos mortais de Tiradentes, não se chegando, entretanto, inicialmente a nenhuma conclusão. Dois locais não suscitavam dúvidas aos historiadores: Cebolas, no Estado do Rio de Janeiro, e Varginha, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Um terceiro lugar, Borda do Campo, no município de Barbacena, também em Minas, seria aceito pela Comissão pelo critério da tradição. O quarto lugar deixou os historiadores em dúvida: era a localidade chamada “Bandeirinhas”, que ninguém sabia onde ficava exatamente. Por conta da urgência do trabalho encomendado pelo Estado, resolveu a Comissão que, até que surgissem novos esclarecimentos a respeito do assunto, não se deveria agir fora da tradição. Feita, dessa forma “pouco científica” para os objetivos iniciais propostos pela Comissão, a definição dos locais, o Instituto sugeriu a criação de monumentos alusivos ao acontecimento como forma de homenagear a memória de Tiradentes.⁴⁹²

À aproximação do dia 22 de abril, eram colocadas em funcionamento as engrenagens da máquina de propaganda montada pelo governo brasileiro, fosse ocupando oficialmente espaços de comunicação com a população, fosse estimulando os órgãos privados a fazê-lo igualmente. O jornal *Folha de S. Paulo*, pretendendo dar sua cota de contribuição para com o governo do general Médici, em editorial, de apelativo teor cívico-castrense, forjado em uma linguagem onde a paupérrima argumentação em tom convocatório e ufanista desprezava qualquer forma de avaliação menos laudatória à efeméride e seus organizadores, alertava o Estado paulista a preparar-se de maneira a celebrar condignamente o acontecimento. Avaliando que as providências tomadas pelo governo estadual, tais como a reforma do Museu do Ipiranga, a programação de um espetáculo de luz e som, que reviveria episódios da história pátria no próprio local onde teria se efetivado o grito da independência, entre outras mais, eram desejáveis, mas não tocavam o elemento central a ser focado pelas comemorações, entendia ser mais importante

constante pela mídia oficial, bem como pela grande imprensa nacional. Em um dos seus editoriais do período, dizia a *Folha de S. Paulo* que “[n]ada mais justo que começar os festejos no Dia de Tiradentes. [...] Tiradentes morreu para que florescessem as aspirações transformadas em realidade em 1822. É sob a inspiração do exemplo do mártir de 1789 que o Brasil de nossos dias prossegue em seus esforços de afirmação. Todo nosso empenho na aceleração do desenvolvimento nacional repousa na convicção de que ele é de vital importância para que nos emancipemos definitivamente de nossas dependências externas, e para que possamos ditar nossos próprios destinos. Não era outra coisa que Tiradentes desejava. Não foi por outra coisa que deu sua vida. Daí a permanente atualidade da lição de Joaquim José da Silva Xavier.” Tiradentes atual. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 6.

⁴⁹² Onde foram expostos os restos de Tiradentes? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1972. Primeiro Caderno, p. 4.

incentivar a participação popular nos festejos, para que estes alcancem o brilho que devem ter. A iniciativa privada deve ser convocada, como já aconteceu em outras datas cívicas; vitrinas decoradas com motivos alusivos à Independência e à comunidade luso-brasileira, bandeiras nas casas e nos carros, emprestarão o devido calor à recepção das cinzas do primeiro imperador e da ilustre comitiva que as acompanha. Nas escolas, é importante que sem mais demora comecem os estudantes a ser motivados para uma entusiástica participação nas comemorações. Festa do povo, o sesquicentenário é a oportunidade para que o povo saia às ruas, em festas.⁴⁹³

No dia 18 de março de 1972, dando cumprimento ao primeiro item do programa da independência, partiu do Rio de Janeiro rumo a Portugal a força-tarefa da Marinha brasileira, integrada pelos contratorpedeiros Paraná, Pernambuco e Santa Catarina, para escoltar até o Brasil o presidente português Américo Tomás e os restos mortais de D. Pedro I. A força-tarefa, comandada pelo contra-almirante Carlos Auto de Andrade, recebeu em alto-mar a comitiva encarregada da transladação dos restos mortais do primeiro imperador. Eram oficiais, 815 praças, 14 jornalistas e mais 30 fuzileiros e marinheiros componentes da Guarda Especial D. Pedro I, especificamente criada para o sesquicentenário da independência. Após escalas em Recife, Las Palmas e Dacar, as embarcações chegaram a Lisboa, onde permaneceram por uma semana. Aos três contratorpedeiros da Marinha do Brasil juntaram-se três fragatas portuguesas, João Belo, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e o navio Funchal.⁴⁹⁴ No Funchal, encontravam-se o presidente Américo Tomás, o ministro da Marinha de Portugal, Sarmiento Rodrigues, e a princesa Teresa Maria de Orleans e Bragança, representando o ramo brasileiro da família imperial. O presidente português, ao embarcar para o Brasil, foi saudado no porto pelo primeiro-ministro Marcelo Caetano, que lhe desejou êxito em sua missão de

consolidar os alicerces da política futura da comunidade formada pelos dois países. Aos observadores desprevenidos, poderá parecer ilógico o procedimento dos portugueses de hoje: como celebram tanto a independência do Brasil? Não estará esta atitude em contradição com outras tomadas resolutamente por Portugal? [...] As situações de 1822 e de hoje divergem muito: proclamada a independência, estavam nos tronos brasileiro

⁴⁹³ Povo na festa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 6.

⁴⁹⁴ Três belonaves zarparam para trazer D. Pedro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1972. Primeiro Caderno, p. 1.

e português pessoas do mesmo sangue e do mesmo espírito, D. Pedro I e D. João VI, e não tardou a composição entre pai e filho. [...] Aliás, a século e meio era mais fácil a um país ser realmente independente do que hoje.⁴⁹⁵

Em 17 de abril de 1972, na altura dos penedos São Pedro e São Paulo, dois aviões da FAB sobrevoaram o navio Funchal, transmitindo uma mensagem de boas-vindas do presidente Médici ao presidente Américo Tomás. Durante a leitura da mensagem, um avião lançou sobre a embarcação presidencial lusa uma chuva de flores. O local, a evocar forte simbolismo lusitano, era o mesmo onde, no dia 10 de abril de 1922, pousou o hidroavião Lusitânia, em que os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Finalmente, no dia 22 de abril de 1972, às 10 horas e 30 minutos, os restos mortais do imperador D. Pedro I chegaram ao solo brasileiro. A cerimônia foi organizada minuciosamente. Os trajes de gala das autoridades, a vistosa urna de jacarandá a guardar as cinzas do soberano e a precisão do cortejo militar até o carro de combate do Exército que conduziu os despojos do cais do morro da viúva ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, onde oficialmente os recebeu o presidente Emílio Médici. Apesar das dificuldades de aproximação por causa do rígido protocolo, em todos os locais pelos quais passou o cortejo havia um público numeroso acenando bandeiras portuguesas e brasileiras, o maior, sem dúvida, no Monumento aos Mortos, concentrando cerca de cinco mil pessoas.⁴⁹⁶

Os discursos presidenciais, como uma celebração da lusitanidade essencial em ambos os países, projetavam a permanência da comunidade luso-brasileira como a garantia da especificidade que os distinguiu no mundo contemporâneo, na medida em que esta reivindicasse e assumisse a herança da obra portuguesa a serviço da civilização ocidental, cujo maior exemplo de sucesso era exatamente o Brasil, no mesmo instante em que Lisboa era atacada como atrasada e insensível metrópole colonial pelos povos a ela submetidos no continente africano.

Nesse sentido, afirmou Américo Tomás em sua fala que

⁴⁹⁵ A caminho do Brasil os restos do imperador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 1.

⁴⁹⁶ Relativizando o sucesso popular do traslado dos despojos imperiais, informava matéria da revista *Veja* que “a costureira Maria de Lourdes, boa memória e de passagem por ali sentenciou: Na visita do presidente Craveiro Lopes, em 1957, havia mais gente, mais entusiasmo.” O traço de união. *Veja*, São Paulo, 26 abr. 1972. p. 20.

D. Pedro é, na verdade, o primeiro precursor da comunidade luso-brasileira, pois foi ele que lançou o grito definitivo da independência do Brasil, e foi ele que acudiu sua pátria de origem, num instante de supremo debate ideológico. D. Pedro constituiu, afinal, uma simbiose perfeita de português e de brasileiro. [...] [Ao novo pedido brasileiro de entrega dos restos mortais do soberano] Portugal cedeu, mostrando que o seu amor a esta terra, em que orgulhosamente me encontro; acabou por superar a grandeza de seu sacrifício. A atitude compreensiva e amiga de Portugal encheu de alegria a alma do povo brasileiro e isso basta para que eu possa afirmar convictamente, neste momento soleníssimo: valeu a pena ceder.⁴⁹⁷

Em resposta, discursou Médici:

[e]ste gesto fraterno, raro e generoso, exprime a certeza de que são permanentes e inquebrantáveis, os vínculos raciais, a comunhão de sentimentos a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem os nossos povos. Afirmando-se, ao longo dos tempos, pelo vigor e audácia de seus filhos, como intímato protagonista da história, Portugal infunde na alma brasileira a energia de sua capacidade criadora.⁴⁹⁸

Paralelamente à extensa programação oficial agendada com o governo brasileiro, Américo Tomás participou de encontros e de homenagens que lhe foram rendidas pela comunidade lusa. No estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, assistiu ao desfile das associações luso-brasileiras e entidades regionais portuguesas. Abriu oficialmente, no Real Gabinete Português de Leitura, ao lado do presidente Médici, as comemorações do IV Centenário de *Os Lusíadas* e, em São Paulo, foi recebido por mais de cinco mil pessoas e vários conjuntos folclóricos, sendo posteriormente homenageado em almoço pela colônia lusitana no estado. Durante nove dias em terras brasileiras, encontrou-se com autoridades e renovou os laços de proximidade política com os núcleos dirigentes das associações portuguesas nas principais cidades do país.⁴⁹⁹

O governo de Lisboa, demonstrando ter em alta conta as necessidades e as reivindicações dos portugueses radicados no Brasil, deu a conhecer, solenemente, a mensagem enviada pelo presidente do Conselho de Ministros de Portugal, professor Marcelo Caetano, ao presidente Américo Tomás, em que o chefe de governo lhe desejava êxito na

⁴⁹⁷ Tomás: valeu a pena ceder ao apelo do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 1.

⁴⁹⁸ D. Pedro de volta à casa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 1.

⁴⁹⁹ Uma festa portuguesa. *Veja*, São Paulo, 03 maio 1972. p. 13-16.

visita sul-americana e se congratulava pela entrada em vigor da Convenção de Igualdade de Direitos, diploma legal ansiosamente esperado pela colônia lusa desde a inauguração da Federação das Associações Portuguesas no Brasil em 10 de junho de 1932, “o Dia da Raça”.⁵⁰⁰

O programa de eventos se estendeu até a data nacional brasileira, em 7 de setembro de 1972, quando a chegada dos restos mortais do imperador à cripta do monumento à independência na colina do Ipiranga e o tradicional desfile militar encerraram o ciclo comemorativo. Essa segunda fase de celebrações do sesquicentenário da independência contou com a presença do presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Marcelo Caetano, e de uma grande comitiva em que se destacava Ruy Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros. A programação cumprida pelo mandatário português foi intensa. Já no dia 6 de setembro, em São Paulo, foi homenageado pela colônia portuguesa no Hotel Hilton; mais tarde, acompanhado do presidente brasileiro, participou do ato solene de inumação dos restos mortais de D. Pedro I, sendo posteriormente condecorado com a Grã-Cruz da ordem nacional do Mérito. No dia 7 de setembro, após a participação na parada militar, assistiu ao espetáculo luz e som “Quatro Séculos de Brasil” e foi recepcionado com um banquete pelo presidente Médici. No dia 8 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade do Estado da Guanabara, tomou posse como membro correspondente da Academia Brasileira de Letras e recebeu o título de vice-presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, embarcando em seguida para Lisboa.

Em Portugal, a imprensa deu grande destaque às comemorações e à presença do chefe de governo lusitano no Brasil. O *Diário de Notícias* publicou na primeira página manchete intitulada: *Portugal celebra a independência do Brasil – dois povos contemplam o futuro*. O argumento central das matérias era a comparação da obra dos portugueses no Brasil com aquela que desenvolviam na África, entendendo ser possível fazer de suas colônias regiões de afluente desenvolvimento econômico, tal qual acontecia com a antiga possessão sul-americana. “Brasil e Portugal devem marchar unidos nos caminhos do futuro”, a frase do discurso de Marcelo Caetano serviu de manchete à *Época*. O *Diário de Lisboa*, num artigo de primeira página, comentou que a visita de Caetano ao Brasil constituía mais um passo adiante na construção da comunidade luso-brasileira.⁵⁰¹

Apesar de toda a motivação festiva, houve espaço para negociações desde o primeiro momento das comemorações, ainda em abril, quando os representantes brasileiros

⁵⁰⁰ REGO, A. da Silva, op. cit., p. 63-70.

⁵⁰¹ O destaque em Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 set. 1972. Primeiro Caderno, p. 3.

procuraram explicar a viagem do ministro Mário Gibson Barboza à África, que então se preparava, como um périplo de natureza comercial, essencialmente focado na abertura de novos e até então inexplorados mercados para o Brasil, não devendo ser interpretada pelos portugueses como uma mudança de orientação política no que se referia aos territórios de ultramar.⁵⁰² Sobre a viagem, assim relatou o chanceler brasileiro as dificuldades que tiveram de ser ultrapassadas para poder empreendê-la:

À visita se opunha vigorosamente, numa guerra sem quartel, o *lobby* português no Brasil, receoso de que durante minha viagem, ou após, passássemos a adotar uma posição de pública hostilidade à manutenção do *status quo* do colonialismo de Portugal. Movia, assim, uma forte campanha de imprensa, contando para isso com aliados naturais entre nossas correntes de extrema direita, que consideravam os movimentos libertários africanos, dentro do contexto da guerra fria, perigosos agentes do comunismo internacional. Tudo isso alimentado pelo fácil discurso emocional – a que muitos eram sinceramente sensíveis – de que não era a hora de faltar com nosso apoio à ‘mãe-pátria’, quando ela se encontrava praticamente isolada.⁵⁰³

Em relação à essa eficaz campanha contrária à viagem, levada a cabo em jornais e revistas, o chanceler brasileiro, em suas memórias, afirmou ter a certeza de que um de seus núcleos inspiradores encontrava-se na própria embaixada de Portugal no Brasil. Depois de forte discussão em que exigiu do embaixador lusitano a cessação do estímulo, sob pena de adoção de medidas extremas e graves ao relacionamento bilateral, ou mesmo da produção das diversas matérias publicadas na mídia que questionavam as novas inclinações da diplomacia brasileira para a África, “a campanha de imprensa cessou por completo...”⁵⁰⁴.

Nos dias que antecederam ao embarque, cauteloso, o chanceler Gibson Barboza declarou viajar “para a África sem a intenção de criar expectativas irrealistas, mas com a firme convicção de que esta viagem irá proporcionar resultados mutuamente satisfatórios para o Brasil e para os países africanos.”⁵⁰⁵ O discurso oficial, em clara alusão aos poucos resultados concretos da Política Externa Independente, criticava “as sucessivas paixões africanas do Itamaraty, inócuas e grandiloquentes, nos últimos vinte anos”⁵⁰⁶, e interlocutores do Ministério das Relações Exteriores faziam chegar à imprensa o argumento de que o Brasil

⁵⁰² SALLES, Flávio de Almeida. Não apenas uma visita sentimental. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 1.

⁵⁰³ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 241.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 242-243.

⁵⁰⁵ O primeiro passo certo. *Veja*, São Paulo, 25 out. 1972. p. 20-21.

⁵⁰⁶ *Id.*

estaria conseguindo evitar, nessa investida, a mistura de interesses comerciais com a África com questões de caráter ideológico vinculadas às lutas contra o colonialismo naquele continente. A tentativa era de passar para a população em geral, e para Portugal e seus apoiadores no Brasil, em particular, uma imagem de ação externa absolutamente neutra, sem nenhuma interveniência política ou partidária indesejável que comprometesse a tradicional aliança lusitana. A realidade era, contudo, diversa. Gibson Barboza sabia, e a viagem à África apenas confirmaria tal avaliação, de que a ligação com Portugal era crescentemente danosa à imagem e às possibilidades de negócios do Brasil naquele continente.

A viagem do Ministro Mário Gibson Barboza teve lugar entre os dias 25 de outubro e 20 de novembro de 1972, e percorreu nove países: Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Zaire, Gabão, Camarões, Nigéria, Senegal.⁵⁰⁷ O sucesso comercial da visita ministerial podia ser fartamente ilustrado pelos seus resultados objetivos e pela diversidade de promissoras negociações iniciadas na oportunidade. Na Nigéria, a venda de equipamentos elétricos, de serviços de engenharia pesada para a construção ou recuperação da infraestrutura (pontes, redes de esgoto, estradas, barragens, etc.), e as conversações para o fechamento de acordo entre a Petrobrás e a Nigéria Oil Company, visando, o lado brasileiro, oferecer assistência técnica e equipamentos à produção petrolífera local, além da venda de navios petroleiros e, do lado nigeriano, o fornecimento de petróleo de alta qualidade, minerais não-ferrosos e fosfato para produção de adubo no Brasil. No Zaire, o aumento da venda de carne enlatada, serviços de engenharia para a construção de estradas e a abertura da exploração de minas de cobre às empresas brasileiras. No Senegal, a venda de gado brasileiro, em pé, do tipo zebu e a compra de fosfato aos africanos.⁵⁰⁸

Contudo, chamava atenção a dificuldade do governo brasileiro em agir na África de maneira autônoma, sem limitações impostas por outros interesses que não os nacionais, o que era perceptível pelo cuidado extremado adotado por Brasília em não desapontar o governo de Lisboa e alienar as influentes forças pró-Portugal tradicionalmente organizadas na sociedade brasileira. De maneira sintomática, as fontes do Itamaraty informavam à imprensa

⁵⁰⁷ Apesar de constantemente indicado por jornais (por exemplo, o *Jornal da Tarde* de 19 de setembro de 1977) e por outras publicações de que a visita do ministro Gibson Barboza à África em 1972 teria se realizado em oito países, ela percorreu nove nações, sendo omitida, em alguns periódicos, a estadia do chanceler, entre 19 e 22 de novembro de 1972, no Senegal, ou ainda a sua presença no Gabão. Segundo o próprio ministro, a presença nesse país foi algo decidido durante o transcurso da viagem, por conta do convite feito pelo governo de Libreville, interessado em atrair a Petrobras para explorar petróleo em seu território, a partir de informações que davam conta de acordos, no mesmo sentido, assinados com a Nigéria, em uma das etapas dessa mesma missão diplomática. Ver declarações conjuntas registradas na Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty sob os seguintes números: Costa do Marfim – 01555; Gana – 01551; Togo – s/n; Daomê – 01569; Zaire – 01570; Gabão – s/n; Camarões – s/n; Nigéria – 01567; Senegal – 01571.

⁵⁰⁸ De volta da África. *Veja*, São Paulo, 29 nov. 1972. p. 20-21.

que não o sucesso do empreendimento comercial, mas sim a capacidade de não se confrontar com os portugueses em território africano havia sido a nota mais elevada da missão diplomática encabeçada pelo ministro das Relações Exteriores. A importante revista *Veja*, de grande circulação, resumia esse sentimento, também expresso em várias outras publicações, da seguinte maneira:

Talvez, a maior vitória conseguida pela missão tenha sido dissipar o arraigado preconceito dos africanos, de que o Brasil não possui uma política externa própria, mas confunde seus interesses com os de Portugal. Durante a visita, a ONU votou mais uma resolução condenando a política de Portugal no ultramar, e o Brasil, mais uma vez, se absteve. Contudo, as negociações com os governos africanos não foram abaladas e na bagagem do chanceler brasileiro, além de boas perspectivas para os empresários nacionais, vieram nove declarações conjuntas em que não se registra uma só palavra que possa ser considerada hostil a Portugal. [...] [Ao chanceler coube] demonstrar que o Brasil, ao mesmo tempo em que defende o direito dos povos à autodeterminação, respeita o princípio da não-intervenção nos assuntos de outros países. Assim, superado com habilidade o mais delicado problema político, foram atacadas as conversações sobre cooperação econômica, com resultados às vezes surpreendentes.⁵⁰⁹

A matéria se jactava de Portugal não ter sido citado de maneira hostil nas declarações conjuntas que resultaram das negociações, como se esta fosse a principal tarefa da missão diplomática brasileira; questionava como sendo um arraigado preconceito a visão africana de que o Brasil não se desligava de Portugal nas momentosas questões afetas ao continente negro e, contraditoriamente, ao mesmo tempo informava que o Brasil, durante o transcurso da viagem encetada para buscar exatamente uma aproximação de novo tipo com seus parceiros africanos, havia se refugiado mais uma vez na abstenção quando da votação da enésima condenação a Lisboa por sua política colonial; e, por fim, saudava o fato de que os diplomatas brasileiros, a custo de tempo, habilidade e desnecessário desgaste, haviam superado o mais delicado problema político da agenda brasileiro-africana, um problema que não se encontrava diretamente ligado a nenhuma das partes, um problema que não era objetivamente brasileiro ou africano, um problema, intrigantemente, europeu.

Na avaliação de José Flávio Saraiva, “[o] interessante é que desde o final de 1972 já estava definido para o alto escalão do Itamaraty que não havia mais condições de cortejar

⁵⁰⁹ Id.

Portugal e a África negra simultaneamente.”⁵¹⁰ Apesar disso, sem nenhuma sombra de dúvida, continuavam Portugal, a colônia lusa no Brasil e seus apoiadores internos a gozar de singular prestígio e exercer extraordinário poder nos mais altos círculos do governo e da sociedade civil, haja vista, como exemplo maior, a permanente incapacidade do Itamaraty em votar contrariamente aos interesses de Lisboa na ONU e em outros organismos internacionais, fazendo com que a cúpula da diplomacia do país tivesse de ter o maior tato possível em relação às questões que envolvessem as colônias lusitanas na África, agindo de forma parcimoniosa e preferencialmente nos bastidores, de maneira a não alarmar os defensores do *status quo ante* ferrenhamente defendido pelo Palácio das Necessidades.

O ano de 1973 iniciar-se-ia com as atenções brasileiras focadas, mais que nunca, nos mais variados aspectos econômicos de suas relações com o mundo. No tocante a Portugal e seus territórios no ultramar, a redefinição das relações comerciais com o Brasil ao longo da década de 1960, avaliada pelos mais otimistas como um caso de negociação bem sucedida que teria reflexos transformadores nas relações bilaterais nos anos vindouros, alavancados principalmente pela propalada disposição lusitana à abertura das possessões africanas aos negócios brasileiros, não foi capaz de superar as dificuldades inerentes ao arranjo profundamente desequilibrado das contas de haver e dever estabelecidas entre os territórios que compunham o espaço econômico português, e entre este e o mundo. A dinamização anteriormente esperada desse comércio triangular teve de se conformar à plena aplicação da regulação do sistema de pagamentos entre o Portugal metropolitano e suas colônias, notadamente Angola e Moçambique, instaurado pelo Decreto-lei nº 478, de 6 de novembro de 1971, complementado pelos de números 479, 480 e 481, da mesma data.⁵¹¹ Esses documentos legais tiveram em vista, de início, a solução gradual e paulatina de um complexo problema da economia portuguesa, a saber, a liquidação dos atrasados comerciais interterritoriais de há muitos anos acumulados. O que se pretendia, na prática, era a transferência para a metrópole dos valores resultantes das atividades de comércio exercidas no ultramar, principalmente nas duas maiores colônias africanas. À data da publicação do Decreto-lei nº 478, esses atrasados atingiam quase quatrocentos milhões de dólares e os industriais, bem como as firmas exportadoras do norte de Portugal, maciçamente reclamavam a regularização de pagamentos pendentes por motivo de transações ou fornecimentos aos mercados ultramarinos, temendo, se solução não fosse encontrada, até mesmo a suspensão de suas trocas comerciais com a região.

⁵¹⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 170.

⁵¹¹ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *Informações adicionais sobre Angola e Moçambique*. Lisboa, 22 jan. 1973. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 020 – 1973. Ofícios, Confidencial, n. 35. p. 1.

Acontece que, ao estabelecer um mecanismo para a liquidação a longo prazo dos enormes créditos acumulados, o Decreto-lei nº 478/71 fixou vários dispositivos de controle incidentes no comércio ultramarino com a metrópole e, por extensão, com os mercados estrangeiros. Seus principais objetivos eram: limitar as transferências de valores locais às possibilidades de cobertura da respectiva colônia; instituir o mercado oficial de transferências de valores, extinguindo-se, conseqüentemente, quaisquer modalidades de mercados paralelos ou atividade cambial, para esse fim, de entidades privadas de crédito; disciplina da moeda de acordo com a evolução da balança de pagamentos, de modo a prevenir qualquer aceleração dos meios de pagamento; especificamente no que dizia respeito ao comércio exterior, ficou expressamente estabelecida a obrigatoriedade do registro prévio para as operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias entre uma província ultramarina e o estrangeiro ou qualquer outro território sob a jurisdição de Lisboa. Por outro lado, foi mantida a exigência da licença prévia para a importação de mercadorias e, condição restritiva da maior importância, foram estabelecidas cinco ordens de prioridade de produtos importáveis, cada qual abrangendo numerosos artigos não mais sujeitos à livre entrada nos mercados de ultramar.⁵¹²

Para a consecução desses objetivos, determinou o Decreto-lei nº 478/71 uma reestruturação administrativa do setor público fazendário, pela qual foi instituído um organismo colegiado de cúpula e, ao mesmo tempo, de vinculação entre a administração ultramarina e o governo central em matéria econômico-financeira, a Seção de Política Monetária, com a atribuição de coordenar e orientar a política monetária, cambial e de crédito dos vários territórios portugueses, de acordo com o seu artigo primeiro. Para se ter uma idéia da importância desse órgão, basta mencionar o fato de que ele funcionava sob a presidência do próprio chefe de governo e contava com a participação dos ministros de Finanças e do Ultramar, bem como dos governadores dos três bancos emissores portugueses, de Portugal, de Angola e Nacional Ultramarino.

Pela enumeração dos dispositivos inerentes ao mecanismo de controle instituído pelo Decreto em questão, ficava evidente que o comércio do ultramar com o exterior, o Brasil inclusive, tornava-se sujeito a toda sorte de limitações de ordem econômico-financeira interna, principalmente no tocante à capacidade legal de importação de cada unidade colonial. Quanto à exportação de produtos ultramarinos, basta ser mencionado o fato de que os mercados dessa área não se incluíam nos benefícios decorrentes da qualidade de Portugal

⁵¹² Ibid., p. 2.

como país integrante da EFTA⁵¹³ e associado ao Mercado Comum. Gozavam, todavia, das reduções tarifárias no âmbito do GATT, exceção feita das que compõem o chamado sistema geral de preferências. Portanto, de modo geral, as colônias portuguesas, como mercado fornecedor, ao contrário do que sucedia como área de importação, não ofereciam obstáculos de natureza formal ao desenvolvimento de relações comerciais.

Em face das dificuldades, já citadas, adicionadas ao comércio entre as regiões portuguesas e destas com o mundo, passavam a ser críticas as possibilidades de acesso de produtos brasileiros no espaço do ultramar português. Entre esses óbices originados da aplicação da legislação editada em Lisboa, encontravam-se a limitação de comércio às possibilidades de cobertura cambial, a disciplina da moeda em função da balança de pagamentos e o estabelecimento de prioridades para produtos de importação local.

A limitação de comércio às possibilidades de cobertura cambial estava vinculada à liquidação dos atrasados comerciais retidos no ultramar, à conta do exportador metropolitano. Como se havia acumulado desde vários anos, ficou estabelecido, dentro do regime do Decreto-lei nº 478/71, um programa gradual de liquidação, sempre condicionado à existência de cobertura, dentro do prazo de três anos. Acontece, entretanto, que o regime de desembolso instaurado alcançou operações comerciais em curso e serviços em execução, cujo pagamento deixou de ser efetuado em face da dependência de cobertura cambial interna e, por isso, tiveram de aguardar oportunidade de liquidação, causando grandes transtornos. A esse respeito são ilustrativos, quanto ao Brasil, os créditos retidos, tanto em Angola como em Moçambique, à conta dos serviços da VARIG prestados nessas áreas e, ainda, as dificuldades encontradas pela firma brasileira VARICOR, de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a qual, tendo iniciado antes da vigência do Decreto-lei nº 478/71, uma operação de fornecimento de fios de algodão à firma angolana, H. Santos Pinto Comercial, por largo tempo se viu impedida

⁵¹³ A EFTA (European Free Trade Association) é uma organização européia fundada em 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Econômica Européia (CEE). A Finlândia foi admitida em 1961, a Islândia em 1970 e o Liechtenstein em 1991. O tratado foi assinado em 4 de janeiro, na cidade de Estocolmo. Hoje a EFTA é apenas constituída por quatro países: Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia. Estes Estados decidiram juntar-se para defender os seus interesses econômicos através da criação de uma área de comércio livre e o seu funcionamento alicerçou-se num princípio simples: os produtos importados de Estados-membros não estavam sujeitos ao pagamento de impostos aduaneiros, o que naturalmente serviu para fomentar as trocas internacionais no espaço desses países. Em 1973, a Comunidade Econômica Européia assinou acordos com os Estados-membros da EFTA no sentido da criação de uma zona de comércio livre para os 380 milhões de consumidores dos países das duas organizações européias. Assim, em maio de 1992, a CEE e a EFTA, ao abrigo dos acordos então assinados, passaram a designar esta área por Espaço Econômico Europeu (EEE). A Suíça não pôde, contudo, ratificar o acordo devido ao resultado negativo do referendo realizado em dezembro de 1992. Portugal foi um dos membros fundadores e beneficiou-se até janeiro de 2002 do apoio do fundo da EFTA para o seu desenvolvimento industrial.

de prosseguir na transação por falta do licenciamento da importação.⁵¹⁴ Dada a falta de transparência nos controles da liquidação de atrasados, tornava-se impossível saber se o prazo de três anos desse regime especial seria realmente cumprido, ou se ele se tornaria um regime, na prática, ordinário.

No que se referia à disciplina da moeda em função do balanço de pagamentos, significava que os meios de pagamentos, na área ultramarina considerada, não deveriam exceder as possibilidades de cobertura existentes na metrópole. Para isso, funcionava dentro do mesmo espaço econômico português um arcaico sistema de dualidade comercial, monetária, alfandegária e cambial. Havia, a esse serviço, na chamada zona do escudo, três bancos emissores, o de Portugal, para o continente e a metrópole; o de Angola, para a colônia especificamente; e o Nacional Ultramarino, para Moçambique e os demais territórios de ultramar. Todavia, dentre estes, somente o Banco de Portugal, com sede na metrópole, era detentor de reservas-ouro que cobririam a circulação fiduciária de todo o espaço econômico português e servia, assim, de instrumento regulador do curso da moeda portuguesa e, conseqüentemente, da estabilidade do escudo.

Ocorria no âmbito dessas instituições que, para a atividade financeira em geral e para a atividade comercial em particular, a metrópole e o ultramar mantinham, cada qual, suas esferas específicas de ação em relação ao estrangeiro e ainda guardavam, entre si, um peculiar sistema de relações internas. Daí resultava que, em vez de uma só balança comercial conjunta ou um único balanço de pagamentos, o espaço econômico lusitano oferecia, em cada caso, três instrumentos. Havia então, conseqüentemente, uma balança comercial para a metrópole em relação ao estrangeiro; outra, para cada território ultramarino também em relação ao estrangeiro; por fim, a balança comercial interterritorial, entre a metrópole e o ultramar. O mesmo ocorria com a balança de pagamentos. E acrescentava-se a este esquema ainda uma balança comercial conjunta abrangendo a metrópole e o ultramar, de um lado, e os mercados estrangeiros, de outro.⁵¹⁵

Do ponto de vista da disciplina da moeda, a atividade comercial de cada parcela do ultramar com o estrangeiro seria fortemente condicionada. Esse condicionamento se realizaria através da concessão, ou não, das prioridades de importação. Dessa forma, o desenvolvimento do comércio de qualquer colônia com o estrangeiro, Brasil inclusive, sempre dependeria do saldo positivo global ou bilateral, da respectiva balança, em favor da mesma unidade política lusitana. A regra era de que a colônia tinha uma dupla necessidade de divisas:

⁵¹⁴ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *Informações adicionais...*, p. 4-5.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 6.

primeiro, para suas exigências próprias; segundo, para reforçar, na metrópole, a caixa de cobertura cambial do Banco de Portugal. Na ocorrência de uma balança comercial deficitária, seria limitada a importação local, a ser exercida através da recusa em conceder a respectiva licença de compra externa.⁵¹⁶

Restrição da mesma natureza iria incidir na importação ou prestação de serviço local. Isto significava que a atividade comercial e econômica, envolvendo a participação de concorrências públicas, instalação de firmas estrangeiras, sucursais locais, em suma, atividades operacionais de empresas transnacionais, estaria sob o mesmo condicionamento de existência de cobertura. Essas dificuldades vividas pelos investidores estrangeiros também teriam sido experimentadas pela Petrobras, caso tivesse aceito o convite e ganho a concorrência para participar da exploração de petróleo em Angola, pois igualmente aí teria validade o princípio de que, em situação de transferência de valores para fora do ultramar, atuaria o sistema de restrição em vigor até, pelo menos, 1975.

Em termos estritos do comércio de importação, as maiores dificuldades se traduziam pelo estabelecimento de uma escala de prioridades, com cinco níveis abrangendo cada qual extensa lista de produtos para licenciamento obrigatório de mercadorias, por parte do território ultramarino interessado na sua aquisição. Portanto, enquanto perdurasse o período de liquidação de atrasados, no mínimo até 1975, não seria possível esperar que o comércio brasileiro com a região apresentasse um incremento correspondente às suas potencialidades, bem como se desenvolvesse rapidamente, como acreditaram aqueles que viram nos acordos de 1966 e nas promessas de abertura do espaço colonial ao investimento e ao comércio do Brasil o caminho mais curto para o aprofundamento de produtivas relações com a África.

Se a economia portuguesa era afetada pela erupção de desequilíbrios historicamente contidos, agravados pelo anacronismo da permanência de uma estrutura colonial e a relativa incapacidade concorrencial do sistema produtivo lusitano em um mundo conturbado pela emergência da crise econômica capitalista do início dos anos 1970, a complexa situação política da metrópole e do ultramar faziam supor que dias de grave instabilidade estavam por vir.

O ano de 1973 seria marcado como um dos mais trágicos na guerra da Guiné, tanto para Portugal, quanto para o PAIGC. No dia 20 de janeiro, foi assassinado em Conacri o líder do movimento pela independência, Amílcar Cabral. Seu nome havia transposto

⁵¹⁶ Ibid., p. 7.

fronteiras e se tornado de tal forma conhecido como um símbolo da luta contra a presença de Portugal no continente, que a opinião pública mundial reagiu prontamente à sua morte. Do senador Edward Kennedy, passando pela Agência de Notícias Soviética Tass e notadamente os dirigentes de países e organizações africanas, todos fizeram coro à afirmação do secretário geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, de que se tratava de “um ato brutal contra um homem pelo qual se tinha o maior respeito e que advogou constantemente uma solução negociada para alcançar a independência dos territórios sob administração colonial na África.”⁵¹⁷ O presidente do Senegal, Leopold Senghor, que tentara várias vezes mediar o conflito, denunciou, transtornado, que o crime levava a assinatura de Portugal. Mas o governo de Lisboa negou categoricamente qualquer participação no caso e levantou a hipótese de que Cabral teria sido morto em consequência de desentendimento com seus subordinados ou com os países comunistas dos quais recebia ajuda.⁵¹⁸

A morte de Cabral também despertou a atenção da opinião pública mundial para a uma guerra distante, quase esquecida, em que mais de 180 mil soldados portugueses travavam em três diferentes frentes, a um custo que o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) estimava consumir 78% do total dos gastos militares e entre 40% e 50% do orçamento do Estado.⁵¹⁹ Imaginar que Portugal sozinho pudesse manter tal máquina de guerra em funcionamento desde os anos 1960, sem qualquer auxílio das grandes potências do Ocidente, não era de forma alguma uma possibilidade crível. As acusações de apoio à campanha lusitana na África recaíam sobre os parceiros da OTAN, principalmente Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e França, que seriam os responsáveis pelo fornecimento de armas e munições que davam a superioridade logística e em equipamentos às forças da potência colonial europeia. Pelas mãos da OTAN chegavam à África bombardeiros e caças americanos, helicópteros franceses, caças da Alemanha Ocidental, fragatas e carros blindados britânicos. Mantidas essas linhas regulares de disponibilização de artefatos bélicos às tropas lusas, era possível sustentar, em especial, a atenção dada à manutenção do controle do espaço aéreo africano pela aviação militar portuguesa, o que se mostrava essencial para manter os guerrilheiros em regiões inóspitas e distantes, de florestas densas, afastando-os,

⁵¹⁷ Um morto na guerra esquecida. *Veja*, São Paulo, 31 jan. 1973. p. 33.

⁵¹⁸ “Abundam as teorias e as contra-teorias quanto às circunstâncias da sua morte e a identidade dos verdadeiros culpados. As várias hipóteses divergem principalmente quanto à parte de culpa atribuída aos portugueses. De um lado do vasto leque de explicações encontra-se a teoria de que Cabral foi assassinado por dissidentes do PAIGC diretamente instigados pela potência colonial. [...] Outra opinião é que Cabral foi morto casualmente durante uma tentativa de rapto levada a efeito por renegados que haviam sido contratados para o entregarem aos portugueses na fronteira ou no mar. Outras explicações referem as contínuas tensões existentes no seio do PAIGC entre africanos guineenses e mestiços cabo-verdianos.” MACQUEEN, Norrie, op. cit., p. 63-64.

⁵¹⁹ Um morto na guerra..., p. 33.

assim, das maiores cidades e objetivos estratégicos vinculados, principalmente, à infraestrutura de transportes e energia. Todavia, em março de 1973, logo após a morte de Amílcar Cabral, o PAIGC começou a utilizar a arma que colocaria em posição crítica o elemento mais importante da estratégia de guerra portuguesa, o domínio absoluto das rotas aéreas. Os mísseis soviéticos terra-ar retiraram dos portugueses essa vantagem fundamental e abriram uma clara perspectiva de derrota que introduziu profundo desconforto nas relações entre o governo e alguns importantes comandantes das forças armadas nas colônias, o que se tornaria, posteriormente, uma crise política e militar de graves conseqüências para a presença na África e para a própria estabilidade do regime em Portugal.

Enquanto a tempestade vinda do quadrante africano demorava a castigar definitivamente o território continental lusitano, o encaminhamento de suas relações com o mundo seguia o passo repetido da tradição. As relações especiais com a Grã-Bretanha, e através dela a OTAN, Espanha e Brasil afiguravam-se mais importantes que em qualquer outro momento, dado o quadro de deterioração da guerra colonial. De acordo com o deputado José Homem de Mello, presidente da Comissão luso-brasileira da Assembléia Nacional e da Associação das Empresas do Ultramar, extremamente otimista com as negociações comerciais que tencionava encetar com a comitiva brasileira que visitaria proximamente Portugal,

[o] Brasil tornou-se a pedra angular da política externa portuguesa. O vértice dessa política foi deslocado de Londres para Brasília, na última década, fugindo à força centrífuga da Espanha e centrípoda dos Estados africanos. [...] Nossos países tem interesses extremamente coincidentes, pois o Brasil possui uma extraordinária posição geopolítica e econômica na América, enquanto Angola e Moçambique reúnem condições semelhantes às do Brasil para assumir um surto de desenvolvimento.⁵²⁰

Nesse sentido, a chegada do presidente Médici a Lisboa, em 14 de maio de 1973, retribuindo as visitas do presidente da República e do presidente do Conselho de Ministros de Portugal por ocasião do sesquicentenário da independência do Brasil em 1972, afigurou-se como verdadeiro lenitivo no contexto de crise vivido pelos ibéricos. A comitiva presidencial era composta pelo chanceler Mário Gibson Barboza, o chefe da Casa Militar, general João Batista Figueiredo, o chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, o general Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI, o embaixador em Lisboa, Luis Antonio da Gama e

⁵²⁰ Uma festa em Portugal. *Veja*, São Paulo, 16 maio 1973. p. 22.

Silva, o senador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, o deputado Ernesto Pereira Lopes, o embaixador Egberto da Silva Mafra, Roberto Nogueira Médici e Sergio Nogueira Médici.⁵²¹

No discurso de chegada, afirmou o presidente brasileiro, repetindo os tradicionais argumentos que sustentavam as especiais relações entre os dois países, que a herança comum impunha um destino de cooperação e solidariedade. Disse, ainda, o general Médici que

[e]ste destino que construímos com inquebrantável firmeza, não só exige permanentemente de nós, portugueses e brasileiros, coragem e fortaleza de ânimo para superar as asperezas do presente, como reclama, também, seja a história considerada, não apenas como objeto de ufania, mas principalmente fonte inspiradora daquilo que nos incumbe fazer para assegurar aos nossos povos a propriedade e o progresso a que legitimamente aspiram. [Os laços que ligam Brasil e Portugal] não são, portanto, os de interesses passageiros, de vicissitudes políticas, de acidentes geográficos, de coincidências ocasionais das idéias.⁵²²

Além do programa que previa seis banquetes, uma tourada típica portuguesa e desfile de carruagens antigas, o presidente brasileiro reuniu-se reservadamente com o presidente do Conselho de Ministros para discutir questões referentes ao comércio bilateral e à problemática africana.⁵²³

A pressão portuguesa no sentido de transformar uma visita de caráter protocolar e afetivo em um encontro de forte conteúdo político e econômico esbarrou na determinação brasileira de não ceder a este intento. O próprio ministro Gibson Barboza relatou, anos depois, o inesperado encontro com Marcelo Caetano, a que o conduziu o chanceler luso, Rui Patrício, em que o presidente do Conselho reclamou da forma insípida em que vinha decorrendo a viagem.⁵²⁴ Mesmo negando no momento ao presidente tal estratégia, Gibson Barboza admitiu depois que

[n]ão deixava de ser verdade. Houve troca de condecorações, banquetes, visita ao túmulo do Almirante Pedro Álvares Cabral etc.; mas de substância, realmente, nada. Nem podia haver, diante da intransigência portuguesa em relação ao problema colonial [...].⁵²⁵

⁵²¹ Os dois últimos eram filhos do presidente Emílio Médici.

⁵²² Médici agradece as boas-vidas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 maio 1973. p. 4.

⁵²³ Uma festa em Portugal, p. 22.

⁵²⁴ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 266.

⁵²⁵ *Ibid.*, p. 267.

À proposta portuguesa de constituição de uma zona livre de comércio entre ambos os países, respondeu negativamente o Brasil alegando dificuldades dentro da ALALC⁵²⁶. O presidente Médici informou ao seu colega português que o país não podia abrir novas frentes de tensões dentro da América Latina e, por isso, preferia deixar para o futuro quaisquer referências a respeito do assunto. Os problemas a que fazia alusão o presidente brasileiro não eram apenas de caráter comercial, apesar da importância dos oitocentos milhões de dólares negociados pelo país no âmbito da ALALC e da difícil compatibilização de novas vantagens aos produtos portugueses, haja visto que representavam séria ameaça à lista de azeites, azeitonas, vinhos e frutas exportados pela Argentina para o Brasil. Eles eram mais amplos e de ressonância política muito mais profunda, envolvendo toda a política externa do país na região. Indubitavelmente, não era do interesse de Brasília a criação de novas áreas de atrito com Buenos Aires num momento em que devia ser considerado do maior interesse manter as portas abertas ao diálogo com os novos dirigentes argentinos, evitando que as críticas a Itaipu e os comentários sobre as relações brasileiro-bolivianas em torno do gás natural de Santa Cruz de La Sierra fossem acrescidas de novos problemas na área de comércio.

Ao final da visita, os diplomatas procuraram desfazer, a todo custo, qualquer impressão de que houvesse divergências profundas entre o Brasil e Portugal. No quesito comércio, declarou-se que não estariam interditadas as negociações para a zona de livre troca de mercadorias, mas que os aspectos técnicos deveriam ser objeto de uma análise mais acurada. Na questão africana, apesar do desconforto brasileiro expressado nos bastidores aos portugueses, manteve-se o Itamaraty fiel ao passado. Em informe à imprensa, diziam autoridades diplomáticas brasileiras que as posições de Lisboa permaneciam inalteradas e que cabia ao Brasil continuar a respeitar as teses portuguesas, considerando-as como de política interna de Portugal. Assim, não poderia Brasília apoiar as propostas africanas mais radicais a respeito da presença portuguesa na África, que recomendam o emprego da força como a fórmula para se solucionar o conflito. Lembravam ainda que, segundo recentes declarações do ministro Gibson Barboza, era ponto fundamental da política externa brasileira a tese de que todos os conflitos podem ser resolvidos pela via pacífica das negociações e que os problemas entre portugueses e africanos não deveriam fugir a essa orientação.⁵²⁷ A viagem se encerrava sem que Portugal avançasse no problema colonial e sem que o Brasil afirmasse publicamente

⁵²⁶ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

⁵²⁷ Brasil estudará livre comércio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 1973. p. 3.

aos portugueses sua contrariedade com o impasse africano e sua imperiosa necessidade de novos encaminhamentos na questão por parte de Lisboa nos organismos internacionais, para que não fosse prejudicado o apoio permanente do país às causas lusitanas. Persistia assim, no limite da irracionalidade, o apoio brasileiro à manutenção da bandeira portuguesa na África.

Enquanto a diplomacia brasileira não conseguia se desvencilhar, ou modificar pontualmente os termos, da tradicional aliança com Portugal, a guerra colonial se desenrolava como um drama para o qual não se vislumbrava epílogo. Na Guiné-Bissau, em maio de 1968, assumiu como governador-geral e comandante militar o general da cavalaria Antonio de Spínola. Durante seu governo, até agosto de 1973, procurou realizar mudanças administrativas e militares que levavam em consideração a tese, muito em voga naqueles tempos de Vietnam, da incapacidade de uma força regular derrotar o seu oponente em uma guerra de guerrilha. Suas propostas passavam necessariamente por um esforço político de aproximação com os guineenses de maneira a cooptá-los para o esforço de dar à administração lusitana uma face humanizada.⁵²⁸ Suas iniciativas, já bastante tardias, falharam pela incapacidade de superar os limites de uma audiência informal aos naturais da Guiné-Bissau, ao arbítrio das autoridades coloniais portuguesas, que sinalizavam, quando muito, um mitigado exercício de autonomia, quando o que se pretendia efetivamente era nada menos que a liberdade e a independência.

Contudo, o fenômeno da guerra levou determinados chefes militares a assumir uma estatura pessoal e política que transcendeu os limites estritos de suas atuações enquanto profissionais das armas. Os generais Antonio de Spínola e Kaulza de Arriaga, antigo comandante das forças armadas em Moçambique, enquadravam-se nessa tipificação. Era indiscutível o prestígio dos dois militares entre a oficialidade, assim como o fulgor da personalidade de um e outro, que se sobressaíam ainda mais por conta da exemplar discrição dos demais comandantes do país. As especulações sobre os destinos de ambos, já substituídos em seus comandos na Guiné-Bissau e em Moçambique, enfocavam futuras possibilidades de exercício do poder.

Em importante entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, o general Spínola, ao explicar sua estratégia política, que entendia ser uma ação anti-revolucionária empreendida por suas tropas, afirmava que esta se definiria como uma revolução social para se antecipar e se opor aos subversivos do PAICG. Mais adiante, depois de falar em participação e diálogo, afirmou que “o menosprezo à ação nesse sentido, tem sido o mais decisivo fator do triunfo da

⁵²⁸ MACQUEEN, Norrie, op. cit., p. 58-65.

rebelião nos exemplos conhecidos de conflitos desse tipo.”⁵²⁹ Suas idéias causaram funda preocupação de parcela influente do governo de Lisboa, mais afeita a métodos tradicionais de dominação, pois havia grande dúvida quanto à eficácia de suas ações na África. De maneira a enquadrar o general e servir de exemplo àqueles que pretendiam fazer de seus uniformes passaportes para o mundo da política, exonerou-se o comandante da Guiné e designou-se para o seu lugar o general José Manuel de Bettencourt Rodrigues, de personalidade mais afinada com a linha dura no poder. Na cerimônia de transmissão do cargo, sintomaticamente, o general Spínola absteve-se de fazer uso da palavra, sendo o pronunciamento do ministro do Ultramar aguardado como o mais importante a sublinhar a linha de ação do Estado. Chamou a atenção, nesse discurso do ministro Silva Cunha, a intransigência do governo no sentido da manutenção da presença portuguesa na Guiné.

A esse respeito, disse textualmente o ministro, como a desautorizar qualquer política mais maleável no que se referia à concessão gradativa de alguma forma de autonomia regional para a Guiné, tese defendida nas entrelinhas da entrevista dada pelo general Spínola ao jornal brasileiro, que

a Guiné é uma região autônoma, dentro do Estado português, com órgãos político-administrativos adequados à sua situação geográfica e às condições do respectivo meio social. Aplicam-se-lhe, como a todas parcelas do território nacional, os princípios do artigo 2º da Constituição que diz que, de modo algum, o Estado não aliena qualquer parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce. [...] Por isso, no essencial, em relação a ela [a Guiné], a política do governo não se distingue da que é seguida em relação às restantes províncias do ultramar, norteando-se pelos princípios, tantas vezes já afirmados, e recordados: unidade política; defesa intransigente da integridade territorial; [...] respeito pelas tradições, costumes e valores culturais, que não colidam com a moral e com os interesses regionais e geral.⁵³⁰

Ao se compararem as palavras do ministro do Ultramar com as formulações articuladas pelo general Spínola na entrevista concedida ao *Estado de São Paulo*, verifica-se a existência de contradições essenciais. Enquanto o ministro Silva Cunha aludia enfaticamente

⁵²⁹ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *Entrevista do general Antonio de Spínola ao “Estado de S. Paulo”*. Lisboa, 30 ago. 1973. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 020 – 1973. Ofícios, Confidencial, n. 314. p. 5.

⁵³⁰ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *Posse do novo Governador-Geral e Comandante-em-Chefe na Guiné. Comentários ao discurso do ministro do Ultramar*. Lisboa, 21 set. 1973. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 020 – 1973. Ofícios, Confidencial, n. 338. p. 2-3.

à unidade de uma política a ser seguida com uniformidade em todas as províncias ultramarinas africanas, o antigo governador-geral e comandante-em-chefe sustentava, no caso particular da Guiné, teses favoráveis à associação ampla dos nativos às responsabilidades administrativas, à outorga de maior coeficiente de autonomia aos órgãos locais e à promoção político-social de uma elite guineense preparada para o exercício de funções governamentais. Teria essa política, é claro, como desfecho natural, o estabelecimento de condições que, por sua própria essência, tenderiam a conduzir aquela província ultramarina para os rumos da independência gradual, irreversível a partir do momento em que a classe dirigente autóctone tomasse consciência das opções que se lhe ofereciam, entre a dependência condicionada de Lisboa e a obtenção da soberania total. Era, contudo, a única alternativa razoável que restara, se o país não pretendesse se colocar como obstáculo permanente àquilo que na metrópole se convencionava chamar de “ventos da mudança”.

As soluções originais, induzidas pela especificidade da situação político-estratégica de Portugal na Guiné, propostas pelo general Antonio de Spínola, como recurso de emergência no enfrentamento com o PAICG pelo apoio das populações rurais, encontravam-se, assim, em claro desacordo com as concepções do governo expostas pelo ministro do Ultramar. Não cabia outra medida para o presidente do Conselho que a substituição imediata do antigo comandante da Guiné por um oficial mais conforme e obediente às diretrizes do governo.

Apesar de tamanha tenacidade na perseguição do objetivo central lusitano, que era o de manter suas posições no continente africano ainda que com extremo sacrifício econômico, político e humano, a guerra, deflagrada desde o início dos anos 1960, não oferecia indícios de solução militar à vista. Cerca de cento e cinquenta mil homens, das três armas, um número espantoso para um país das dimensões de Portugal, permaneciam em missão operacional no ultramar. Mesmo assim, a Guiné-Bissau declarou sua independência em 24 de setembro de 1973⁵³¹, anunciando que logo pleitearia sua entrada na ONU e o reconhecimento, pela organização, do estado de beligerância por conta da ocupação de parcela do seu território por uma potência estrangeira, no caso, Portugal.⁵³²

A guerra, que nunca havia sido popular, mas inicialmente suportada com estoicismo, passava no final de 1973, quando a hipótese de vitória militar e de conseqüente pacificação se tornava cada vez mais remota, a carecer de condições de aceitabilidade pela

⁵³¹ Portugal só reconheceria a independência da Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974.

⁵³² Sem a Guiné? *Veja*, São Paulo, 3 out. 1973. p. 40.

imensa maioria da população, que não partilhava da inflexibilidade do conceito de integridade territorial ferida no caso da perda dos territórios de ultramar.

Para a juventude, que crescentemente recusava o combate refugiando-se em outros países, a perspectiva de três ou quatro anos de serviço militar, dois dos quais, pelo menos, na África, causava escasso entusiasmo. Os mais afortunados, como alguns estudantes, defrontavam-se com a longa paralisação de seus cursos; já os menos privilegiados, agricultores ou empregados em atividades terciárias, que cooperavam para a manutenção familiar, encaravam como sacrifício inútil o ter de passar longos meses arriscando a vida, com poucos soldos, a fim de defenderem um império africano distante e do qual não viam ser partilhados seus frutos por toda a sociedade.

Essa situação, que se traduzia pelo contínuo agravamento da contrariedade popular com referência à política governamental no domínio ultramarino, expressa na maciça emigração da juventude e na radicalização do movimento estudantil, levou Lisboa a empregar de maneira generalizada, em missões no ultramar, milícias de negros recrutados localmente, reservando-se aos soldados provindos da metrópole atividades de serviços gerais e de logística. Tal recurso extremado contrariava a doutrina de Salazar e os altos comandos das forças armadas, que preconizavam a todos os jovens válidos a participação direta na luta pela defesa das possessões africanas, para que, assim, aprendessem a amá-las como parcela indivisível da nação. De toda forma, essa nova política de emprego de efetivos operacionais tendia a diminuir as baixas dos soldados brancos, visando tornar menos popular o conflito bélico no país.⁵³³

Na perspectiva do tratamento político da questão, apesar de haver estabelecido a Constituição de 1971 a especificidade do regime político administrativo das províncias ultramarinas, definidas como regiões autônomas do Estado português unitário, o governo metropolitano, talvez por temer reações internas dos direitistas extremados, absteve-se de tomar as medidas legislativas e regulamentares para assegurar a perfeita aplicabilidade do ordenamento constitucional. Justificando sua reiterada omissão pelo estado de guerra que grassava na África, a metrópole continuava a administrar as províncias como se fossem distritos minhotos ou alentejanos.⁵³⁴ Era evidente o esgotamento do salazarismo como prática e discurso doutrinário colonial, sem que a oposição política estabelecesse alternativa clara de ação visando uma transição com algum grau de consenso ou mesmo a ruptura aberta.

⁵³³ SILVA, Luis Antonio da Gama e. *XIII aniversário da rebelião nacionalista em Angola. Postura portuguesa com referência às Províncias Ultramarinas*. Lisboa, 28 fev. 1974. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 036 – 1974. Ofícios, Confidencial, n. 70. p. 3-4.

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 5-8.

Estudantes, trabalhadores, soldados retornados da guerra, oficiais das armas, todos descontentes, eles não encontravam no espelho da nação as suas faces. Tomados por crescente frustração com o presente cada vez menos compreensível e mais indesejado do autoritarismo, eram cooptados pela força do radicalismo de esquerda ou se deixavam alienar de um país que não os permitia intervir na construção objetiva da sociedade. Persistia a herança de Salazar, o saber durar além da própria morte, o impasse.

Os últimos meses do governo do presidente Médici assistiriam à emergência de uma série de fatos complexos que aumentariam as dificuldades brasileiras no trato da situação das colônias lusitanas, levando em consideração a tradicional aliança com os portugueses. A primeira crise do petróleo, entre 1973 e 1974, com o valor do barril triplicando em três meses, a guerra do Yom Kippur e o boicote do fornecimento do óleo àqueles que apoiassem os israelenses, pela força do protagonismo organizativo da OPEP, levaram o mundo capitalista a aprofundar a crise vivida desde o rompimento dos acordos de Bretton Woods.

À toda problemática econômica e política global adicionava-se a

vulnerabilidade energética brasileira, que criava uma condicionalidade muito interessante em relação à questão da África portuguesa. Os países da África negra tinham consciência da relevância estratégica do petróleo africano e árabe para o Brasil. Entre 1971 e 1974, 68% das importações brasileiras da África negra eram de petróleo cru. E isso representava cerca de 20% das necessidades brasileiras. A outra grande parte vinha dos países árabes. Cerca de 70% do petróleo importado pelo Brasil na época vinha do Oriente Médio. Além disso, os árabes eram virtuais financiadores de projetos de desenvolvimento no Brasil.⁵³⁵

A aliança entre os árabes e os africanos veio adicionalmente a pressionar fortemente o Brasil, pois, como os árabes estavam determinados a isolar Israel, solicitavam aos africanos que rompessem relações com Telavive. Em troca, os africanos, que desejavam isolar Portugal, pediam que os árabes ameaçassem Lisboa e seus aliados com o corte no fornecimento de petróleo, explicitando um mau augúrio para o Brasil.⁵³⁶ Como parte do acordo, os países mais significativos da África negra fecharam suas embaixadas em Israel, colocando o mundo em suspense pelo cumprimento da parte dos árabes no acordo. Assim, em

⁵³⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 159.

⁵³⁶ “Mas o problema se originou com a iniciativa, em 24 de novembro de 1973, de 17 países da África negra, exportadores de petróleo, que incluíram o Brasil na lista dos seis países que receberiam sanções econômicas, como o embargo do petróleo, por conta das suas posições nas questões da África Austral, especialmente no que se referia às posições recalcitrantes na questão da descolonização de Angola e Moçambique.” Ibid., p. 159-160.

novembro de 1973, durante a visita do chanceler da Costa do Marfim, Arsene Usher Assouan, ao Brasil, o Itamaraty firmou o primeiro comunicado conjunto em que reconhecia a adesão do governo “aos princípios de justiça do direito de autodeterminação e à independência, quando antes se falava apenas em autodeterminação.”⁵³⁷

Essa pequena, porém importante, modificação vocabular contida no texto do comunicado conjunto com a Costa do Marfim talvez expressasse a crescente preocupação brasileira em não ferir ainda mais as suscetibilidades africanas, uma vez que, na prática, no dia 2 do mesmo mês de novembro, o Brasil votara na ONU, como de costume emprestando seu apoio a Portugal, contra o reconhecimento do auto-proclamado governo do PAIGC na Guiné-Bissau.⁵³⁸ O Brasil justificou o seu voto como eminentemente técnico, já que não reconhecia governos que não controlassem seus territórios. Na medida em que os rebeldes não haviam derrotado as tropas portuguesas, o reconhecimento seria equivocado e contra a tradição de reconhecimento de novos Estados pelo Itamaraty. De forma pouco congruente com os tímidos esforços do Ministério das Relações Exteriores no sentido de aplacar a ira dos africanos, o embaixador do Brasil em Lisboa, Luis Antonio da Gama e Silva, sentenciou: “Bissau não é um país. É um disparate, já que Portugal domina inteiramente o território.”⁵³⁹ Se não havia certeza das posições realmente controladas pelos rebeldes, por outro lado, era certo ser disparatada a afirmação de que todo o território da Guiné estaria sob controle absoluto de Lisboa.

Outra situação que se apresentou como emergencial para o Brasil foi posta quando, em um astucioso movimento, a delegação da Argentina nas Nações Unidas apresentou um projeto de resolução pelo qual os países-membros da organização se comprometiam a aproveitar os recursos naturais comuns a dois ou mais Estados “sobre a base de um sistema de informação e de consultas prévias.”⁵⁴⁰ A proposta era mais um movimento na disputa que Buenos Aires empreendia contra o projeto brasileiro-paraguaio de construção da hidrelétrica de Itaipu. O embaixador brasileiro na ONU, Sérgio Armando Frazão, anunciou sua oposição ao projeto, pois ele “representa o cerceamento da competência dos Estados.”⁵⁴¹ A declaração do representante do Brasil e as conversações encetadas não foram suficientes para impedir a aprovação do projeto, transformado em resolução de número 3.129, do

⁵³⁷ A nova arma. *Veja*, São Paulo, 14 nov. 1973. p. 19.

⁵³⁸ *Id.*

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 20.

⁵⁴⁰ 5 X 1. *Veja*, São Paulo, 28 nov. 1973. p. 24.

⁵⁴¹ *Id.*

Ecosog⁵⁴², pelo apoio de quarenta e dois países africanos e árabes, que manifestavam, assim, seu descontentamento diante do apoio permanente, ainda que muitas vezes silencioso, que o Brasil dava a Portugal nos organismos internacionais. A Argentina havia conseguido uma importante vitória, mas o Brasil também poderia apresentar a seu favor as declarações de Assunção, de Nova York, de Punta Del Este e da própria ONU sobre o tema. O que colocava a diplomacia de Brasília em estado de atenção era o envolvimento de africanos e árabes em uma distante questão sul-americana sobre o aproveitamento de recursos hídricos, de maneira a assinalar que os passos do Brasil, ao lado de Portugal, seriam minuciosamente observados e suas duras conseqüências não mais negligenciadas.

Nesse quadro de crise internacional, Portugal, a cada semana, encontrava-se em pior situação que a precedente. Ao final de 1973 e início de 1974, tivera seu suprimento de petróleo totalmente cortado pelos países árabes, inicialmente por causa da abertura da base dos Açores para os aviões americanos realizarem a ponte-aérea de armamentos para Israel, depois em solidariedade aos países africanos que exigiam a independência de Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde. Seus aliados tradicionais na Europa, ao mesmo tempo, desertavam de sua causa e as possibilidades de que o boicote fosse levantado em futuro próximo pareciam nulas.

Sem nenhuma possibilidade de iniciar qualquer diálogo com os africanos, para negociar as independências de suas colônias, o governo de Lisboa tornava-se mais e mais vulnerável às pressões de seus próprios aliados da OTAN, então mais interessados em diminuir o descontentamento dos árabes e, conseqüentemente, em acalmar os africanos. Além de todas essas pressões, a continuidade da guerra colonial só produzia más notícias para os portugueses, em todos os teatros em operação no continente negro.

Em março de 1974, porém, o outrora apaixonado apologista do colonialismo português, general Antonio de Spínola, surgiu brandindo, inesperadamente, idéias liberalizantes que ele próprio consideraria como insuportáveis heresias durante sua passagem pelo comando da Guiné. Num livro recebido como explosivo, em face da paranóica situação política lusitana, *Portugal e o Futuro*, que se esgotou nas livrarias de Lisboa em doze horas, o general conclamava o governo de Marcelo Caetano a pôr fim à desgastante guerra colonial que se arrastava há quase treze anos, concedendo alguma forma de autonomia aos africanos dos territórios sob a administração de Lisboa.⁵⁴³

⁵⁴² Conselho Econômico e Social.

⁵⁴³ A amputação. *Veja*, São Paulo, 13 mar. 1974. p. 40.

Se outro menos credenciado fosse o autor da obra, certamente não teria conseguido fazer chegar aos seus compatriotas suas teses. No caso do general Spínola, o serviço de censura nada pôde fazer. E o simples fato de terem sido publicadas idéias contrárias à linha oficial do governo deu margem a que se especulasse sobre a possível queda de Marcelo Caetano.

Em *Portugal e o Futuro*, Spínola argumentava que uma vitória militar definitiva contra os guerrilheiros africanos era inviável. Na proporção da taxa de aumento de recursos alocados para a guerra, dizia ele, logo o tesouro estaria esgotado. Pior ainda era que o general investia contra os mais caros dogmas da propaganda oficial de sustentação do conflito, afirmando que era preciso demolir dois mitos: o de que Portugal estaria defendendo o Ocidente e a civilização ocidental, e de que a essência da nação portuguesa era a sua missão civilizadora no mundo.

Na parte mais polêmica do livro, sugeria a formação de uma Comunidade Lusitana – na qual avançava vagamente na idéia de incluir o Brasil – formada pelas colônias, cujo princípio de autodeterminação seria parcialmente reconhecido. Essas colônias passariam a desfrutar de autonomia interna, subordinando à Lisboa os seus assuntos financeiros, de defesa e de relações exteriores. Sem a pronta adoção desse plano, advertiu Spínola, Portugal logo terá de assistir, impotente, “à amputação, uma a uma, de suas áreas africanas.”⁵⁴⁴

Diante dessa erupção de teses até então consideradas francamente subversivas, Marcelo Caetano foi obrigado a contra-atacar. Em meio a rumores de que Spínola seria o líder de uma conspiração militar, o chefe do governo afirmou na Assembléia Nacional que a política ultramarina era de responsabilidade exclusiva do governo e, num claro recado ao general, rejeitou sugestões de uma autonomia que via como desagregadora. Com seu discurso, Caetano tornou pública uma inquietadora cisão no pensamento do bloco político, entendido equivocadamente como monolítico, que o salazarismo vinha lapidando desde há quarenta e seis anos. Essa cisão tornou-se inevitável a partir do momento em que o presidente do Conselho de Ministros procurou incrementar as relações comerciais de Portugal e de suas colônias com o exterior, renunciando, assim, ao ultranacionalismo de seu antigo mestre, Salazar, sempre desconfiado do capital estrangeiro.

Desde o início, essa nova política foi presa de uma contradição insolúvel: enquanto procurava arejar e europeizar a economia e a vida portuguesas, ela não foi capaz de liberalizar seu relacionamento com as colônias. Com o prosseguimento indefinido da guerra,

⁵⁴⁴ Id.

poderosos grupos econômicos, interessados em desfrutar amplamente as novas possibilidades do intercâmbio com o resto da Europa, começaram veladamente a exigir o fim da hemorragia dos melhores recursos nacionais. Embora Spínola surgisse no primeiro instante como um homem providencial a encarnar a solução para os dilemas portugueses, também ele foi tragado pela extraordinária velocidade dos acontecimentos, que envelhecia à tarde uma novidade matutina.

Igualmente presa de um tempo que se consumia vorazmente, a diplomacia brasileira, a reboque dos poucos, lentos e indecisos passos de Lisboa, pretendeu nos momentos derradeiros dar um sinal de descontentamento ao governo de Marcelo Caetano. Um sinal, apenas um sinal para o mesmo governo que cambaleava periclitantemente aos olhos de todo o mundo. Segundo o chanceler Gibson Barboza, esse sinal era dado na medida em que

o Brasil não mais contava com os acenos de abertura que Portugal nos dera, através dos anos, em relação ao problema colonial, determinei que nossa delegação na Assembléia Geral da ONU, ao serem votadas, em dezembro de 1973, duas resoluções condenatórias de Portugal, se ausentasse ostensivamente do plenário em um dos casos e se abstinisse no outro. Marcelo Caetano entendeu claramente o recado e queixou-se disso amargamente, em carta pessoal que me dirigiu. [...] Em seguida, Marcelo Caetano concedeu entrevista exclusiva ao senhor Alves Pinheiro, conhecido lobista português no Brasil, afirmando que Portugal não desejava a intermediação brasileira na busca de soluções para o problema das possessões portuguesas na África.⁵⁴⁵

Seria necessário esperar pelo novo governo brasileiro, o do general Ernesto Geisel, como também pelos momentos finais do regime autoritário luso que seria substituído, em um processo abrupto, pela Revolução dos Cravos levada a efeito em 25 de abril de 1974, para que a mudança nas posições e votos do Brasil finalmente se efetivasse.

O conservadorismo da elite brasileira, as concepções anacrônicas de importantes facções encasteladas no poder mesmo antes do advento da ditadura militar, relativas à divisão do mundo entre o bem e o mal, e a força de setores do mundo político, econômico e jornalístico a serviço do poderoso *lobby* português em ação no Brasil fariam com que o apoio de Brasília ao colonialismo de matriz salazarista só fosse superado, inacreditavelmente, após a morte do regime que teimava em não abandonar suas dependências africanas.

⁵⁴⁵ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 272.

Morto o ditador, morto seu regime, restava ao Brasil avaliar os erros e equívocos do passado para recuperar um papel na África que, desde há muito, poderia ter sido o de um protagonismo exemplar.

CAPÍTULO 6

A RUPTURA DO TRATADO DE 1953 E O REDIMENSIONAMENTO DE UMA COMPLEXA RELAÇÃO (1974-1975)

O mandato do general Ernesto Geisel na Presidência da República, iniciado em 15 de março de 1974, marcou um evidente empenho em aprofundar a estratégia de inserção do Brasil no mundo, retomada com maior vigor desde a administração de Costa e Silva, que contemplava as relações exteriores do país como espaço privilegiado para a consecução do objetivo maior, o desenvolvimento econômico nacional, funcionando, dessa maneira, como verdadeiro catalisador do processo de construção da potência sul-americana.

As condicionalidades internas e externas eram, todavia, diversas e em muitas situações claramente adversas, avaliando em perspectiva os anos imediatamente anteriores ao seu governo. A grave crise econômica, simultaneamente estrutural e conjuntural, por que passava o mundo capitalista, dada a falência dos acordos de Bretton Woods e o primeiro choque do petróleo, anunciava uma instabilidade de maior duração que deveria acompanhar os fluxos internacionais do comércio e das finanças, diferenciando-se das típicas e cíclicas crises sistêmicas de maior ou menor magnitude às quais se adaptara relativamente, com seu receituário clássico, a governança global. Internamente, o desenvolvimento extraordinário experimentado no governo Médici, verdadeiro vislumbre de grandeza, ideológica e propagandisticamente transformado em certeza do destino inexorável da nação, não permitia a aceitação de um rebaixamento do patamar de crescimento já alcançado, levando a nova administração a desenvolver e aprofundar perigosas operações de alavancagem da economia, através da tomada de vultosos empréstimos em um mercado externo abundantemente líquido pelo ingresso dos petrodólares no sistema financeiro global.

A percepção de que o regime civil-militar esgotara as suas possibilidades de enfeixamento do poder por reduzida cúpula, e necessariamente deveria passar por alguma descompressão controlada, levou o presidente e seu círculo de auxiliares mais próximos, na sua maioria afinados ou partícipes do grupo formado em torno do general Castello Branco, a propugnarem por uma distensão lenta, segura e gradual da vida política do país. A aliança heterogênea que dava suporte ao governo, emitindo sinais contraditórios a partir dos interesses de curto, médio e longo prazo, defendidos por empresários nacionalistas ou

internacionalistas, militares de linha dura ou sensíveis a uma retirada organizada enquanto possível, políticos aferrados às benesses imediatas ou os que imaginavam uma engenharia capaz de construir pontes em direção à democracia, obrigou o Palácio do Planalto a seguidos avanços e recuos para contemplar a diversidade de projetos e pleitos contidos em seu bloco de sustentação política.

Em meio à tamanha volatilidade, o Itamaraty desempenhou suas funções sem solução de continuidade, seja na orientação imprimida, seja no rumo escolhido. A velocidade dos movimentos foi, contudo, impulsionada por novos vetores e evidentemente acelerada. O nacionalismo de fins e o pragmatismo de meios deram substância e sentido ao “Pragmatismo Responsável” na difícil tarefa de acompanhar a nova dinâmica dos movimentos do mundo e, ao mesmo tempo, acertar o passo com as imperiosas necessidades do país.⁵⁴⁶

Em nenhum outro tema as dificuldades de implementação de uma política consentânea com o tempo vivido foram tão claras quanto naquilo que dizia respeito às relações com Portugal e, por via de consequência, com a África. Por mais que os problemas e os desgastes se avolumassem, dando início a um discreto desencontro entre os dois países ao longo dos primeiros anos da década de 1970, somente com a queda do regime autoritário em Portugal haveria o Brasil de proceder ao inevitável reconhecimento da luta das colônias portuguesas na África pela autodeterminação. Mesmo que em suas memórias antigos chanceleres insistam em dizer que decisões haviam sido tomadas no sentido de modificar o alinhamento brasileiro às políticas ultramarinas lusitanas, o certo é que, objetivamente, foi a Revolução dos Cravos, criadora de uma intransponível distância política entre Lisboa e Brasília, que determinou a guinada diplomática do Brasil no sentido de ir finalmente ao encontro dos anseios da África lusófona, e não uma decisão clara e insofismável, firmada em palavras e votos nos foros internacionais, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 345-349.

⁵⁴⁷ O chanceler Azeredo da Silveira, em seu depoimento registrado pelo CPDOC da FGV e posteriormente transformado em livro, declarou ser uma das principais intenções do governo “corrigir a política de solidariedade colonialista com Portugal, apostando em uma África que vivia um processo de independência retardado... [...] Não teríamos mais nenhuma solidariedade colonialista, não daríamos nenhum lugar especial a Portugal por causa disso. Embora reconhecêssemos todos os laços de tradição e amizade com Portugal, não pactuaríamos mais com a guerra portuguesa na África e partiríamos para o relacionamento com todos os países africanos.” Apesar desses enunciados gerais terem sido destacados como decisões incontrastáveis de governo, ainda que conhecidas apenas *interna corporis*, ao ser inquirido pelos entrevistadores sobre que medida concreta havia frutificado dessas intenções, porque, sem dúvida, tais idéias de ruptura da solidariedade com Portugal, no início do governo Geisel, não passavam de intenções, respondeu o chanceler: “No dia 18 de julho de 1974, o Brasil reconheceu, antes do governo português, a independência da Guiné-Bissau. Essa foi a primeira e a mais violenta correção, na nossa política africana, que, na realidade, começou a ser corrigida desde 15 de março, o dia da posse do novo governo.” Ora, apesar de num ato de cortesia e lealdade com o presidente Geisel, ainda vivo quando do depoimento, ter dito, corrigindo-se o ministro, que a política africana começou a mudar no dia 15 de março, foi sem dúvida o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em 16 de julho de 1974, oitenta e dois dias

É certo que as profundas alterações verificadas na relação bilateral estabelecidas nos primeiros meses de 1974 derivaram diretamente de uma desorganização da vida portuguesa, presa de grave instabilidade social e penosamente fragilizada por uma dura guerra colonial sem que se pudesse vislumbrar, contudo, uma efetiva solução a surgir no horizonte. A incapacidade do gabinete do primeiro-ministro Marcelo Caetano de propor soluções consentâneas às gritantes e urgentes demandas metropolitanas e coloniais ficaria melancolicamente patente quando do seu último discurso sobre o tema africano, intitulado “Reflexão sobre o ultramar”, pronunciado na Assembléia Nacional no início de abril de 1974. Esse pronunciamento, que imaginava o mandatário lusitano, deveria ter o condão de desconstruir e desacreditar, ponto a ponto, as idéias do general Spínola, pretendia reunir na defesa do regime aqueles que partilhavam das teses mais caras ao salazarismo e os que simplesmente temiam as mudanças e a abertura ao mundo após cinquenta anos de um exacerbado conservadorismo autárquico. Na sua fala, repetindo as mesmas justificativas e posicionamentos que habitavam anos a fio o patrimônio discursivo do sistema de poder encastelado em Lisboa, argumentava que

[n]ormalmente nunca o ultramar constituiria um problema para Portugal. Portugal, desde há cinco séculos, é uma Nação dispersa por cinco continentes, está na África, na Ásia, na Oceania como na Europa. [...]

Mas na hora atual essa evolução de uma sociedade pluricontinental e multirracial é perturbada por crescente pressão internacional adversa. Uma pressão determinada por preconceitos ideológicos, por interesses imperialistas [...] afastando todos os limites da razão e todas as normas da moral e do direito internacional. [...]

Nunca será demais recordar que as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné resultaram da legítima defesa perante uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros. [...] [A]s forças militares que servem na África portuguesa e hoje tem cerca de metade de seus efetivos constituídos por africanos, não fazem a guerra: asseguram a paz. [...] Não podemos deixar de proteger populações cuja vontade é permanecerem portuguesas, nem deixar de preservar uma obra de civilização erguida e mantida por obra e graça de Portugal e que só com Portugal subsistirá [...], nomeadamente, as duas grandes províncias de Angola e Moçambique que Portugal criou a partir de um mosaico de pobres e geralmente decadentes tribos esparsas por territórios inóspitos [...]. A defesa do Ultramar impôs-se-nos, pois, pela necessidade moral de preservar vidas e bens daqueles que, em territórios secularmente portugueses, portugueses são. [Não] aceitamos a existência de um levantamento nacional guinéu, angolano ou moçambicano contra a pátria comum. As populações da Guiné, de Angola e Moçambique não se sublevaram contra Portugal. São, pelo

contrário, vítimas inocentes dos ataques terroristas [...]. Defendê-las é um dos nossos deveres; é uma de nossas missões. [...] A defesa do ultramar, em vez de travão, tem sido um estímulo para o desenvolvimento nacional. Não será por falta de dinheiro que nos renderemos; ponto é que para resistir não haja falta de vontade.⁵⁴⁸

O governo que, desde a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, sentia-se cada dia mais vulnerável a ataques da esquerda ou até mesmo de uma saudosista ultra-direita, como desesperada alternativa a um possível avanço do que antevia poder vir a ser uma escalada comunista no país, abriu espaço para um golpe dos comandos militares com o pedido de demissão de Marcelo Caetano em fevereiro de 1974, que, não sendo aceito, e dada a inércia e incapacidade de qualquer ação decisiva das altas patentes das forças armadas, o conduziria a uma última tentativa de congregar, publicamente, sob sua liderança a alta hierarquia militar portuguesa, buscando com isso demonstrar à população que tudo estava sob controle do governo, recurso esse largamente utilizado em vários outros momentos pelo falecido dirigente Oliveira Salazar.⁵⁴⁹

Em 14 de março, o evento-demonstração reuniu mais de cem líderes políticos e cento e vinte oficiais superiores e oficiais gerais em torno do primeiro-ministro Marcelo Caetano, a hipotecar-lhe solidariedade e irrestrito apoio às políticas do governo na metrópole e no ultramar. Nesse encontro na Assembléia Nacional, definido como uma autêntica cerimônia de aliança, o comandante-chefe do Exército, general João Paiva Brandão, leu uma declaração, como porta-voz de todos os altos oficiais presentes, na qual afirmava que

[a]s forças armadas não fazem política. É nosso dever imperioso, bem como nosso princípio, levar a cabo a missão determinada para nós pelo governo legalmente constituído. [Nossas tropas na África] realizam defesa legítima contra a agressão preparada e lançada do exterior.⁵⁵⁰

A essa cerimônia, deliberadamente não compareceram o Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, general Costa Gomes, e o Vice-Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antonio de Spínola, sendo ambos, na mesma noite, exonerados de suas funções. Com as Forças Armadas colocadas em regime de rigorosa prontidão, o governo

⁵⁴⁸ No último discurso, as teses derrotadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 8.

⁵⁴⁹ ROSAS, Fernando, op. cit., p. 556-557.

⁵⁵⁰ Demitidos gerais em Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 1974. Primeiro Caderno, p. 1.

nomeou o general Joaquim Luiz da Cunha, comandante-chefe das forças portuguesas em Angola, para substituir Costa Gomes na chefia do Estado-Maior, entendendo com essas providências ter colocado um fim à indisciplina dos dois importantes comandantes que poderia espalhar-se perigosamente pelas unidades das armas. O que Marcelo Caetano não compreendia é que, àquela altura, falava para um conjunto de generais sem o comando efetivo do Exército. A “brigada do reumático”, como jocosamente se fazia referência aos comandantes fiéis ao governo, era incapaz de opor resistência a qualquer movimento dirigido pelos verdadeiros controladores das armas, os capitães e outros oficiais de patente intermediária, que suportavam em seus ombros o esforço do campo de batalha africano.⁵⁵¹ Faltava naquele instante ao movimento dos capitães ter a certeza de que, para cessar a guerra colonial, seria necessário depor o governo que teimosamente a sustentava. Essa certeza, contudo, viria a estabelecer-se nos dias que se seguiram.⁵⁵²

Na madrugada do dia 16 de março de 1974, o quinto regimento de cavalaria, sediado na cidade de Caldas da Rainha, 110 quilômetros ao norte de Lisboa, rebelou-se e duas companhias insurrectas empreenderam uma marcha sobre a capital, até serem bloqueadas nos seus subúrbios por policiais, guardas republicanos e tropas leais ao governo. Em seguida, retornaram ao quartel sem que choques de maior gravidade fossem registrados, ocorrendo a posterior detenção de algo entre duzentos e trezentos militares envolvidos com a movimentação.⁵⁵³ Enquanto reinava o silêncio sobre a sublevação nos meios de comunicação, severamente censurados, corriam em Lisboa informações desencontradas sobre a origem e desfecho da ação armada. No dia 18 de março, circularam panfletos assinados por uma não identificada “Comissão”, que hipotecava aos revoltosos de Caldas da Rainha “a nossa solidariedade para com os camaradas presos, a quem não deixaremos de defender seja em que circunstâncias for. Embora possamos criticar sua impaciência, a sua causa é a nossa. A ação que desencadearam não foi inútil: ela serviu para despertar a consciência de alguns que

⁵⁵¹ Desse caldo de cultura surgiria o Movimento dos Capitães, a partir de uma preocupação eminentemente corporativa relacionada às dificuldades no progresso da carreira militar, devido aos decretos emitidos pelo ministro da Defesa, general Sá Viana Rebelo, em julho de 1973, e que transformar-se-ia, por conta da necessidade de pôr fim à guerra na África, no Movimento das Forças Armadas (MFA), principal organizador do golpe de 25 de abril de 1974.

⁵⁵² Em entrevista concedida ao repórter Philippe Marcovici, da revista *Veja*, Marcelo Caetano, em meio à profunda crise militar que abalava seu governo, reafirmou as tradicionais posições portuguesas sobre a África, não deixando dúvidas sobre a impossibilidade de uma retirada sob sua gestão: “Lutamos em defesa do direito de todos os homens viverem juntos na África Meridional e sobretudo em defesa da sociedade multirracial existente naquela região. Ao contrário, os chamados movimentos de liberação são racistas. Seu verdadeiro objetivo é expulsar os brancos dos postos de direção, e, mais tarde, da própria África. [...] Dentro desses limites que acabei de definir, seria absurdo imaginar que eu esteja em vias de preparar qualquer retirada, qualquer redução na tarefa que me foi confiada. Isso eu não farei nunca, e a propósito não pode haver a menor sombra de dúvida.” Caetano: ficaremos. *Veja*, São Paulo, 20 mar. 1974. p. 38.

⁵⁵³ Os quartéis levantam a voz. *Veja*, São Paulo, 27 mar. 1974. p. 34.

porventura hesitassem”⁵⁵⁴. Muitos outros panfletos clandestinos expressavam a indignação de setores militares com a situação geral do país, ameaçando o uso da força para promover as mudanças consideradas imprescindíveis, o que denotava o crítico estado da disciplina e hierarquia no seio das Forças Armadas portuguesas. Finalmente, como a pretender dar um basta na onda de boatos e informações controversas que inundavam Lisboa, o governo emitiu uma nota oficial que relatava a movimentação do quinto regimento de cavalaria no dia 16 de março como um mero motim que não contava com qualquer apoio junto à população civil e, portanto, facilmente desbaratado pelas forças leais ao poder constituído. Dizia o comunicado:

Na madrugada de sábado, alguns oficiais de serviço do 5º Regimento de Infantaria, aquartelados em Caldas da Rainha e comandados por outros oficiais vindos do exterior, se amotinaram.

Detiveram o comandante da unidade, seu adjunto e outros três oficiais em grau de comandantes, e imediatamente ordenaram a uma companhia motorizada que tomasse a direção de Lisboa. [...]

Forças do 1º Regimento de Artilharia, do 7º Regimento de Cavalaria e da Guarda Republicana foram reunidas à entrada de Lisboa a fim de interceptar a coluna que vinha de Caldas da Rainha.

Chegando onde essas forças se achavam e comprovando que não tinha apoio na cidade, a coluna rebelde deu meia volta e regressou ao quartel de Caldas da Rainha [...].

Após terem sido intimados, os oficiais rebeldes renderam-se sem opor resistência. O quartel foi ocupado pelas forças leais e o comandante legítimo restabelecido em seu cargo.

A ordem reina em todo o país.⁵⁵⁵

Exatamente nesses dias tumultuados de março, desembarcava no Brasil, como representante do governo português à cerimônia de posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República, o chanceler luso Rui Patrício. Ao chegar, mostrara-se descontraído e bem humorado, declarando aos repórteres inclusive que achava importante que o livro de Spínola tivesse sido publicado e que nada tivesse ocorrido ao general. Com a eclosão do movimento de Caldas da Rainha e as notícias preocupantes que chegavam da Europa, em longo encontro com a imprensa brasileira na embaixada de Portugal em Brasília, ainda que solícito, seu estado de espírito havia mudado completamente no sentido de uma permanente e perceptível tensão. Dissertou por bastante tempo acerca da política portuguesa desenvolvida nas províncias de ultramar, mas não fez qualquer comentário mais incisivo sobre a situação

⁵⁵⁴ Ibid., p. 35.

⁵⁵⁵ A versão oficial da insurreição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1974. Primeiro Caderno, p. 2.

política interna de Portugal. Reiterou os fundamentos básicos da presença lusa na África, negando-se, então, a discutir as teses de Spínola para a região, pois, em sua opinião, não representavam nada de novo já que os portugueses debatiam há séculos estes mesmos problemas, e reagiu àquilo que entendia ser uma orquestração da ONU para expulsar Portugal da África, abrindo, assim, espaço para a penetração no continente negro das grandes potências mundiais. Especificamente no que dizia respeito às relações bilaterais, repetiria o argumento defendido até o fim pelo Estado salazarista de que o Brasil só teria sucesso na sua aproximação com a África através da Comunidade luso-brasileira, sendo, contudo, necessário “montar as bases, constituir alicerces mais firmes para uma interpenetração econômica de todo o povo e da cultura lusíada.”⁵⁵⁶

Apesar de todas as tentativas oficiais de minimizar a crise política e militar, o que se via era a escalada de um processo de questionamento e enfrentamento do poder governamental. Abundavam comunicados, notas e panfletos clandestinos que eram distribuídos nas principais cidades do país de maneira crescentemente desabrida. O extenso documento redigido pelos capitães portugueses, autêntico manifesto que circulou discretamente no país e foi divulgado pela imprensa internacional em fins de março, não deixava dúvida quanto ao caráter político de sua ação e a determinação em obter seus dois grandes objetivos: o fim da guerra colonial e a democratização da vida portuguesa. Avançando em uma análise que propugnava a imperiosa necessidade de subverter o papel institucional das Forças Armadas para salvar Portugal do desastre que anteviam, entendiam os capitães que

o princípio geralmente admitido é que cabe exclusivamente ao poder político definir os grandes objetivos nacionais e que as Forças Armadas tem por missão executá-los, sem discutir sua legitimidade. Este é o mito de que as Forças Armadas são apolíticas. Mas depois da perda de Goa, e sobretudo desde o início da guerra colonial muitos militares descobriram com surpresa e de maneira clara, seu divórcio com a nação. As Forças Armadas foram então humilhadas, perderam seu prestígio e foram apresentadas ao país como as principais responsáveis pelo desastre. [...]

À medida que a situação em Além-Mar piorava em todos os seus aspectos [...] o esforço exigido aos militares chegou a ser humanamente insuportável. [...] o poder, incapaz de reformar-se a si mesmo, ainda sob a ameaça de morte (politicamente), opta com intransigência por um caminho unitário como solução para o problema de Além-Mar.[...]

O problema mais grave é a crise geral do regime, agora incontável pelo poder. É impossível conseguir a vitória pelas armas. Os militares conscientes

⁵⁵⁶ Patrício repele inclusão da África. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1974. p. 33.

sabem que a solução do problema do Além-Mar é político e não militar, sendo necessário um acordo para salvaguardar a honra e a dignidade nacionais e também para defender os legítimos interesses dos portugueses instalados na África, levando em conta a realidade inegável e irreversível de que os povos africanos aspiram a governar-se por si próprios. [...] se trata, acima de tudo, de conseguir dentro em breve uma solução para o problema institucional, no contexto de uma democracia política.⁵⁵⁷

Além da continuidade dos preparativos militares visando depor o governo de Marcelo Caetano, os dias que transcorreram entre o motim de Caldas da Rainha e a Revolução dos Cravos demonstraram claramente o grau de descontentamento da sociedade portuguesa com a situação geral do país e a desagregação do senil sistema de poder em vigor desde os anos 1920. Partidos e agremiações políticas distribuindo seus panfletos em todos os lugares, movimentos sociais de diversas origens e objetivos em processo de organização e um contundente sentimento de revolta popular com a alta vertiginosa de preços ganhando as ruas, apesar das tentativas de repressão dessas manifestações, muitas das quais espontâneas e descoordenadas, pelos órgãos de repressão policial do Estado. Os jornalistas e as publicações oposicionistas eram ameaçados de todas as formas, sendo exemplar o episódio do *República*, no qual vários de seus colaboradores foram presos assim como outros militantes que se agrupavam em torno da Comissão Democrática Eleitoral, posta fora da lei depois das eleições legislativas de 1973⁵⁵⁸.

Em um ambiente crescentemente politizado e radicalizado, os sindicatos exigiam a revisão dos salários e a liberdade de organização das entidades dos trabalhadores, denunciando a proibição, pelas autoridades, de reuniões operárias para tratar de aumentos salariais e outras questões do interesse das massas assalariadas. O movimento dos trabalhadores proclamou ainda, em um manifesto, que

⁵⁵⁷ Jovens oficiais ativos em Lisboa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1974. Primeiro Caderno, p. 2.

⁵⁵⁸ A falta de alternativas políticas para o governo Marcelo Caetano levou-o a exacerbar, em seus últimos dias de comando efetivo do país, a repressão policial contra a sociedade civil. Dias antes do golpe de 25 de abril, um documento com duzentas assinaturas endereçado ao primeiro-ministro interferia em favor de jornalistas, intelectuais e trabalhadores dos mais diversos setores que haviam sido presos muitas vezes em suas próprias residências ou em pacíficas reuniões. Era citado, especificamente, o caso de Lino de Carvalho, internado em uma clínica psiquiátrica com distúrbios nervosos após ter sofrido prolongada tortura. Os signatários do apelo protestavam contra a utilização sistemática da violência pela polícia, argumentando afinal que “os problemas do povo português não podem ser resolvidos no cárcere da Direção Geral de Segurança. As torturas que ela pratica são uma afronta ao povo de Portugal.” Solidariedade aos presos de Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 2.

[o] país somente evitará uma guerra que o cubra de vergonha negociando imediatamente com os movimentos de libertação a fim de dar independência às colônias. Desta forma, se poderia salvaguardar ainda uma colaboração cultural e econômica baseada na igualdade.

A luta de libertação dos povos das colônias e a crescente oposição popular, e inclusive militar, à guerra desencadeiam os conflitos internos que mergulham o regime em uma crise que poderia aniquilá-lo.

Somente negociando a independência das colônias se poderá evitar que as Forças Armadas sejam transformadas em vítima de uma situação a que as arrastou uma política antipatriótica a serviço do grande capital.

[Especificamente quanto às colônias] a solução federativa preconizada pelo general Antonio de Spínola em seu recente livro 'Portugal e o Futuro' é impraticável, porque os colonos brancos se opõem a que as populações africanas participem da direção dos destinos de seus países e porque os movimentos de libertação já se declararam contrários às pseudo soluções que não interrompem a exploração colonialista.⁵⁵⁹

Eram três horas da madrugada do dia 25 de abril de 1974 quando foi desencadeado o golpe com as tropas aquarteladas em Lisboa, Vendas Novas e Santarém, controlando os pontos estratégicos da capital. Logo em seguida, foram ocupadas as emissoras de rádio e televisão e o quartel-general de Lisboa. Tendo detectado o extraordinário movimento, as forças policiais encaminharam o presidente Américo Tomás ao quartel de lanceiros, enquanto o primeiro-ministro Marcelo Caetano e a maior parte do governo abrigaram-se no quartel da guarda republicana no centro da cidade.

Às dez horas, as tropas revoltosas, chefiadas pelo major Durão, assumiram o controle do Ministério do Exército e cercaram os quartéis onde estavam as mais importantes autoridades do país. A partir de quatorze horas, após ser lançado o ultimato para a rendição do governo, tanques do Exército e a Infantaria cercaram o quartel do Carmo. Às dezoito horas, o governo de Marcelo Caetano estava deposto.⁵⁶⁰ Em apenas quinze horas ruíram todos os quarenta e oito anos do autoritarismo lusitano no século XX, tão bem encarnados, na plenitude da vida ou ainda na onipresença, mesmo depois da morte, de Antônio de Oliveira Salazar!

À noite, já investido na presidência da Junta de Salvação Nacional, o general Antonio de Spínola fez uma proclamação a todo o país, pelo rádio e televisão, alinhando os

⁵⁵⁹ Alta dos preços provoca agitações nos meios sindicais de Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 2.

⁵⁶⁰ Foi uma rebelião dos jovens oficiais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 1.

objetivos do movimento militar e fazendo uma série de promessas aos cidadãos, inclusive a de eleições livres para a presidência da República.⁵⁶¹

Em obediência ao mandato que me acaba de ser confiado pelas Forças Armadas após o triunfo do movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do povo português, [...] assumo o compromisso de garantir a sobrevivência da Nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental; de promover desde já a constitucionalização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes nacionais [...] e facilitar a livre eleição, por sufrágio direto, de uma Assembléia Nacional Constituinte [...] e a própria eleição do presidente da República.⁵⁶²

No entanto, apesar do otimismo próprio dos vitoriosos, grandes dificuldades aguardavam o general Antonio de Spínola. Em primeiro lugar, o que inicialmente a mídia internacional imaginava, em termos de liderança do movimento, em relação ao antigo comandante da Guiné, não se confirmaria com o tempo. Aliás, já no primeiro momento após o golpe, a nota emitida pelo Movimento das Forças Armadas indicava onde estava depositado verdadeiramente o poder. Dizia o documento:

Considerando que depois de 13 anos de guerra nos territórios de ultramar, o sistema político atual não esteve em condições de definir uma política de ultramar que leve a paz aos portugueses de todas as raças e credos; [...] O movimento das Forças Armadas, que já cumpriram com êxito as missões civis mais importantes nos últimos anos, proclama à nação sua intenção de fazer um programa de salvação nacional e a restituição ao povo português das liberdades civis de que havia sido privado. Para esse fim entrega o governo a uma Junta de Salvação Nacional da qual exige o compromisso com as linhas gerais do programa do Movimento das Forças Armadas, cujos pormenores serão divulgados à nação através dos órgãos de informação.⁵⁶³

Outras questões substantivas também colocariam uma significativa interrogação sobre a capacidade do chefe da Junta de Salvação Nacional de conduzir o processo político naquele transe histórico. De maneira assertiva, posicionava-se o MFA frontalmente contra a

⁵⁶¹ Junta de salvação promete liberdades civis. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 3.

⁵⁶² Id.

⁵⁶³ O manifesto militar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 3.

continuidade da guerra colonial e veiculava publicamente sua opinião favorável ao processo de descolonização, ao lado de outras forças da sociedade portuguesa, como, por exemplo, os socialistas que, por meio do secretário geral do partido, Mário Soares, questionavam a profissão de fé democrática do general Spínola, pois, figura do regime, havia prestado relevantes serviços à ditadura lusitana por muitos anos.⁵⁶⁴ Enfatizando essas diferenças de percepção do Partido Socialista quanto à primeira fala do general à nação, em que este último afirmava o compromisso de garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental, dizia Mário Soares que “somos pela democracia e não pela ‘liberalização’ do sistema; somos pela descolonização integral e não por formas encapotadas de neo-colonialismo.”⁵⁶⁵

Enquanto as forças políticas procuravam expressar suas idéias e conquistar posições no âmago da luta mudancista desencadeada em Portugal, a repercussão da Revolução dos Cravos no mundo e no Brasil, em particular, foi intensa. Pela importância especial desde sempre dada às coisas portuguesas; pela aragem de liberdade que oxigenava a sociedade brasileira, então ensaiando os primeiros passos rumo à democracia; e pela significativa alteração que operava na posição brasileira em relação ao continente africano, a queda de Marcelo Caetano e seu regime ocuparia importante lugar no cálculo estratégico que, a partir de então, cumpriria ao Palácio do Planalto realizar.

Depois de décadas de apoio do governo brasileiro ao colonialismo salazarista, a cuidadosa operacionalização de uma mudança de caráter excessivamente gradualista, colocada em marcha desde o governo Médici, que não alienasse a amizade lusitana e não dispusesse o Itamaraty com os tradicionais apoiadores de Lisboa no Brasil, notadamente aqueles que integravam o *lobby* português, foi confrontada com uma inesperada revolução de caráter esquerdista a modificar visceralmente a presença e o papel lusitano no mundo.⁵⁶⁶ A

⁵⁶⁴ Além dos serviços prestados ao salazarismo, o general Spínola era questionado por ter se pronunciado no sentido de rejeitar uma independência pura e simples, ditada sem consulta prévia no ultramar, o que atrasaria, sobremaneira, a retirada das tropas dos territórios africanos. Afirmou que o povo de cada parcela do espaço extra-europeu teria de escolher a sua bandeira, acrescentando que essa autodeterminação deveria ser concretizada através de plebiscito, depois de as respectivas populações estarem devidamente conscientizadas e esclarecidas. NETO, Antonio Fantinato. *Política ultramarina portuguesa. Principais tendências*. Lisboa, 03 maio 1974. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 036 – 1974. Ofícios, Confidencial, n. 156. p. 3.

⁵⁶⁵ Carta de M. Soares. *Veja*, São Paulo, 01 maio 1974. p. 38.

⁵⁶⁶ A repercussão mundial suscitada pela Revolução dos Cravos foi de início marcadamente vinculada às alterações geopolíticas na África, somente transformando-se em um problema no continente europeu, para a aliança ocidental, quando do avanço das forças de esquerda na posterior composição do governo de Lisboa. Nas Nações Unidas, o movimento militar em Portugal causou satisfação à maioria das delegações africanas e árabes que expressaram publicamente seus sentimentos. O embaixador da Arábia Saudita, Jampl M. Barroody, declarou: “O fato não me surpreende. Surpreendente é que não tenha acontecido antes. O governo português devia ter tomado consciência de que não se pode manter um império à custa de sacrifícios do povo.” Já na África

novíssima e emergencial situação deixou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil em estado de tamanha perplexidade que, sem alternativa previamente definida e tempo hábil para reelaborar a postura do país frente à questão, repetiu, de maneira açodada e pouco cuidadosa, a ineficaz tentativa anterior de forçar uma intermediação que só frutificaria se requisitada pelas partes em litígio.⁵⁶⁷ Contraditoriamente, era como se o Brasil se sentisse traído por um regime estrangeiro, pela sua incapacidade de resistir tempo suficiente para que pudesse deixar de apoiá-lo.

Já no dia 26 de abril, articulista da *Folha de S. Paulo* avaliava a possibilidade do Brasil assumir o papel de mediador entre o novo governo português e os movimentos de independência africanos. Escrevia o jornalista que

existem boas perspectivas para o início de uma ampla e profunda participação brasileira no trabalho diplomático de aproximação entre portugueses e africanos, numa tentativa de se buscar a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

O Brasil está disposto a realizar essa tarefa e a política externa brasileira não ignora a importância da possível formação de uma comunidade econômico-política e comercial integrada por países independentes de língua portuguesa. [...]

Antes, o Brasil não podia pensar em oferecer-se como mediador apesar de ter sido convidado a isso pelos países africanos. Faltava, até agora, a solicitação de Portugal, que talvez Spínola possa fazer num futuro próximo.⁵⁶⁸

A opinião do articulista, formada com o concurso de fontes do Itamaraty, era sintomática da insistência, da quase sofreguidão brasileira em participar do processo de descolonização, dado que já havia tentado uma intermediação no mesmo sentido em fins do governo Médici, frustrada por peremptória negativa portuguesa, expressada publicamente pelo então ministro Rui Patrício, em admitir a presença de terceiros em assunto que

do Sul e na Rodésia, o sentimento era de inquietação e expectativa. O governo de Ian Smith, que já havia reconhecido que a garantia da segurança no vizinho território de Moçambique constituía a chave na luta travada na região contra os guerrilheiros africanos, informava, por seu porta-voz, seguir com atenção a evolução dos acontecimentos portugueses. Temor na Rodésia e África do Sul. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1974. p. 20.

⁵⁶⁷ O sentimento de que o Brasil tinha a obrigação, e mesmo o direito, de intervir na crise portuguesa era tal que, segundo Azeredo da Silveira, “[o] [Júlio de] Mesquita [Neto], do *Estadão*, me telefonou uma noite. Queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que eu fui (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser o árbitro em Portugal. ‘O senhor tem todas as condições para ser o árbitro’ [disse Júlio de Mesquita Neto]”. SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira...*, p. 268.

⁵⁶⁸ SALLES, Flávio de Almeida. O mediador agora pode ser o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 3.

considerava de exclusiva competência interna.⁵⁶⁹ O tema, recorrente na mídia nacional até as últimas negociações realizadas entre Portugal e Angola em fins de 1975⁵⁷⁰, surgia na maioria das vezes oficiosamente ou, em algumas situações, a confirmar as especulações jornalísticas, em notas oficiais expedidas pelo governo brasileiro. Essas especulações cresceram quando do anúncio da visita ao Brasil do membro da Junta de Salvação Nacional portuguesa, general Carlos Galvão de Melo.⁵⁷¹ O então prestigioso *Jornal do Brasil*, apesar de publicar que a motivação primeira da viagem era a participação de figura de proa do novo governo nas comemorações da colônia relativas à data nacional lusa, o 10 de junho, aventou a possibilidade da visita antecipar o anúncio oficial, dado como certo, “da aceitação de Portugal à idéia de que o Brasil atue ativamente no processo de negociação da independência das províncias de Moçambique e Angola e do reconhecimento da República da Guiné-Bissau.”⁵⁷² No dia 8 de junho, o Itamaraty voltava ao tema que, se absolutamente inconsistente, não mereceria seguidos pronunciamentos oficiais para repetidamente afirmar não ter o Brasil oferecido mediação, encontrando-se, porém, sempre disposto a ajudar as partes. Dizia a nota em questão que o governo brasileiro, mesmo sem ter a titularidade desse mandato, julgava-se “no dever de colaborar para a solução sobre o destino a que os povos africanos tem direito.”⁵⁷³ O documento, segundo o gabinete do chanceler Azeredo da Silveira, para deixar clara a disponibilidade e a intenção brasileira de participar do processo de negociação para a descolonização das dependências lusitanas no ultramar, seria também encaminhado ao

⁵⁶⁹ BARBOZA, Mário Gibson, op. cit., p. 264-272.

⁵⁷⁰ Em 24 de agosto de 1975, noticiava o *Jornal do Brasil* que “porta-voz do Itamaraty confirmou ontem a notícia divulgada [...] sobre o apelo que o governo de Portugal dirigiu ao embaixador Carlos Alberto Fontoura no sentido de o Brasil atuar como mediador no conflito entre as principais facções políticas de Angola e auxiliar na tarefa de retirada da população civil portuguesa que se encontra naquele território.” Embaixador diz que Portugal não pediu mediação em Angola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1975. Já no dia 26 de agosto de 1975, o jornal *O Globo* publicaria a manifestação da embaixada de Portugal que desmentia o suposto pedido de ajuda ao Brasil nos seguintes termos: “O embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, declarou ontem que não pediu a mediação do Brasil no encaminhamento de uma solução para a crise de Angola. Esclareceu que sua missão foi apenas a de fazer para o Itamaraty uma exposição sobre o processo político que se desenvolve na África. [...] Afirmando que ‘alguns jornais deram a um assunto quase rotineiro uma dimensão muito exagerada’.” Itamaraty confirma pedido português para que o Brasil faça mediação em Angola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1975.

⁵⁷¹ Uma das inúmeras matérias sobre o tema, quando da viagem de Galvão de Mello ao Brasil, entendia que “as especulações em torno de um possível convite ao Brasil para ser o mediador entre Lisboa e os líderes dos movimentos de independência da África portuguesa, foram sendo alimentadas como argumento presumível da conversa do general Galvão de Mello com Geisel.” Ao final dos encontros, o representante português não revelou nenhuma negociação, ou sequer sondagens de Lisboa, no sentido de uma participação brasileira no processo de negociação já em curso na África. Casa cheia. *Veja*, São Paulo, 19 jun. 1974. p. 24.

⁵⁷² Membro da Junta vem ao Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jun. 1974.

⁵⁷³ Brasil colabora mas não media problema africano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1974.

presidente da Organização da Unidade Africana, através do embaixador em Addis Abeba, Luiz Leivas Bastian Pinto.⁵⁷⁴

Destoando do sentimento partilhado por muitas figuras da cúpula do Itamaraty, o da inevitabilidade da participação de Brasília nas negociações entre portugueses e africanos, o encarregado de negócios em Lisboa, Antonio Fantinato Neto, avaliava que o Brasil, de maneira impertinente, havia procurado participar da solução do problema colonial lusitano, “admitindo, insinuando ou oferecendo a intermediação de sua diplomacia [...] sendo que tais posturas não foram bem acolhidas pelo governo português”.⁵⁷⁵ Entendia, ainda, que mesmo as iniciativas informais e discretas da diplomacia nacional, como as negociações encetadas com o Senegal e a Guiné, no sentido de não invadirem o território da Guiné-Bissau quando da possível independência deste território, não produziram qualquer resultado prático, além de levantar desconfianças entre os africanos quanto às intenções brasileiras e o desconforto das autoridades portuguesas com tais gestões, não solicitadas, porém obviamente irrecusáveis. A modificação de tal comportamento, segundo o diplomata, dada a nova conjuntura, era urgente e imperiosa.

Afigurava-se ao encarregado de negócios, dever

o Brasil evitar qualquer forma de envolvimento, interferência ou comprometimento, deixando exclusivamente a Portugal a responsabilidade de encontrar e executar a complexa solução política para por fim à guerra colonial.

Da mesma forma, tendo em vista a importância crescente de seus interesses no mundo menos desenvolvido e na África em particular, poderia também a diplomacia brasileira proceder à reavaliação e à eventual modificação de sua política nas Nações Unidas e em outros foros internacionais, a fim de, sem voltar-se radicalmente contra Portugal, seguir orientação mais de acordo com aqueles interesses.⁵⁷⁶

Mesmo após a morte de Salazar, a deposição de Marcelo Caetano e a Revolução que varria do cenário político os partidários da ordem ultramontana, o núcleo decisório das relações exteriores do Brasil precisava ser alertado, pelo encarregado de negócios em Lisboa, da inviabilidade de uma participação na questão africana a partir de um acordo definido pelas cúpulas e da necessidade de operar uma urgente mudança, efetiva e concreta, nos foros

⁵⁷⁴ Id.

⁵⁷⁵ NETO, Antonio Fantinato. *Política ultramarina portuguesa. Principais tendências*, p. 3.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 8-9.

internacionais, para deixar claro ao mundo que o apoio ao colonialismo salazarista não sobreviveria por muito mais tempo no Brasil à sua morte em Portugal.

Perplexidade era também o sentimento dos apoiadores do salazarismo em território brasileiro. Segundo Antonio Gomes da Costa, presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, o golpe militar havia surpreendido a maioria dos quase um milhão de portugueses que viviam no Brasil e que, em momento algum, chegou-se a supor que o movimento dos capitães pudesse levar o país a um desfecho como o do dia 25 de abril. Desde a primeira notícia da vitória revolucionária, os dirigentes da colônia, claramente desconcertados quando não abertamente consternados, estiveram reunidos para discutir a posição que deveriam tomar face os acontecimentos na Europa. Entre pelo menos cem mil, dos cerca de trezentos mil portugueses radicados no Rio de Janeiro, circulou uma mensagem da Federação “conclamando os portugueses do Brasil a manterem a calma nessa hora difícil, vigilantes e unidos, porque de outra forma abriremos flancos para os inimigos da pátria e da comunidade.”⁵⁷⁷ Em reunião extraordinária realizada no dia 26 de abril, a Federação, organismo central da vida associativa lusitana, decidiu reafirmar em nota seus mais tradicionais e caros princípios.⁵⁷⁸ Depois de assinalar a preocupação da colônia com os acontecimentos, declarava o comunicado que

os portugueses do Brasil hipotecam integral solidariedade às aspirações do povo português e repudiam hoje, como ontem, todas as tentativas que visam destruir a unidade pluricontinental da pátria, enfraquecer o seu esforço de desenvolvimento, romper a sua homogeneidade espiritual, ou impedir a consecução dos objetivos centrados no progresso e bem-estar de todos. Os portugueses do Brasil não abdicarão jamais da defesa daqueles valores cuja essencialidade define o comportamento histórico da Grei Lusíada e constitui a razão de ser de uma pátria que em sua presença pluricontinental foi capaz de realizar, em modelos singulares de convivência e democracia,

⁵⁷⁷ No Rio federações mantêm reserva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 3.

⁵⁷⁸ É interessante frisar que o jornal *O Globo*, sempre pronto a publicar matérias e notas do interesse da conservadora Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, não publicou em suas páginas a nota da Unidade Democrática Portuguesa, entidade representativa da oposição lusitana no Brasil, em que manifestava “sua satisfação pelo derrubamento da ditadura fascista que oprimia Portugal há 48 anos. [...] Reafirma mais uma vez que toda a solução democrática em Portugal exige, entre outras, numa primeira fase, as seguintes medidas: a cessação imediata das hostilidades em todas as frentes de batalha africanas e repatriação dos três exércitos portugueses, com efetivo de 150 mil homens [...]; imediata abertura de negociações com os movimentos libertadores africanos e reconhecimento do direito irrestrito à independência dos povos de Angola e Moçambique e reconhecimento oficial da República da Guiné-Bissau como Estado soberano; anistia para todos os presos políticos [...]; extinção da censura e da polícia política [...]; reconhecimento dos direitos e liberdades sindicais, estudantis e operárias”. Comunicado da UD. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 4.

uma obra de dignificação humana e de promoção social sem paralelo no mundo.⁵⁷⁹

No Rio de Janeiro, região de maior concentração de portugueses no Brasil, havia intensa expectativa em relação ao movimento de 25 de abril, contudo, à exceção da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, nenhuma das numerosas sociedades portuguesas fez qualquer manifestação. Os dois principais jornais da comunidade, *A Voz de Portugal* e *O Mundo Português*, que, na visita do presidente Américo Tomás, publicaram edições extraordinárias, não apresentaram ao público qualquer suplemento dedicado à compreensão da crise lusitana e mantiveram-se em sintomático silêncio.⁵⁸⁰

Enquanto a comunidade lusa no Brasil aguardava uma definição mais clara dos novos rumos políticos de Lisboa, o governo brasileiro apressou-se a reconhecer a nova administração portuguesa, sendo inclusive, o primeiro país a fazê-lo. A comunicação brasileira foi entregue às 14 horas do dia 27 de abril, em resposta à nota distribuída, no mesmo dia, pela Junta de Salvação Nacional a todas as representações estrangeiras acreditadas em Portugal. A pressa brasileira em reconhecer a nova ordem política portuguesa derivava tanto de uma deferência baseada nos laços históricos especiais a unir ambos os países, quanto de uma, na avaliação do Itamaraty, absolutamente imperiosa necessidade de adequação às novas possibilidades do relacionamento bilateral que propiciassem a participação brasileira, pois era isso que ansiosamente se esperava, no processo de discussão acerca do futuro das colônias africanas.⁵⁸¹ Rapidamente o governo brasileiro perceberia a profunda fragmentação ideológica do novo poder instalado em Lisboa e as atitudes pouco receptivas, ou até mesmo agressivas, de membros do regime que assumiam os destinos da nação, para com as gestões encaminhadas por Brasília.

As divergências nas propostas dadas a público por Spínola e pelo Movimento das Forças Armadas quanto ao ultramar passaram a merecer, das diversas facções políticas, antes submetidas à severa vigilância e censura, avaliações que deixavam claras as dificuldades em se encontrar um denominador mínimo comum capaz de orientar as ações do Estado na

⁵⁷⁹ Portugueses do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1974. p. 12.

⁵⁸⁰ Expectativa no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 5.

⁵⁸¹ A idéia de que era fundamental romper com o passado de apoio ao salazarismo, para atuar de maneira mais confortável na nova situação instalada quando da Revolução dos Cravos, está expressa nas palavras do chanceler Azeredo da Silveira: “O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo revolucionário de Portugal. Isso foi muito importante [...] porque cortou completamente qualquer tipo de nostalgia ou de solidariedade ou de incompreensão com o que ia acontecer em Portugal, e que, necessariamente, tinha que ter contradições enormes.” SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira...*, p. 267.

complexa tarefa de negociar o futuro de suas relações com as lideranças africanas, muitas das quais também vivenciando situação de complexa fragmentação.

A Comissão Democrática Eleitoral (CDE), agrupamento de oposição tolerado pelo antigo regime, referiu-se especialmente às perspectivas que se abriam ao povo português, entre as quais a da paz, pondo-se fim à guerra colonial.

O Partido Comunista Português (PCP), reativado com o regresso a Portugal do seu secretário-geral, Álvaro Cunhal, exilado desde 1960, aludiu a certos pontos de desacordo com o programa da Junta de Salvação Nacional, em particular quanto ao problema da guerra na África. Anteriormente, o Comitê Central do PCP já havia divulgado documento em que defendia o fim da guerra colonial a curto prazo, a instauração de um regime democrático e a urgência do início das negociações com os movimentos ultramarinos, reconhecendo-se o direito à imediata e completa independência dos povos submetidos ao colonialismo português.

O Partido Socialista Português (PSP), já sob a liderança do retornado secretário-geral, Mário Soares, declarou sua pronta adesão aos objetivos revolucionários e à Junta de Salvação Nacional. Em manifesto, preconizou, com a maior ênfase, o fim das guerras coloniais, incluindo o imediato cessar-fogo e a abertura de negociações, anistia aos que se recusaram a prestar serviço militar e a libertação dos presos políticos nas colônias.

As correntes monárquicas deram inicialmente seu apoio ao Movimento das Forças Armadas, havendo a Liga Popular Monárquica, facção integrada na Convergência Monárquica, declarado que o problema ultramarino, o de maior gravidade com que se defrontam os portugueses, terá de ser resolvido com ampla participação da sociedade, especialmente dos milhões de habitantes do ultramar, levando em consideração o processo de integração à vida portuguesa que era preciso urgentemente restabelecer.⁵⁸²

Na África lusófona, os líderes dos movimentos de libertação, tão logo tomaram conhecimento dos acontecimentos políticos na metrópole, começaram a emitir comunicados em que definiam suas respectivas posições. Assim, o PAIGC saudou o Movimento das Forças Armadas, tendo apelado a Portugal para que reconhecesse imediatamente a independência da Guiné e o direito de Cabo Verde trilhar o mesmo caminho. Contudo, reafirmou categoricamente a sua rejeição à fórmula de autodeterminação proposta pelo general Spínola, acrescentando que alguns dos novos dirigentes portugueses tramavam “sórdidas manobras” a fim de garantirem o que não conseguiram conservar pela força das armas. Apelou às correntes democráticas portuguesas e àqueles desejosos de paz do Movimento das Forças Armadas para

⁵⁸² NETO, Antonio Fantinato. *Política ultramarina portuguesa. Principais tendências*, p. 4-5.

que estivessem vigilantes e impedissem que os restos do fascismo e colonialismo, ainda representados no poder, perturbassem o rápido nascimento de uma era de cooperação com Portugal. Insistiu em que o reconhecimento imediato e incondicional das independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde e o fim da guerra de agressão eram as únicas medidas capazes de “salvaguardar os interesses legítimos que cidadãos portugueses poderão ter no nosso país.”⁵⁸³

A secretaria de informação da FRELIMO, em Lusaka, rejeitou o conceito de federação, havendo declarado bastar evocar as palavras do general Spínola de que o golpe se destinava a garantir soberania da nação portuguesa na sua totalidade pluricontinental para confirmar as intenções do novo governo.

O MPLA se pronunciou pela palavra de Agostinho Neto, afirmando também não considerar factível uma federação, na qual a última palavra caberia a Portugal, mas sim, única e tão somente, a independência completa, que mais cedo ou mais tarde seria conquistada sem que para isso tivesse que ser aceita qualquer condição de diminuição do pleno exercício da soberania nacional.⁵⁸⁴

As intrincadas e arrastadas negociações desenvolvidas a partir do vitorioso golpe de 25 de abril, pelas lideranças da Guiné-Bissau e Mário Soares em Londres⁵⁸⁵, expressão das profundas dificuldades de entendimento entre os diversos grupos que conviviam no governo, acabaram por render-se à realidade impositiva do reconhecimento, quando mais de oitenta nações já avalizavam a próxima entrada da jovem nação africana nas Nações Unidas. Sintomaticamente, após uma reviravolta política esquerdizante em que o Movimento das Forças Armadas colocaria à frente do governo o Coronel Vasco Gonçalves, enfraquecendo ainda mais o general Spínola, Brasília reconhecia publicamente, na tarde do dia 18 de julho, o governo de Guiné-Bissau, segundo nota divulgada pelo Palácio do Itamaraty. O reconhecimento havia sido assegurado no dia 16 de julho, em Nova York, quando o representante do Brasil na ONU, ministro Lindemberg Setti, comunicou ao representante da Guiné-Bissau, Julio Semedo, que o Brasil apoiaria o ingresso do país nas Nações Unidas em setembro do mesmo ano. Segundo a manifestação oficial do Itamaraty,

⁵⁸³ NETO, Antonio Fantinato. *Política ultramarina portuguesa. Reações em África*. Lisboa, 06 maio 1974. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 036 – 1974. Ofícios, Confidencial, n. 162. p. 1.

⁵⁸⁴ NETO, Antonio Fantinato. *Política ultramarina portuguesa. Principais tendências*, p. 6-7.

⁵⁸⁵ A gravidade da situação na Guiné tornava inevitável uma solução urgente por parte do novo regime, já que o próprio governo de Marcelo Caetano havia dado início a negociações secretas em Londres algumas semanas antes da Revolução dos Cravos. MACQUEEN, Norrie, op. cit., p. 129.

[o] representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu, no dia 16, na sede da missão em Nova York, o embaixador Julio Semedo, observador permanente da República da Guiné-Bissau junto à organização mundial.

No curso da entrevista, solicitou aquele representante o apoio do Brasil ao pedido da Guiné-Bissau de admissão como membro da Organização das Nações Unidas, a ser apresentado por ocasião da próxima Assembléia Geral. O governo brasileiro resolveu atender o pedido do representante daquele país africano.

A incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo governo brasileiro.⁵⁸⁶

Ao comentar o reconhecimento da Guiné-Bissau, diplomatas brasileiros afirmavam que o Brasil havia resgatado “uma hipoteca política que há muitos anos influenciava seu comportamento com relação à África, especialmente na questão da presença portuguesa em territórios daquele continente.”⁵⁸⁷ A histórica decisão rompia, ao mesmo tempo, com o permanente apoio ao colonialismo salazarista e com o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, na medida em que a atitude brasileira não foi precedida de conversações com os parceiros portugueses como previa aquele diploma legal. Sem dúvida, como resultado de uma ação estruturada no tempo, o reconhecimento coroava a mudança de percepção brasileira operada a partir do governo Costa e Silva e aprofundada nos governos Médici e Geisel. No tempo curto, na ação conjuntural, a nova posição brasileira, além de alimentar com tal gesto alguma esperança de ainda participar das discussões relativas à descolonização, avaliava como certa a impossibilidade do aprofundamento de negociações com um governo português cada vez mais à esquerda, ideologicamente distante, e, portanto, cada vez menos simpático ao Brasil dos generais, bem como, dadas as notícias de Lisboa que asseguravam, em face do enfraquecimento do general Spínola, uma retomada em nova velocidade do processo de reconhecimento da Guiné-Bissau, o temor de ser ultrapassado pela negociação, não podendo dessa forma apresentar aos africanos uma só medida que contemplasse seus interesses como prova da veracidade do discurso brasileiro que enfatizava a importância da construção de novos espaços de cooperação e aliança política com as nações do continente africano.⁵⁸⁸ A coragem do gesto buscava superar a crescente convicção da perda da aliança

⁵⁸⁶ O Brasil reconhece a Guiné. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1974. Primeiro Caderno, p. 1.

⁵⁸⁷ Ao reconhecer a Guiné-Bissau, o Brasil resgata hipoteca política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1974. Primeiro Caderno, p. 2.

⁵⁸⁸ Comentando o reconhecimento pelo Brasil, na perspectiva da oportunidade conjuntural, da independência da Guiné-Bissau, o ministro de Relações Exteriores do governo João Baptista de Oliveira Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro, relembrou que se isso ocorreu “umas poucas semanas antes de Portugal é porque estávamos seguros de que Lisboa ia necessariamente aceitar tal independência. Quando me convenci, por um telegrama de

portuguesa e a profunda frustração advinda de um possível desencontro com a jovem África.⁵⁸⁹

A repercussão entre os africanos, como não poderia deixar de ser, foi excelente. Os diplomatas do vizinho continente credenciados junto ao governo brasileiro receberam com entusiasmo a decisão de apoiar o ingresso da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas. O embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, afirmou que o gesto era a confirmação de que a política fixada pelo presidente Ernesto Geisel de uma aproximação cada vez maior com a África estava sendo concretizada.⁵⁹⁰ Outros diplomatas africanos avaliavam o reconhecimento como uma demonstração da independência da política externa do Brasil em relação a Portugal, ainda que reconhecendo os laços especiais entre os dois países. Entendiam que, com a nova postura, “o Brasil procura o seu caminho próprio e suas atitudes deverão ser cada vez mais claras e inequívocas com relação ao continente africano.”⁵⁹¹

Quanto a Portugal, o ambiente em relação ao Brasil era a cada dia menos receptivo. As informações, antes sonegadas, eram então disseminadas livremente, fazendo com que as críticas à ditadura militar brasileira passassem a afetar diversos aspectos do relacionamento bilateral.

O primeiro grande desconforto, de forte teor ideológico, nas relações oficiais entre os dois países após a Revolução dos Cravos, deu-se quando da chegada do representante brasileiro indicado pelo presidente Geisel. A embaixada brasileira que havia sido dirigida pelo autor do texto do AI-5 e ministro da Justiça de Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva, receberia como seu sucessor o general Carlos Alberto da Fontoura, que chefiara o temido Serviço Nacional de Informações (SNI) desde o fim do governo Costa e Silva, em 1969, até o término do período Médici, em 1974.

O pedido do *agrément* para o novo embaixador foi feito em janeiro de 1974, sendo aceito sem maiores problemas pelo gabinete de Marcelo Caetano. A sua apresentação em Lisboa, contudo, aconteceu já em plena efervescência revolucionária, em maio de 1974.

nossa embaixada, fui, junto com Ítalo Zappa, ao Silveira e lhe disse que havia chegado o momento e ele me respondeu: se vocês acham, vamos fazer os expedientes.” GUERREIRO, Ramiro Saraiva, op. cit., p. 188.

⁵⁸⁹ A força da conjuntura na decisão brasileira relativa à Guiné pode ser aferida pelo fato de que, apenas sete meses antes do reconhecimento, a delegação enviada à XXVIII Assembléia Geral das Nações Unidas preferiu retirar-se do plenário a defender a proposta de independência do país africano. Em longo arrazoado técnico, visando justificar sua negativa, o Itamaraty entendia só ser possível o reconhecimento de novas nações a partir do cumprimento de três requisitos básicos: aceitação do governo pela população, continuidade dos tratados internacionais e controle do território. Esse último ponto, cuidadosamente omitido quando do reconhecimento, expressava a realidade de que a mudança brasileira se referia muito mais às mudanças observadas em Portugal do que àquelas ocorridas na África. Boas vindas. *Veja*, São Paulo, 24 jul. 1974. p. 30.

⁵⁹⁰ Africanos manifestam entusiasmo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1974. Primeiro Caderno, p. 4.

⁵⁹¹ Id.

Com o general Fontoura ainda no Brasil, a nova administração portuguesa tentou retirar o *agrément*, recebendo como resposta um duro telegrama em que o governo brasileiro recusava qualquer ingerência estrangeira na escolha de seus representantes no exterior. Ou se aceitava aquele já indicado, ou o cargo ficaria vago.⁵⁹² Confirmando o clima de verdadeira hostilidade encontrado em Portugal, o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, declarou que o posto mais difícil assumido em sua vida havia sido o de representante do Brasil em Lisboa. O general e sua família teriam sido alvo de um atentado, episódio de evidente gravidade, pouco conhecido internamente à época por conta da censura aos meios de comunicação do país, assim relatado:

Lisboa atingiu não só a mim – eu estava lá para ser atingido –, mas atingiu a minha família, atingiu a minha mulher e a minha filha. A minha mulher pôs um capitão do exército português para fora da embaixada! [...] No dia de Natal de 1974, [...] ficamos reunidos, só a família, em uma das salas, até meia-noite. [...] Lá pelas tantas, ouço um barulho, um estrondo. [...] O teto da sala onde nós estávamos caiu em cima dos sofás onde estávamos. Nós íamos morrer todos ali.⁵⁹³

Desde a chegada a Lisboa, o embaixador Fontoura sofreu forte pressão. Manifestações de desagrado e mesmo hostilidade com a sua presença em solo português foram realizadas já em seu desembarque no aeroporto da capital, bem como à frente das instalações da missão brasileira nos dias subseqüentes, além de freqüentes contratemplos com estudantes e até mesmo um pequeno incêndio na Chancelaria, interpretado como uma provocação ao regime a que servia. Os jornais, rádios e emissoras de televisão constantemente rememoravam suas funções no Serviço Nacional de Informações, fazendo com que o constrangimento social o acompanhasse ao longo de sua missão diplomática.⁵⁹⁴

De todo modo, o desconforto português não era apenas vinculado exclusivamente à figura do embaixador e se estendia rapidamente a tudo aquilo que pudesse servir à propaganda e reconhecimento positivo da administração militar brasileira. Em certas situações, era extremamente difícil separar o país, seu povo, sua cultura do regime autoritário

⁵⁹² SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira...*, p. 269-270.

⁵⁹³ FONTOURA, Carlos Alberto da. *Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 3ª Entrevista: 26 jan.1993. Fita 6-A. p. 80.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 81-90.

que vivamente se condenava. Com isso, não apenas os governantes de turno, mas a própria imagem do Brasil perdia o encanto e a atração de tempos anteriores.

Por ocasião das discussões preparatórias para a 3ª reunião da comissão mista, prevista no Acordo Cultural Luso-Brasileiro, relatório da embaixada do Brasil referia-se à crise no meio cultural e artístico português como desestimuladora de um ambiente propício para, não apenas os encontros oficiais, como também para toda atividade de difusão da cultura nacional em território lusitano. As novas relações observadas na vida política e social, principalmente nas maiores cidades, deixavam claro que a imagem do Brasil seria profundamente alterada para a maioria dos portugueses. O documento da representação brasileira elencava como principais elementos, a justificar a diminuição da capacidade de penetração cultural brasileira, os seguintes:

a mudança da linha política do governo, a hostilidade de certos órgãos de imprensa ao regime brasileiro, as atividades dos partidos políticos de esquerda e a presença atuante, na direção das universidades e instituições culturais, de professores e intelectuais, que, a exemplo do que vem procurando fazer o reitor da Universidade do Porto, tendem a uma atitude de crítica e contestação ao progresso econômico, social e cultural brasileiro. [...] O povo português continua o mesmo, com o mesmo interesse pelo Brasil. Mas agora se antepôs uma cortina, ou barreira, que inegavelmente dificulta a ação.⁵⁹⁵

Ao demonstrar o claro divórcio estabelecido nas relações bilaterais, por conta do ambiente revolucionário português de um lado, e de uma ditadura militar direitista no Brasil de outro, enfatizou o embaixador Carlos Alberto da Fontoura ao Itamaraty a necessidade de introduzir professores brasileiros confiáveis para lecionar cursos de ciências sociais e humanas nas universidades lusitanas. De acordo com sua visão da questão, era imprescindível, quando das discussões do Acordo Cultural, que houvesse empenho para que

os professores das disciplinas sejam brasileiros, discretamente aprovados pelo governo. **Discretamente**, porque não pode haver ação aberta. Trata-se de economia interna das Universidades, que criam tais cadeiras no currículo, provendo a elas como lhes apraz. E hoje, quando é bastante diversa a

⁵⁹⁵ FONTOURA, Carlos Alberto da. *Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Reunião da Comissão Mista*. Lisboa, 22 ago. 1974. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 036 – 1974. Ofícios, Confidencial, n. 431. p. 2-3.

orientação política de um e de outro governo, é natural que sejam convidados, por exemplo, pra reger a cadeira de Literatura ou a de História do Brasil professores imbuídos das idéias aqui agora dominantes, ou seja, o marxismo ortodoxo, ou seus desdobramentos dissidentes ou heterodoxos. A História sempre foi campo preferido para a doutrinação marxista, e a Literatura hoje também o é [...]. A aprovação discreta, acima referida, poderia concretizar-se na concessão ou negação do auxílio financeiro, estatuindo-se que só o teriam os professores convidados em consulta.⁵⁹⁶

A permanente situação de instabilidade política em Portugal teria um novo e importante episódio quando, passados cinco meses, com os tanques de volta às ruas, o general Antonio de Spínola era obrigado a se exonerar de suas funções presidenciais. Em amargo contraste com as expectativas que desencadeara nos idos de abril, sua mensagem de renúncia, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão às 11 horas e 30 minutos do dia 30 de setembro de 1974, anunciava dias caóticos para a política e economia portuguesas e alertava para um futuro e sombrio totalitarismo, evidentemente de esquerda, a ser implantado no país: “Sob a bandeira de uma falsa liberdade se preparam novas formas de escravidão em Portugal.”⁵⁹⁷ No lugar de Spínola, entrava o general Francisco da Costa Gomes, menos impulsivo, mais hábil que seu antecessor e dotado de uma personalidade mais flexível, capaz de uma convivência mais harmônica com os partidos políticos e, principalmente, com o MFA, sem o qual nada mais era possível fazer. Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Álvaro Cunhal surgiam como nomes em ascensão no segundo momento revolucionário após a queda de Spínola. Era, sem dúvida, uma forte e efetiva viragem à esquerda com a qual o mundo teria de conviver, inclusive o Brasil.

A repercussão da queda de Spínola aumentou, intensamente, o temor dos responsáveis pelas mais tradicionais estruturas representativas da colônia no Brasil acerca do futuro político português. O general deposto era visto pelos dirigentes dessas instituições como capaz de moderar o jogo das forças políticas e deter o avanço da esquerda em detrimento, como supunham, da democracia liberal representativa. Imaginavam que entre as conseqüências deste processo conflituoso pudesse estar até mesmo a eclosão de uma guerra civil. Segundo o presidente da Federação das Associações Luso-Brasileiras, Antonio Gomes da Costa, sócio de uma *holding* ligada a interesses de portugueses no Brasil e a grupos econômicos brasileiros, o desfecho da crise era até certo ponto esperado, pois

⁵⁹⁶ Ibid., p. 6-7.

⁵⁹⁷ Um passo mais à esquerda. *Veja*, São Paulo, 09 out. 1974. p. 28.

presentia-se que o general Spínola procurava, de um lado, conter as forças radicais de esquerda e, de outro, adquirir espaço político no centro para o exercício de uma política em sintonia com o seu pensamento. Fatos subseqüentes, como, dentre outros, a forma da descolonização, o controle da imprensa, a preterição do coronel Firmino Miguel, seu candidato, para primeiro-ministro, deixaram bem evidenciado o conflito entre o presidente da República e a oficialidade do Movimento das Forças Armadas.⁵⁹⁸

Era este Portugal em permanente ebulição que o chanceler Azeredo da Silveira iria encontrar em dezembro de 1974, logo após uma visita ao Senegal,⁵⁹⁹ levando na bagagem a oficialização, perante a XXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, da nova orientação do país em relação às dependências coloniais portuguesas na África.⁶⁰⁰

Precedido por uma expectativa carregada de aberta desconfiança, o chanceler Azeredo da Silveira desembarcou em Lisboa no dia 1º de dezembro, protegido por forte esquema de segurança que o isolou contra eventuais manifestações, além de um inusitado pedido de moderação nas notícias veiculadas sobre o Brasil, feito por ministro de Estado aos meios de comunicação lusitanos, enquanto durasse a visita. Envidando esforços no sentido de diminuir o alto grau de tensionamento na relação entre os dois países, para recolocá-la novamente nos trilhos da normalidade, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, discursou afirmando esperar

⁵⁹⁸ Opinião do comendador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 out. 1974. Primeiro Caderno, p. 5.

⁵⁹⁹ A viagem ao Senegal, poucos dias antes de chegar a Lisboa, deu ao ministro Azeredo da Silveira a oportunidade de afirmar a manutenção e mesmo o aprofundamento da recente solidariedade objetiva disponibilizada pelo Brasil às colônias de fala portuguesa no continente. Participando de um programa de televisão, teve o ministro a oportunidade de esclarecer o relacionamento com Portugal, que tanto intrigava os africanos, e as novas posturas do Itamaraty: “Reconheço, e sem hesitações, que o Brasil teve que pagar um preço pelos laços de amizade que o ligam a Portugal. [...] Há que entender, porém, o sentido das nossas relações com Portugal. Portugal é muito menor que o Brasil. Nunca tivemos relações de subordinação a Portugal desde nossa independência. Não temos nenhum elo econômico que nos prenda a Portugal. Não somos satelitizados por Portugal. Nunca o fomos. Nutrimos, isto sim, uma afeição toda especial por Portugal, porque tivemos com Portugal uma experiência singular. [...] Guardamos um sentimento de gratidão pelas várias coisas que Portugal fez no Brasil, mas, como já disse antes e repito agora, somos totalmente a favor da descolonização.” Entrevista concedida pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira, à Imprensa, Rádio e Televisão do Senegal. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 3, 1974, p. 41-42.

⁶⁰⁰ No discurso que abria a primeira sessão da Assembléia Geral, saudou o chanceler brasileiro a presença dos representantes da Guiné-Bissau nos seguintes termos: “Como ministro das Relações Exteriores do Brasil e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que certamente unirá os nossos dois povos.” Discurso do chanceler brasileiro, Antonio Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 2, 1974, p. 39.

realizar com o Senhor e com os seus conselheiros conversações que por certo nos levarão ao aprofundamento do Tratado de Amizade e Consulta que une os nossos dois países. Penso que a oportunidade é bem escolhida para a sua visita que se insere numa longa tradição, que transcende os regimes, mas que neste momento se insere num quadro especial, quando Portugal está a reconhecer e a criar, se assim me posso exprimir, novas nações de expressão lusíada. [...] vai-nos ser sumamente grato a todos poder realizar estas conversações consigo que espero sejam altamente frutuosas, e que vão sem dúvida nenhuma contribuir ainda mais para o estreitamento da amizade profunda que une e sempre uniu os nossos dois povos.⁶⁰¹

Em resposta, Azeredo da Silveira, claramente estimulado pela boa acolhida de seu colega luso, respondendo de improviso, agradeceu o convite lembrando não poder faltar ao chamamento de Mário Soares, feito em Nova York, para conversar sobre o Tratado de Amizade e Consulta. Disse, ainda, estar deseioso de que as conversações se desenvolvessem em bases realistas e corretas, pois

[h]oje, ambas as nações estão mais sérias e mais maduras e a amizade entre elas deve existir mesmo por cima dos homens e das circunstâncias, na base do respeito mútuo, já que cada país tem seu destino próprio. [...] e o que conta é que esses destinos, com todas as suas contradições, não sejam capazes de impedir o relacionamento que deve ser natural entre países como Portugal e o Brasil.⁶⁰²

Apesar de todo o clima negativo que cercava a empreitada, a viagem alcançou sucesso em seu objetivo principal, que era o de abrir canais de negociação com setores do governo português, em larga medida graças aos esforços de Mário Soares, até que alguma estabilidade indicasse, com maior nitidez, o caminho do novo Portugal no mundo e suas intenções quanto ao lugar que caberia ao Brasil no cenário de suas relações internacionais.

Em outra frente, paralelamente, o ministro Ítalo Zappa, chefe do departamento da Ásia, África e Oceania do Itamaraty, visitava sete países em apenas dez dias⁶⁰³, para se encontrar, entre outros, com os líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas. O resultado positivo, para o Brasil, desse périplo africano atendeu plenamente os objetivos delineados pelo Ministério das Relações Exteriores, nas palavras do próprio chefe

⁶⁰¹ Silveira chega a Lisboa e inicia diálogo com franqueza e sinceridade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 dez. 1974. p. 2.

⁶⁰² Azeredo recebido por Soares. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 1974. Primeiro Caderno, p. 1.

⁶⁰³ Os países visitados foram: Gana, Nigéria, Quênia, Tanzânia, África do Sul, Zaire e Angola.

do grupo de diplomatas brasileiros: “Era uma missão necessária e urgente, criar uma via de acesso a essa realidade política emergente. Agora isso existe.”⁶⁰⁴ Em Angola, os diplomatas brasileiros conversaram com os três partidos existentes, fazendo saber aos interlocutores, o desejo do país de colaborar com os angolanos mesmo antes da concretização de sua independência. Apesar das conversações transcorrerem em clima de cordialidade, teve o Brasil, como em diversos outros momentos, que tentar dissolver os ressentimentos dos africanos em relação a tanto tempo de desatenção para as causas autonomistas afro-lusófonas.

O ministro Zappa encontrou-se, no dia 1º de dezembro, em Dar es Salaam, na Tanzânia, com o presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Samora Machel, e, no dia seguinte, com o presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Agostinho Neto. No dia 5 de dezembro, os diplomatas brasileiros estiveram em Kinshasa com Holden Roberto e Johnny Eduardo, respectivamente presidente e encarregado de relações exteriores da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). No dia 9 foi a vez do encontro com Wilson Santos, da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), completando-se, assim, os encontros com aqueles que, em muitos casos no futuro, dirigiriam seus jovens Estados independentes. Mesmo desenvolvendo uma política própria, os entendimentos dos diplomatas brasileiros com os líderes africanos foram previamente levados ao conhecimento da Chancelaria portuguesa, segundo declaração do porta-voz do Itamaraty.⁶⁰⁵

Dando continuidade aos esforços de aproximação levados a cabo em dezembro, o governo brasileiro passou a elaborar os planos de assistência técnica e econômica que seriam oferecidos às colônias em processo de emancipação e, embora a Guiné-Bissau fosse a primeira a se beneficiar de tal iniciativa, por força de ter se tornado independente, os projetos de cooperação mais ambiciosos se anunciavam para Angola e Moçambique.⁶⁰⁶ Nos contatos do final de 1974, ficou definida a disposição brasileira de oferecer todo tipo de assistência de que Angola necessitasse na fase de implantação de seu Estado independente, com base em dois pressupostos fundamentais:

1º – que tal assistência fosse efetivamente solicitada ao governo brasileiro;

⁶⁰⁴ Um bom início. *Veja*, São Paulo, 18 dez. 1974. p. 29.

⁶⁰⁵ Relações formais com movimentos africanos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1974. Primeiro Caderno, p. 4.

⁶⁰⁶ Para a Guiné-Bissau foi enviada uma missão de técnicos em telecomunicações para estudar a implantação de um moderno sistema local. Da Guiné-Bissau chegaram ao Rio de Janeiro dois técnicos em educação popular para fazerem treinamento relativo a campanhas massivas de alfabetização. Além disso, o governo brasileiro, nos primeiros meses de 1975, viria a oferecer alimentos, pacotes de assistência técnica e crédito para compra de produtos nacionais. Brasil intensifica cooperação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1975. p. 4.

2º – que ela correspondesse às reais possibilidades de ajuda do Brasil.⁶⁰⁷

Naquelas negociações, o Brasil deixou claro que não alimentava qualquer intenção de participar do processo de constituição do governo de Angola, como também não desejava se imiscuir em quaisquer assuntos internos do futuro Estado, não se furtando, entretanto, de acompanhar um fato histórico transcendente como o da constituição das novas nações de língua e cultura portuguesas na África. Procurando um sutil equilíbrio entre interesse e isenção, o Brasil buscava identificar os meios mais convenientes e eficazes para fixar sua presença em território africano, sem que com isso viesse a ser confundido com qualquer propósito de substituição do antigo domínio português ou com as pesadas e custosas tentativas de obtenção de influência e hegemonia de norte-americanos, soviéticos ou chineses.

O mesmo tipo de diálogo foi estabelecido no contato da missão diplomática brasileira com o líder da FRELIMO, Samora Machel, na Tanzânia. Neste caso, a situação era menos complexa pela maior representatividade da FRELIMO, em comparação com a situação angolana, dando ao agrupamento político a certeza de assumir o governo em julho de 1975, quando da oficialização do processo de independência. Todavia, a maior distância geográfica, bem como a ajuda efetivamente recebida de outros países na fase crítica da guerra colonial, numa ocasião em que o Brasil encontrava-se tolhido pelos seus compromissos políticos com Portugal, limitaram as possibilidades de uma participação brasileira mais significativa no primeiro estágio de implementação das novas estruturas do Estado moçambicano.⁶⁰⁸

Os novos diálogos promovidos pelo Itamaraty testemunhavam a amplitude da mudança de percepção do governo brasileiro, inclusive pelo abandono da velha e inexequível idéia que sustentava ser a Comunidade luso-brasileira a única porta de entrada para o Brasil no continente africano, substituindo-a finalmente pela adoção de reais parcerias com foco na cooperação baseada em projetos concretos desenvolvidos com os independentes africanos lusófonos.

Se as questões próprias ao processo de descolonização lusa na África deixavam paulatinamente de balizar com tanta efetividade as relações entre brasileiros e portugueses, a crise política lusitana, com sua longa seqüência de tentativas golpistas à direita e respostas de força à esquerda, dificultava sobremaneira o entendimento entre os dois governos, embora a visita do ministro Azeredo da Silveira a Lisboa tivesse restabelecido uma normalidade mínima, ainda que fria, na manutenção dos burocráticos procedimentos cotidianos entre ambas as repartições encarregadas do contato bilateral.

⁶⁰⁷ Id.

⁶⁰⁸ Id.

A indicação do experiente diplomata e historiador Vasco Luís Caldeira Futscher Pereira, então servindo na Alemanha, para a chefia da embaixada portuguesa no Brasil, em momento delicado, mostrava não apenas a impossibilidade de Lisboa desconhecer a importância brasileira nos quadros de suas relações internacionais, bem como a necessidade de aproximação com a conservadora, afluente e mais tradicional colônia lusitana no mundo.

Essa colônia havia, durante os primeiros meses subsequentes à Revolução dos Cravos, emitido sinais evidentes, ainda que esparsos, de desagrado com a não resolução da crise e a crescente influência dos agrupamentos de esquerda na política e nas Forças Armadas. Como desde sempre, uma das principais tarefas do embaixador de Portugal no Brasil era a de manter permanente e íntimo contato com as instituições representativas desses emigrados, sendo que, naquele momento, o embaixador Vasco Futscher Pereira tinha ainda de trabalhar para a diminuição da resistência política, dos principais líderes lusos, ao governo instalado em Lisboa. Com a aproximação do processo eleitoral de abril, o chefe da missão portuguesa procurou mais intensamente, desde o início de 1975, realizar contatos com seus concidadãos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, só então estava podendo conversar diretamente com os responsáveis pelas entidades lusitanas no Brasil, dando cumprimento àquilo que entendia ser “a missão que considerava a mais relevante de todas”⁶⁰⁹, haja vista a importância de cerca de duzentos e vinte mil indivíduos que mantinham exclusivamente a cidadania portuguesa, além dos milhares que haviam-se tornado cidadãos brasileiros, mas que se interessavam vivamente pelos problemas da nação ibérica. O próprio Vasco Futscher Pereira reconheceu, em entrevista ao jornal *O Globo*, haver detectado contrariedade e uma grande perplexidade entre os mais de cento e cinquenta dirigentes de sociedades portuguesas no Brasil, seus interlocutores em um intenso giro de apenas duas semanas pela antiga capital federal, ante as grandes mudanças operadas em Portugal, o que, preocupando-lhe sobremaneira, levou-o a visitar jornais, emissoras de rádio e de televisão, organizar encontros e jantares com jornalistas e homens de mídia em geral para melhorar a imagem do país e do poder revolucionário junto à colônia lusitana e a sociedade brasileira.⁶¹⁰

Todavia, as tentativas de aproximação dos representantes do governo de Lisboa com seus nacionais aqui radicados foram constantemente prejudicadas pela insistência das organizações étnicas em recusar liminarmente o novo *status quo*, dado o abandono das posições africanas pela nova ordem e a escalada dos partidos de esquerda rumo ao que se

⁶⁰⁹ Embaixador português em contatos com a colônia lusa no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1975. p. 9.

⁶¹⁰ Id.

considerava, no ultraconservador ambiente diretivo das associações lusitanas, o prenúncio de uma definitiva tomada de poder pelos aliados de Moscou.

Em 13 de fevereiro de 1975, divulgou-se o manifesto da Associação dos Portugueses Radicados em Brasília, que demonstrou claramente a adesão da colônia à campanha político-eleitoral que se desenrolava na Europa.⁶¹¹ O fato, que mereceu especial atenção das autoridades federais, foi visto como perigoso ingrediente a tornar ainda mais suscetíveis a abalos as já delicadas relações entre os dois países por conta de suas notórias diferenças ideológicas, não suportando esse contexto a proliferação desse tipo de documento que fatalmente ultrapassaria o estreito limite do ambiente étnico para a amplitude da sociedade brasileira. Esse episódio colocaria em prova o pacto Silveira-Soares, que, além de outros aspectos, manteve um canal direto entre os dois chanceleres de modo a evitar que manifestações típicas de um período eleitoral viessem a condicionar e pautar as relações bilaterais.⁶¹² Era líquido e certo que o Brasil e o sistema político brasileiro seriam temas constantes nas pregações de alguns partidos lusos. O próprio ministro e dirigente do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, já havia feito várias críticas ao regime autoritário brasileiro, questionando, ainda, pela falta de efetiva liberdade para o debate político e para a circulação da informação, a qualidade do voto do português radicado no Brasil.

Para o governo brasileiro, o episódio da publicação do manifesto também era grave, na medida em que poderia inaugurar um ciclo de manifestações patrióticas entre os lusitanos emigrados, trazendo, para o Brasil, todo o embate de uma crise política exógena, criando perigoso precedente, em face da presença de numerosas colônias estrangeiras no país. Justificado a partir de todos esses riscos, o Itamaraty veio a público em nota oficial para informar que não seriam permitidas novas declarações daquele teor, em nome da pacífica convivência entre os estrangeiros que viviam no país e, também, para não prejudicar o bom relacionamento com as demais nações porventura envolvidas em tais expedientes.⁶¹³ Contudo,

⁶¹¹ O manifesto, assinado pelo presidente da Associação dos Portugueses Radicados em Brasília, Alfredo da Silva Pereira, divulgado nos jornais da capital federal sob o título de *Viva Portugal*, que se tornaria um movimento apoiador de Spínola e encarregado de angariar fundos dos simpatizantes no Brasil do Exército de Libertação Português (ELP), sediado na Espanha, chamava a atenção para o crítico momento vivido pela nação lusitana e para os perigos que representavam “os ideais importados para o povo português”. Governo atento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 3.

⁶¹² Eleição em Portugal já reflete no Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 3.

⁶¹³ Dizia a nota do Ministério das Relações Exteriores que “[a] propósito de recentes manifestações de elementos da colônia portuguesa radcada no Brasil, o governo brasileiro deseja tornar público que não serão permitidas infrações ao Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que, no seu Artigo 119, proíbe aos estrangeiros admitidos no território nacional o exercício de qualquer atividade de natureza política, mesmo quando realizada apenas entre compatriotas e relacionada a acontecimentos políticos do país de origem. O governo brasileiro tem a tradição de respeitar escrupulosamente o princípio de não-ingêrência nos assuntos internos de outros países e

os que imaginavam uma atitude de inflexível controle dos órgãos de segurança a partir de então, para fazer cessar a disputa aberta entre os portugueses radicados no Brasil, rapidamente perceberiam a complacência governamental para com uma das partes, claramente referenciada no desenvolvimento do enfrentamento em curso em terras lusitanas.

Já no mês de março, logo após a frustrada movimentação golpista do dia 11, que conduziria à prisão e ao exílio grande número de militares e civis, inclusive a forçada presença no Brasil do general Spínola, levando à substituição da Junta de Salvação Nacional por um ampliado Conselho da Revolução e à institucionalização do Movimento das Forças Armadas, o embaixador Vasco Futscher Pereira ofereceu um grande jantar à comunidade lusitana no intuito do apaziguamento dos ânimos e da construção de mecanismos de diálogo entre a representação do governo revolucionário e os emigrados portugueses radicados principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez, a colônia demonstrou todo o seu descontentamento com a instabilidade e o avanço das forças de esquerda na nova ordem institucional da pátria d'além mar. A grande maioria dos trezentos e oitenta convidados aplaudiu com grande entusiasmo o discurso do comendador Artur dos Santos Pereira, criticando as ações dos dirigentes portugueses, e silenciou quando o embaixador falou reafirmando os princípios da revolução de 25 de abril.⁶¹⁴

O comendador Artur dos Santos Pereira, presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, afirmou em sua fala aos presentes que

acima dos sistemas e das estruturas, os portugueses do Brasil esperam que sejam dominados os espúrios propósitos daqueles que procuram, no caos e na anarquia, na subversão e na violência, destruir a esperança de um povo acima das palavras e dos gestos, esperam que a nação portuguesa sepulte os ódios entre irmãos, que esqueça erros e injustiças, que se volte para o trabalho e o desenvolvimento, na reconstrução anunciada de um Portugal novo. [...] [Jamais aceitaremos] que se renegue o passado, que se desvirtue a história, que se negue uma civilização, só para servirmos de conduto a ideologias de outras nações.⁶¹⁵

Em discurso de improviso, o embaixador Vasco Futscher Pereira, respondeu duramente às críticas do comendador declarando não ser o representante de

espera estrita reciprocidade na observância desse princípio.” Manifestações políticas de portugueses radicados no Brasil. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 4, 1975, p. 83.

⁶¹⁴ Há descontentamento na colônia portuguesa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. 1975.

⁶¹⁵ Id.

um Portugal lírico, romântico; um embaixador dos fatos de que a colônia tem saudade, mas um representante de um governo e de forças políticas que estão empenhadas em transformar a vida portuguesa, pois ainda é tempo de se criar uma sociedade aberta, pluralista, em que todas as forças políticas possam se expressar.⁶¹⁶

Sem dúvida, o momento vivido pelo país representado por Vasco Futscher Pereira nada tinha de lírico ou romântico. O aprofundamento da crise e a conquista de importantes espaços políticos pela esquerda, após o malogrado movimento golpista de março, levou o governo a tomar medidas estatizantes, entre as quais o controle pelo poder público de quatorze bancos e quarenta e uma companhias de seguros.⁶¹⁷ Além disso, como parte do esforço visando o aumento da capacidade de supervisão estatal sobre os setores mais sensíveis da economia, notadamente o sistema bancário, foi dado cumprimento ao Decreto-Lei nº 671 de 29 de novembro de 1974, que previa e regulamentava a fiscalização das instituições financeiras por delegados designados pelo Banco de Portugal para tal tarefa. Entre as atribuições desses delegados, quando no exercício da fiscalização, estava a de recolher informações acerca das aplicações e sobre os compromissos e as obrigações pelos bancos assumidos no estrangeiro, a fim de que o Banco de Portugal pudesse conhecer e controlar:

- 1) A política de crédito de tais instituições quer no plano de orientação geral, quer no plano de sua execução específica, através de operações de concessão de crédito e de prestação de avais e garantias.
- 2) A política prosseguida noutras aplicações, tais como através de compra e venda de títulos, de participações financeiras e de outros ativos.
- 3) A política seguida tanto no domínio da execução das operações de pagamentos externos como quanto à intervenção na obtenção de empréstimos externos.
- 4) As relações entre as instituições e as suas filiais, sucursais ou outras formas de representação fora do continente e ilhas adjacentes.⁶¹⁸

Podiam ainda, tais delegados, assistir às reuniões de diretoria e de comissões que deliberassem sobre as operações, assim como consultar as respectivas atas. Tinham poderes

⁶¹⁶ Id.

⁶¹⁷ A estatização. *Veja*, São Paulo, 26 mar. 1975. p. 24.

⁶¹⁸ Brasil protesta em Lisboa contra intervenção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1975.

para consultar todo tipo de documentos e executar quaisquer diligências que julgassem necessárias para investigar desvios ou afrontas à política e diretrizes emanadas do Ministério das Finanças, e solicitar esclarecimentos fundamentados sobre a situação financeira das empresas às quais tenham sido concedidos créditos, como também sobre a aplicação dada por tais empresas aos financiamentos. O decreto estabelecia que os delegados, sob regime de rigoroso sigilo, deveriam comunicar com toda urgência ao governador do Banco de Portugal os desvios e problemas diversos que encontrassem no desempenho de suas funções.⁶¹⁹

Em pleno funcionamento na capital lusitana, graças ao regime de reciprocidade que havia permitido a abertura da instituição portuguesa Caixa Geral de Depósitos, no Rio de Janeiro, a agência do Banco do Brasil operava em todos os ramos de crédito como um banco comercial qualquer. Sua principal atividade, contudo, eram os repasses de remessas de valores enviados do Brasil para Portugal, sendo pouco significativo o volume de remessas de Portugal para o Brasil. A tranqüila rotina da instituição financeira brasileira começou a se modificar quando da nacionalização dos bancos portugueses, o que levou grande número de pessoas a abrir contas nos três bancos estrangeiros que operavam no país, o Franco Português, ligado ao Crédit Lyonnais, o Banco Inglês, de propriedade do Bank of London and South America, e o Banco do Brasil, o que fez o governo suspeitar da transferência de recursos para o exterior por intermédio das operações disponibilizadas por essas entidades.

Dessa forma, embasado na ampla autoridade que lhe conferia o Decreto-Lei nº 671, de 29 de novembro de 1974, o administrador do Banco de Portugal telefonou, no dia 11 de abril, ao gerente do Banco do Brasil em Lisboa, informando-o que teria início a atividade do delegado encarregado da fiscalização no banco a partir do dia 14 de abril. Imediatamente o gerente notificou o ocorrido à embaixada que, por sua vez, remeteu um comunicado em caráter de urgência ao Itamaraty, de autoria do chefe da missão brasileira, o general Carlos Alberto Fontoura, em que este dizia ter sido designado um interventor junto ao banco, o que configuraria um atentado à soberania nacional.⁶²⁰

Vazada a interpretação dada ao caso pelo embaixador em Lisboa, as manchetes dos jornais brasileiros deram grande destaque à recusa do governo do Brasil em aceitar algo que parecia ferir a integridade das instituições nacionais no exterior. O presidente Ernesto Geisel, após reunião com o chanceler Azeredo da Silveira, recusou-se a admitir qualquer tipo

⁶¹⁹ Id.

⁶²⁰ Linha cruzada. *Veja*, São Paulo, 23 abr. 1975, p. 19.

de intervenção da autoridade portuguesa no Banco do Brasil.⁶²¹ Enquanto o chanceler brasileiro convocava o embaixador português para ouvir seus esclarecimentos sobre o caso, os dois principais dirigentes do Banco do Brasil em Lisboa reuniram-se com o ministro das Finanças e o governador do Banco de Portugal, que lhes explicou ter a medida caráter geral e que nos outros bancos estrangeiros os delegados da fiscalização já se encontravam desde 16 de dezembro do ano anterior.⁶²²

A imprensa de Lisboa, entre perplexa e intrigada, ao mesmo tempo em que minimizava o problema entre os bancos dos dois países, entendendo não existir motivação palpável que justificasse a reação expressa na mídia do Brasil, publicava a nota da representação lusitana em Brasília, na qual se negava peremptoriamente qualquer intenção de intervir na instituição financeira brasileira. O *Diário Popular* noticiou o caso na primeira página com a seguinte manchete: *O caso do Banco do Brasil: a embaixada de Portugal em Brasília denuncia as especulações*. No *República*, o assunto ocupou o alto da última página com a epígrafe *Alarmismo deliberado de jornais brasileiros, acusa a embaixada em Brasília acerca do relevo dado ao caso da nomeação dum delegado para a sucursal do Banco do Brasil*. O matutino *O Século* destacou: *Não houve intervenção na agência de Lisboa*. O *Diário de Notícias* publicou o assunto na sua página oito sob o título *Diligências diplomáticas relacionadas com a hipótese da intervenção do Estado português na agência do Banco do Brasil em Lisboa*. O *Jornal Novo*, vespertino de maior procura naquele momento, com tiragem de cerca de cem mil exemplares, trazia na primeira página o destaque, *Banco do Brasil: a guerra das manchetes*, no qual, após explicar a versão portuguesa do incidente, dizia que

na verdade, em contraste com a versão emocional que determinada imprensa brasileira está a dar ao acontecimento, é perfeitamente normal e legal que uma agência de um banco não português operando em Portugal esteja submetida às normas de jurisdição monetária e financeira vigentes no país. [...] O decreto da nacionalização em nada afetou o capital estrangeiro colocado na banca, pelo que o Banco do Brasil e o governo brasileiro só podem assumir, perante os fatos, uma atitude de compreensão e de serenidade [...].

[...] há, no entanto, de ter a coragem de ver o que pode estar na raiz deste incidente: o desencontro político crescente entre os dois governos, a independência da diplomacia portuguesa em geral e no continente africano em especial, a perplexidade e a incompreensão da importante colônia

⁶²¹ Brasil repele intervenção no BB de Lisboa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1975. Primeiro Caderno, p. 1.

⁶²² Banco dá explicações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1975.

portuguesa perante alguns aspectos da nossa evolução política constituem elementos condicionantes de um clima do qual o caso da agência do Banco do Brasil é apenas um indício.⁶²³

Depois de uma semana de impasse, o governo de Brasília aceitou as explicações de Lisboa, dando o caso, criado em boa medida pela inépcia e açodamento do general Fontoura, por encerrado. Restaram, contudo, além do evidente e crescente desencontro entre os dois governos, citado pelo articulista do *Jornal Novo*, o acúmulo de desgastes e incompreensões recíprocas, que faziam a sociedade brasileira reagir com desconfiança às medidas lusitanas que se relacionavam aos interesses do país e os portugueses passarem a esperar do gigante sul-americano nada mais que incompreensão e más notícias, como explicou o almirante Rosa Coutinho, em entrevista a programa da televisão lisboeta, aplicando ao Brasil antigo ditado que fazia referência à prevenção sentida pelos portugueses em relação ao seu poderoso vizinho ibérico: “da Espanha nem bons ventos, nem bons casamentos.”⁶²⁴

Claro estava que tais dificuldades e desacordos tinham seu pólo dinâmico na impressionante volatilidade da situação política portuguesa e suas repercussões junto a uma influente colônia lusitana no Brasil, conservadora, passadista, ciosa de seus interesses econômicos nos dois lados do atlântico, a disputar com Lisboa a governança sobre os portugueses radicados no país sul-americano, e o governo brasileiro, absolutamente desconcertado pelas constantes mudanças operadas em uma nação que se imaginava conhecer plenamente, tanto na forma, quanto no conteúdo, sendo obrigado a abandonar o velho, de pelo menos cinqüenta anos, manual de relacionamento com Portugal.

E a capacidade dos portugueses produzirem mudanças e novidades parecia inesgotável. Em 25 de abril de 1975, passado um ano da Revolução dos Cravos, Portugal iria às urnas para eleger uma Assembléia Nacional Constituinte.⁶²⁵ O resultado da eleição, em certo sentido surpreendente, com 72,5% dos votos dados aos partidos não comunistas, Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico, representou uma clara desaprovação às teses revolucionárias da esquerda radical

⁶²³ Id.

⁶²⁴ Id.

⁶²⁵ A participação popular no pleito eleitoral foi notável. Dos 6,1 milhões de eleitores, 91,8% votaram, não ultrapassando 7% os votos brancos e nulos, apesar do esdrúxulo comunicado do Movimento das Forças Armadas para que votassem em branco as pessoas não suficientemente esclarecidas sobre o programa dos partidos. A inacreditável inabilidade do MFA transformou em patrimônio seu os pífios 7% de votos nulos e brancos, determinando claramente a sua insignificância política junto à população. As eleições moderadas. *Veja*, São Paulo, 30 abr. 1975. p. 20.

e ampliou a disputa interna no Conselho da Revolução, fazendo do país uma caravela perigosamente à deriva.⁶²⁶ Apesar do respaldo popular obtido por essas agremiações políticas, as eleições tinham por objetivo os trabalhos de uma Assembléia Nacional Constituinte e não a formação imediata de um novo governo. Dessa maneira, os partidos vitoriosos buscaram alguma fórmula de compromisso que levasse os militares a dividir com eles as responsabilidades do governo do país rumo a uma institucionalização nos marcos típicos de uma democracia representativa parlamentar. No entanto, o Movimento das Forças Armadas, os comunistas e os partidos da extrema esquerda encastelaram-se ainda mais no poder, recusando a aceitação de um governo de transição orientado pelas forças vitoriosas na eleição de 25 de abril de 1975. Os meses seguintes assistiram ao recrudescimento da agitação e da divisão política e ideológica do país, constituindo-se, de um lado, uma poderosa campanha anti-comunista e, por outro, uma encarniçada resistência do Partido Comunista e seus aliados no aparelho de Estado e nas organizações da sociedade civil que controlavam.⁶²⁷ Concluindo não haver qualquer possibilidade de articulação política que fizesse avançar seu projeto de poder, em julho de 1975, socialistas e social-democratas saíram do governo e passaram à oposição.

Nesse que foi o período mais conturbado e crítico do processo revolucionário, o 4º Governo Provisório de Vasco Gonçalves (26/03/1975 - 08/08/1975), teve lugar, principalmente após a saída de Mário Soares do gabinete, a fase de maior esfriamento nas relações entre Brasil e Portugal.

⁶²⁶ O Partido Socialista angariou 37,9% dos votos e o Partido Popular Democrático, 26,4%, tendo o Partido Comunista Português obtido 12,5% dos votos. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, op. cit., p. 598.

⁶²⁷ No Brasil, o alívio da colônia lusitana e de políticos conservadores brasileiros pela derrota dos comunistas e seus aliados nas eleições de abril foi evidentemente percebido pelo teor de diversas matérias publicadas nos principais jornais sobre a temática lusa e pelas manifestações de variados tipos que ocorreram nas principais cidades do país. A exemplificar tal situação, teve lugar no Rio de Janeiro, como não poderia deixar de ser, nas escadarias e dentro da própria Catedral Metropolitana, uma manifestação contrária ao avanço do comunismo em Portugal, aproveitando-se a presença, na missa rezada para Nossa Senhora de Fátima, do general Antonio de Spínola. Durante o ofício religioso, o celebrante, padre Euclídes Faria, vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica, proferiu sermão, bastante aplaudido, no qual afirmou esperar que “jamais aconteça em Portugal, terra de nossos avós, o que aconteceu em outros países, onde a bandeira da pirataria está içada em lugar daquelas que defendem os ideais de fé e liberdade.” Entre os presentes estavam o ex-vice-presidente da República Augusto Rademaker; o general Luis França, ex-secretário de segurança do Estado da Guanabara; o ex-diretor do DOPS, Cecil Borer, e os deputados José Miguel, Francisco Pimentel e Nina Ribeiro. Este último distribuiu um manifesto em que afirmava ter a eleição em Portugal demonstrado, “inequivocamente, o repúdio aos agentes internacionais do bolchevismo e da violência. No entanto, essa minoria marxista teima em desconhecer o pronunciamento das urnas – lídima expressão do bravo povo português, que votou contra o comunismo. [...] Que a paz volte a reinar em Portugal, [...] que o Brasil e os outros povos livres do mundo, em face da omissão, da retirada ou covardia de alguns, não percam a fé no futuro da graça e nos dias melhores que hão de nascer para a comunidade luso-brasileira e para toda a humanidade.” Spínola fica preocupado com manifestação em missa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio 1975. Primeiro Caderno, p. 4.

A radicalização do processo de nacionalização de ativos levou Brasília a emitir sinais de que não se manteria inerte caso pessoas físicas ou jurídicas nacionais sofressem prejuízos injustificáveis, dando a público que estudava possíveis medidas judiciais e políticas para defender seus cidadãos possuidores de propriedades e investimentos naquele país europeu. Apesar dos interesses econômicos brasileiros em Portugal não serem dos maiores, algumas empresas importantes lá instaladas ressentiam-se do negativo encaminhamento político dado às suas gestões, fosse para resolver problemas de caráter trabalhista, fosse para dar solução a atos governamentais que determinavam a desapropriação ou a tomada do controle acionário ou gerencial por parte de agentes do Estado. Nessa situação enquadrar-se-ia o caso dos Supermercados Pão de Açúcar S.A. em Portugal. De acordo com expressas instruções recebidas da Secretaria de Estado, em Brasília, a embaixada do Brasil em Lisboa fez todas as gestões possíveis, sem sucesso, para apoiar o empresário Abílio Diniz no sentido de conseguir uma audiência com o ministro da Coordenação e Planejamento Econômico, Mário Murteira, recebendo como justificativa estar sobrecarregada a agenda do ministro, não havendo a possibilidade do encontro. Na impossibilidade do contato, deixou o empresário uma carta ao ministro, também entregue à representação diplomática brasileira, na qual, em nome dos acionistas da controladora do empreendimento, a SUPA – Companhia Portuguesa de Supermercados S.A.R.L., manifestava

nossa profunda preocupação com os destinos da empresa, a qual, depois de ocupada pelos trabalhadores, foi objeto de intervenção por parte do Governo português, que suspendeu os corpos gerentes e nomeou uma Comissão Administrativa para dirigi-la. [...]

Em memorial que enviamos ao Primeiro Ministro, [...] afirmamos que nosso maior interesse estava na sobrevivência e fortalecimento da empresa, e declaramos nossa intenção de reassumir a administração da empresa, inclusive investindo mais capital, desde que contássemos com o devido apoio do Governo português. [...]

[...] o que é essencial para nós é o reconhecimento de nossos direitos como acionistas, é a garantia de nossa participação no Conselho de Administração da Empresa. [...]

Não podemos concordar, porém, com a atual situação em que nos encontramos: totalmente marginalizados dos acontecimentos, da direção e das decisões a respeito de seu futuro. [...] Temos orgulho da obra que realizamos, e se não estamos neste momento reivindicando aplausos, temos pelo menos o direito de esperar um tratamento mais condizente com o trabalho que realizamos.⁶²⁸

⁶²⁸ FONTOURA, Carlos Alberto da. *Proteção de interesses brasileiros em Portugal. “Supermercados Pão de Açúcar S.A.”*. Lisboa, 20 jun. 1975. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 054 – 1975. Ofícios, Confidencial, n. 518. Anexo único. p. 1-5.

A continuidade da insensibilidade das autoridades lusitanas no tratamento dos pleitos empresariais brasileiros levou o governo a projetar retaliações, tendo em vista principalmente as empresas de capital português que, nacionalizadas em Portugal, possuíam patrimônio e negócios no Brasil. Bom exemplo desse alvo preferencial era a construtora de estaleiros Lisnave,⁶²⁹ que havia vencido concorrência para a construção dos estaleiros de reparação naval da Renave, em Vitória e no Rio de Janeiro. O contrato, de alto valor, ficaria congelado até que as intenções portuguesas ficassem mais claras em relação aos empreendimentos brasileiros no país ibérico.⁶³⁰

Obstrução de importantes canais diplomáticos, erosão do capital imagético positivo recíproco. Essa era a situação das relações luso-brasileiras nos últimos meses de 1975. Parecia haver uma inércia dilapidadora do patrimônio comum, alimentada pela ideologia da desconfiança e da incompreensão. Os artigos publicados na mídia impressa de ambos os países, ao contrário dos arquétipos idealizados do passado, reforçavam estereótipos e questionavam importantes valores da convivência comum, além de se fixarem em avaliações que, criticando os mais variados aspectos da sociedade de além-mar em questão, funcionalizavam suas conclusões no sentido certificador da correção ideológica esposada pela elite dirigente e de suas práticas políticas nacionais aplicadas às suas ações nos âmbitos interno e externo.

O vespertino *República*, em edição do dia 19 de agosto de 1975, publicou longa matéria, intitulada *O milagre brasileiro está a meter água por todos os lados*, fortemente crítica ao processo político, social e econômico vivido pelo Brasil. Utilizando expressões de clara identificação com os cânones do pensamento comunista ortodoxo vigente no período, chamava a atenção para o que entendia ser o desmoronamento das estruturas que haviam permitido o surto de desenvolvimento nos primeiros anos da década de 1970. Segundo o jornal, no período de euforia, proporcionado pelos significativos aumentos do Produto Interno Bruto, poucos se davam conta de que esse resultado era fruto da superexploração de uma das mãos-de-obra mais baratas e dóceis do mundo e de uma ditadura que reproduzia uma das mais gritantes estruturas de desigualdade social entre os países. Dados esses pressupostos, entendia que

⁶²⁹ O processo de desapropriação da Lisnave atingiu seus maiores acionistas, os poderosos grupos Companhia União Fabril (CUF) e o Banco Espírito Santo.

⁶³⁰ Interesses dos brasileiros serão defendidos em Portugal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1975. p. 3.

a ditadura fascista brasileira [não consegue] conter os indícios da tendência ao desmoronamento desse gigante deformado que é a atual sociedade brasileira. [...] As desumanas condições de vida, às quais estão submetidos os setores populares, começam a despertar revoltas espontâneas dos pobres e marginalizados do ‘milagre’, que são a imensa maioria da população do país. No Rio de Janeiro, os acidentes cada vez mais freqüentes nas linhas ferroviárias, [...] os comboios superlotados, acabaram por fazer explodir a cólera da população trabalhadora. [...] enquanto isso, São Paulo bate o recorde mundial de poluição do ar [...] assistindo um importante aumento dos índices de mortalidade infantil. [...] recentemente inundações em áreas imensas do norte e do nordeste arrastaram atrás de si um grande número de mortos e alastraram-se epidemias. [...] a imagem grandiosa de um país moderno e eficiente, tem como objetivo a longo prazo o controle geopolítico do país contra qualquer ‘perturbação interna’ e também refletem a perspectiva intervencionista da ditadura brasileira em relação a outros países da América Latina.⁶³¹

Já o jornal *Diário de Notícias*, definindo o Brasil como um bastião do imperialismo mundial, avaliava que essa condição

se verifica pela exportação de especialistas em torturas para ditaduras latino-americanas. [...] A ditadura brasileira enviou tropas a São Domingos, teve participação destacada no golpe contra o general Torres, contribuiu para o golpe de Bordaberry, no Uruguai, apóia financeira e militarmente Pinochet, pressiona e conspira contra o governo do general Alvarado, no Peru.⁶³²

Exilados brasileiros, que antes do 25 de abril sequer tinham autorização para pernovernarem em Portugal, passaram a ser requisitados para proferir cursos e palestras nas academias lusitanas e serem entrevistados pelos órgãos de comunicação locais. Os focos, quase exclusivos do interesse português, passavam a ser a miséria brasileira, o “engodo do milagre econômico” e o sub-imperialismo do país a serviço dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos da América e do capitalismo internacional.

⁶³¹ O milagre brasileiro está a meter água por todos os lados. *República*, Lisboa, 19 ago. 1975. In: FONTOURA, Carlos Alberto da. *Ataques ao governo brasileiro pela imprensa. “República”*. Lisboa, 20 ago. 1975. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 054 – 1975. Ofícios, Confidencial, n. 653. Anexo.

⁶³² Terrorismo oficial no Brasil. *Diário de Notícias*, Lisboa, 21 ago. 1975. In: FONTOURA, Carlos Alberto da. *Ataques ao governo brasileiro pela imprensa. “Diário de Notícias”*. Lisboa, 21 ago. 1975. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 054 – 1975. Ofícios, Confidencial, n. 654. Anexo.

Nessa mesma linha de dura crítica à administração dos governos da ditadura militar brasileira, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, exilado desde 1965, em entrevista ao jornal *A Luta*, expressou sua opinião de que o Brasil atravessava

uma crise econômica muito profunda, com repercussões no plano político e social. [...] Creio que o povo brasileiro vai conquistar o poder, seja através de qualquer dos instrumentos políticos que hoje dizem representar a nação, seja através de outros que o povo vai criar na sua luta. [...] Há um decréscimo cada vez maior do poder aquisitivo das massas trabalhadoras do país [...]. Em países como o Brasil, onde as condições econômicas do povo são extremamente difíceis há que criar instrumentos políticos apropriados para atender às reivindicações econômicas do povo e atender também aos seus desejos de liberdade. [...] Mas, o grande problema situa-se a outro nível, que é o da ideologia dos homens que detém o poder [...] verifica-se que eles sustentam que o Brasil para se desenvolver tem que ser dependente. [...] Eles dizem ‘nós devemos ser dependentes de quem é forte para nos tornarmos mais fortes’, o que é um raciocínio basicamente errado e representa uma ideologia de traição nacional [...] Porque ninguém pode ser independente, dependendo. Ou se é, ou não se é independente. [...] Ora, como todo o raciocínio dos homens do poder é de aceite do neocolonialismo que se faz no país, então o que se passa com todas as empresas elétricas, minerais, etc, é uma decorrência dessa atitude e dessa mentalidade neocolonial.⁶³³

No Brasil, a grande imprensa, expressando parcela ponderável do pensamento da elite e atendendo aos tradicionais interesses políticos e econômicos sob a influência do *lobby* português, questionava a desordem e a anarquia do processo revolucionário e a atitude do governo brasileiro, entendida como relapsa e perigosamente descompromissada em face dos acontecimentos em Portugal e seus desdobramentos geopolíticos e econômicos na África.

O jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial denominado *No Brasil, a esperança*, fazia um chamamento à consciência moral e política do país para que se debruçasse sobre aquilo que entendia ser o crepúsculo da cultura luso-brasileira. O texto, apoiado no tradicional discurso do valor ímpar da etnicidade portuguesa para a constituição do caráter brasileiro, defendia tal idéia baseado no raciocínio de que

⁶³³ Não se pode ser independente, dependendo: disse-nos Miguel Arraes a propósito do Brasil. *A Luta*, Lisboa, 16 dez. 1975. In: FONTOURA, Carlos Alberto da. *Presença de Miguel Arraes em Portugal. Entrevista*. Lisboa, 16 dez. 1975. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 054 – 1975. Ofícios, Confidencial, n. 899. Anexo.

[a] despeito das correntes que visionaram a articulação de uma estrutura nacional baseada no nativismo, como se uma nação receptiva como a nossa pudesse repousar jamais no *jus sanguinis*, fomos e continuamos a ser medularmente portugueses – que é por onde somos e podemos continuar a ser um povo medularmente aberto a todas as convivências.

Gilberto Freyre tem razão. No *Estado*, nós também acreditamos e propusemos desde sempre que, onde quer que haja um homem, um grupo, uma nação que participem com o Brasil do legado cultural português, temos de considerá-los como irmãos fora de casa.⁶³⁴

A família Mesquita, proprietária do jornal, percebia o Brasil como o único país capaz de disputar os territórios luso-africanos com as potências socialistas, de modo a não perder o Ocidente posições estratégicas tão significativas. A lógica subjacente ao postulado defendido pelo jornal e partilhada por inúmeros segmentos sociais brasileiros era de difícil aplicabilidade à realidade, pois partia de um anticomunismo mecanicista anacrônico, avaliava existir uma capacidade de intervenção brasileira na questão absolutamente superestimada, propunha a adoção de um discurso comunitário de base luso-tropicalista que não encontrava eco nas necessidades imediatas dos povos africanos em busca da afirmação de sua soberania, que, além do mais, tinham muito vivas as suscetibilidades e os ressentimentos por conta do longo apoio do Brasil ao colonialismo salazarista. Todavia, continuava *O Estado de São Paulo* a sua pregação, entendendo que o

governo de Brasília estava em melhores condições para compreender o alcance da cartada de chineses e soviéticos – e no entanto nada fez. Tolhido por uma paralisia toda feita de pragmatismo, o governo [...] não quis formar nas escolas e universidades nacionais os futuros líderes dos povos irmãos do lado de lá do Atlântico para não ferir o regime colonialista de Lisboa. E, depois de este haver praticado o *haraquiri* com a espada dos capitães do 25 de abril, continuou pragmaticamente acocorado na mesma posição, agora para não suscitar a má vontade do PAIGC, do MLSTP, do MPLA, da FNLA, da UNITA, da OUA em peso, quiçá do marechal-de-campo Idi Amin Dada ou do general Otelo e da *basse-cour* do Copcon. A consequência desta opção [...] foi a ocupação do vácuo que a retirada portuguesa produziu pelo imperialismo grão-russo, com a correspondente ameaça que isto acarreta para a cultura luso-brasileira. Conforme acentua Gilberto Freyre: ‘os brasileiros não podem desinteressar-se de quanto em Portugal e Angola é agora cultura em perigo de vida; cultura diante da qual é preciso que o eslavo soviético recue.’ [...]

Mercê de uma diplomacia capitulacionista, assistimos impávidos à transição da Guiné, de Cabo Verde e de Moçambique para a órbita do bloco socialista, pela via dos oficiais comunistas do MFA. Que estamos dispostos a fazer por

⁶³⁴ No Brasil, a esperança. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1975. p. 3.

Angola? Que faz o Itamaraty, enquanto a França, enquanto a Europa do Mercado Comum jogam todo o seu prestígio para desviar Lisboa da eslavização definitiva e Angola do caos e do massacre? De Cabinda à antiga Damaralandia, de Luanda aos confins do Cadundo, centenas de milhares de colonos de origem européia, em desespero bradam ao mundo que os salvem de uma carnificina certa e brutal. Da pátria nada esperam, nem a minoria comunista que a domina os quer. [...] Essa gente vê no Brasil a sua última esperança, e com razão: são carne da nossa carne, sangue do nosso sangue, irmãos que nos estendem a mão pedindo socorro. Temos de acudir-lhes [...]. O Brasil espera que o governo cumpra urgentemente esse dever.⁶³⁵

Além da pressão de grandes jornais, como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, as cada vez mais incontrolláveis vozes da colônia ganharam, com a chegada ao Brasil do general Spínola, uma importante referência para a reorganização da sua oposição ao governo de Lisboa, cada vez mais nas mãos das esquerdas e do MFA. No Rio de Janeiro, o apoio ao ex-presidente entre os portugueses, apesar de não ser entusiasmado, por conta do desagrado dos velhos salazaristas com a sua participação na queda de Marcelo Caetano, era sentido como o último chamamento à ordem para derrotar a anarquia comunista. Dessa forma, tanto no interior das vetustas e cautelosas associações étnicas, quanto nas novas iniciativas da comunidade lusitana, que buscavam construir a unidade de ação dos patrícios e o respaldo da sociedade brasileira para uma prática efetiva de oposição ao Palácio de Belém, funcionava a figura do general como catalisador a acelerar a reação conservadora e tradicionalista. Entre essas novidades, surgidas no seio da colônia, estavam as várias publicações que, introduzindo novas possibilidades de comunicação com os interessados nas coisas portuguesas, pretendiam ganhar a batalha da opinião pública contra o regime revolucionário luso. Uma delas, fundada ainda em 1975 sob inspiração direta de Spínola, a revista *Líder Empresarial*, combatia com veemência o controle do poder pela esquerda, tendo o próprio diretor da revista, Venceslau Pires de Sousa, assinado um anúncio de página inteira sob o título de *Ajude a salvar Portugal*, apelando

para todos os bons portugueses do Brasil e do mundo, para que dêem seu apoio ao movimento da colônia a fim de que ela possa lutar em defesa de um Portugal democrático para todos os bons lusitanos herdeiros do patriotismo canônico e dignos da preservação de quase mil anos de existência de um Portugal português.⁶³⁶

⁶³⁵ No Brasil, a esperança. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1975. p. 3.

⁶³⁶ Assessor de Spínola foi para Madri. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 6.

A participação dos exilados portugueses e dos brasileiros no já conturbado processo revolucionário lusitano adicionou novos ingredientes ao difícil diálogo entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades. A conduta, à primeira vista, estranhamente dúbia e mesmo débil do governo brasileiro, que do ponto de vista formal obrigou o general emigrado a reconhecer todas as limitações legais para a concessão do asilo político, mas do ponto de vista objetivo aceitou as variadas intervenções de Spínola sobre a situação em Portugal, configurando claramente uma impertinente participação na vida lusitana e, portanto, uma quebra das regras que permitiam sua presença no país, exacerbou indistintamente os ânimos de defensores e detratores do regime oriundo do movimento de 25 de abril dos dois lados do Atlântico.

As relações que já vinham sofrendo com seguidas interrupções dos canais de diálogo pela volatilidade da dinâmica portuguesa ficaram ainda mais prejudicadas em agosto de 1975, quando os dois governos trocaram notas de protestos entre si. A iniciativa partiu do governo português, que reclamou ao Itamaraty as posições consideradas ofensivas ao seu país tomadas por articulistas de diversos jornais, entre as quais aquelas da lavra de Carlos Lacerda. A embaixada portuguesa no Rio de Janeiro já havia remetido correspondência ao *Jornal do Brasil*, sem obter resposta, para criticar a publicação e exigir que cessassem os ataques à honra do governo de Lisboa.⁶³⁷ Em resposta, o governo brasileiro protestou, por entender ofensivas ao país as matérias publicadas em jornais portugueses, notadamente aquelas veiculadas pelo *Diário de Lisboa*. De fato, o que movia a troca de notas era a desconfiança recíproca estabelecida entre os governos, na medida em que o Itamaraty considerava que o controle social estatal de diversas mídias lusas fazia com que a opinião nelas difundida refletisse de alguma forma o entendimento do Palácio de Belém, enquanto a Chancelaria lusitana imaginava que os jornais do Brasil só publicassem o que fosse do interesse do Palácio do Planalto, tendo em vista a rigorosa censura imposta pela ditadura militar aos meios de comunicação.⁶³⁸

⁶³⁷ O jornal *O Estado de São Paulo*, em sua incansável campanha de oposição ao governo de Lisboa, publicava matérias com óbvia distorção dos fatos para tentar induzir seus leitores a adotar uma postura negativa em relação ao processo revolucionário em curso em Portugal. Dentre vários exemplos, está a manchete de primeira página do jornal em 19 de agosto de 1975, que dizia: *Exército português dispara contra o PC*. E no texto aparecia a seguinte informação: “Foi então que o exército resolveu abrir fogo e parece que foi um desses tiros que matou o militante comunista”. *Exército português dispara contra o PC*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1975. p. 1.

⁶³⁸ É revelador do caráter daqueles que habitam os escalões superiores do poder, em qualquer regime, o incômodo com as críticas a eles dirigidas. O caso português é emblemático dessa convivência intrinsecamente pouco harmoniosa entre os grupos políticos à frente do governo dos Estados e a livre expressão da crítica social, na medida em que a Revolução dos Cravos, que se definia como libertária, contraditoriamente, agia para calar as

Nesse ambiente de pouca credibilidade dada às intenções do outro, o general Antonio de Spínola intensificou suas atividades políticas, a partir do Rio de Janeiro, através de contatos que buscavam unificar facções oposicionistas em torno do Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP),⁶³⁹ de forma a propiciar o enfrentamento em todos os níveis com as forças de esquerda estabelecidas no governo. Sua presença em Paris, no mês de setembro, para articulações com oposicionistas portugueses, aparentemente sob o patrocínio do governo de Giscard d'Estaing,⁶⁴⁰ gerou uma onda de rumores em Portugal que anunciavam o iminente “desencadear de uma ação contra-revolucionária de grande envergadura sob seu comando.”⁶⁴¹ A escalada da ofensiva do general teve início ainda no Brasil, no mês de agosto, quando deu publicidade a uma carta, ou telegrama, endereçada ao presidente Costa Gomes, também divulgada pelo Palácio de Belém no dia 19 de agosto, que iniciava-se com uma pergunta: “Para onde vai Portugal, general Costa Gomes?”⁶⁴². No

vozes que a ela se opunham, inclusive, talvez por excesso de zelo, no exterior. No Brasil, alvo das reclamações do governo lusitano, as linhas editoriais dos principais jornais se dividiam entre um amplamente majoritário setor contrário ao regime do 25 de abril e uma pequena, porém progressivamente crescente parcela, que deplorava os excessos, mas via na conquista da liberdade uma prerrogativa da soberania popular e um exemplo a ser seguido.

⁶³⁹ O MDLP (Movimento Democrático para a Libertação de Portugal) foi formalmente constituído em 5 de maio de 1975. A presidência coube a António de Spínola. No diretório, Dias Lima, responsável pelo Estado Maior; Santos e Castro, pelo Ultramar; Alpoim Galvão, pelo setor operativo; no setor político, José Miguel Júdice, Fernando Pacheco de Amorim e José Valle de Figueiredo. No chamado *Verão Quente* de 1975, levou a efeito ações violentas contra partidos de esquerda, de maneira a desestabilizar o regime. Publicou, clandestina e precariamente, o jornal nacionalista e ultra-direitista *Viriato*, com edições no Brasil, Espanha, França e Bélgica, que em seu número 3 afirmava: “Chega de mentiras. O Povo Português já sofreu bastante com mais de um ano de tirania marxista. Basta!!! [...] O Povo está farto dessa minoria de tiranos que ocupou o Poder e tudo faz para se conservar no poleiro. [...] A população das colônias não pode continuar a ser tratada como gado, a Religião a ser escarnecida, o dinheiro a fugir dos bancos para o estrangeiro e dezenas de milhares de técnicos a emigrarem para o Brasil. Enquanto houver marxistas no Poder é impossível viver-se em paz e sem medo. Que emigrem ‘eles’, que são poucos, e deixem os portugueses entenderem-se.” Com marxismo não pode haver democracia. *Viriato*, Lisboa, 22 out. 1975. In: RIBEIRO, Raul Fernando Belford Roxo Leite. *MDLP. Atividades em Portugal*. Lisboa, 22 out. 1975. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 054 – 1975. Ofícios, Confidencial, n. 786. Anexo.

⁶⁴⁰ De acordo com a revista *Veja*, a estadia do general na França foi organizada com o evidente apoio do governo Giscard d'Estaing, de modo a transcorrer com a maior segurança e discrição possíveis. O visitante português foi “registrado com o nome de Antonio Ribeiro, a profissão de escritor, e contando com a proteção de agentes franceses. O general Spínola permaneceu durante toda a semana praticamente enclausurado no 25º andar do Sheraton Hotel, na margem esquerda do Sena. Em suítes alugadas pelo equivalente a 3.000 cruzeiros por dia, ele fez dezenas de contatos telefônicos, através de uma linha particular, especialmente instalada pelo serviço secreto francês – e recebeu selecionados visitantes que passaram incógnitos por terem se identificado na portaria com nomes falsos. [...] De fato, a presença de Spínola em Paris e a hospitalidade a ele dispensada pelas autoridades francesas – segundo jornais parisienses, o general goza de ‘livre trânsito’ junto ao chefe da contra-espionagem francesa, Alex André Marenche e, inclusive, junto ao presidente Giscard d'Estaing, através de seu secretário geral Claude Brossolette – já provocaram uma torrente de iradas manifestações da esquerda local. ‘É um insulto à democracia’, rugiu o dirigente socialista George Sarre. E não faltaram manifestações diante do hotel, aos gritos de ‘Spínola fascista, Giscard cúmplice’.” A frente clandestina. *Veja*, São Paulo, 17 set. 1975. p. 30.

⁶⁴¹ Id.

⁶⁴² O jornal *Folha de S. Paulo*, em editorial avaliando o caso da publicação da carta de Spínola ao presidente Costa Gomes, chamou atenção para a capilaridade do movimento em apoio ao general exilado e sua evidente influência sobre os meios de comunicação no Brasil, usando e privilegiando, ao mesmo tempo, algumas mídias jornalísticas e televisivas: “[F]enômeno extraordinário verificou-se com um escrito do general Antonio de

documento, Spínola criticava diretamente o presidente, dizendo que ele se aproveitava do delicado momento que atravessava o país para ganhar tempo e estruturar as condições para a introdução do “primitivo programa comunista elaborado pelo MFA através do major Melo Antunes.”⁶⁴³

A resposta do gabinete do presidente Costa Gomes veio rápida, questionando aquilo que entendia ser uma postura antidemocrática do general exilado:

Se o signatário é tão emotivamente anticomunista, por que pediu auxílio ao PCP na constituição do primeiro governo provisório?
Se é tão declaradamente anticomunista, como pode o seu MDLP falar em reconciliação de todos os portugueses? Que faria o signatário dos comunistas autênticos e convictos?⁶⁴⁴

A profunda irritação do Palácio de Belém com a livre atuação política de Spínola no Brasil, apesar de legislação impeditiva, foi deixada patente pelo porta-voz da embaixada do país em Brasília ao admitir que o comportamento do general poderia provocar sérias dificuldades na relação bilateral. De acordo com o funcionário da legação lusitana,

não surpreendem nem a linguagem nem o espírito do telegrama [carta] de quem, já na crise de 28 de setembro, revelou total ausência de discernimento político. [...] Esta inabilidade política, mais uma vez se manifesta neste telegrama já que o Sr. Spínola critica os esforços que hoje o presidente da República tem realizado no sentido de harmonizar forças políticas que poderiam entrar em choque. [...] Não surpreenderá igualmente que de novo, e agora, o Sr. Spínola exorte à sublevação e à insurreição armada, isto é, à guerra civil, para a resolução dos problemas políticos nacionais. Haverá ainda a lamentar que o Sr. Spínola, esquecendo-se das suas responsabilidades e abusando da hospitalidade e facilidades que lhe foram oferecidas pelo governo brasileiro, abandone seu *status* de asilado político e mantenha iniciativas políticas como essas e outras que simultaneamente vem tomando.

Spínola. Ele enviou uma carta, ou telegrama, ao atual presidente Costa Gomes, fazendo críticas acerbas ao processo político de seu país. Sem entrar no mérito do documento, há nele algo maravilhoso. Um matutino paulista publicou a cópia que recebeu de Paris onde, com toda a certeza, ele já circulava segunda-feira. Outro jornal, do Rio de Janeiro, estampou-o também na íntegra, advertindo os leitores de que o obtivera naquela mesma cidade. Em Brasília, a carta ou telegrama apareceu na imprensa sem indicação de origem. O general Spínola, por coincidência, está nesta capital, mas seus escritos [...] operam prodígios, surgindo simultaneamente em lugares distantes entre si milhares de quilômetros. Se não for milagre, é trabalho de uma organização com bastante ‘know-how’ neste tipo de tarefa.” Getúlio, Ulisses e Spínola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 2.

⁶⁴³ Outra ala do MFA lançará documento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 5.

⁶⁴⁴ Gomes responde à carta de Spínola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 5.

Do mesmo modo, a referência à criação de um pseudo movimento político, de que certamente seria o líder, poderá criar maiores dificuldades às relações entre Portugal e o Brasil, relações essas que, como português e hóspede do governo brasileiro, deveria respeitar e defender.⁶⁴⁵

A verdadeira campanha de mídia promovida por Spínola continuaria nos dias que se seguiram. No dia 21 de agosto de 1975, um porta-voz do ex-presidente, Campos Coelho, afirmou, no Rio de Janeiro, que o general havia concedido uma longa entrevista na qual analisava a situação do movimento revolucionário português a uma equipe da cadeia de televisão norte-americana *ABC*, especialmente deslocada dos Estados Unidos para o Brasil. Questionado sobre como era possível a um asilado político tamanha movimentação oposicionista em território estrangeiro⁶⁴⁶, o porta-voz deu a entender que isso ocorria porque o governo brasileiro facilitava as manifestações do general, sobretudo aquelas veiculadas no exterior, e pela simpatia da colônia lusa ao Movimento Democrático de Libertação de Portugal.⁶⁴⁷

No dia 23 de agosto, em nova entrevista, desta vez concedida à repórter de agência de notícias da Alemanha Federal, se disse disposto a voltar a Portugal, pois “abandonado de um lado por todo o mundo, o povo está travando uma luta heróica na posição contra a introdução de uma ditadura marxista, e por outro lado, os funcionários comunistas se valem de todos os ardis a fim de melhorar sua posição.”⁶⁴⁸

Em mais um dos incontáveis contatos com a imprensa internacional, o general Spínola, falando a Dennis Redmont, correspondente da *Associated Press* no Rio de Janeiro, deixava absolutamente claro o objetivo de confrontar de todas as formas o governo de Lisboa, organizando o seu MDLP como uma “frente unitária de resistência e combate à ditadura marxista instalada em meu país. [...] A única condição que ponho para participar da luta contra o atual regime português é que esta se desenvolva de modo a instaurar a democracia em Portugal.”⁶⁴⁹

⁶⁴⁵ Spínola pode comprometer relações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 5.

⁶⁴⁶ No hotel Astoria, em Copacabana, onde residia o general no Rio de Janeiro, a movimentação era intensa e constante, com visitas diárias de muitos simpatizantes portugueses e brasileiros, entre os quais destacava-se a figura do ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Punição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 8.

⁶⁴⁷ Spínola dá entrevista à “ABC-News”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 8.

⁶⁴⁸ Spínola diz no Rio de Janeiro que pode voltar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 6.

⁶⁴⁹ Spínola esclarece posições e promete ação anticomunista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 5.

Tomada por forte perplexidade e preocupação com o teor da entrevista dada a *Associated Press*, na qual afirmava o general Spínola poder levar seu movimento a se engajar em uma luta armada para a libertação de Portugal⁶⁵⁰, a embaixada lusa em Brasília reconhecia não estar ciente dos limites impostos ao ilustre asilado pelo Brasil, tendo, entretanto, o desejo e a curiosidade de saber quais eram e se entre eles não se incluíam “a formação de um movimento armado para a derrubada do governo em Portugal.”⁶⁵¹ A curiosidade da embaixada em relação às razões que levavam as autoridades brasileiras a permitir, ao arrepio das regras da concessão do asilo, a completa liberdade de ação e autonomia de movimentos do ex-presidente no Brasil não seria satisfeita nos diversos contatos pessoais travados com o corpo diplomático do Itamaraty, nos quais o embaixador Vasco Futscher Pereira expressou a inconformidade do seu governo com os privilégios abusivos gozados por Spínola e sua aberta articulação de movimento político visando golpear o poder constituído em sua pátria.⁶⁵² Mesmo procurando, neste caso, minimizar ao máximo as arestas do relacionamento com o Brasil, não houve outro caminho para Lisboa que o de protestar formalmente contra um asilo que havia se tornado um protegido e privilegiado quartel-general a propiciar encontros, articulações e viagens para uma ação de desestabilização do processo em curso desde 25 de abril de 1974.⁶⁵³

O chamamento, inclusive para a ação armada, feito por Spínola, rapidamente teria suas primeiras repercussões no Brasil na forma de atos de intimidação baseados na lógica do terror. Em 28 de agosto de 1975, um telefonema anônimo avisando que uma bomba explodiria no consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro levou a uma grande movimentação na representação diplomática do país. Um pouco antes, o cônsul Antonio Pinto de França encontrou, num dos bancos do consulado, um manifesto assinado por uma até então inédita “Vanguarda Portuguesa de Libertação”, em que se acusava o Exército português de apunhalar pelas costas o seu próprio povo e perguntava se Portugal tinha “um exército de homens ou de facínoras?”⁶⁵⁴. Pedia ainda uma ampla ação de desobediência civil na qual os

⁶⁵⁰ O descumprimento desabrido do estatuto do asilo por Spínola repercutiu também no parlamento, onde, entre outros, o deputado Airton Soares, do MDB de São Paulo, criticou a permissividade das autoridades federais e exigiu que se fizesse respeitar as regras da concessão de asilo, claramente violadas pelo general, não obtendo, contudo, sequer uma manifestação direta do Itamaraty sobre a denúncia.

⁶⁵¹ Entrevista é enviada a Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 6.

⁶⁵² O apoio efetivo do governo brasileiro ao general Spínola pode ser verificado inclusive pelo fato do Itamaraty ter lhe fornecido dois passaportes, conforme sua solicitação, sendo um com o seu nome completo e outro, simplesmente como Antonio Ribeiro, utilizado em suas viagens ao exterior, de forma a torná-las mais discretas. Spínola teria recebido dois passaportes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 set. 1975. Primeiro Caderno, p. 3.

⁶⁵³ Protesto da embaixada de Portugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1975. Primeiro Caderno, p. 4.

⁶⁵⁴ Falso alarme de bomba no consulado português no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1975. Primeiro Caderno, p. 4.

cidadãos portugueses não pagassem impostos, produzissem só o necessário para o consumo, não aceitassem cargos públicos, não viajassem pela Transportes Aéreos Portugueses, não mandassem dinheiro para Portugal, não comprassem produtos portugueses, entre outras recomendações de boicote a tudo que pudesse auxiliar o governo a sair da crise em que se encontrava.⁶⁵⁵

Paralelamente a toda agitação vivenciada pela colônia portuguesa no Brasil, as mais importantes e estruturais questões da vida lusitana iam-se encaminhando para o encontro de soluções que dariam a Portugal, progressivamente, a sua contemporânea feição de país integrado à Europa, ainda que com todas as especificidades de uma história centrada na península e nas profundas e indeléveis experiências hauridas ao singrar os largos mares do mundo. Dadas as condições, a cada dia menos favoráveis para o voluntarismo dos setores mais radicais do MFA, e o desgaste crescente dos comunistas de todas as denominações, francamente minoritários no espectro político-partidário, mas ainda assim empenhados em aparelhar todas as organizações de massa para fortalecer suas posições na luta pelo poder, o presidente Costa Gomes não teve outra alternativa senão forçar a demissão de Vasco Gonçalves, convocando o almirante Pinheiro de Azevedo para constituir um novo governo com grande participação dos socialistas e social-democratas, atendendo, assim, a vontade popular anteriormente expressa nas urnas. Dessa forma, o movimento revolucionário de 25 de abril de 1975 procurava o leito seguro da institucionalização modelada pelos pressupostos da democracia representativa ocidental, dispensando progressivamente aquelas figuras, partidos e métodos ultrapassados pelo já iniciado e histórico processo de europeização da vida lusitana. É fora de dúvida que as conquistas do período que medeia a ascensão da Junta de Salvação Nacional até o último governo provisório de Vasco Gonçalves foram significativas, apesar da permanência de grandes dificuldades estruturais em amplos setores da vida nacional. Restauração dos direitos e liberdades individuais e coletivas, eleições para a constituição da Assembleia Nacional Constituinte, nacionalizações e quebra de monopólios econômicos, o retorno dos soldados com o fim da guerra africana e, por consequência, o ponto final na trajetória do colonialismo lusitano.⁶⁵⁶

Certamente seria este, o colonialismo na África, o mais significativo dos elementos em disputa a colocar por terra as décadas de salazarismo, que chegando ao fim no segundo semestre de 1975, ainda que de maneira pouco orgânica e funcional, retiraria dos ombros da nação lusitana pesado fardo político, social e econômico, além de livrar o país de

⁶⁵⁵ Id.

⁶⁵⁶ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, op. cit., p. 598-599.

uma reprovação, praticamente universal, quanto à sua desobediência renitente em face dos mandamentos da Carta de São Francisco, naquilo que objetivamente dizia respeito aos trabalhos do Conselho de Tutela, no sentido da preparação dos povos coloniais para o desenvolvimento de instituições capazes de constituir um governo próprio no caminho da obtenção da independência.

No Brasil, expectador privilegiado do tortuoso e desgastante processo vivido por Portugal na metrópole e nas colônias, a elaboração de uma estratégia para a África lusófona consentânea com os interesses nacionais no início do governo Geisel só foi verdadeira e indubitavelmente implementada quando o salazarismo desapareceu sob a vitoriosa Revolução dos Cravos e os novos habitantes do Palácio de Belém deixaram claro que agiriam de moto próprio, sem admitir interferências no encaminhamento da descolonização, ainda mais de um governo ditatorial brasileiro, apoiado em legislação de exceção e formidável aparelho repressivo, digno da mais alta desconfiança por parte daqueles que se viam como campeões da luta pela liberdade.

Sem o pesado lastro do apoio ao salazarismo, pôde, enfim, a política brasileira para a África seguir um caminho próprio de ações e reações mais coerentes com suas idiossincrasias e o jogo de forças internas em busca do atendimento de seus interesses e da validação de sua forma de ser e ver o mundo. Se o reconhecimento da Guiné-Bissau realizou-se em clima de compreensão e amizade a prognosticar um futuro de estreitas relações, o caso moçambicano demonstraria que as feridas da aliança com Portugal custariam a cicatrizar. Embora uma delegação brasileira estivesse na Costa do Marfim, chefiada pelo chanceler Azeredo da Silveira, o Brasil seria representado na cerimônia de independência de Moçambique pelo cônsul em Lourenço Marques, o que, pelo protocolo internacional, é o nível mais baixo que se pode dar ao comparecimento de um país nas festividades de surgimento de uma nova nação.⁶⁵⁷ As razões para a discreta e fria participação do Brasil, além da longa fidelidade a Portugal, foram desde a atitude da FRELIMO em convidar um representante do Partido Comunista brasileiro⁶⁵⁸, o que inibiu o Itamaraty, tanto pela impossibilidade de se ombrear com representante de partido político proibido no Brasil, quanto pelo significado do convite feito pelas autoridades moçambicanas, entendido como uma desfeita ao país, até a solicitação expressa do governo moçambicano de que apenas os países que diretamente tivessem auxiliado a FRELIMO no combate contra as forças

⁶⁵⁷ Azeredo quer estreitar relações com toda a África. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul. 1975. Primeiro Caderno, p. 5.

⁶⁵⁸ Esse representante do Partido Comunista Brasileiro convidado pelo governo de Moçambique era ninguém mais ninguém menos que Luís Carlos Prestes. SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit., p. 178.

portuguesas enviassem delegações especiais às cerimônias.⁶⁵⁹ Existia, ainda, uma clara incompatibilidade pessoal da direção do Itamaraty com o líder máximo moçambicano, patente na pouco positiva e dura descrição feita por Azeredo da Silveira em suas memórias: “O presidente de Moçambique, Samora Machel, é um homem absolutamente desequilibrado”⁶⁶⁰. As relações entre ambos os países só começariam a superar os estremecimentos iniciais com a opção brasileira pelo MPLA em Angola, aliado também da FRELIMO, e o estabelecimento de relações diplomáticas em 15 de novembro de 1975, tendo à frente da representação do Brasil o embaixador Ítalo Zappa.

Em Angola, a última e a mais emblemática etapa da inflexão política brasileira para o continente africano, consolidou-se, em um só ato, a autonomia e ousadia do pragmatismo responsável do presidente Geisel. Em 11 de novembro de 1975, foi o Brasil o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA como legítimo representante da nação angolana, enquanto a FNLA e a UNITA anunciavam em Kinshasa, capital do Zaire, não avalizar como nacional o governo de Agostinho Neto e posicionavam suas tropas a cerca de 20 quilômetros de Luanda, prenunciando a longa conflagração que viria a seguir. Conflagração esta que, alimentada pela disputa entre os blocos liderados por soviéticos e norte-americanos, internacionalizava-se na perspectiva do controle de uma região estratégica, tanto do ponto de vista geográfico, quanto do ponto de vista das riquezas minerais e agrícolas que encerrava. Em artigo, o jornalista Newton Carlos chamava a atenção para esse processo, informando a inquietação que tomava conta dos estrategistas e dos homens de negócios nos centros mais avançados do capitalismo:

Com um editorial intitulado ‘A importância de Cabinda’ o *Times*, de Londres, foi claro a respeito das inquietações da *City*, centro de cotações minerais do Ocidente industrial: ‘Os partidos nacionalistamarxista africanos não controlam somente partes vitais de Angola, mas também as ilhas recém-independentes de São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde, que em breve se juntará a Guiné-Bissau. Isto é uma perspectiva promissora para a marinha soviética e péssima para a OTAN, contribuindo para tornar ainda mais embaraçosa a dependência do Ocidente de facilidades navais sul-africanas.’ [...] A luta em Angola, [...] se encaixa no futuro global de uma região conhecida como ‘pepita austral’ do continente africano. Aí estão, talvez com Angola à cabeça, Congo, Zâmbia, Rodésia, Malavi, Moçambique e África do Sul dispendo de grandes reservas de cobre, estanho, ferro, fosfato, ouro, mica, mármore, xisto betuminoso, carvão, enxofre, bauxita, chumbo e diamantes. A posição privilegiada de Angola, [...] se deve a riquezas também

⁶⁵⁹ Explicações do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1975. Primeiro Caderno, p. 2.

⁶⁶⁰ SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira...*, p. 95.

no campo. Angola tem oito milhões de cabeças de gado, exporta ou pode voltar a exportar 500 mil metros cúbicos de madeira por ano e é o quinto produtor mundial de café.⁶⁶¹

A aposta, plena de risco, criteriosamente levada à frente pelo Itamaraty, sob pressão interna e externa, contabilizar-se-ia entre os principais acertos daquela e das seguintes administrações dos negócios estrangeiros do Brasil, pois demonstrava cabalmente a independência, iniciativa e perseverança de Brasília no caminho escolhido, qualidades muito bem vistas pelo governo de Luanda, vivendo então momento de grave instabilidade, a necessitar de apoio e cooperação internacional de toda ordem.

A velha idéia de uma Comunidade luso-brasileira, construída a partir dos interesses e percepções elitistas, tendo os territórios africanos como apêndice benévola e paternalisticamente considerado, estava morta.

Um longo caminho havia sido percorrido pelos governos e povos do Brasil, de Portugal e da África da lusofonia, desde o Tratado de Amizade e Consulta de 1953 até a confirmação da opção democrática portuguesa, a obtenção das independências africanas e o aprendizado brasileiro de autonomia e maturidade nas suas relações com o mundo. Ao final de 1975, muito havia sido feito, mas muito ainda havia por fazer. Os laços históricos entre os povos, se não são indestrutíveis, pois a inexorabilidade não é condição humana, são fecundos, podendo apontar novas direções e ensejar novos encontros. O encontro, experiência social essencial, profundamente modificadora e enriquecedora, permite aos Estados e às Nações, na troca do seu melhor, a justa aspiração à dignidade de todos. Brasil, Portugal e África reafirmaram, em suas fecundas relações, o valor do encontro, da aspiração à dignidade, da luta pela liberdade, da ativa abertura para o mundo a partir de uma especificidade que descobre na identidade idiomática e na convivência através do tempo o reconhecimento das múltiplas possibilidades de uma nova construção comunitária capaz de abrigar os mais legítimos anseios dos seus integrantes nos novos tempos que virão.

⁶⁶¹ CARLOS, Newton. Os riscos de um novo equilíbrio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1975. Primeiro Caderno, p. 2.

CONCLUSÃO

“[Para os portugueses,] Portugal é o país da história, que está sendo esbulhado pelos povos sem história.”
Alberto da Costa e Silva⁶⁶²

“[N]ão podemos dizer que possuímos um império se não temos liberdade para nós mesmos.”
F. Guicciardini⁶⁶³

As relações Brasil-Portugal no período de 1953 a 1975, momento privilegiado da luta pela independência das nações africanas colonizadas, em especial as que se encontravam sob domínio luso, foram marcadas pelas concessões brasileiras aos interesses do colonialismo salazarista.

Essas concessões tiveram como uma de suas arenas privilegiadas a Organização das Nações Unidas. As posições assumidas pelo Brasil na organização global deixaram patente a ambigüidade de um discurso genérico a favor da autodeterminação dos povos e a prática de apoio às grandes potências coloniais em vários momentos do imediato pós-guerra e de alinhamento permanente com as posições portuguesas.

Quando do início do processo de estruturação da ONU, os debates que iriam inserir as questões coloniais na Carta da Organização não contaram com o interesse brasileiro, tendo sido a Declaração relativa aos territórios sem governo próprio⁶⁶⁴ escrita sem qualquer colaboração do Brasil.

Até 1950, especialmente na gestão de Raul Fernandes (1947-1950), como chefe da missão em Nova Iorque, muitos dos votos brasileiros proferidos na ONU foram baseados na tecnicidade jurídica e na ficção legalista características da visão do ministro e de boa parte do *establishment* dos bacharéis que governava o país. A estes aspectos formais dos pronunciamentos nacionais no período somar-se-iam as votações em temas substantivos, tais como: o apoio brasileiro ao projeto derrotado de tutela italiana sobre a Tripolitânia e a Líbia,

⁶⁶² SILVA, Alberto V. da Costa e. Subsídios para a comissão de planejamento político, p. 3. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964. Ofícios, Confidencial, n. 22.

⁶⁶³ Membro de ilustre família florentina, ao comentar a perda de parte dos territórios e portos da Toscana quando da invasão da península itálica pelo rei da França Carlos VIII, em 1494. MARTINES, Lauro. *Fogo na cidade: Savonarola e a batalha pela alma da Florença renascentista*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 64.

⁶⁶⁴ O Conselho de Tutela dos Territórios não Autônomos é definido em suas atribuições no Cap. XI, Arts. 73 e 74 da Carta de São Francisco.

ou ainda a defesa apaixonada da posição francesa de não transmitir regularmente ao secretário geral informações sobre os territórios não autônomos pelos quais era responsável nos termos do Artigo 73, letra e. Acrescente-se a isto os constantes votos brasileiros contrários aos projetos de resolução afro-asiáticos no tocante aos temas referentes ao colonialismo.⁶⁶⁵

No período Vargas (1951-1954), as posições brasileiras avançaram timidamente no sentido da moderação, quando comparadas com a fase anterior, apenas no tocante à procura de soluções de compromisso que não encaminhavam propostas definitivas para as questões cruciais em debate. Exemplo disso é o apoio do Brasil às resoluções 611 e 742 e o voto de 14 de abril de 1952 no Conselho de Segurança.⁶⁶⁶

Contudo, os pequenos progressos observados anteriormente eram demasiadamente limitados e a orientação da chancelaria à missão em Nova Iorque era de que “o representante brasileiro deve de preferência ressaltar os progressos feitos, em vez de se deter na crítica às deficiências, para não ferir alguns países tradicionalmente amigos do Brasil”⁶⁶⁷. A entrada de Portugal na ONU em 1955, com o firme apoio brasileiro, ampliaria as contradições em que se debatia a política externa nacional frente ao processo global de descolonização.

Um dos elementos mais importantes para a correta percepção dos limites assumidos pelo Brasil em sua relação com Portugal e respectivas colônias africanas é o Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953 por brasileiros e portugueses. A importância desse Tratado não está tanto na letra fria de seus artigos, por sinal vagos e indefinidos, mas sim, no que ele representa de cristalização da vontade política da ditadura salazarista, da falta de uma perspectiva universal na formulação da política externa brasileira, da força da colônia portuguesa no Brasil, do tradicionalismo e conservadorismo das elites brasileiras e, por fim, do desconhecimento da África e da inexistência de uma política africana do Itamaraty que tivesse em conta, fundamentalmente, o interesse nacional brasileiro, pensado em termos de longo prazo em suas relações com um continente inevitavelmente livre e de grande importância, econômica, política, cultural e estratégica para os vizinhos da outra margem do atlântico.

A assinatura do Tratado de 1953 deveu-se em larga medida à capacidade de articulação e pressão da colônia lusa no Brasil, que atingiu um alto grau de eficácia em suas ações graças a uma competente organização e hierarquização de suas entidades iniciada ainda

⁶⁶⁵ Resoluções 1573, 1724, 1807, 1808, entre outras.

⁶⁶⁶ O Brasil vota em 14 de abril de 1952 a favor da inclusão da questão Tunísia na agenda do Conselho de Segurança.

⁶⁶⁷ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 416.

nos primeiros anos do século XX e que encontrou o ápice de sua institucionalização na década de 1930.

A presença dos imigrantes portugueses no Brasil, dada sua evidente importância social, foi sempre uma variável importante no jogo de poder nacional.⁶⁶⁸

Compreendendo esta realidade e sentindo a necessidade de criar instituições que organizassem em escala nacional a colônia, dando-lhe peso político ativo para a consecução de seus projetos e viabilização de seus interesses, reúne-se o 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, entre 6 e 16 de maio de 1931. De um voto deste Congresso surge, a 14 de agosto de 1931, a Federação das Associações Portuguesas no Brasil, que seria solenemente inaugurada com a presença do presidente Getúlio Vargas em 10 de junho de 1932, o “dia da raça”⁶⁶⁹.

A partir de então, a pressão dos membros mais proeminentes da colônia, bem como da Federação enquanto entidade, em favor de uma maior aproximação econômica, política e cultural entre Brasil e Portugal é uma constante. Tal pressão é realizada, entre outros, por Vitorino Moreira, presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, em seus seguidos artigos publicados pela revista da mesma entidade e reproduzido em jornais de ampla circulação da capital do país.

Os resultados logo seriam sentidos. A série de tratados que são assinados a partir de então não deixa dúvidas quanto à eficácia da ação da colônia. Ainda mais porque se referem em sua quase totalidade à área de seu maior interesse, o comércio, sendo sempre corrigidos quando seu funcionamento não correspondia aos interesses dos portugueses do Brasil ou de Portugal.

O primeiro a ser assinado é o Tratado de Comércio de 26 de agosto de 1933, que prevê uma maior liberdade de comércio entre os dois países, incluindo a cláusula de nação mais favorecida. Contudo, o fracasso português é patente em sua tentativa de conquistar uma maior parcela do mercado brasileiro, em função de seu arcaísmo produtivo e de sua ineficiência comercial, quando em concorrência com outros fornecedores.

Para corrigir os problemas surgidos, é assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de 1933, em 21 de julho de 1941, que permite uma maior liberalização do comércio, vantagens para produtos portugueses e propõe o estudo do estabelecimento de Zonas Francas nos dois países.

⁶⁶⁸ Ver Dissertação de Mestrado de Luiz Cláudio Machado dos Santos: *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*.

⁶⁶⁹ REGO, A. da Silva, op. cit., p. 63-70.

Por conta dos resultados concretos, que não correspondiam principalmente ao que esperavam Portugal e a colônia portuguesa no Brasil, é assinado o novo acordo comercial em 9 de novembro de 1949 que facilitava a importação de produtos luso-brasileiros relacionados em duas listas distintas. Esse acordo vigora até 31 de dezembro de 1950, quando é denunciado pelo Brasil em razão de sua inadequação ao comércio realizado pelos dois países. Novo acordo em setembro de 1954 retomaria as bases anteriores, apenas atualizando-o à realidade imediata do intercâmbio comercial praticado entre as duas nações.

Durante o processo de estreitamento das relações entre os dois países, se instala a ditadura getulista do Estado Novo. É sob a gestão das duas ditaduras, a de Salazar e a de Vargas, que se busca um novo patamar de intercâmbio bilateral, acrescentando-se perspectivas políticas concretas e operacionais ao relacionamento. Fruto dessa realidade é o peculiar Acordo Cultural Luso-Brasileiro, de 4 de setembro de 1941, que promove o intercâmbio entre as polícias políticas dos dois Estados, abrindo o S.P.N. (Secretariado de Propaganda Nacional – Portugal) uma agência no D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda – Brasil) e vice-versa.

Em 6 de novembro de 1948 é assinado o Acordo de Cooperação Intelectual que se baseava na troca de informações entre as respectivas estruturas universitárias.⁶⁷⁰

Encontravam-se maduras as condições que levariam à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 16 de novembro de 1953. Da assinatura do Tratado ao fim do governo Kubistchek, observa-se a fase de maior aproximação e entendimento entre os dois Estados, sendo neste período alimentada a idéia de que o Tratado pudesse ser o embrião de uma futura Comunidade luso-brasileira, que se organizaria tomando forma similar à Comunidade Britânica.

Portugal investe fortemente nesta relação privilegiada, entendendo-a como fundamental a seus interesses gerais e, sobretudo, à defesa de seu império colonial, que sentia os abalos dos primeiros movimentos do processo de descolonização em escala mundial. A firmeza de propósitos do experiente Estado colonialista português encontra notadamente no governo JK uma atitude pouco atenta à necessidade urgente de formulação de uma estratégia que assegurasse uma postura internacional pró-ativa do Brasil, em instante de transcendental importância. Desta forma, colocado à disposição dos interesses lusos, catalisando com seu prestígio o apoio das demais nações latino-americanas para as posições portuguesas em matéria colonial, o Brasil marca presença na ONU ao lado das potências coloniais.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 103-108; 122-133.

Todavia, as contradições geradas, quer interna quer externamente, por um discurso anti-colonial e, ao mesmo tempo, um apoio sistemático ao colonialismo português, acabaram por fazer com que o Brasil operasse uma mudança na avaliação do seu papel em relação à África e ao processo de descolonização por ela enfrentado.

Essa reavaliação da problemática presença lusa na África começa a se delinear ainda no discurso do candidato Jânio Quadros, dando com sua inquestionável vitória eleitoral lastro popular a uma nova política externa.

À tentativa do presidente e de seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, de dar cumprimento às promessas de campanha, levanta-se uma onda oposicionista de amplo espectro, abarcando desde os cálculos políticos e eleitorais de Carlos Lacerda aos interesses inconfessáveis de certos jornalistas e jornais cooptados pela colônia portuguesa no Brasil.

A política externa independente, no período Jânio Quadros, relativa à África portuguesa, se mostrou extremamente débil e vacilante, buscando o Brasil, em seguidas abstenções, a solução para a incontornável contradição em que se debatia: o discurso anti-colonialista e a incapacidade de se desligar totalmente de Portugal na matéria.

Com a superação momentânea da crise de 25 de agosto de 1961, através da implantação do parlamentarismo, assumiria San Tiago Dantas o comando da chancelaria brasileira. Como um dos pontos básicos a nortear a continuidade do exercício da política externa independente sob sua gestão, enfatizaria o ministro “o apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole.”⁶⁷¹

Apesar do empenho do ministro e da atuação do chefe da delegação brasileira na ONU, Afonso Arinos, só se produzirá um único voto coerente com o discurso oficial e contrário à política colonial salazarista: o favorável à discussão da questão angolana no Projeto de Resolução n. 1742, de 30 de janeiro de 1962, ainda que com reservas explicitadas em declaração de voto a determinados trechos da resolução mais duramente críticos a Portugal.⁶⁷²

O curto retorno de Afonso Arinos à chefia do Itamaraty (15 de julho a 14 de setembro de 1962) ou a gestão Hermes Lima não encaminhariam soluções para as

⁶⁷¹ DANTAS, San Tiago, op. cit., p. 6.

⁶⁷² Esse voto aprovava o Projeto de Resolução n. 1742, que criava uma comissão para coligir informações sobre a situação dos territórios sob administração portuguesa, enquanto Lisboa não se prontificasse a prestar as informações a que se alude a Resolução n. 1542 (15 dez. 1960): “Transmissão de informações segundo o artigo 73, letra e, da Carta da ONU”.

dificuldades brasileiras frente a problemática colonial portuguesa. Antes, o estado de perplexidade gerado pelo aprofundamento da crise interna levaria o Itamaraty, acuado pela feroz crítica conservadora, a uma atitude de passividade e de inércia, fruto da incapacidade de implementação de uma política coerente para a questão, pela falta de estabilidade política que a viabilizasse.

No roldão que se segue ao golpe militar de 1º de abril de 1964, naufraga o ensaio de política externa independente, substituída por considerações relativas à segurança nacional e a necessidade da inserção disciplinada do país no bloco ocidental sob hegemonia americana.

À política externa independente sucede a “interdependência” do marechal Castello Branco. Uma visão anacrônica do mundo a dividir rigidamente o globo em duas metades inconciliáveis, fez retardar ainda mais o encaminhamento de questões fundamentais para o Brasil, entre elas, o pesado contencioso entre Portugal e suas colônias rebeldes.

A partir de 1967, contudo, a política externa brasileira para com a África portuguesa marcha lentamente em direção a um relacionamento em busca de autonomia, abandonando progressivamente a estratégia de inserção através da Comunidade luso-brasileira. Essa mudança se dá basicamente em função da transformação qualitativa e quantitativa ocorrida no processo produtivo brasileiro, com a aceleração do desenvolvimento industrial que, voltado estruturalmente para a exportação, receberá um novo e decisivo impulso com a falência, em 1971, da conversibilidade dólar-ouro, elemento basilar nos acordos de Breton Woods e o primeiro choque do petróleo em 1973.

Contudo, as amplas possibilidades de relacionamento entre o Brasil e a África esbarravam no ressentimento africano para com as posições brasileiras de apoio a Portugal e o incremento comercial das relações com a África do Sul. Há que se considerar, ainda, a convenção de Lomé (acordo entre o Mercado Comum Europeu e países africanos privilegiando as exportações dos últimos para o primeiro), periodicamente renovada, que retirou importantes espaços comerciais do Brasil, especialmente na África não portuguesa.

A tarefa de abrir tais mercados coube à viagem do ministro Mário Gibson Barboza, entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972, que percorreu nove países (Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Zaire, Gabão, Camarões, Nigéria e Senegal).⁶⁷³ Como pontos comuns às declarações conjuntas, podemos assinalar: o reconhecimento da contribuição

⁶⁷³ Apesar de constantemente indicado por jornais (por exemplo, *Jornal da Tarde*, de 19 de setembro de 1977) e por várias outras publicações de que a visita do ministro Mário Gibson Barboza à África em 1972 teria se realizado em oito países, ela percorreu nove nações, sendo omitida geralmente a estada do chanceler, entre 19 e 22 de novembro de 1972, no Senegal, da qual seria dada a público uma declaração conjunta registrada na divisão de Atos Internacionais do Itamaraty sob o n. 01555.

africana, étnica e cultural ao Brasil, o repúdio a todas as formas de racismo (condenação implícita da África do Sul) e a regulamentação das possibilidades de comércio e cooperação técnico-cultural bilaterais.⁶⁷⁴

A repercussão deste périplo diplomático não tardaria. Em 1973, uma grande missão comercial brasileira passa trinta e três dias em nove países africanos (Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, Zaire e Libéria) negociando a participação de companhias brasileiras em projetos de construção civil (estradas de rodagem, represas) e venda de produtos e equipamentos pesados (siderúrgicos, ferroviários, petroquímicos, navais) para a África ocidental.

Apesar do relativo sucesso das iniciativas de aproximação com os africanos, principalmente aquelas assumidas na gestão do ministro Gibson Barboza, a verdadeira e definitiva mudança na política africana do Itamaraty foi determinada pela queda do regime autoritário em Portugal, levando, enfim, o Brasil a proceder ao inevitável reconhecimento da luta das colônias portuguesas na África pela autodeterminação. As homeopáticas decisões tomadas no sentido de modificar o alinhamento brasileiro às políticas ultramarinas lusitanas, sempre revistas ou abortadas quando questionadas pelo *lobby* português, foram ultrapassadas pelo histórico evento revolucionário de 25 de abril de 1974, quando a Revolução dos Cravos, criando uma intransponível distância política entre Lisboa e Brasília, determinou a guinada diplomática do Brasil no sentido de ir finalmente ao encontro dos anseios da África lusófona.

Dada a nova conjuntura, realizou-se a importante viagem do chanceler Azerêdo da Silveira (novembro de 1974) ao Senegal visando dar cumprimento efetivo às intenções governamentais expressadas ainda no discurso de posse do presidente Ernesto Geisel. Para aplainar o caminho, o Itamaraty enviaria à África o embaixador Ítalo Zappa, então responsável pela formulação da política africana, para dialogar com os líderes dos movimentos de libertação. Desta forma,

a missão Zappa constituía um claro gesto diplomático para mostrar aos africanos que o Brasil reconhecia o erro histórico, mas que as coisas iam mudar.

Os africanos tinham muitas dúvidas quando o ministro Azerêdo da Silveira visitou o Senegal em novembro de 1974, pode sentir como os ressentimentos estavam à flor da pele. Um jornalista lhe perguntou: o senhor diz que o seu país não é racista. Então, como pode manter relações diplomáticas com a

⁶⁷⁴ Vide declarações conjuntas registradas na Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty, sob os seguintes números: Costa do Marfim, n. 01571; Gana, n. 01551; Togo, s.n.; Daomé, n. 01569; Zaire, n. 01570; Gabão, s.n.; Camarões, s.n.; Nigéria, n. 01567; Senegal, n. 01555.

África do Sul? [...] [Ao final da entrevista, o ministro] reconhece sem hesitações, que o Brasil teve que pagar um preço pelos laços de amizade que o ligam a Portugal.⁶⁷⁵

Ainda na mesma entrevista coletiva, expunha o chanceler a nova política externa brasileira para a África, baseando-a em cinco pontos: repúdio ao *apartheid*; apoio total à descolonização; oferecimento de ampla cooperação; não-ingerência; política realista.

O resultado prático da aplicação desses princípios seria observado com o intenso programa de abertura de embaixadas no ano de 1975, em número de seis⁶⁷⁶, e a ampliação da cooperação em todos os setores. Em meados de 1976, o Brasil cobriria diplomaticamente todo o continente africano.

Politicamente, o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau e do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) deu substância e credibilidade, junto às nações africanas, ao “pragmatismo responsável”. O objetivo fundamental do “pragmatismo responsável”, o intercâmbio comercial, baseava-se no fato de que os jovens Estados africanos eram mercados novos e potencialmente rentáveis. Tal potencialidade ficaria demonstrada durante a década de 1970, quando a venda de produtos manufaturados brasileiros para a África negra cresceu em média 47,6% ao ano.

As estratégias econômica e política, utilizadas para tanto, basearam-se na possibilidade de fornecimento de uma tecnologia não sofisticada e adaptada às condições locais, firme apoio (embora tardio no caso das dependências lusitanas) à descolonização, campanha contra o *apartheid*, reconhecimento de afinidades étnicas e culturais.

As limitações desse esforço e suas conseqüências, e ainda o agravamento da crise brasileira nos anos 1980, iriam lançar sérias dificuldades ao relacionamento Brasil-África.

As relações com Portugal seriam profundamente alteradas, inicialmente pela presença da esquerda no poder, ideologicamente crítica ao governo militar brasileiro, e posteriormente, no processo de reorganização da vida lusitana pós-colonial, pela clara e decidida opção européia assumida por Lisboa. O lugar especial ocupado pelo Brasil na política externa portuguesa no período ditatorial salazarista foi alterado na democracia, subordinando-o às novas considerações relativas ao interesse nacional português.

Já o Brasil, que havia dado um lugar especialíssimo ao relacionamento com Portugal, tanto na fase democrática inaugurada após a Segunda Grande Guerra, quanto no

⁶⁷⁵ JORNAL DA TARDE, 19 set. 1977.

⁶⁷⁶ A saber, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto.

período ditatorial militar iniciado em 1964, negligenciando, por longo tempo, aspectos do interesse nacional à aliança lusitana, optaria mais adiante pela América do Sul como espaço preferencial para a constituição das bases propícias ao lançamento de sua nova liderança no continente.

Para o Brasil, Portugal e África as oportunidades e desafios comuns passariam a ser enfrentados em um novo ciclo histórico, no qual tão antigos e ao mesmo tempo tão próximos parceiros, vivendo em três continentes às margens do Atlântico, teriam a possibilidade de reconstruir suas relações a partir dos interesses e valores que a nova maturidade duramente assumida ensejaria compartilhar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Arquivos

1.1. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Rio de Janeiro e Brasília.

Despachos e Ofícios Confidenciais

- Caixa 058: 1947-1959. Números: 12, 16, 23, 50, 215, 60, 64, 67, 51, 218, 296, 105, 121, 212, 269, 195, 136, 155, 166, 328, 434, 435, 436, 459, 461, 465, 609, 610, 399, 328, 135, 201, 202, 266, 464, 506, 538, 586, 606.
- Caixa 058: 1960. Números: 133, 139, 190, 243, 293, 363, 372.
- Caixa 059: 1961. Números: 78, 98, 103, 203, 216, 226, 269, 303, 100, 339, 351, 403, 486, 533.
- Caixa 059: 1962-1964. Números: 22, 37, 86, 117, 137, 159, 159, 265, 366, 421, 503, 517, 561, 228, 506, 455, 463, 471, 525, 582, 653, 654.
- Caixa 060: 1965-1970. Números: 37, 73, 84, 340, 210, 269, 342, 517, 533, 546, 584, 613, 702, 143, 385, 402, 461, 141, 344, 403.
- Caixa 117: 1971 (Lisboa-Luxemburgo). Número: 224.
- Caixa 005: 1972 (Lima-Lomé). Números: 167, 401.
- Caixa 020: 1973. Números: 35, 77, 314, 338.
- Caixa 036: 1974. Números: 70, 142, 145, 156, 162, 252, 308, 431, 507.
- Caixa 054: 1975. Números: 367, 518, 653, 654, 730, 786, 789, 849, 899.

Despachos Confidenciais

- Caixa 160: 1949-1959. Números: 410, 260.
- Caixa 160: 1960-1971. Números: 69, 68, 547, 295, 149, 324, 135, 927, 1520, 1617, 1116.

Ofícios Secretos

- Caixa 002: 1950-1957 (L-Q). Número: 381.
- Caixa 003: 1958-1959 (L-W). Números: 192, 94.
- Caixa 004: 1960-1962 (A-Z). Números: 24.
- Caixa 014: 1968 (J-W). Número: 346.

1.2. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha de Política Externa do Brasil (1974-1975)*. Rio de Janeiro e Brasília.

Discurso do chanceler brasileiro, Antonio Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 2, 1974, p. 39.

Entrevista concedida pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira, à Imprensa, Rádio e Televisão do Senegal. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 3, 1974, p. 41-42.

Manifestações políticas de portugueses radicados no Brasil. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 4, 1975, p. 83.

1.3. REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. Rio de Janeiro.

Coleção de jornais da colônia lusa e documentos relativos à vida associativa dos portugueses no Brasil.

Miscelâneas/Números: 33-14, 73-24, O/M/85, O/M/86, 39/H/2/A, 505-509, 27/J/1-A, 39/H/2/A, 346-27, 1008-3, 397-18, 346/24, 42/L/4/A, 27/MM/62, 850/2.

1.4. EMBAIXADA DE PORTUGAL. Brasília.

BRASIL. Embaixada do Brasil em Lisboa. *Tratados e Actos Internacionais. Brasil-Portugal*. Lisboa: Serpro, 1992.

1.5. ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro e Brasília, 1953-1975.

1.6. ARQUIVO HISTÓRICO DO SENADO FEDERAL. Brasília.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado Federal*. Rio de Janeiro e Brasília, 1953-1975.

1.7. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro.

2. Jornais

- Folha de São Paulo (1961-1975). São Paulo.
- Jornal do Brasil (1950-1975). Rio de Janeiro.
- Jornal da Tarde (1977). São Paulo.
- Mundo Português (1961). Rio de Janeiro.
- O Estado de São Paulo (1961-1975). São Paulo.
- O Globo (1950-1975). Rio de Janeiro.
- Portugal em Foco (1963-1964). Rio de Janeiro.
- Portugal Ilustrado (1957). Rio de Janeiro.
- Última Hora (1959-1968). Rio de Janeiro.

3. Revista

- Veja (1972-1975). São Paulo.

4. Entrevista

FONTOURA, Carlos Alberto da. *Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 3ª Entrevista: 26 jan. 1993. Fita 6-A. p. 80.

5. Bibliografia

5.1. LIVROS

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III, v. 4.

AGUIAR, Armando de. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia Nacional de Publicidade, 1945. Cód.: 27/mm/62. Real Gabinete Português de Leitura.

AGUIAR, Luiz. *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977.

ALMEIDA, Diniz de. *A origem e evolução do movimento dos capitães*. Lisboa: Edições Sociais, 1977.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África: cronologia século XX*. Lisboa: Estampa, 1979.

ANTUNES, José Freire. *O factor africano*. Lisboa: Bertrand, 1990.

_____. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Intervenção, 1977.

ARCHER, Maria. *Brasil, fronteira da África*. São Paulo: Felman Rêgo, 1963.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. São Paulo: SENAC, 1999.
- BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.
- CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3v.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Alvorada em abril*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos. A política externa da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (Orgs.). *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: UnB, 1994.
- CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: UnB, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*. Lisboa: Editorial Inquerito, 1991.
- CRUZ, Perpétuo da. *Catálogo da grande exposição industrial portuguesa*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1932.
- CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. *Questões ultramarinas e internacionais*. Lisboa: Ática, 1961. 2 v.
- DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- DIAS, Carlos Malheiros. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional do Porto, 1921-1926. v. 1.
- DISCURSOS. *A política exterior da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968.
- DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas*. Biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de (Orgs.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

- FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III, v. 4.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Aspectos do colonialismo português*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- FERREIRA, José Medeiros. *Descolonização e a política externa portuguesa – Seminário: 25 de abril 10 anos depois*. Lisboa: Associação 25 de Abril, 1984.
- FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia independente*. Um legado de Afonso Arinos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FRAGOSO, José Manuel. *História diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997.
- FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1.
- FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958.
- _____. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. Coleção Documentos Brasileiros. v. 76.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Ação e pensamento da política externa brasileira: o segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: Cpdoc, s/d.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- GUERRA, João Paulo. *Memória das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LEUCHTENBURG, William Edward. *Século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LINS, Alvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa*. A revolução metropolitana e a dissolução do Império. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.
- MAGALHÃES, Américo Laeth de. *Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In:
- MARANHÃO, Jarbas. *Brasil-África: um mesmo caminho*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- MARTINES, Lauro. *Fogo na cidade: Savonarola e a batalha pela alma da Florença renascentista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995. 8v.
- _____. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995. v. 7: O Estado novo (1926-1974).b
- MEIRA PENNA, J. O. *Política externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ázio-africano*. Rio de Janeiro: GRD, 1960.
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- METZNER-LEONE, Eduardo. *Os comendadores: idéias, fatos e documentos*. Rio de Janeiro: IL, 1964.
- _____. *O Brasil e o colonialismo português: revisão de uma infâmia secular*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1962.
- MILZA, Pierre. Política interna e externa. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- MOREIRA, Adriano. *O tempo dos outros*. Lisboa: Bertrand, s.d.
- MOREIRA, Hilton Berutti Augusto. *O Brasil e suas responsabilidades no Atlântico Sul*. Brasília: Ministério da Marinha, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta – a experiência brasileira (1500-2000). Formação: História*. São Paulo: SENAC, 2000.
- NOGUEIRA, Franco. *Um político confessa-se (Diário 1960-1968)*. Lisboa: Livraria Civilização, 1986.
- NUNES, Ana Bela Ferreira Macias; BRITO, J. M. Brandão de. Política econômica, industrialização e crescimento. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.
- OLINTO, Antônio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1981. v. III.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PATEE, Richard. *Portugal na África contemporânea*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.
- PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal*. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.
- PEREIRA, José Maria Nunes. *Relações Brasil-África: um perfil*. Trabalho apresentado no Congresso Anual da Latin-American Studies Association (LASA), Bloomington, 1980.
- PETRONE, Maria Thereza S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PINTO, Antonio Costa. *O fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

- _____. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*. Problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- PORTUGAL. *Relatório final da execução do I plano de fomento (1953-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1959.
- REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1966.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.
- RIBEIRO, Luis Filipe. *Salazar – Biografia Definitiva*. São Paulo: Leya Brasil, 2011.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- ROSAS, Fernando. Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia nos anos 30. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. v. 7: O Estado Novo (1926-1974).
- SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra, s/d. v. primeiro.
- _____. *Discursos 1951-1959*. Coimbra: Coimbra, 1959.
- _____. *Discursos e notas políticas (1951-1958)*. Lisboa: Coimbra, 1959. v. V.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- _____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1996.
- SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. v. 1.
- SELCHER, Wayne A. *The afro-asian dimension of brazilian foreign policy, 1956-1972*. Gainesville: The University of Florida Press, 1974.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2003.
- SOARES, Mário. *Democratização e descolonização: dez meses no governo provisório*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.
- SPEKTOR, Matias (Org.). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TELO, Antonio José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 1991. v. II.
- TOLEDO, Gastão Alves de. *Grupos de pressão no Brasil*. Brasília: PrND, 1985.

- VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- VIANNA, Hélio. *A contribuição de Portugal à formação americana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- _____. *Formação brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- _____. *História diplomática do Brasil*. Biblioteca do Exército-Editora (volumes 247/248). Companhia Melhoramentos. São Paulo, 1958.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

5.2. ARTIGOS

- ANTUNES, R.; RIDENTI, M.. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.
- BARRETO, Vicente. O Brasil e o Terceiro Mundo ou A missão frustrada. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 45, jan./fev., 1968.
- BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p. 161-165, 1996.
- CARVALHO, Henrique Martins de. Política externa portuguesa. *Estudos de Política Internacional*, Lisboa, Junta de Investigações de Ultramar, n. 70, 1964.
- CASTRO, Josué de. O Brasil e o mundo afro-asiático. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 36, jul./ago. 1961.
- CASTRO, Terezinha de. Comunidade luso-brasileira: aspecto geopolítico. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 619, maio/jun. 1968.
- D'ADESKY, Jacques. Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 4, 1980.
- _____. Intercâmbio comercial Brasil-África (1958-1977): problemas e perspectivas. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 1980.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A “nova velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FIGUEIREDO, Antônio de. A questão racial em Angola e Moçambique. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 3, p. 40-56, 1966.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 5-27, 1988.
- HARRIS, Marvin. O Brasil e as colônias portuguesas na África. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, n. 3, jan. 1966. p. 198-202. Entrevista.

_____. Raça, conflito e reforma em Moçambique. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 3, p. 8-39, 1966.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Desenvolvimento e política internacional. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 2, p. 26-42, 1965.

MARTINIERI, Guy. O novo diálogo América Latina-África: fundamentos das relações Sul-Sul. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 4, 1980.

MATTOS, Carlos de Meira. O Brasil e o despertar afro-asiático. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 549, 550, 551, 1960.

MENDONÇA, Lauro N. Furtado. Uma base naval brasileira em Angola. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 214, 1972.

NOGUEIRA, Álcio Chagas. Possibilidades de intercâmbio entre o Brasil e o mundo afro-asiático. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 562, 1961.

PESQUISA. O Brasil e as colônias portuguesas na África. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 3, p. 191-202, 1966.

POERNER, Arthur José. A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania. *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 2, p. 150-158, 1965.

RANGEL, Ignácio M. A África e outros novos mercados. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, 1962.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. África e Brasil: relações e competições econômicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, 1963.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

RODRIGUES, José Honório. A política internacional brasileira e a África. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, 1962.

_____. África, Angola e Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 70, n. 4, 1976.

_____. O presente e o futuro das relações africano-brasileiras. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 18-19, 1962.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Brasil e Angola – afinidades e aproximações. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 677, 1978.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África no ordenamento internacional: uma interpretação brasileira. *Anos 90*, Rio Grande do Sul/UFRGS, v. 15, p. 75-106, 2009.

_____. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), Brasília, v. 53, p. 169-182, 2010.

SELCHER, Wayne A. Brazilian relations with Portuguese Africa in the context of the elusive Luso-Brazilian community. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Beverly Hills, v. 18, n. 1, 1976.

VIANA, A. Mendes. O mundo afro-asiático – sua significação para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, 1959.

ZAPPA, Ítalo. O Brasil e a África subsaariana. *Segurança e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n. 158, 1975.

5.3. TESES E DISSERTAÇÕES

BOADI-SIAW, Seamuel Yaw. *Development of Relation Between Brazil and Africa, 1950-1970*. California – Estados Unidos, 1975. PhD. Dissertation – University of California.

HIRSON, Zenaide Scotti. *O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano*. Brasília, 1979. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

KIRACOFÉ, Clifford Attick. *Brazil's Angola policy and the security of the South Atlantic*. Virginia – Estados Unidos, 1979. PhD. Dissertation – University of Virginia.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*. Brasília, 1993. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

ANEXO – TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA DE 1953

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República Portuguesa,

Conscientes das afinidades espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos.

E animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade luso-brasileira no mundo.

Resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade e Consulta, e nomearam para esse efeito seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Professor Vicente Ráo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência e Senhor Doutor Antônio de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro.

Os quais após haverem exibido seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

Artigo I – As altas partes contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.

Artigo II – Cada uma das altas partes contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que de outro modo não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comerciais, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.

Artigo III – No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos países, as altas partes contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais da outra parte.

Artigo IV – O tratamento especial consignado neste Tratado abrangerá não só os portugueses que tenham o seu domicílio no território brasileiro e os brasileiros que o tiverem em território português mas também os que neles permanecerem transitoriamente.

Artigo V – As altas partes contratantes, como prova do elevado intuito que presidiu à celebração deste Tratado, permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública.

Artigo VI – Os benefícios concedidos por uma das altas partes contratantes a quaisquer estrangeiros no seu território consideram-se *ipso facto* extensivos aos nacionais da outra.

Artigo VII – As altas partes contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para a melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

Artigo VIII – As altas partes contratantes comprometem-se a estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade luso-brasileira no mundo.

Artigo IX – Este Tratado será ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das altas partes contratantes, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no mais breve prazo possível. Entrará em vigor imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de dez anos e prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das altas partes contratantes com três meses de antecedência.

Em fé do que os plenipotenciários acima nomeados assinaram este Tratado, em dois exemplares, no Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de novembro de 1953.

Vicente Ráo

Antônio de Faria